Programa de Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia

Portfólio 2013 - 2017

ISPN

Programa de Pequenos Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia

Portfólio 2013 - 2017

Brasília, 2017
1ª edição
Ispn

© 2017

ISPN
INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA

Comissão Editorial
Elisa Marie Sette Silva, Isabella Fagundes Braga Ferreira, Juliana Elisa Napolitano, Rodrigo Almeida Noleto e Silvana Bastos.

Organização e consolidação do texto final
Elisa Marie Sette Silva.

Elaboração de textos temáticos
Alexandre de Azevedo Olival, Ana Luiza Meirelles, Cássio Noronha Ingles de Sousa, Donald Rolfe Sawyer, Fabiana Mongeli Peneireiro, Jerônimo Kahn Villas-Bôas, Luiza Borges Dulci e Michela Katiuscia Calaça Alves dos Santos.

Elaboração das fichas dos projetos
Elisa Marie Sette Silva, Isabella Fagundes Braga Ferreira, Juliana Elisa Napolitano, Rodrigo Almeida Noleto e Silvana Bastos.

Revisão técnica
Fábio Vaz Ribeiro de Almeida, João Guilherme Nunes Cruz, Isabel Benedetti Figueiredo e Renato Farias de Araújo.

Revisão final
Juliana El Afioni.

Projeto Gráfico
Masanori Ohashy
Idade da Pedra Produções Gráficas

Capa
Lena Guarda
Idade da Pedra Produções Gráficas

Diagramação
Lena Guarda e Pedro Tavares
Idade da Pedra Produções Gráficas

Fotos
Acervo do ISPN e das organizações apoiadas pelo PPP-ECOS na Amazônia.

Apoio
Adriana Giovana Nava Silva, Aurilene Timbó de Araújo, Carolina Lobo Gomes, Fabiana Paula de Castro Alves, Francisca Pereira Miliano, Maria Márcia Silva Braga, Luciano Fernando da Silva, Polyanna Souza Campelo, Werlon de Sousa Fontes, Jeanne Lina e Milena Araguaia.

Esta publicação é uma realização do Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN com apoio financeiro do Fundo Amazônia. Este documento é de responsabilidade dos seus autores e não reflete a posição dos doadores.

Ficha catalográfica

ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza. Programa de Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia – Brasília-DF; Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 1ª edição, 2017.

ISBN: 978-85-63288-19-6

1. Projetos ecossociais; 2. Projetos socioambientais; 4. Beneficiamento e comercialização; 5. Agroecologia; 6. Sustentabilidade

---

Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN
SHCGN CLR Quadra 709 Bloco "E" Loja 38, CEP 70.750-515 Brasília - DF
Contatos: (61) 3327-8085; instituto@ispn.org.br; www.ispn.org.br

Sumário

APRESENTAÇÃO **5**

INTRODUÇÃO **9**

TEXTOS TEMÁTICOS **13**

Beneficiamento e comercialização de produtos da agricultura familiar 14

Abelhas e biodiversidade: um tema global 23

Agroindústria comunitária de polpa de frutas: estratégia de geração de renda e conservação 29

Agroecologia como estratégia de recuperação e conservação ambiental 38

Gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas no Brasil 43

Juventude e desenvolvimento rural sustentável 54

Mulheres rurais: entre protagonismos e invisibilidades 66

Impactos e desafios dos pequenos projetos ecossociais na Amazônia 79

FICHAS DOS PROJETOS DO PPP-ECOS NA AMAZÔNIA **89**

ÍNDICE DAS FICHAS **91**

PPP-ECOS na Amazônia–Maranhão 94

PPP-ECOS na Amazônia – Mato Grosso 164

PPP-ECOS na Amazônia – Tocantins 244

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS **281**

LISTA DAS SIGLAS DOS PROJETOS APOIADOS **283**

Apresentação

Este portfólio apresenta os resultados da parceria entre o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e o Fundo Amazônia (FAMA) para a realização do Programa de Pequenos Projetos Ecossociais (PPP-ECOS) na Amazônia no período de 2013 a 2017. Esperamos, desta forma, explicitar a contribuição de pequenos projetos na Amazônia para a geração de benefícios socioambientais, territoriais e globais, como também dar visibilidade a essas iniciativas e ao mecanismo de apoio a pequenos projetos.

Inicialmente, estão apresentados os principais temas com os quais os projetos se relacionam, de modo a dar um panorama sobre a importância de se apoiar iniciativas como essas, quais desafios enfrentam e quais avanços já ocorreram na temática. Nas fichas dos projetos, serão indicados os temas relacionados, conforme os seguintes ícones:

ESTRATÉGIAS DE BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

PRODUTOS DAS ABELHAS

AGROINDÚSTRIAS COMUNITÁRIAS DE POLPAS FRUTAS

AGROECOLOGIA E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL EM TERRAS INDÍGENAS

JUVENTUDE RURAL

PROTAGONISMO DAS MULHERES

É importante mencionar que os textos foram escritos por especialistas no assunto, mas não refletem obrigatoriamente o ponto de vista do ISPN. Contudo, acreditamos que esses textos são relevantes para gerar reflexões sobre os temas.

Dentro do tema Beneficiamento e Comercialização, estão indicados todos os projetos que abrangem agroindústrias de processamento de coco babaçu, pupunha, castanha do Brasil, guaraná, cumaru, padarias, casas de farinha, produção de artesanatos, dentre outros. As iniciativas que buscam o acesso a mercados, sejam institucionais[1] ou não, também estão inseridas neste tema.

O tema Produtos das Abelhas se relaciona com projetos que envolvem a apicultura e a meliponicultura[2]. Neste campo, grande parte deles atua no processo produtivo e comercial, desde a aquisição e multiplicação das colmeias, estruturação de unidades de beneficiamento, conhecidas como casas de mel, até a definição de estratégias de comercialização, dentre outras ações.

No âmbito dos projetos de Agroindústrias de Polpas, nos deparamos com iniciativas que trabalham com coleta e beneficiamento de frutas, grande parte delas nativas, como açaí, buriti, cupuaçu, cajá, murici e bacuri. Além disso, essas iniciativas também atuam no fortalecimento da comercialização, buscando ações para melhorar a qualidade dos produtos e sua apresentação, aprimorar os processos de produção, melhorar a gestão dos empreendimentos e ampliar os mercados acessados.

Já o tema Agroecologia e Recuperação Ambiental envolve todos os projetos que trabalham com ações de produção agroecológica, como implantação de quintais florestais e agroflorestas, e de recuperação ambiental, com produção de mudas, realização de plantios e de medidas para recuperação de nascentes, dentre outros.

O tema Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas engloba todos os projetos propostos por organizações indígenas. Eles executam atividades como apicultura, produção agrícola por meio de roças tradicionais e agroflorestas, produção de farinha, recuperação florestal, artesanato e beneficiamento de frutas. Muitos deles, ainda, aliam conservação e resgate e o fortalecimento das tradições, tanto na forma de plantar e colher quanto na realização de rituais e festas envolvidos nessas atividades.

Além desses, há os temas Juventude Rural e Protagonismo das Mulheres, que consideramos transversais uma vez que transpassam os diferentes projetos e possuem grande relevância para o meio rural. Os textos caracterizam o processo histórico de emergência dessas categorias sociais como protagonistas no processo de desenvolvimento rural e apresentam as conquistas alcançadas pelos grupos organizados e os desafios que ainda precisam ser superados.

Ao final desses textos é tecida uma análise sobre os impactos nos territórios e os desafios encontrados pelas comunidades para concretização de seus projetos. Para essa reflexão são consideradas as dimensões econômica, social, ambiental e política do desenvolvimento sustentável, dentro das quais são discutidos os resultados gerados e entraves existentes para execução de projetos comunitários.

Por fim, apresentamos as informações sistematizadas das 77 organizações que executaram ou executam os 88 projetos apoiados pelo programa entre os anos de 2013 e 2017, com recursos do Fundo Amazônia. Eles serão apresentados por meio das fichas das organizações, onde caracterizamos o proponente e seu respectivo projeto.

1 O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) são os principais programas que viabilizam compras governamentais de produtos da agricultura familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais. O PAA funciona com o governo adquirindo alimentos para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social, principalmente entidades da rede socioassistencial, restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias. Fonte: <www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>, acesso em 26 jan. 2017.

O art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.

2 Atividade de criação das abelhas nativas sem ferrão.

As fichas estão agrupadas pelas mesorregiões do IBGE[3] inseridas dentro dos estados do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, conforme o quadro a seguir. Esperamos, assim, mostrar o mosaico de iniciativas que apresentam alternativas sustentáveis à exploração predatória da floresta Amazônica, contendo e/ou contribuindo para reverter o desmatamento e gerando inúmeros benefícios sociais.

Quadro 1. Distribuição dos projetos apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia nos estados Maranhão, Mato Grosso e Tocantins.

Estado	Mesorregião	Microrregião	Qtd de projetos	Total
MARANHÃO	Norte Maranhense	Baixada Maranhense	4	9
		Itapecuru Mirim	3	
		Rosário	2	
	Centro Maranhense	Médio Mearim	5	6
		Alto Mearim e Grajaú	1	
	Oeste Maranhense	Pindaré	4	18
		Gurupi	6	
		Imperatriz	8	
TOCANTINS	Ocidental do Tocantins	Araguaína	5	17
		Bico do Papagaio	12	
MATO GROSSO	Nordeste Mato-grossense	Norte Araguaia	6	7
		Canarana	1	
	Norte Mato-grossense	Alta Floresta	6	26
		Arinos	1	
		Colíder	9	
		Sinop	2	
		Aripuanã	8	
		Parecis	1	
	Sudoeste Mato-grossense	Alto Guaporé	2	5
		Jauru	3	

Foram contempladas organizações de 19 microrregiões do Maranhão, Tocantins e de Mato Grosso. Os projetos selecionados emergiram de processos seletivos que não privilegiavam especificamente determinadas localidades. Contudo, com o acompanhamento, percebe-se que há microrregiões com maior concentração de iniciativas, muitas vezes articuladas entre si e entre outras regiões.

Percebemos que essa concentração pode gerar sinergias e potencializar as ações. Assim, abrindo o capítulo de cada estado, temos uma introdução que dá um breve panorama sobre a realidade das microrregiões e dos territórios abrangidos. Essa parte foi escrita pelos analistas técnicos do ISPN que acompanham de perto

3 Para informações sobre as mesorregiões do IBGE <www.ngb.ibge.gov.br/Default.aspx?pagina=meso>, acesso em 02 fev. 2017.

a realização dos projetos e que, por isso, possuem leitura da realidade, percebem as dificuldades e sinergias vivenciadas pelos grupos e organizações e os possíveis impactos sociais, ambientais, econômicos e políticos gerados pelo programa.

A partir da experiência do PPP-ECOS, vemos que a conservação por meio do uso sustentável de recursos da floresta se mostra uma estratégia eficaz, principalmente quando realizada de maneira abrangente e integrada. Ainda que a realização de projetos pontuais pareça ínfima diante do tamanho e da velocidade do desmatamento, quando verificamos o território como um todo percebemos as consequências positivas sobre a organização social local, a geração de trabalho e renda e os benefícios ambientais gerados, e entendemos a relevância desses apoios para a geração de mudanças profundas na sociedade.

Introdução

O ISPN é uma organização não governamental sediada em Brasília, que desde 1990 atua na área socioambiental no Brasil. O instituto visa contribuir para a viabilização do desenvolvimento sustentável com maior equidade social e equilíbrio ambiental e, para isso, busca valorizar e fortalecer iniciativas que aliam conservação ambiental e geração de renda. A atuação do ISPN no campo ecossocial tem foco nos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares e suas organizações.

Os principais objetivos do ISPN são ampliar o conhecimento científico e tecnológico sobre as relações entre desenvolvimento, população e meio ambiente e suas implicações para as políticas públicas; disseminar e intercambiar conhecimentos entre pesquisadores, produtores, planejadores, executores, legisladores, imprensa e outros atores políticos e sociais; e fornecer subsídios à formulação de propostas para a ação política dos diversos níveis de governo e dos movimentos sociais e ambientais.

Dentre as ações realizadas pelo ISPN, a principal é a gestão do PPP-ECOS, que concede pequenas doações a organizações não governamentais e de base comunitária para atividades que gerem benefícios socioambientais. Dessa forma, o ISPN busca a promoção de modos de vida sustentáveis que contribuam com benefícios ambientais.

Iniciado em 1994, o Programa já apoiou mais de 560 projetos que desenvolvem ações com impactos socioambientais positivos, combinados ao uso sustentável da biodiversidade, nos biomas Cerrado, Caatinga e Amazônia. O PPP-ECOS foi criado a partir de parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com financiamento do *Small Grants Programme* (SGP), do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF). Na época de sua criação, o programa atuava na linha temática de biodiversidade e apresentou caráter inovador ao concentrar seus esforços no bioma Cerrado, quando as atenções estavam voltadas essencialmente para a proteção da Amazônia.

Entre 2010 e 2013, o PPP-ECOS passou por mudanças em relações ao formato do apoio recebido pelo GEF. Isso culminou na ampliação do foco geográfico para o bioma Caatinga e na expansão da linha temática, incluindo ações relacionadas a mudanças climáticas e degradação de terras.

Em 2013, o Programa passou a acessar recursos do Fundo Amazônia (PPP-ECOS na Amazônia), provenientes da cooperação norueguesa e alemã, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Assim, teve sua atuação ampliada para a Amazônia, especificamente para os municípios localizados no bioma nos estados do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, conforme a Portaria nº 96, de 27 de março de 2008[4].

Adicionalmente, em 2015 e 2016, o ISPN executou, em parceria com a Funai , o Programa de Pequenos Projetos para as Áreas de Referência do Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI), o PPP GATI. A iniciativa tem a finalidade de apoiar propostas que promovessem ações produtivas e de conservação da biodiversidade, bem como melhoria na qualidade de vida dos povos indígenas. Ao todo foram contemplados 34 projetos em 26 Terras Indígenas localizadas nos biomas Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Amazônia e Pantanal.

4 Portaria disponível em <www.ispn.org.br/arquivos/portaria96_municipios-Arco.pdf>, acesso em 05 jan. 2017.

O PPP-ECOS na Amazônia

Entre 2013 e 2015, o PPP-ECOS na Amazônia lançou quatro editais em que foram selecionados 88 projetos, de um total de 77 organizações (onze tiveram mais de um projeto selecionado), conforme apresentado no Quadro 2.

Em termos territoriais, os projetos abrangem um total de 64 municípios, assim distribuídos: 26 municípios do Maranhão, 30 de Mato Grosso e 8 do Tocantins. O Quadro 3 apresenta a abrangência dos projetos em relação aos municípios pertencentes ao bioma Amazônia nos estados.

O PPP-ECOS na Amazônia possui duas categorias de apoio: os Pequenos Projetos de até R$60.000,00, para o apoio a organizações de base comunitária, incluindo aquelas com pouca experiência na gestão de projetos; e os Projetos de Consolidação de até R$ 90.000,00, para beneficiar organizações que já possuem experiência ou ações com impactos positivos comprovados e que possam ampliar a escala de sua atuação, podendo ser replicados em outras comunidades.

Os projetos apoiados têm como objetivo geral a redução do desmatamento ou o desmatamento evitado e se enquadram em uma ou mais linhas a seguir:

- Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta. Valorização da floresta em pé, incluindo planos de manejo florestal comunitários, ações para agregação de valor e comercialização de produtos agroflorestais etc.;
- Conservação e uso sustentável da biodiversidade. São exemplos: ações de gestão territorial e ambiental,

Quadro 2. Quantidade de projetos contratados, por edital do PPP-ECOS na Amazônia.

Ano	Edição do edital*	Quantidade de projetos
2013	16º Edital	22
2013	18º Edital	16
2014	20º Edital	20
2015	23º Edital	30
Total de Projetos apoiados		**88**

*A numeração dos editais considera todas as edições realizadas pelo programa desde 1995.

Quadro 3. Porcentagem de municípios com atuação de Projetos do PPP-ECOS em relação aos municípios inseridos no bioma Amazônia.

Estado	Quantidade de municípios no bioma Amazônia	Quantidade de municípios com atuação dos Projetos	Porcentagem
Maranhão	100	26	26%
Mato Grosso	86	30	35%
Tocantins	30	8	27%

conservação *in situ* de espécies ameaçadas, agricultura sustentável, prevenção e uso racional do fogo, manejo e conservação da água etc.;

- Recuperação de áreas desmatadas/degradadas. Ações como implantação e consolidação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e outras formas de recuperação de áreas degradadas, recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais, controle da erosão do solo etc.;
- Temas transversais (devem ser combinados a um dos outros três temas), como o acompanhamento do desenvolvimento regional e seus impactos sobre o desmatamento e a degradação da floresta; articulação para regularização fundiária de territórios tradicionais etc.

Na prática, os projetos apoiados envolvem os seguintes temas: agroextrativismo, beneficiamento de frutos, castanhas, cocos e outros produtos, agroindústrias (padarias, casas de farinha, casas de mel), fabricação de artesanatos, biojoias, recuperação de áreas degradadas, manejo de recursos hídricos, produção agroflorestal, criação de pequenos animais, dentre outros.

Cabe ressaltar que grande parte dos projetos apoiados envolve atividades de capacitação, por meio da realização de cursos, oficinas e palestras, além de intercâmbios para troca de experiências. Destacamos a importância dos intercâmbios, em que grupos mais estruturados podem compartilhar seus saberes e serem valorizados pelo que fazem, ao mesmo tempo em que as organizações menos experientes têm a oportunidade de aprender com quem tem uma realidade semelhante.

Com a atuação do PPP-ECOS na Amazônia, o ISPN espera contribuir para que as organizações tenham autonomia, tanto financeira quanto técnica, para realizar as mudanças que vislumbram em suas comunidades, possibilitando qualidade de vida àqueles cujos modos de vida são aliados à conservação ambiental.

TEXTOS TEMÁTICOS

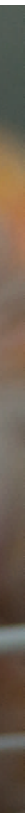
Beneficiamento e comercialização de produtos da agricultura familiar

Alexandre de Azevedo Olival[5]

O debate sobre o futuro da agricultura familiar no Brasil tem assumido caráter amplo nas últimas décadas. Se a discussão estava centrada basicamente em uma dimensão agrícola, focada na viabilidade da pequena ou da grande produção, atualmente derivou para o papel da agricultura familiar nas dimensões socioecológicas do desenvolvimento, incluindo aspectos ligados à pluriatividade e à multifuncionalidade da agricultura, nova ruralidade e, ainda, territorialidade[6].

5 Representante do Instituto Ouro Verde e professor Doutor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

6 As pesquisas sobre o espaço rural têm evidenciado cada vez mais mudanças na relação campo-cidade, demonstrando que as áreas rurais não estão restritas às atividades agrícolas ali desenvolvidas. De fato, campo e cidade se articulam através de uma rede de relações sociais, econômicas, comerciais, culturais e políticas que vêm impactando de forma decisiva o meio rural brasileiro, determinando novas relações com a produção de alimentos e com o meio ambiente. Para um aprofundamento desta reflexão e detalhamento das suas particularidades no Brasil, acessar o trabalho elaborado por Bezerra e Bacelar (2013).



Assim, cada vez mais se reconhece que a agricultura desempenha funções para além da dimensão produtiva. Questões culturais, preservação da memória, valorização da tradição, da paisagem, do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável são alguns elementos que foram agregados ao debate da produção de alimentos e que ampliaram a visão sobre o papel da agricultura de base familiar nas novas propostas de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, as diversas expressões da agricultura familiar no Brasil dão o tamanho dos desafios associados ao fortalecimento deste segmento que inclui, por exemplo, desde pequenos agricultores integrados a empresas avícolas no Sul até ribeirinhos do interior do Amazonas. Dados do IBGE (2006) indicam que esta diversidade incrível é responsável por 38% das receitas dos estabelecimentos agropecuários do país, por 75% da mão de obra existente no campo e 84,4% do total dos estabelecimentos agrícolas.

O reconhecimento crescente tem se dado mais no campo conceitual do que no campo de políticas públicas, é verdade, persistindo os desafios históricos para consolidar a agricultura familiar como referência a uma nova proposta de desenvolvimento rural. Dentre os desafios, destacam-se os processos de agregação de valor e comercialização de produtos, pois ainda hoje grande parte dos agricultores familiares enfrenta enormes dificuldades para superá-los.

É interessante observar que as transformações vividas pelo meio rural brasileiro a partir da chamada "revolução verde" trouxeram uma lógica industrial à produção agrícola não apenas no tocante à produção, mas também provocaram profundas mudanças nos setores de transformação e distribuição de alimentos. Os pacotes tecnológicos e o estímulo à produção de *commodities* acabaram transformando muitos agricultores em meros produtores de matérias primas, sendo seus produtos processados por indústrias especializadas e comercializados por outras empresas. Nesse arranjo, os agricultores se distanciaram dos mercados consumidores e passaram a depender cada vez mais de outros agentes para garantir o retorno financeiro de sua produção, perdendo autonomia nas decisões sobre seu sistema produtivo e tendo redução nas margens de ganho de suas atividades.

Na região Amazônica esse contexto não é diferente. Grande parte dos recursos e políticas públicas foi, e continua sendo, direcionada para a produção de *commodities* para exportação, especialmente a produção de soja e carne bovina, deixando de lado a produção focada no abastecimento local, os produtos regionais e com identidade sociocultural. Experiências de sucesso que existem por toda a região são fruto muito mais da luta e persistência de grupos comunitários do que resultado de ações articuladas e apoiadas por agentes públicos de forma sistêmica. Apenas nos últimos anos a discussão sobre os produtos da sociobiodiversidade tem ganhado força, especialmente pelos evidentes impactos negativos do modelo industrial de produção nas esferas sociais, econômicas, culturais e ambientais e pelo interesse em fortalecer sistemas socioecológicos resilientes[7].

Entretanto, a mudança nesse quadro é um desafio enorme. Indústrias e complexos agroalimentares dominam os elos a jusante e a montante das cadeias produtivas. Legislações e novos padrões de qualidade foram criados a partir da lógica industrial impondo dificuldades ainda maiores para agricultores familiares agregarem valor aos seus produtos e construírem uma via alternativa ao modelo. As estratégias que historicamente foram usadas para fortalecer o segmento familiar de produção, como o fornecimento de terras, insumos modernos, assistência técnica oficial e crédito rural, apesar de importantes, têm se mostrado insuficientes para viabilizar os agricultores familiares neste cenário de competição, exclusão e desigualdade.

7 O conceito de resiliência é a capacidade de um determinado sistema manter suas características essenciais perante uma perturbação, sejam elas específicas ou gerais. Tal conceito vem sendo empregado em grande número de áreas, inclusive para estudo dos sistemas de produção (BUSCHBACHER, 2014). Por exemplo, pode-se pensar na capacidade dos sistemas industriais de produção de alimentos, altamente dependentes de insumos externos e que exigem rotinas e procedimentos específicos, em suportar pequenas variações de temperatura, chuvas ou preços de insumos.

É importante reforçar que o acesso aos mercados é um fator determinante para a composição e o funcionamento dos sistemas produtivos familiares. Desempenha papel central nas estratégias de transição agroecológica e no fortalecimento de diferentes modos de vida. Os resultados das ações do PAA e do PNAE mostram como ações articuladas entre produção e comercialização podem representar inovações importantes no sentido de garantir renda às famílias agricultoras, incentivar a manutenção de produtos com forte identidade regional e aprimorar as técnicas de produção.

Este texto apresenta diversas experiências apoiadas pelo PPP-ECOS na Amazônia e que carregam em si grande potencial transformador, seja pelos significativos impactos na realidade local, seja pelo potencial de reedição dessas iniciativas em outras regiões da Amazônia ou do Brasil.

A seguir serão discutidos aspectos específicos relacionados aos desafios da comercialização e do beneficiamento de produtos da agricultura familiar, considerando o acúmulo de experiências desenvolvidas em todas as regiões brasileiras e, em especial, na região Amazônica, relacionando, ainda, alguns dos projetos destacados neste portfólio.

Breve histórico da comercialização de alimentos no Brasil

Para compreender os desafios atuais de acesso ao mercado por agricultores familiares é importante considerar a evolução do sistema varejista brasileiro. Até a década de 1970, a maior parte do mercado de varejo correspondia a lojas especializadas de pequeno porte, com predominância de empresas familiares. No início da década de 1970, intensificou-se a tendência em direção à venda aos supermercados nas cidades de maior porte. Durante os anos 80, os supermercados aumentaram sua importância dentro do setor varejista inclusive nas pequenas cidades.

Produtos alimentares que eram tipicamente comercializados em lojas especializadas, tais como carnes, pães, leite e derivados, frutas e hortaliças, passaram a ser comercializados principalmente nos supermercados. Paralelo a esse processo, os produtos alimentares passaram a ter quedas sucessivas de preços – a manutenção de uma cesta básica alimentar com baixo valor passou a ser meta das políticas de controle de inflação.

Todas essas mudanças impactaram intensamente os agricultores familiares. A necessidade de aumento de escala e de regularidade de produção e de novos padrões de qualidade impostos pelas indústrias foram alguns dos novos desafios impostos aos agricultores. As políticas de apoio estavam mais preocupadas em integrar os agricultores a esse modelo do que criar alternativas a ele.

De fato, pensar em como fortalecer os agricultores familiares nesse contexto tão complexo não é tarefa fácil. Experiências bem sucedidas têm mostrado que o ponto crucial é a adoção de uma ação sistêmica, integrada e complementar entre os diversos atores preocupados com o desenvolvimento rural de uma determinada região. Assim, não é suficiente, apesar de fundamental, o aporte de recursos à implantação de agroindústrias familiares. Deve haver trabalho prévio entre diferentes agentes, tais como órgãos de extensão, agentes de crédito, universidades, grupos de consumidores, comércio local, secretarias municipais, entre outros, criando um ambiente favorável ao sucesso dos empreendimentos dos agricultores.

Analisando os diversos projetos apoiados pelo PPP-ECOS, percebe-se a relevância dessa iniciativa, pautada no apoio a experiências com forte histórico comunitário, com identidade territorial e que buscam articular ações para construir a viabilidade dos empreendimentos, a melhoria de vida de agricultores e o fortalecimento de estratégias agroecológicas de produção.

Certamente existem críticas quando o assunto é o apoio à agroindustrialização e comercialização dos produtos da agricultura familiar. O argumento usualmente utilizado é que esses agricultores jamais poderão competir com as indústrias nacionais e multinacionais que passaram a dominar o mercado de alimentos no

mundo. O avanço de novas tecnologias de produção e de transformação de produtos estaria condenando as formas mais artesanais de produção a serem apenas uma recordação de um passado rural.

Entretanto, alguns elementos apontam para uma tendência oposta, como o crescimento de significativa parcela da população urbana preocupada com o problema da elevada concentração de renda e impactos socioambientais decorrentes do padrão de consumo. Para esses consumidores é importante adquirir um produto diferenciado, que tenha uma forte identidade regional e que tenha sido produzido a partir de outras bases tecnológicas, que não a agricultura industrial. Apesar de ainda representar parcela bastante reduzida da produção, o crescimento da produção orgânica e agroecológica tem sido expressivo em muitos países. Soma-se a isso a relevância da agricultura familiar para a manutenção de uma diversidade de produtos, aumentando os níveis de segurança e soberania alimentar, aspectos considerados chave para o desenvolvimento sustentável[8].

O desafio da comercialização

"Agricultor sabe produzir, mas não sabe comercializar a produção". Esta deve ser uma das frases mais ditas por técnicos e agricultores quando se referem ao desafio da comercialização de produtos. No entanto, a superação dessa importante limitação impõe que façamos uma análise crítica.

As atividades de comercialização começam no momento em que o agricultor toma a decisão de cultivar determinado produto de forma direcionada para um mercado em especial. Assim, produção e comercialização não são duas etapas subsequentes, mas, sim, atividades inter-relacionadas, "duas faces de uma mesma moeda" que trazem impactos diretos no modo e na qualidade de vida das famílias.

Não raro, problemas observados na comercialização de produtos têm sua origem em questões relacionadas ao planejamento da produção, em decisões tomadas sem o conhecimento suficiente do mercado. Quanto mais distante do mercado consumidor, mais difícil para os agricultores perceberem tendências e fazerem ajustes em sua produção.

Historicamente os estudos sobre a dinâmica da agricultura familiar revelam a diversidade das suas formas comerciais. De fato, entre a subsistência e a sua articulação com sistemas produtivos especializados, encontramos uma combinação de arranjos desde autoconsumo, trocas entre vizinhos, vendas diretas e atividades que incorporam circuitos formais de comercialização e distribuição, até aquelas relacionadas à agroindústria por meio dos contratos de integração. Percebe-se, assim, que tal como a diversificação produtiva surge como estratégia específica da agricultura familiar, a diversificação dos destinos da produção aparece como um importante pilar para a sustentabilidade das unidades familiares. A dependência de um único canal de comercialização representa um risco bastante grande aos agricultores. Em muitos projetos apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia este é um componente presente, como naqueles coordenados pelas organizações: Clube de Mães Quilombolas Lar de Maria (MA), Acesa (MA), Aamarterra (MT), Associação do Assentamento Santo Expedito II (MT), Aafpa (MT), ACRMS (MT), Associação Amigos do Vale do Rio Teles Pires (MT) e pelo IOV (MT), especificamente em seu projeto Fortalecimento do Sistema de Comercialização Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável.

De forma mais objetiva, os canais de comercialização dos produtos da agricultura familiar podem ser classificados em cinco: venda direta ao consumidor, integração vertical com o agronegócio processador, vendas para o setor de distribuição, mercados institucionais e formas não monetárias de comércio. Basicamente, po-

8 Mesmo as regiões mais divulgadas como "ilhas de desenvolvimento do moderno agronegócio" são extremamente vulneráveis sob a perspectiva da segurança alimentar, seja pela alta dependência de importação de alimentos básicos, seja pela alta contaminação por agrotóxicos em alimentos, solo, água ou mesmo pessoas (FERREIRA et al., 2014; FERREIRA, 2011).

de-se observar duas grandes estratégias no tocante à comercialização de produtos: uma primeira centrada na construção de circuitos curtos e descentralizados, que ligam a produção ao consumo de alimentos e, de forma geral, a agricultura à sociedade regional. A outra é constituída por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial.

A articulação com qualquer uma dessas estratégicas impõe ao agricultor familiar a necessidade de conhecimentos e investimentos específicos. De fato, sabe-se que usualmente as políticas públicas conferem pouca atenção a questões diretamente relacionadas à articulação entre produção e comercialização, como, por exemplo, coordenação das atividades e qualificação da produção, transporte, gestão, logística e práticas organizativas. Na ausência de ações de apoio, os agricultores acabam ficando na mão dos chamados "atravessadores", agentes que dominam alguns desses aspectos e que se apropriam de parte dos recursos justamente por isso.

Verifica-se em projetos desenvolvidos no âmbito do PPP-ECOS atividades para fortalecimento das dimensões produção e comercialização de forma integrada, permitindo a construção de maior autonomia dos grupos. São os casos, por exemplo, dos projetos desenvolvidos pelas organizações Aderjur (MT), Associação do Grupo de Feirantes Frutos da Terra (MT) e ABQMPCG (MA).

Um dos caminhos que se tem preconizado aos agricultores, e que vem sendo experimentado amplamente pelos projetos apoiados pelo Programa, é a construção de canais de comercialização direta e a busca de mercados específicos. Está baseado na agregação de valor aos bens agrícolas, cuja produção está fundamentada em diferenciais relacionados à qualidade, que envolvem aspectos de ordem social, ambiental ou cultural. O exemplo mais marcante talvez seja o caso das feiras livres. Muitos projetos apoiados pelo Programa elegeram as formas diretas de comercialização como foco de suas ações, como aqueles desenvolvidos pela APA-TO e ASBB (TO), que trabalharam com a estruturação e o fortalecimento de circuitos de feiras, e pelo IOV (MT), que desenvolveu um mecanismo de comercialização *on-line* para os produtos da agricultura familiar.

Mais do que apenas um local de venda de produtos, as feiras de agricultores constituem verdadeiro ambiente de aprendizado e interação social, aproximando os agricultores do mercado consumidor, mantendo relacionamento de confiança e criando um fluxo de informação com consumidores em relação à quantidade e à qualidade dos produtos e necessidades de ajustes. Trata-se de um espaço dinâmico de aprendizado, tanto para agricultores quanto para consumidores, cujos benefícios não ficam restritos apenas ao segmento da agricultura, mas chegam à sociedade local como um todo.

Não é à toa que muitas iniciativas desenvolvidas por grupos de agricultores se baseiam no fortalecimento de feiras. São espaços vivos que acompanham as características, contradições e conflitos de cada sociedade. Representam a própria diversidade: cada lugar tem a sua própria feira, com uma identidade particular. São democráticas por excelência: é o espaço no qual se encontram, convivem, competem e cooperam sujeitos sociais de todas as classes. É interessante notar que, mesmo com a crescente concentração de forças dentro do setor varejista de alimentos, a tradição de comprar alimentos nas feiras e a associação desses espaços como propícios para aquisição de produtos mais frescos e de melhor qualidade permanecem em todas as regiões brasileiras, seja em grandes ou em pequenas cidades.

Dado que a realização de feiras é complexa, o IOV (MT) buscou superar os desafios por meio de atividades como: ações de capacitação para a relação com consumidores, investimentos em infraestrutura mínima, planejamento da produção para ajuste da demanda por produtos, construção de identidade própria, gestão coletiva da iniciativa, transporte dos produtos, estratégias de divulgação.

O desafio da agregação de valor

A implantação de agroindústrias é importante para a permanência dos agricultores familiares no meio rural e para a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma ação que potencializa a geração de oportunidades de trabalho e de renda e, consequentemente, de inclusão social, ao possibilitar maior participação de mulheres, idosos e jovens no processo produtivo. As agroindústrias geram grandes impactos na redução da migração rural-urbana, no crescimento econômico e na melhoria das condições de vida.

O reconhecimento dos benefícios gerados pela agroindustrialização da produção familiar não é novidade. Entretanto, essa é uma condição rara no meio rural brasileiro. De um universo de mais de quatro milhões de agricultores familiares, apenas 212.607 declararam no censo de 2006 beneficiar ou processar produtos na propriedade, aproximadamente 5% do total – além de uma porcentagem baixa, grande parte das agroindústrias familiares estão concentradas na região Sul. Dentre as principais limitações, destacam-se:

- Dificuldade de acesso a crédito por parte dos agricultores familiares devido à burocracia dos bancos. Não são raros os depoimentos de agricultores que, apesar de demonstrarem o interesse em implantar uma pequena agroindústria, perdem-se na burocracia ou nas exigências dos agentes financeiros. A falta de garantias, o foco dos agricultores em produtos não convencionais ou mesmo o desinteresse do agente financeiro são alguns dos obstáculos apontados para o acesso a recursos de investimentos.
- Assistência técnica agroindustrial de baixa qualidade ou, em muitos locais, inexistente. A falta de assistência técnica é causa não apenas da ausência de projetos encaminhados a agentes de crédito, mas também das dificuldades de gestão que muitos grupos vivenciam no momento em que conseguem estruturar um empreendimento para beneficiar sua produção. Se já era difícil produzir, soma-se agora a dificuldade de beneficiar e vender a produção, além de gerir o empreendimento, geralmente coletivo. Ter apoio técnico é condição essencial para garantir o sucesso da iniciativa.
- Não operacionalização por parte dos bancos da linha Pronaf – Custeio Agroindustrial[9]. Um dos maiores desafios das agroindústrias não é apenas o recurso para sua estruturação, mas fundamentalmente o capital de giro necessário para tocar os meses ou anos iniciais, garantindo assim o pagamento das matérias primas e custos operacionais do novo empreendimento. Sem esse recurso as agroindústrias acabam operando de forma ociosa durante os meses iniciais.
- Legislações inadequadas. Ao participar de uma agroindústria cooperativa, os agricultores passam a ter que obedecer a legislações específicas, sendo que algumas delas podem representar dificuldades bastante grandes para empreendimentos de pequeno porte. Exemplos são as legislações previdenciária, cooperativista, tributária e sanitária.
- Baixo acesso dos agricultores familiares ao mercado institucional, incluindo PAA e PNAE. Já foi mencionada a importância desse mercado para as agroindústrias familiares, especialmente aquelas com produtos da sociobiodiversidade. Entretanto, o acesso a esses mercados exige uma articulação local bastante grande – experiências desenvolvidas pelo IOV mostraram que muitas vezes foram necessárias atividades de ajuste de cardápios de escolas, capacitação de merendeiras e fiscalização constante dos processos de tomada de preços na compra de alimentos para a alimentação escolar para que possa haver avanços nesse segmento.

9. Os financiamentos do Pronaf Agroindústria têm como finalidades investimentos que visem o beneficiamento, armazenagem, o processamento e a comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais, do extrativismo, de produtos artesanais e da exploração de turismo rural. Fonte: <www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#1>, acesso em 22 fev. 2017.

O que se observa é um tratamento semelhante aos empreendimentos, independentemente de seu tamanho e de seu objetivo fim. Na prática, não se reconhece que o apoio aos empreendimentos familiares traz benefícios que reverberam por muitos outros segmentos. Tudo isso permite novamente ressaltar a importância dos projetos apoiados pelo PPP-ECOS. São propostas que conseguem em diferentes magnitudes agregar diversas estratégias, não se atendo somente aos recursos de investimento, mas buscando criar as condições que garantam a sustentabilidade das iniciativas propostas. Servem, assim, como exemplo para o aprimoramento das políticas de apoio à agricultura familiar. Nesse sentido, podem ser mencionados os projetos da Cooperjuafa (MT), da Aapino (TO), da CTA (MT), da ACRMS (MT), da Aafpa (MT) e da Associação dos Produtores Rurais Quilombolas de São José dos Portugueses (MA). Todos eles, além dos recursos de investimento, buscaram incluir ações de fortalecimento da iniciativa, construindo plano de negócios ou efetivando redes de apoio.

Cabe destacar a questão das normas de qualidade de produção dos produtos. Atendê-las não é tarefa fácil para os empreendimentos da agricultura familiar. Por isso, muitos projetos têm investido na criação de estratégias para a melhoria da qualidade da produção, como a elaboração de manuais de boas práticas, a realização de oficinas voltadas a essa questão, a melhoria nas embalagens e informações de rótulos. Exemplos podem ser vistos nos projetos coordenados pela Asmubip (TO) e Coopercotri (MT), ACRMS (MT) e Aafpa (MT).

A gestão de empreendimentos da agricultura familiar

Se a obtenção dos recursos e apoios necessários para viabilizar as ações de beneficiamento e comercialização já representa enormes entraves para os grupos de agricultores, não podemos esquecer que, uma vez iniciadas, tais iniciativas enfrentarão o seu grande desafio: a gestão coletiva.

Do ponto de vista da viabilidade econômica, a ação coletiva se faz necessária, uma vez que agricultores familiares isolados dificilmente são capazes de atingir escala de produção suficiente para realizar transações comerciais rentáveis. A ação em conjunto, em termos práticos, é capaz de reduzir custos de comercialização, atingir regularidade de oferta e viabilizar a capacidade de negociação de preços, resultando em vantagens competitivas. Assim, tratando-se de agricultores familiares, a capacidade de gestão coletiva de empreendimentos é condição essencial para sua sustentabilidade. Do ponto de vista da gestão, formas associativas de agricultores familiares enfrentam dois desafios: a gestão dos fluxos comerciais a montante e a jusante da cadeia produtiva e a gestão interna do grupo. Os empreendimentos coletivos dos agricultores devem ser eficientes externamente, garantindo processos e produtos que possam ser competitivos com os demais encontrados no mercado, e internamente, mantendo um ambiente colaborativo e participativo entre os agricultores envolvidos. Desafio nem um pouco trivial em um ambiente altamente competitivo com grandes empresas que acessam benefícios e isenções distantes para os agricultores familiares.

Um primeiro aspecto a ser destacado é a própria percepção dos agricultores quanto ao empreendimento coletivo. É necessário que cada agricultor entenda que seus objetivos condizem com os objetivos do grupo, e que o sucesso da iniciativa implica necessariamente o seu sucesso. Não raras vezes é possível encontrar cooperativas que não são percebidas por seus cooperados como um negócio próprio, mas apenas como mais um comprador de matéria prima da região – o crescimento demasiado do lado "empresa", em detrimento do lado associativista, é um dos motivos que leva a esse quadro.

Algumas práticas são fundamentais para conferir o caráter social no processo de gestão. O fluxo de informações, os processos de tomada de decisão, as regras de definição de preços pagos aos diferentes agricultores, não privilegiando aqueles que têm maior volume, são alguns exemplos. Características muito comuns às propriedades rurais, como a ausência de controle financeiro, a ineficiência dos sistemas de gestão da quali-

dade e a falta de planejamento da produção, acabam sendo transferidas para os empreendimentos coletivos, dificultando a participação dos grupos em canais de distribuição mais dinâmicos.

Por fim, cabe destacar que a construção de estratégias de gestão coletiva é tão desafiadora quanto o tamanho do empreendimento. A grande questão a ser respondida é como extrapolar os laços de solidariedade e reciprocidade vivenciados no ambiente comunitário para as estratégias de gestão dos empreendimentos de comercialização e/ou beneficiamento da produção. A realização de práticas coletivas, cursos, oficinas, intercâmbios, presentes em praticamente todos os projetos apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia, são alguns dos caminhos para fortalecer esta dimensão.

Reflexões finais

Este texto buscou resgatar alguns elementos históricos que representam desafios para o avanço das estratégias de comercialização e beneficiamento da produção dos agricultores familiares. Mesmo com todas as dificuldades existentes, observam-se diversas experiências exitosas desenvolvidas por grupos de agricultores em todas as regiões brasileiras e, em especial, na região Amazônica, onde tais experiências assumem importância ainda mais relevante em virtude do avanço da fronteira agrícola.

Os projetos apoiados pelo PPP-ECOS materializam a luta de muitas comunidades por toda a região Amazônica para garantir a sua identidade. São verdadeiros espaços de resistência frente a um modelo que busca homogeneizar e reduzir o papel dos agricultores para o desenvolvimento rural e urbano. Compreender a história, as estratégias, as conquistas e os desafios desses projetos constituem importantes aprendizados para todas as organizações que acreditam e trabalham por outra forma de produzir e viver no campo e nas cidades.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, M. L.; BACELAR, T. As concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no Brasil. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (org.) Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013. p. 35 – 76.

BUSCHBACHER, R. A teoria da resiliência e os sistemas socioecológicos: como se preparar para um futuro imprevisível? IPEA – Boletim Regional Urbano e Ambiental, v. 09, 2014. p. 11 – 24.

CARRAZZA, L. R.; NOLETO, R. A.; FILIZOLA, B. C. (org.). Cadernos de Normas Fiscais, Sanitárias e Ambientais para regularização de agroindústrias comunitárias de produtos de uso sustentável da biodiversidade. Brasília-DF: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2ª edição, 2012.

ESTEVAM, D. O.; SALVARO, G. I. J.; BUSARELLO, C. S. Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense. INTERAÇÕES, v. 16, n. 2, p. 289-299, 2015.

FERREIRA, B.; BELIK, W.; CANO. W. Questão agrária e segurança alimentar. Revista Política Social e Desenvolvimento, n.10, 2014.

FERREIRA, L. A. Estratégias de Acesso a Mercados para Agricultura Familiar. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. 70p.

LIMA, A. F. A.; LEITE, W. J. F. Agricultura familiar e as feiras livres. Estudo de Caso na Feira do Produtor Rural em Tangará da Serra MT. Anais do 52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Goiânia, 2014.

LIMA, C. C.; MAGRO, E. F.; ANDRADE, L. M. N.; QUINTINO, S. M. Empreender na gestão agropecuária da Amazônia: o caso das agroindústrias familiares em Rondônia. Revista Metropolitana de Sustentabilidade, v. 5, n. 2, p. 49-74, 2015.

NIEDERLE, P. A.; MÉGANE, R. Agricultura familiar e mercados para produtos orgânicos: os desafios de integrar novos circuitos de comércio. Anais do 52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Goiânia, 2014.

PALMA, D. C. A. Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Saúde Coletiva, Cuiabá, 2011.

SILVA, L. A. G. C. Agroindustrialização da agricultura familiar. Nota Técnica da Consultoria Legislativa, 2012. Online. Disponível em <www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema2/2012_16756.pdf>, acesso em 02 fev. 2017.

Abelhas e biodiversidade: um tema global

Jerônimo Kahn Villas-Bôas[10]

A importância das abelhas e os desafios para a conservação de sua biodiversidade são hoje temas globais. Não só pelo delicioso mel que algumas espécies produzem, mas principalmente pelo significativo serviço ambiental que prestam com a polinização, na manutenção dos ecossistemas naturais e agrícolas e, consequentemente, na produção de alimentos. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que um terço da alimentação humana dependa direta ou indiretamente da polinização por abelhas.

A má notícia é que as abelhas estão desaparecendo. Suprimidas por um fenômeno denominado *Colony Collapse Disorder* (CCD) ou Síndrome do Colapso das Colônias, cujos primeiros sintomas foram registrados nos EUA, Europa e, mais recentemente, na América do Sul e no Brasil[11] . As abelhas têm protagonizado notícias alarmantes mundo afora.

10 Ecólogo, especialista em manejo e conservação de abelhas.

11 Mais informações no site <www.semabelhasemalimento.com.br>, acesso em 22 fev. 2017.

Não existe um único fator responsável por essa crise, mas sim um conjunto deles, sendo todos associados ao sistema agrícola predominante. O desmatamento, catalisado pela expansão das fronteiras da agricultura de larga escala, destrói os habitat naturais das abelhas e limita suas áreas de sobrevivência. A homogeneização das paisagens, resultado das monoculturas, restringe a diversidade e abundância de flores, fonte de alimento das abelhas, e o uso indiscriminado de agrotóxicos envenena e extermina as populações desses insetos.

Trata-se de um sistema absolutamente contraditório. A mesma agricultura que tanto depende do serviço de polinização para a produção de alimentos é baseada em um sistema que proporciona o seu extermínio.

A boa notícia é que existem práticas agrícolas compatíveis com a conservação de abelhas, tema de estudo de pesquisadores e agricultores de todo o mundo nas últimas décadas. Algumas práticas em destaque são: manutenção e recuperação da vegetação nativa – cumprir a lei e respeitar as Reservas Legais[12] e as APPs[13], por exemplo, já é um grande passo –; enriquecimento de paisagens agrícolas com fontes alternativas de flores; cultivos consorciados; e, principalmente, suspensão ou uso moderado de agrotóxicos.

Infelizmente, mesmo que sistematizadas e divulgadas, essas práticas são pouco aplicadas. Enquanto isso, os ecossistemas seguem sendo esterilizados, e a indústria de alimentos e as grandes empresas de insumos agrícolas ganham força na economia global, sustentadas pela justificativa – ou "canto da sereia" – do desafio de poder alimentar a humanidade.

Se por um lado a adoção de práticas agrícolas amigáveis às abelhas é pré-requisito para sua existência em médio e longo prazos, há um fator relevante, de curto prazo, que tem retardado o processo de extinção: o manejo sustentável de algumas espécies. É exatamente nesse ponto que chegamos ao assunto foco deste texto: prestigiar os criadores de abelhas e relatar algumas iniciativas de manejo e conservação apoiadas pelo PPP-ECOS na Amazônia.

Abelhas com e sem ferrão

Antes de continuar, vale destacar que a atividade de criação de abelhas pode ser dividida em duas práticas distintas, a apicultura e a meliponicultura. A apicultura caracteriza-se pelo manejo da espécie *Apis mellifera*, que não é nativa do território brasileiro. Sua prática é difundida, detém tecnologia desenvolvida, padrões de produção definidos e características de seus produtos e subprodutos bem conhecidas. No Brasil, atualmente, o mel encontrado no mercado, e consumido, é exclusivamente produto da apicultura.

Já a meliponicultura é o manejo das abelhas sem ferrão, nativas do Brasil e de outras regiões tropicais da Terra. No Brasil, trata-se de uma atividade historicamente desenvolvida por comunidades tradicionais para subsistência, em escala artesanal, sem papel de destaque na agricultura do país. Nas últimas duas décadas, entretanto, algumas comunidades têm se articulado para estabelecer parâmetros de produção e comercialização. Geralmente mais ácido e menos doce que o mel de Apis, a diversidade de sabores e aromas do mel nativo é proporcional à diversidade das mais de 200 espécies de abelhas sem ferrão existentes no Brasil. A oportunidade de exploração desse universo pela gastronomia – tanto profissional como amadora – é o grande potencial para inserção do produto no mercado.

Uma iniciativa interessante de organização da meliponicultura é o Projeto Abelhas Nativas (PAN), há 15 anos desenvolvido no estado do Maranhão pela parceria entre Associação Maranhense para a Conservação da Natureza (Amavida), Programa Nacional Abelhas Nativas[13] (PNAN) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Desde sua fundação em 2001, o PAN já apoiou mais de 20 comunidades de criadores de abelhas, de-

12 Conforme o Código Florestal, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

13 Mais informações no site <www.pnan.com.br>, acesso em 22 fev. 2017.

senvolvendo tecnologias acessíveis para manejo e beneficiamento, valorizando os produtos, buscando canais de comercialização e, sobretudo, apoiando a organização dos produtores para a gestão do negócio.

Em mais de uma oportunidade o PAN recebeu apoio do PPP-ECOS. Recentemente, no edital de 2013, a Aplica (MA) foi contemplada, dando continuidade à semente plantada pelo Projeto Abelhas Nativas. A iniciativa em curso estendeu suas ações a outras comunidades e buscou fortalecer a rede de meliponicultores por meio de um canal digital de comunicação.

Os desafios da inclusão produtiva

Apesar de existirem diversas comunidades mobilizadas em explorar os produtos das abelhas nativas, detentoras de tecnologias viáveis e organizadas em arranjos produtivos exitosos, a legislação nacional que deveria amparar os empreendimentos é, na prática, um empecilho.

No que se refere aos parâmetros de produção, a meliponicultura não se enquadra no Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel, estabelecido pela Instrução Normativa nº 11 de 2000, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), cujas diretrizes se aplicam apenas à apicultura. Desde 2005, diversas organizações têm pleiteado junto ao Mapa o reconhecimento dos derivados das abelhas nativas em legislação específica, sem sucesso.

Apesar de existirem avanços em nível estadual – Amazonas e Bahia já publicaram regulamentos específicos para a meliponicultura – o descaso do Governo Federal evidencia um lapso crônico do paradigma de produção no Brasil. Na lógica do agronegócio, tudo aquilo que é produzido em escala artesanal, com tecnologias locais, é tratado de forma marginal, acusado de ameaçar a segurança sanitária dos alimentos.

Apesar de existir legislação que ampare a apicultura, a consequência dessa concepção afeta tanto meliponicultores quanto apicultores. Isso porque a base da regulamentação dos produtos das abelhas está atrelada ao RIISPOA (Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal), que, como o próprio nome diz, estabelece normas concebidas na lógica industrial. A consequência é um conjunto de imposições inviáveis ao pequeno produtor, como a construção de estruturas complexas e onerosas para coleta e beneficiamento dos produtos, bem como o cumprimento de fluxogramas e procedimentos pouco acessíveis.

Alheios a essa realidade, os programas nacionais de extensão rural seguem difundindo a apicultura e a meliponicultura – sim, mesmo sem regulamentação, existe investimento público na atividade – na lógica do empreendedorismo individual. Raramente existe apoio para fortalecimento de cooperativas e associações, únicas formas de organização capazes de possibilitar aos criadores de abelhas o cumprimento do conjunto de requisitos impostos pela legislação vigente. Realizar um curso, distribuir material e, na melhor das hipóteses, manter uma rotina de acompanhamento técnico individual/familiar são oferecidos pelo Sebrae, Senar e Emater, geralmente acompanhado pela promessa da "galinha dos ovos de ouro". Essa abordagem dificilmente tem êxito a médio e longo prazos, já que geralmente entregam pacotes tecnológicos estranhos às realidades locais e não levam em conta a necessidade de gestão para autonomia dos negócios.

É justamente essa lacuna que o trabalho de instituições como o ISPN e programas como o PPP-ECOS preenche. Observamos que muitas organizações iniciaram suas ações com apoio de programas governamentais, mas tiveram de buscar editais para dar continuidade às ações.

Os diferentes papéis na conservação biológica

Pela legislação ambiental, as abelhas sem ferrão são consideradas animais silvestres, enquadradas pela Resolução Conama nº346, de 2004, e Instrução Normativa nº169, de 2008. Até aí tudo bem, já que são representantes da fauna nativa e merecem cuidados especiais. O problema é que a forma burocrática como é estabelecida a regularização dos meliponários, cujos meios de aplicação são desconhecidos pelos próprios órgãos ambientais competentes, coloca na clandestinidade praticamente todos os meliponicultores do Brasil.

Mais uma vez, evidencia-se uma contradição. Em um cenário de crescente fragmentação florestal em todos os biomas brasileiros, os criadores de abelhas nativas, em sua maioria mantenedores de uma tradição cultural passada de geração em geração, têm efetivamente desempenhado o papel de preservação de muitas espécies, e não apenas explorado de forma predatória como a legislação restritiva faz entender.

A apicultura, por sua vez, desempenha papel diferente na conservação da biodiversidade. Muito se discute sobre o fato da *Apis mellifera* ser uma espécie exótica que compete com as abelhas nativas. E de fato compete. A questão é que essa competição é pouco significativa em ecossistemas preservados, onde existe disponibilidade de recursos florais para todas as espécies. Culpar a abelha com ferrão pelo desaparecimento das nativas, em uma realidade de fragmentação florestal e uso indiscriminado de agrotóxicos, é desviar os olhos do problema principal.

Além disso, por mais que tenha sido introduzida, a Apis tem ampla distribuição geográfica e já se consolidou em todos os ecossistemas do Brasil. Quando praticada em pequena escala, sem o adensamento exagerado de colônias geralmente promovido pela apicultura comercial, ou seja, respeitando a capacidade de suporte e a convivência com as abelhas nativas do ambiente onde estão inseridas, é uma atividade que agrega valor tanto do ponto de vista econômico quanto da conservação biológica.

Afinal, frear o desmatamento, combater queimadas, restaurar ecossistemas nativos e enriquecer as paisagens agrícolas com diversidade de plantas são ambições comuns de quem se preocupa com as abelhas. E sobre estas ações os apicultores têm grande propriedade, já que seus principais produtos - mel, própolis e pólen - são diretamente beneficiados pela floresta em pé. Impedindo o desmatamento e promovendo o plantio de plantas apícolas, os apicultores são importantes agentes de conservação, o que de forma indireta também beneficia as abelhas nativas e outras espécies da fauna.

Interessantes experiências dessa abordagem conservacionista da apicultura já foram apoiadas pelo PPP-ECOS na Amazônia. Destaque para os projetos da Apraípe (MT) e da Associação Agroecológica Tijupá (MA), firmados em 2013 e 2015, respectivamente. São iniciativas que, além de pleitear equipamentos e materiais associados à cadeia apícola, tiveram o cuidado de promover diálogos e ações de recomposição florestal, combate a queimadas e difusão de práticas agroecológicas entre as famílias contempladas.

A Acopam, de Castanheira-MT, uma região fragmentada pela pecuária extensiva foi além. Com apoio do Programa, em 2013, o grupo de apicultores identificou as plantas exploradas pelas abelhas na região para subsidiar a produção de mudas e recuperou uma área demonstrativa com espécies florestais apícolas. Ademais, o PPP-ECOS apoia pequenos agricultores, como os da Acranm (MT) e da Associação Amigos do Vale do Rio Teles Pires (MT), na introdução da atividade da apicultura associada à consolidação da produção agroecológica.

Por fim, cabe destacar a experiência da Atix, que aderiu ao Sistema de Garantia Participativa (SGP) e obteve para seu mel o selo orgânico pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISOrg). A estratégia buscou consolidar o produto no mercado e aumentar sua comercialização.

O PPP-ECOS e a valorização das estratégias de resiliência

Um aspecto que merece destaque entre os projetos deste portfólio com produtos das abelhas é o perfil dos participantes. São todos agricultores e não exclusivamente apicultores e meliponicultores. A criação de abelhas é geralmente uma atividade que complementa um conjunto de atividades agroextrativistas. É justamente essa diversificação que oferece resiliência[14] e viabiliza o modo de vida dos agricultores familiares, imersos em um ambiente hostil de expansão da agricultura industrial.

Ter sensibilidade para entender a complexidade da agricultura familiar é o grande mérito de iniciativas como o PPP-ECOS ao apoiar sistemas alternativos de produção, compatibilizando valorização de conhecimento tradicional, conservação ambiental e geração de renda.

Além do apoio pontual às iniciativas comunitárias, vale mencionar a atuação do ISPN com a realização de capacitações – como cursos, oficinas, seminários e encontros temáticos. Sobre o tema criação de abelhas, dois encontros já foram realizados: um em Cuiabá, em 2010, e outro em Brasília, em 2014. As duas ocasiões se mostraram eficientes espaços de intercâmbio de estratégias de resiliência. Não só do ponto de vista tecnológico, mas também ambiental e político.

A atividade de criar abelhas é um símbolo dos dilemas do Brasil em compatibilizar a conservação ambiental, conservação da sociobiodiversidade e os desafios da inclusão produtiva. Tema que o ISPN tem tratado com muita competência, especialmente por meio do PPP-ECOS.

14 Neste texto, define-se resiliência como a capacidade individual ou coletiva de lidar com problemas, adaptar-se a mudanças, superar obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, L. A. O. A criação de abelhas indígenas sem ferrão. Informe Técnico, Viçosa, v. 12, n. 67, Universidade Federal de Viçosa, 2003.

CARVALHO, C. A. L.; ALVES, R. M. O. ; SOUZA, B. A. Criação de Abelhas sem ferrão: aspectos práticos. Cruz das Almas: Universidade Federal da Bahia / SEAGRI - BA, 2003. 42 p.

CORTOPASSI-LAURINO, M.; et al. *Global meliponiculture: challenges and opportunities. Apidologie*. Versailles, v. 37, p. 275-292, 2006.

CRANE, E. *The past and present status of beekeeping with stingless bees.* Bee World, Bucks, v. 73, n. 1, p. 29-43, 1992.

FONSECA, A. A. O. et al. Qualidade do mel de abelhas sem ferrão: uma proposta para boas práticas de fabricação. Série Meliponicultura, 5, Cruz das Almas, UFRB/SECTI-FAPESB. 2006. 70p.

GONÇALVES, L. S. Desenvolvimento e expansão da apicultura no Brasil com abelhas africanizadas. In: Revista SEBRAE Agronegócios, n.3. Brasília: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. 2006.

IMPERATRIZ-FONSECA, V. L. et al. Polinizadores no Brasil – Contribuição e perspectivas para a biodiversidade, uso sustentável, conservação e serviços ambientais. São Paulo: Edusp, 2012. 488p.

MICHENER, C. D. *The bees of the world.* Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000. 913 p.

NOGUEIRA-NETO, P. Vida e Criação de Abelhas Indígenas Sem Ferrão. São Paulo: Nogueirapis, 1997. 446 p.

OLIVEIRA, F. Manual de Meliponicultura. Manaus, 2006.

SOUZA, B.; et al. *Composition of stingless bee honey: setting quality standards*. Interciência, v. 31, no 12, p. 867-875, 2006.

VENTURIERI, G. C.; et al.. Meliponicultura no Brasil: situação atual e perspectivas futuras. In: IMPERATRIZ-FONSECA V. L., CANHOS D., ALVES D. A., SARAIVA A. M. (org.) Polinizadores no Brasil: contribuição e perspectivas para biodiversidade, uso sustentável, conservação e serviços ambientais. São Paulo, EDUSP, p. 213-236, 2012.

VILLAS-BÔAS, J. K. Manual Tecnológico: Mel de Abelhas sem Ferrão. Brasília – DF. Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN). Brasil, 2012.

Agroindústria comunitária de polpa de frutas: estratégia de geração de renda e conservação

Ana Luiza Meirelles[15]

Introdução

O processamento de alimentos é uma decorrência natural da produção agropecuária. Conservar alimentos sazonais por mais tempo, tanto para diversificar a alimentação quanto para gerar mais renda, é uma prática que passa de geração em geração especialmente para quem depende da própria produção para viver. Ao longo

15. Agrônoma, pertence à equipe técnica do Centro Ecológico, ONG que trabalha com assessoria e formação em agricultura ecológica. Desde 1988, Ana Luiza assessora grupos de agricultores familiares no processamento caseiro ou comunitário de alimentos.

da história, muitos foram os processos ou aditivos empregados: sol, gelo, sal, fogo ou fermentação são alguns deles.

O nível de processamento dos alimentos na sociedade contemporânea é altíssimo, com a presença crescente de produtos ultraprocessados, que, devido ao baixo valor nutricional, excesso de gorduras, açúcares e aditivos, nem poderiam ser considerados alimentos.

Essa é uma das razões que tendem a elevar a procura por alimentos beneficiados pela agricultura familiar, bem como por povos e comunidades tradicionais. Existe também uma percepção social de que esses produtos são mais naturais, ainda que seguidamente esse conceito seja difundido e apropriado por outros setores, como grandes processadoras. Frente a esse aumento na demanda por produtos mais naturais, as polpas de frutas têm sido gradativamente valorizadas. Por resultarem de um processamento relativamente simples, podem manter as características químicas, bem como cor, aroma e sabor da fruta, quando feitas de maneira adequada.

Nesse quadro, muito brevemente descrito, as polpas ganham projeção e destaque, já que no Brasil tem-se o hábito de consumir sucos de frutas. Por outro lado, cristaliza-se o tempo escasso das famílias para prepará-los, especialmente nos grandes núcleos urbanos. Mesmo nas cidades pequenas, ainda com certo vínculo com o rural, a sazonalidade e a nostalgia de reencontrar sabores da infância ou conhecer outros, exóticos, que vêm sendo difundidos (graças à imensa biodiversidade do Brasil), oportunizam um importante espaço de comercialização de polpas de frutas.

Oportunidades

Nas últimas duas décadas, as tecnologias de despolpa e congelamento se tornaram mais acessíveis, permitindo que não apenas as grandes agroindústrias, mas também pequenas unidades se multiplicassem de norte a sul do país. O processamento de polpas de frutas em pequena escala possui algumas características que são muito oportunas para a diversidade e dinâmica da agricultura familiar. Podemos enumerar algumas:

1. A comunidade pode decidir o volume da produção que está apta a se comprometer, de acordo com os mercados disponíveis, número de pessoas/comunidades envolvidas, capacidade de gestão do recurso. Assim, pode utilizar pouco maquinário e tecnologia de fácil assimilação, sem interferir na qualidade do produto final, desde que se conte com a adesão de cada um dos participantes;
2. O processamento de frutas surge como uma alternativa de aproveitamento da produção das propriedades, comunidades ou assentamentos, onde há várias espécies frutíferas, em espaços reduzidos e com poucas plantas de cada espécie. Essa configuração muitas vezes tem um manejo que o caracteriza como quintal agroflorestal[16]. Frutas, em quantidades reduzidas e reunidas das diferentes unidades de produção, são processadas com tecnologias muito semelhantes na mesma unidade de processamento;
3. Não é necessário o uso de produtos alheios à produção local (como sal, açúcar, vinagres, condimentos etc.) e também não demanda o uso de aditivos alimentares, sejam eles conservantes ou corantes, pois as propriedades físicas, químicas e organolépticas[17] podem ser mantidas seguindo-se as etapas de processamento e as boas práticas de fabricação. O acréscimo de aditivos é, acima de tudo, desaconselhável

16 Quintais agroflorestais têm sido, durante milênios, fonte de segurança alimentar e poupança das famílias rurais, fornecendo verduras, pequenos animais domésticos, frutas e carboidratos, boa parte das vitaminas, sais minerais e até proteína e amido consumidos pelas famílias mais isoladas, com envolvimento muitas vezes exclusivo das mulheres. (Revista dos Sistemas Agroflorestais - Centro Ecológico Litoral Norte-PDA/PPG7/MMA, dezembro de 2003)

17 Propriedades que podem ser percebidas pelos sentidos humanos, como brilho, odor, textura e sabor, etc.

para que as polpas congeladas não percam seu atributo de alimento saudável e a presença em mercados exigentes neste quesito;

4. Oferecer ao mercado frutas *in natura* demanda certa classificação, seja pela uniformidade do ponto de maturação, apresentação, tamanho/peso. Quanto mais distante e menor afinidade tiver com quem produz, maiores são as exigências nos atributos visuais que o mercado estabelece. O processamento de polpas dispensa essa rigorosa classificação e permite o aproveitamento desses frutos com qualidade visual que normalmente são desprezados e desperdiçados;
5. Similares a outras unidades que processam produtos da agricultura de base familiar, as agroindústrias de polpas de frutas congeladas também podem propiciar condições de conforto e segurança, gerando mais dignidade nas condições de trabalho. A segurança de quem consome é uma cobrança permanente, mas há de ser valorizado o cuidado com colaboradores e colaboradoras da unidade de processamento;
6. Consumidores de outras regiões do país podem ter a oportunidade de degustar os frutos nativos, transformados em polpa congelada, o que não seria possível se estivessem *in natura*. Buriti, cupuaçu, bacuri, murici, cajá são algumas frutas que a maioria dos consumidores desconhece. As frutas nativas apresentam aspectos nutricionais diferenciados e podem diminuir a monotonia das dietas alimentares.

Para efeito das pretensões deste texto, consideramos suficiente mencionar essas oportunidades acima. Mas assim como existem oportunidades, são muitos os desafios a serem superados.

Desafios

Sabemos que um dos maiores limites às agroindústrias de base familiar é a regularização fiscal, ambiental, tributária e, especialmente, sanitária. As organizações da sociedade civil têm se dedicado a buscar diálogo com os órgãos de controle para que os produtos beneficiados pela agricultura familiar possam se inserir legalmente nos mercados, dado seus óbvios benefícios sociais, ambientais e econômicos, chegando tanto à mesa das famílias como à merenda de milhares de escolares.

É necessário considerar que o desafio da regularização sanitária atinge uma magnitude que pode ir além das possibilidades de incidência das organizações da sociedade civil e mesmo dos governos dos países emergentes ou subdesenvolvidos. Corporações e empresas da cadeia agroalimentar industrial têm forte interesse que a agricultura familiar continue sendo, simplesmente, fornecedora de matéria-prima e mão de obra, avançando na dominação do mercado mundial de alimentos, cujas vendas no varejo, em 2011, chegaram a cerca de 7,2 trilhões de dólares, ultrapassando em 3% o valor do mercado de petróleo no mesmo ano, segundo dados do Grupo ETC *(Action Group on Erosion, Technology and Concentration)*[18].

Ademais, a globalização da cadeia de abastecimento alimentar traz a importância crescente do *Codex Alimentarius*[19] e as obrigações decorrentes dos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC)[20]. Isso resulta em um interesse sem precedentes no desenvolvimento de normas e regulamentos sanitários (FAO, 2003). A proteção à saúde do consumidor também tem se tornado uma justificativa para as excessivas exigências – embora muitas vezes não a garanta.

18 *Action Group on Erosion, Technology and Concentration (ETC Group)*. Mais informações em <www.etcgroup.org/>, acesso em 22 fev. 2017.

19 O *Codex Alimentarius* é um fórum internacional de normatização do comércio de alimentos estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), por ato da Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO) e Organização Mundial de Saúde (OMS). Criado em 1963, o fórum tem a finalidade de proteger a saúde dos consumidores e assegurar práticas equitativas no comércio regional e internacional de alimentos. Disponível em <www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/en/>, acesso em 22 fev. 2017.

20 CINTRÃO, Rosângela. Regulação sanitária de alimentos tradicionais – Desafios frente a sistemas alimentares globais, 2016 (não publicado).

O enquadramento e a adequação de unidades de beneficiamento ao conjunto das normas vigentes não fazem distinção entre grandes empreendimentos processadores e agroindústrias comunitárias/familiares. Isso faz com que singularidades próprias ao modo de produção possam ser perdidas. E, de fato, a transformação artesanal é a que carrega e preserva a cultura alimentar de diferentes populações.

Entretanto, há outros desafios a serem enfrentados pelas comunidades e organizações e que podem ser facilitados e mediados com o estabelecimento de parcerias com outras entidades e de apoio a políticas públicas:

1. Antes de começar o empreendimento é importante realizar um diagnóstico sobre a capacidade de sua gestão comunitária. Os potenciais devem ser identificados no próprio grupo relativo às diferentes áreas – desenvolvimento de produtos, produção, layout de rótulos, embalagens, armazenamento, distribuição e comercialização;
2. Buscar o ótimo equilíbrio na produção, tendo em conta a comum diversidade de espécies ou variedades, seus momentos de colheita, ponto de maturação e fisiologia pós-colheita21, aproveitando ao máximo as características das frutas. O controle adequado do estoque também é necessário, haja vista o alto custo com energia elétrica para a manutenção do empreendimento;
3. A perda pós-colheita é alta, pois as frutas são perecíveis. Assim, é fundamental que haja dedicação, capacitação e investimentos por parte das comunidades e grupos, manuseio cuidadoso, uso de caixaria adequada, empilhamento recomendado, proteção ao excesso de calor/sol/vento, diminuição do tempo e distância entre o local de produção e o de processamento e, especialmente, classificação dos produtos. É impossível transformar frutos, ou seja, a matéria-prima, que chegam à unidade de processamento em más condições em um bom produto final. A qualidade dos produtos depende, também, da disponibilidade de água em quantidade e qualidade suficientes para a produção de alimentos;
4. Assessoria técnica para atender às demandas especiais de processamento de produtos da sociobiodiversidade e estabelecer relações com as comunidades e unidades de processamento, de modo que possa gerar um processo de formação com metodologias adequadas à realidade e que sejam sustentáveis e permanentes;
5. Dentre as etapas do processamento, o congelamento demanda especial atenção devido ao alto custo dos equipamentos e à manutenção do produto final até sua comercialização. Para que as polpas tenham qualidade, a mais próxima possível dos frutos *in natura*, é indicado tecnicamente o congelamento rápido, que demanda câmaras ou túneis de congelamento em que as temperaturas chegam de -40°C a -60°C. As agroindústrias familiares têm sérias dificuldades de acessar essa tecnologia e, em geral, utilizam como alternativas câmaras frias e freezers domésticos. Para usá-las são necessários cuidados importantes, como observar o volume máximo para o congelamento inicial, para não comprometer a qualidade da polpa. Depois de devidamente estabelecida e, caso haja demanda, a agroindústria poderá dar passos maiores em busca de equipamentos mais adequados, desde o congelamento até o armazenamento (cadeia do frio).
6. A regulamentação sanitária, pulverizada em diferentes órgãos e ministérios, com seus respectivos conjuntos de portarias, instruções normativas e resoluções que se sobrepõem, se apresenta como um problema a ser superado;
7. No mesmo campo do anterior, outro desafio é o fato de a legislação não levar em conta as realidades locais e regionais, não diferenciando escalas de produção e se mostrando completamente inadequada à fabricação artesanal e familiar. Nesse sentido, constitui-se como um desrespeito à riqueza e à diversidade cultural em um país de dimensões continentais como o Brasil;

21 Diz respeito ao comportamento do fruto após a colheita, como maturação, tempo de armazenamento, manutenção da textura e sabor do fruto, entre outros.

8. Pesquisas relativas à avaliação das propriedades nutricionais e funcionais de produtos da sociobiodiversidade vêm sendo realizadas e publicadas. Organizações não governamentais, como o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), o Centro Ecológico e o próprio ISPN têm publicado materiais ricos em informações sobre boas práticas de manejo de plantas nativas e normas para regularização de agroindústrias da agricultura de base familiar. No entanto, essa dedicação das ONGs nem sempre recebe apoio do poder público;
9. A geração de tecnologia apropriada para o processamento dos frutos da sociobiodiversidade tem sido feita ao longo dos anos pelos agricultores e suas organizações, em parceria com as entidades e algumas pequenas empresas. Faz-se necessário investimentos em geração de tecnologias que possam otimizar a qualidade dos processos, que muitas vezes são diferentes para cada espécie;
10. A gestão de suas organizações, como cooperativas, associações ou unidades de processamento, tem se apresentado como um dos maiores desafios para os povos e comunidades tradicionais e agricultores/as familiares. A transição das atividades da produção na roça, campo, floresta, comercialização/venda direta na feira ou intermediário para uma atividade como processamento aumenta esse desafio. O processamento demanda diferentes tipos de regularização, boa análise do custo de produção para definição do preço final do produto, previsão de capital de giro, padronização, escala, apresentação, marketing etc. Soma-se, ainda, a manutenção das relações entre as pessoas que estão envolvidas, que muitas vezes sofrem desgastes.

Desafios da comercialização

Nos últimos anos, as compras governamentais cumpriram um importante papel como canal de comercialização para produtos da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais. No contexto atual de desmonte de muitas políticas de apoio a esse público, é bem possível que esse mercado esteja menos acessível. Nesse sentido é imperioso um esforço para criar novos espaços de comercialização com as características adequadas a essa camada da população.

Neste item dos desafios relativos à comercialização, abrimos um espaço maior para comentar algumas possibilidades que vêm sendo utilizadas por agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e suas organizações.

Feiras semanais são sempre uma opção interessante quando a produção se encontra relativamente acessível a centros consumidores que justifiquem um equipamento como esse. Feiras são excelentes espaços para comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais. Essa opção é parte de uma motivação óbvia: a eliminação de intermediários entre o produtor e o consumidor, com preços vantajosos, tanto para quem produz como para quem consome. Outras vantagens do ponto de vista econômico para o agricultor são o pagamento em dinheiro e a possibilidade de comercialização de uma vasta gama de produtos.

Existem outras mudanças que ocorrem nesse espaço, além do ato de compra e venda. O encontro entre os agricultores e consumidores permite uma melhor compreensão das respectivas realidades, bem como um intercâmbio de informações e percepções. O agricultor que frequenta a feira tem informações atualizadas sobre os preços, mais conhecimento da vida urbana, desenvolve maiores habilidades de comunicação e se sente desafiado a ampliar seus conhecimentos.

Outro ponto de vista a ser considerado é o fato de que as feiras envolvem a família na sua preparação desde o plantio até o ato de venda. Processamento da produção, preparação e embalagem de grãos, frutas e legumes, e transporte até o ponto de venda. Essas atividades exigem grande esforço e participação de toda

a família, somando-se, ainda, o fato de que muitas dessas atividades são delegadas a mulheres ou jovens, contribuindo para seu protagonismo. O impacto é sentido de forma muito clara em famílias com vários anos de feiras, onde se observa maior participação das mulheres e dos jovens no setor produtivo e na distribuição de benefícios econômicos. As feiras também incentivam a comercialização de uma ampla variedade de produtos, incluindo os produzidos em pequenas escalas e de qualidade visual relativa, com reflexo positivo sobre a biodiversidade agrícola.

Pequenas lojas, sejam de cooperativas de consumidores, produtores ou mesmo de pequenos empresários, também são alternativas que vêm sendo exploradas. Por diferentes razões, as famílias que não conseguem encaixar suas dinâmicas à participação semanal em feiras se adaptam muito bem a esses espaços. É importante que essas pequenas lojas estejam alinhadas aos princípios da chamada economia solidária, para que sejam instrumentos de real apoio à produção e ao consumo de alimentos saudáveis.

Lojas, cadeias locais de supermercados ou venda direta para lanchonetes e restaurantes são outras possibilidades que vêm sendo adotadas. Em situações de produção em maior escala e necessidade de armazenamento cuidadoso, como é o caso das polpas de frutas, essa é uma iniciativa a ser explorada.

Por fim, cabe mencionar que o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e os consórcios entre municípios para o fornecimento à alimentação escolar podem ser metas tangíveis. A constituição e a posterior regulamentação do SIM são de responsabilidade da administração municipal. As comunidades e organizações, facilitadas pela proximidade física, podem demandar o comprometimento do poder público de implantar o SIM, cobrando apoio aos empreendimentos. Como já existem redes estabelecidas entre as organizações da agricultura de base familiar, estas podem avançar na tentativa de criar consórcios entre os municípios e favorecer o fornecimento de alimentos às escolas. Dessa forma todos ganham, dos (as) escolares às famílias produtoras e processadoras, em volume, qualidade, diversidade e regularidade da oferta. O próprio município também ganha com o aumento da circulação de recursos entre as diferentes camadas da população.

Comentários sobre avanços na legislação

A regulamentação da produção de alimentos, feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Mapa, apresenta alguns avanços e desafios em relação aos produtos da agricultura familiar.

Desde 2011, a Anvisa desenvolve o projeto Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária, com o objetivo de "promover a integração das ações do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) junto aos empreendimentos administrados pela população de menor renda e que apresenta maior dificuldade para formalização de suas atividades econômicas". A Resolução de Diretoria Colegiada nº 49/2013 (RDC 49/2013) dispõe sobre a regularização do exercício de atividades que são objeto de fiscalização pela vigilância sanitária, exercidas pelo microempreendedor individual, pela agricultura familiar e pela economia solidária. Essa resolução é um passo importante que busca, além da simplificação dos processos, estabelecer relações mais próximas, mais orientadoras, e menos fiscalizatórias.

É oportuno apontar algumas dificuldades já vivenciadas, como o Art. 7º dessa resolução, que diz que as atividades de baixo risco poderão ser automaticamente regularizadas, mas, no entanto, o mesmo ainda se encontra em processo de regularização. O artigo 5º traz uma especial conquista, pois declara a "proteção à produção artesanal a fim de preservar costumes, hábitos e conhecimentos tradicionais na perspectiva do multiculturalismo dos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares". Entretanto, a aplicação da mencionada RDC/49 explicita a dependência na formação e a sensibilidade dos técnicos e fiscais das Vigilâncias Sanitárias (ViSas) estaduais, que detêm o poder de emitir os tão almejados Alvarás Sanitários.

Em resposta ao Grito da Terra[22], na Dicol[23] pública realizada em 15 de agosto de 2014, a diretoria da Anvisa apresentou e aprovou a Portaria nº 1.346/2014, que instituiu um Grupo de Trabalho (GT) composto por membros da Anvisa, representantes da sociedade civil e convidados de outras instituições parceiras. Esse GT tem como propósito discutir e propor medidas que contribuam com a implementação da RDC 49 e de outras políticas públicas e com o aprimoramento da atuação do SNVS em atividades da economia solidária e dos produtores da agricultura familiar.

Nota-se que a Anvisa tem caminhado na direção de construir processos com a participação democrática de diferentes segmentos da sociedade.

No caso das polpas de frutas, é fundamental que o Mapa reconheça a dimensão do problema e as consequências geradas pelo seu não envolvimento, pois é de sua competência a regulamentação deste segmento. Por essa razão é que uma das primeiras e principais reivindicações do GT acima mencionado foi transferir para Anvisa a competência das polpas de frutas processadas pelos povos, comunidades tradicionais e agricultoras/es familiares.

Considerações sobre o apoio a projetos de polpa de frutas

O apoio a iniciativas coletivas de agricultoras/es familiares e populações tradicionais que, além da possibilidade de gerar renda, promovem a conservação e o uso sustentável da sociobiodiversidade, é de fundamental importância em um contexto de aumento da fronteira agrícola em direção ao Cerrado e à Amazônia.

O PPP-ECOS na Amazônia buscou concretizar espaços de transformação de frutas em polpa congelada, muitas vezes oriundas de pequenas áreas, quintais, boa parte reconhecidamente manejados pelas mulheres. O estímulo a esses quintais também se justifica como gerador de renda complementar, por serem responsáveis pela diversificação da dieta das famílias e pela manutenção da biodiversidade.

Alguns projetos conciliaram as atividades de produção agroecológica das frutas com o processamento. Essa é uma estratégia importante, pois dessa maneira podem, por meio do aumento de volume da matéria prima, garantir o abastecimento da agroindústria. Seguiram essa lógica os projetos desenvolvidos pelas seguintes organizações: ACRMS (MT), Ansa (MT), CTA (MT), Associação do Quilombo São José dos Portugueses (MA), Apasc (TO), Aafpa (MT), Associação de Pequenos produtores da Comunidade de Santa Fé (MT) e Agripac (MT).

Os apoios não se limitaram apenas a quintais agroflorestais, mas também a áreas de assentamento habitadas por pessoas oriundas de outras regiões, outros costumes, outras culturas, como o projeto desenvolvido pelo CTA (MT). Este apoio lhes deu oportunidade para viabilizar ações coletivas para transformar degradação ambiental e êxodo em conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Muitos projetos possuem o foco na construção ou reforma e estruturação das unidades de beneficiamento, eles foram os propostos por: Apasc (TO), ATRVBE (MA), ACRMS (MT), CTA (MT), Agripac (MT), Aafpa (MT), Associação de Terra Nova do Norte (MT) e Aapino (TO).

Cabe ressaltar que praticamente todos os projetos de polpas de frutas envolveram em suas ações processos de capacitação, pela realização de cursos, oficinas, palestras e intercâmbios com outras unidades de processamento.

22 Ação promovida pela Contag, Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) reúne anualmente na capital federal lideranças, agricultores/as familiares, assalariados/as rurais, assentados/as e acampados/as da reforma agrária, dentre outros que apoiam as bandeiras de luta da população rural de todo o país. É um espaço de proposição, reivindicação e negociação de políticas públicas para o campo e floresta, bem como de ser um processo mobilizador, formativo e informativo.

23 A DICOL Pública trata-se de reunião promovida pela Diretoria Colegiada da Anvisa.

Nas capacitações foram abordados temas relacionados à gestão, com conteúdos como gestão de empreendimentos, gestão e organização comunitária, gestão das atividades produtiva das frutas. Além disso, os projetos capacitaram em temas relacionados à produção (manejo frutícola, manejo agroflorestal, manejo agroextrativista, boas práticas para coleta e armazenamento de frutas); ao processamento (despolpar frutas e embalar e boas práticas de fabricação); e à comercialização (boas práticas de comercialização e acesso a mercados institucionais).

O processamento das polpas atinge seu ponto alto quando falamos de frutas nativas. Na perspectiva da sustentabilidade, é como um apogeu. Afinal, são plantas que estão adaptadas aos ecossistemas nos quais evoluíram. Os monocultivos e o modelo da revolução verde as negligenciaram, já que a maneira de produzi-las foge do preconizado pela revolução, arando, gradeando e usando adubos químicos.

Trabalhos dessa natureza geram um círculo virtuoso. A partir da produção das frutas, geralmente feita em consórcio e harmonia com outras plantas de ecossistemas locais, passando por sua transformação, que pode ser feita em pequena escala, e, por fim, chega ao mercado. Adicionalmente, vale enfatizar o apelo emocional que as frutas nativas têm junto a consumidores/as que buscam memórias de um passado saudoso e que podem transmiti-las às futuras gerações.

Os desafios e limites ainda são grandes, afinal, como já foi dito, as normas e políticas de fomento não se pautam necessariamente pelas necessidades da agricultura de base familiar, povos e comunidades tradicionais e mesmo das populações urbanas que hoje vivem em uma monotonia alimentar. Poderosos interesses das corporações seguirão empreendendo esforços para dominarem tanto o mercado quanto a natureza.

Conhecimento, organização, troca de informações, alianças entre quem produz e quem consome – afinal, quem consome ajuda a preservar, pois estimula a produção – serão instrumentos imprescindíveis para que possamos seguir na busca de uma agricultura e alimentação verdadeiramente sustentáveis e saudáveis para todos e todas.

REFERÊNCIAS

CENTRO ECOLÓGICO. Cartilha: Agrosociobiodiversidade – Agroindústria familiar de base ecológica. 2014. Disponível em: <www.centroecologico.org.br/cartilhas/Agrosociobio_final_web.pdf>, acesso em 22 fev. 2017.

CETAP. Agricultura Ecológica. Frutas Nativas. Disponível em: <www.cetap.org.br/site/wp-content/uploads/material/frutas_nativas-2015.pdf>, acesso em 22 fev. 2017.

CHITARRA, A. B.; CHITARRA, M. I. F. Manejo pós-colheita e amadurecimento comercial de banana. Pesquisa Agropecuaria Brasileira, Brasília, v.19, n.6, p. 761-771, jun. 1984.Disponível em: <goo.gl/TRjoJD>, acesso em 22 fev. 2017.

FAO. *The state of food and agriculture 2005: can trade work for the poor?* Roma: FAO, 2005. Disponível em <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/008/a0050e/a0050e_full.pdf >. Acesso em 24 fev. 2017.

GAVA, A. J. Princípios de tecnologias de alimentos. 1ª ed. São Paulo: Nobel, 1984.

ISPN. Guia de elaboração de pequenos projetos socioambientais para organizações de base comunitária. Disponível em: <www.ispn.org.br/arquivos/Livro-CAPTA-final-em-baixa.pdf>, acesso em 27 jan. 2017.

MACHADO, S. S.; QUEIROZ, J. T. de T.; CARDOSO, R. L.; MACHADO C. S.; SOUZA, K. E. P. Caracterização de polpas de frutas tropicais congeladas comercializadas no Recôncavo Baiano. Revista Ciência Agronômica, v.38, n.2, p.158-163. Universidade Federal do Ceará: 2007.

REVISTA AGRICULTURAS. Plantas alimentícias não convencionais na Bahia: uma rede em consolidação. v.13, n.2, jun. 2016. Disponível em <aspta.org.br/revista/v13-n2-plantas-alimenticias-nao-convencionais/>. Acesso em 24 fev. 2017.

SPRICIGO, P. C. Perdas pós-colheita de frutas e hortaliças – Embrapa. Disponível em <poscolheita.cnpdia.embrapa.br/temas-perdas-pos-colheita-de-frutas-e-hortalicas>, acesso em 24 fev. 2017.

TRENTO, E. J.; SEPULCRI, O.; MORIMOTO, F. Comercialização de frutas, verduras e legumes. Curitiba: Instituto Emater, 2011. Disponível em: <www.asbraer.org.br/arquivos/bibl/79-com.pdf>, acesso em 17 jan. 2017.

ETC Group. Who will feed us? The industrial food chain or the peasant food web? 2014. Disponível em: <www.etcgroup.org/content/who-will-feed-us-0>, acesso em 02 mar. 2017.

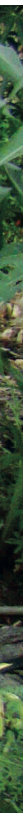
Agroecologia como estratégia de recuperação e conservação ambiental

Fabiana Mongeli Peneireiro[24]

O avanço do desmatamento na Amazônia, especificamente na faixa localizada nos estados do Maranhão, Tocantins e de Mato Grosso, dá-se pela pressão das atividades antrópicas, como agropecuária, exploração ilegal de madeira e mineração. A pecuária extensiva, ou em larga escala, associada à grilagem de grandes extensões territoriais, é a atividade que mais causa impacto sobre o desmatamento da Amazônia. A agricultura convencional em geral tem menor participação, mas, principalmente em Mato Grosso, e mais recentemente no Maranhão, seus resultados têm sido violentos[25].

24 Engenheira Agrônoma, MSc em Ciências Florestais, Dra em Educação e integrante da ONG Mutirão Agroflorestal.

25 Fonte <www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/pressao-e-impacto-sobre-as-florestas?print=1&tmpl=component>, acesso em 02 mar. 2017.



As mudanças no uso da terra causam grandes impactos socioambientais, como perda da biodiversidade e da fertilidade do solo, contaminação do solo e da água por agrotóxicos, erosão, assoreamento e extinção de nascentes, causando até mesmo alteração do regime hídrico. As populações locais são fortemente afetadas ao sofrerem grande pressão sobre seu território, perdendo o acesso a importantes fontes de recursos, além de terem suas águas contaminadas e exauridas, seus solos degradados e, assim, sua qualidade de vida diminuída drasticamente. Hoje é notória a escassez de água doce disponível para os agricultores, inclusive em regiões de alta pluviosidade, como em Mato Grosso, por exemplo.

Sabe-se da importância da cobertura vegetal na conservação dos recursos hídricos e, por isso, iniciativas de restauração são colocadas em curso. Todavia, os métodos convencionais, como plantio de mudas de espécies arbóreas em espaçamentos amplos, têm se mostrado muitas vezes inviáveis, tanto do ponto de vista econômico como do ambiental.

Sistemas agroflorestais (SAFs) complexos, biodiversos, podem cumprir o papel de conciliar a recuperação ambiental com produção de alimentos e de outras matérias primas, pois associam espécies arbóreas e agrícolas, com presença ou não de animais, em uma mesma área ou sequencial. Os SAFs, ao cumprirem com o objetivo de manutenção dos meios de vida dos agricultores, também são um estímulo para que as árvores sejam cuidadas e as áreas, protegidas contra o fogo[26].

Os SAFs apresentam grande potencial para promover o aumento da biodiversidade, aliando conservação e produção. Além disso, apresentam benefícios ambientais e desempenham relevantes serviços ecossistêmicos, como manutenção da biodiversidade, proteção dos recursos hídricos e conservação dos solos (MICCOLIS et al., 2016).

A agroecologia, caracterizada por ser ao mesmo tempo um campo do conhecimento e de investigação, movimento social e prática, traz importantes instrumentos para transformar esse cenário de degradação e injustiça social. Por apresentar uma abordagem multidisciplinar, valorizar a visão sistêmica e fomentar o diálogo de saberes, aproximando o saber científico do popular, e tendo como unidade fundamental de investigação o agroecossistema, a agroecologia se apresenta como ferramenta importante para a gestão de agroecossistemas sustentáveis (CAPORAL, 2000).

A permanência das populações locais e suas ações conservacionistas e de recuperação por meio de seu uso produtivo são de extrema importância para a manutenção da biodiversidade e dos recursos para a vida. Essas populações centenárias desenvolveram modos de vida próprios, com conhecimentos associados à sociobiodiversidade. Mas como essas populações podem ter impacto na conservação de territórios tão extensos?

Viabilizar a proteção dos territórios tradicionais e atividades de populações humanas que vivem e cuidam dos recursos é uma importante estratégia para a permanência das pessoas no campo e nas florestas, para o revigoramento de suas culturas, e para a manutenção e, até mesmo, o aumento dos recursos ambientais.

A importância das populações tradicionais diz respeito ao simples fato do direito de existirem, por cuidarem do território e serem detentoras de conhecimentos e recursos da sociobiodiversidade. Com esse público, os projetos apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia voltados para recuperação e conservação ambiental apresentaram fundamentalmente o objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias por meio de geração de renda e soberania alimentar, associada à conservação dos recursos naturais.

Para isso, os projetos em geral procuraram promover a manutenção de territórios extrativistas, como os bacurizais e açaizais; o enriquecimento de capoeiras com frutas nativas e cultivadas; a implantação e melhorias de quintais, sistemas agroflorestais e hortas agroecológicas, além de reduzir a prática de agricultura itinerante com utilização de fogo.

26 Fonte <outputs. worldagroforestry.org/cgi-bin/ koha/opac-detail.pl? biblionumber=39692>, acesso em 02 mar. 2017.

Ainda associados a essas ações foram incluídos processos de formação política e ambiental, construção de plano de uso comunitário e monitoramento das ações de regularização do território. Projetos dessa natureza foram desenvolvidos, por exemplo, por comunidades quilombolas do Maranhão, como da Associação das Terras de São Miguel; das associações Quilombo Bom Jesus e Amoqruica.

As práticas produtivas extrativistas, com manejo e também enriquecimento da vegetação nativa com espécies frutíferas, valorizam a floresta em pé e são uma prática conservacionista por excelência. Isso se dá, principalmente por que as populações locais procuram proteger essas áreas do fogo, pois contêm importantes recursos para seus meios de vida. Outra prática estratégica para a conservação e recuperação de áreas alteradas é a implementação de SAFs, preferencialmente os biodiversos. As práticas de extrativismo e SAFs, por exemplo, foram desenvolvidas pela APPFPV (MA) com foco na cultura do açaí.

Os quintais são um tipo especial de sistemas agroflorestais, que associam árvores com espécies agrícolas e/ou animais, medicinais e de uso doméstico. Esses sistemas normalmente são altamente produtivos e contribuem para a segurança alimentar e o bem estar da família (MICCOLIS et al., 2016).

Por situarem-se próximos às residências, o manejo dos quintais é intensivo e o uso das espécies ocorre diariamente. Geralmente é manejado pelas mulheres, como se observa no projeto coordenado pelo Inap (MA), que tem como ações a implantação de quintais agroflorestais, incluindo espécies nativas, a fim de fomentar a produção agroecológica, criar banco de sementes, promover a comercialização dos produtos, dentre outras. Fortalecer as mulheres, que tantas vezes têm sido relegadas a segundo plano em nossa sociedade, é fundamental se estamos preocupados em construir sociedades mais justas e igualitárias.

Outros projetos também apostaram nos quintais para conciliar conservação ambiental, segurança alimentar e geração de renda, como é o caso dos executados em Mato Grosso pelas associações Aman, Aamaa e APA. Ainda, com preocupação especial em melhorar a disponibilidade de água para as famílias, com a recuperação das nascentes, o projeto proposto pela ASBB (TO) investiu nos quintais agroflorestais, prevendo também, o aproveitamento de frutas nativas. Esses projetos implantaram o total de 91 unidades de quintais agroflorestais.

Alguns projetos buscaram viabilizar a comercialização dos produtos oriundos dos SAFs e quintais, por meio de diferentes mercados, como os institucionais, feiras locais e varejistas, para garantir a sustentabilidade econômica aliada à social e à ambiental. Esse é o caso dos projetos realizados no município de Juína/MT, desenvolvidos pela Ajopam e pela Cooperjuafa.

Outras iniciativas tiveram em seu âmago o desenvolvimento de práticas agroecológicas, valorizando a floresta, diversificando a produção e apontando para a importância da visão sistêmica da propriedade e do território. Como exemplos, podemos citar o projeto desenvolvido pela Arpa (MT), que procurou sensibilizar e formar agricultores familiares no sentido de fortalecer a produção agroecológica no assentamento Roseli Nunes e região. Com esse mesmo propósito, foi colocado em execução o projeto apresentado pela Associação Amigos do Vale do Rio Teles Pires (MT). Ainda no estado do Mato Grosso, mais dois projetos lidam com realidades muito comuns no contexto local e altamente impactantes: um apresentado pela Oeca, em São Félix do Araguaia, com a meta de recuperar 5 hectares de pastagens a partir de manejo ecológico; e o projeto apresentado pela Associação dos Mini e Pequenos Produtores do Córrego Grande (MT), que busca diminuir os impactos negativos das monoculturas dependentes de agrotóxicos ao propor implantação de SAFs.

A diversificação na produção de alimentos é de fundamental importância para a soberania[27] e a segurança alimentar e nutricional[28], apresentando relação direta com a manutenção da saúde das pessoas pela melhoria da dieta alimentar, já que cada alimento contribui com diferentes componentes nutricionais. Além disso, ao plantar diversas espécies, tanto em consórcio quanto em rotação, contribui-se para um maior equilíbrio ecológico do sistema de produção (o que reduz o uso de agrotóxicos), melhora o aproveitamento dos recursos (nutrientes, água, luz) e reduz riscos de perdas de safra.

No território Xingu-Araguaia, a Ansa (MT) propõe o uso local e sustentável dos produtos da sociobiodiversidade, com especial atenção para as sementes, visando aumentar e melhorar o modelo de restauração de áreas degradadas.

Ainda com objetivo de aliar recuperação de áreas degradadas gerando renda a partir de SAFs, o projeto proposto pela Associação Quilombola São Benedito dos Produtores Rurais do Oiteiro, em Itapecuru Mirim/MA, procurou inovar sobre o sistema tradicional de roças, incluindo árvores às margens de açudes e ampliando a atividade de piscicultura.

Os sistemas tradicionais de roças são formas peculiares de produção que têm garantido o sustento das populações por séculos e, associados a eles, há um forte componente de conhecimento ancestral, traduzido em intrínseca relação entre cultivos agrícolas, recursos naturais, conjunto de saberes e práticas das técnicas de manejo, incluindo processamento dos alimentos e redes sociais de trocas de material genético (sementes, estacas e rizomas). Tais sistemas representam um modo de vida relacionado ao uso dos recursos e, portanto, trata-se de um patrimônio cultural de grande valor. Como exemplo, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) reconheceu e certificou o sistema agrícola dos indígenas do Rio Negro como um patrimônio cultural brasileiro, desdobrando no desenvolvimento de um plano de salvaguarda[29]. Todavia, tais sistemas podem ser aperfeiçoados para cumprirem o papel de conservar os recursos naturais, e é o que o projeto citado acima se propôs a fazer.

Apoiar pequenos projetos em comunidades é especialmente estratégico porque, além de potencialmente transformar as vidas das famílias envolvidas e a localidade, utiliza-se da capilaridade da distribuição espacial dessas comunidades. Os projetos servem de exemplo e inspiração para que outras iniciativas similares venham a emergir, ampliando-se as ações de intervenção socioambiental mais sustentável nos territórios em que são desenvolvidos. Dessa forma, contribui-se efetivamente para o desenvolvimento das comunidades, contenção do desmatamento e todas suas consequências, gerando conservação, e até mesmo a restauração de recursos naturais, solos, aumentando a biodiversidade, fazendo as águas fluírem límpidas e abundantes.

27 Soberania alimentar é o direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo, definir alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica, colocar aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências do mercado e das empresas. Fonte <goo.gl/IAF8Wn>, acesso em 02 mar. 2017.

28 A segurança alimentar e nutricional consiste no acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitam a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (trecho do Art. 3º da Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2016).

29 Mais informações em <portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/75/>, acesso em 02 mar. 2017.

REFERÊNCIAS

CAPORAL, F. R,; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan/mar 2000. 16 – 37p.

MICCOLIS, A.; PENEIREIRO, F. M.; MARQUES, H. R.; VIEIRA, D. L. M.; ARCO-VERDE, M. F.; HOFFMANN, M. R.; REDHER, T.; PEREIRA, A. V. B. Restauração ecológica com sistemas agroflorestais: como conciliar conservação com produção opções para cerrado e caatinga. Guia Técnico. 266p. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN/Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal – ICRAF, 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Formação de agentes populares de educação ambiental na agricultura familiar. Volume 5: Sustentabilidade e Agroecologia : conceitos e fundamentos. BERNAL e MARTINS (org.). Brasília, MMA, 2015.

Gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas no Brasil

Cássio Noronha Ingles de Sousa[29]

Apresentação

O tema Gestão Territorial e Ambiental vem ganhando enorme importância para povos e Terras Indígenas (TIs) brasileiras nos últimos anos, sendo materializado por meio de legislação específica, políticas públicas, fontes de financiamento e implementação de projetos e estratégias de planejamento e uso de recursos naturais.

29 Antropólogo com experiência de trabalho junto a povos indígenas desde 1995, com atuação em temáticas variadas como etnodesenvolvimento, projetos sustentáveis, fortalecimento institucional, gestão territorial e avaliação de impactos..

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, foram observados diversos avanços para os povos indígenas no Brasil em termos de garantia de direitos, demarcação das TIs, implementação de políticas públicas específicas de saúde, educação e outras áreas, e o protagonismo de suas lideranças e organizações.

Por outro lado, no mesmo período também se intensificaram novos desafios, como ameaças à integridade das TIs e aos direitos conquistados, aumento da população indígena, maior pressão sobre os seus recursos naturais, degradação do meio ambiente, e mudanças nos sistemas sociais, políticos e culturais dos povos e comunidades indígenas.

A noção de gestão territorial e ambiental de TIs está inserida nesse contexto mais amplo e se baseia em algumas ideias centrais:

- Interdependência ambiental: reconhecimento de que povos e Terras Indígenas ajudam na conservação ambiental e prevenção do desmatamento, e que o meio ambiente preservado é importante para o modo de vida dos povos indígenas;
- Visão de longo prazo: percepção da importância do planejamento e da construção de condições de vida adequadas para as futuras gerações indígenas;
- Abordagem estratégica: fortalecimento das capacidades de participação e influência dos indígenas em relação a processos que afetam seus territórios;
- Visão integrada: reconhecimento de que as ações devem articular as diversas dimensões da vida dos povos indígenas: fundiária, ambiental, social, cultural, econômica e política; e
- Flexibilidade: para poder contemplar a grande diversidade cultural, histórica e ambiental dos povos e Terras Indígenas brasileiros.

Este texto tem o objetivo de apresentar e discutir esses novos desafios, abordagens e estratégias relacionados à gestão territorial e ambiental em TIs, à luz dos projetos indígenas apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia.

Institucionalização da gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas no Brasil

A gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas está inserida no histórico de relações entre governo colonial e Estado brasileiro e os povos indígenas, principalmente no que se refere às políticas territoriais.

No início do período colonial, enfrentaram a invasão e a expropriação de seus territórios e recursos naturais. No início do século XX, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o Estado brasileiro passa a ter uma política indigenista de tutela e "assimilacionista", que previa a integração dos povos e comunidades indígenas à sociedade nacional, como pequenos produtores rurais ou mão de obra regional. A política territorial foi a de "confinamento" dos indígenas em pequenas áreas ou reservas, gerando gravíssima situação de insegurança alimentar e conflitos fundiários.

No final dos anos 1960, o SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai), a abordagem estatal para os indígenas foi alterada para a demarcação de terras mais amplas, inspiradas no Parque Indígena do Xingu (PIX). Por outro lado, o órgão passou a estimular atividades econômicas "oficiais" de maior escala nas TIs, como agricultura extensiva e exploração de madeira e garimpo, o que gerou problemas ambientais e dependência econômica.

Com a Constituição Federal em 1988, foram observadas mudanças importantes em termos de direitos e políticas públicas voltadas aos povos indígenas, como a superação da tutela e o reconhecimento pleno de sua cidadania. A Funai perdeu a centralidade da política indigenista e houve especialização e normatização das políticas indigenistas setoriais (saúde, educação etc.). O "associativismo" indígena passou a ser estimulado com a formação de inúmeras organizações que almejavam a promoção da autonomia e da sustentabilidade das comunidades e famílias.

Também ocorreram diversos avanços em termos territoriais, como o reconhecimento de que a terra representa um direito originário dos povos indígenas no Brasil. O conceito de TI foi consolidado como necessário para a sobrevivência física e cultural desses povos, sendo responsabilidade do Estado sua demarcação e proteção por meio da Funai. Pela nova legislação, as TIs passam a ser: inalienáveis, pois são de propriedade da União e não podem ser vendidas; indisponíveis, pois têm usufruto exclusivo para os povos indígenas que a habitam; e imprescritíveis, pois essa determinação não tem prazo para terminar. Em 1996, com o Decreto Presidencial nº 1.775/1996, foram definidos os procedimentos de demarcação territorial.

Também passou a ser reconhecida a relação especial entre povos indígenas, seu território e recursos naturais e sua importância para a conservação ambiental. Por meio do Decreto Presidencial nº 1.141/1994, a gestão ambiental e sustentabilidade das Terras Indígenas passaram a ser responsabilidade compartilhada entre a Funai, os Ministérios do Meio Ambiente (MMA), da Agricultura e outros.

A interface entre povos indígenas e meio ambiente foi reforçada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio de Janeiro, junho de 1992), também conhecida como Rio-92. A partir desse momento, foram criados e fortalecidos programas de apoio a povos indígenas com foco ambiental. No âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), fruto de parceria entre governo brasileiro, organizações da sociedade civil e cooperação internacional, foram criados programas específicos com esse foco.

O Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), coordenado pela Funai, foi criado em 1996 para a demarcação e a proteção de TIs na Amazônia. Além do desenvolvimento de metodologias, o PPTAL causou significativo avanço na demarcação das terras, tendo apoiado a instituição de procedimentos internos da Funai e a tramitação de mais de 170 processos de regularização fundiária.

Coordenado pelo MMA em parceria com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)[30], os Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI) apoiaram centenas de iniciativas indígenas comunitárias voltadas para melhoria da qualidade de vida, fortalecimento institucional e conservação ambiental nas TIs da Amazônia. Iniciado em 2001, o projeto foi pioneiro na discussão governamental sobre o tema da gestão ambiental em Terras Indígenas.

O Programa Carteira Indígena, executado pelo MMA em parceria com o então Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), a partir de 2003, apoiou centenas de iniciativas indígenas comunitárias em todo o Brasil voltadas para a promoção da segurança alimentar aliada à conservação ambiental.

Outros programas e fundos, como Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), Coordenadoria de Agroextrativismo (CEX), Projetos Demonstrativos do Tipo A (PDA/MMA), embora não tivessem foco exclusivo em povos indígenas, também apoiaram diversas iniciativas junto a esses povos.

30 www.coiab.com.br

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)

A partir de 2006, essas experiências mencionadas estimularam discussões, no âmbito da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), sobre a necessidade de se institucionalizar algumas questões, como conservação ambiental e sustentabilidade em TIs, estratégias para evitar impactos de grandes empreendimentos, e planejamento estratégico e integrado das ações realizadas nas TIs.

No mesmo momento, foram realizadas as avaliações de resultado do PPG7 e as discussões para elaboração do projeto "Catalisação da contribuição das Terras Indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros (GEF Indígena)".

Conhecido como Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena - GATI, o GEF indígena teve como objetivo principal o fortalecimento das práticas indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais e a inclusão social dos povos indígenas, consolidando a contribuição das Terras Indígenas como áreas essenciais para conservação da diversidade biológica e cultural nos biomas florestais brasileiros. O GATI foi uma realização conjunta entre o movimento indígena brasileiro, a Funai, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a ONG The Nature Conservancy (TNC), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (Global Environment Facility – GEF).
Fonte: <www.funai.gov.br/index.php/projeto-gati>, acesso em 16 mar. 2017.

Esse conjunto de discussões, que abordavam questões relacionadas à qualidade de vida dos povos indígenas e conservação ambiental de suas terras, acabou por consolidar a temática da gestão territorial e ambiental de TIs, bem como por indicar a necessidade de sua institucionalização enquanto política pública.

Assim, surgiram as primeiras discussões que se consolidaram na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), como resultado da confluência de um amplo conjunto de interesses. A construção da política teve participação de representantes do movimento indígena organizado, governo brasileiro (em especial Funai e MMA), organizações da sociedade civil que trabalham com povos indígenas e cooperação internacional.

O processo de construção da PNGATI foi iniciado com a elaboração de um documento-base com as principais diretrizes relativas à gestão territorial e ambiental e a realização de um Seminário Nacional, em 2009. O documento foi detalhado por um grupo de trabalho interministerial que teve composição paritária entre governo – Funai e MMA, Ibama e ICMBio – e movimento indígena – Coiab, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib); Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES (Apoinme); Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal e Região (Arpipan); Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (Arpinsudeste) e Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpin-Sul).

As diretrizes da PNGATI e temas importantes relacionados à gestão territorial e ambiental em TIs foram apresentados e discutidos em cinco Consultas Regionais, realizadas entre novembro de 2009 e junho de 2010, que contaram com cerca de 1.300 participantes, incluindo indígenas de todas as regiões do Brasil.

Durante as consultas, alguns "temas quentes" foram discutidos, entre os quais a sobreposição entre Unidades de Conservação (UCs)[31] e Terras Indígenas, a regulamentação do uso sustentável dos recursos naturais, a regulamentação do Componente Indígena no Licenciamento Ambiental, o diagnóstico etnoambiental das TIs, a capacitação para a gestão territorial e ambiental e os modelos de gestão e mecanismos de gerenciamento, operacionalização e financiamento da PNGATI.

A PNGATI foi instituída através do Decreto Presidencial nº 7747/12, em junho de 2012, organizada nos seguintes Eixos Temáticos: Proteção territorial e dos recursos naturais; Governança e participação indígena; Áreas protegidas, UCs e TIs; Prevenção e recuperação de danos ambientais; Uso sustentável dos recursos naturais e iniciativas produtivas; Propriedade intelectual e patrimônio genético; e Capacitação, formação e educação ambiental.

Sua implementação está baseada em algumas estratégias e instrumentos, entre os quais os mais importantes são: capacitação, com a finalidade principal de formar gestores capazes de compreender e implementar a Política a partir do diálogo intercultural e da gestão local realizada pelos povos indígenas; etnomapeamento e etnozoneamento das TIs, objetivando proporcionar uma visão global, cartográfica e estratégica da Terra Indígena, seus recursos e usos pelas comunidades; e Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) orientados para o planejamento estratégico e administração dos recursos naturais das TIs com base no protagonismo e prioridades de suas comunidades.

A PNGATI e seus mecanismos de implementação consolidam a gestão territorial e ambiental como tema central para as Terras Indígenas, assim como o direito garantido aos povos indígenas, tanto em nível nacional como internacional.

É nesse contexto que deve ser analisada a importância do PPP-ECOS na Amazônia, bem como a relevância das iniciativas apoiadas pelo programa para os povos indígenas beneficiados.

Em relação à temática da gestão territorial e ambiental das TIs, o programa apoia iniciativas que buscam enfrentar os inúmeros desafios contemporâneos vividos pelos povos indígenas, com estratégias e soluções que conciliam a melhoria da qualidade de vida das comunidades com a conservação ambiental e o combate ao desmatamento. No programa, os projetos são elaborados e executados com autoria e protagonismo das organizações e comunidades indígenas de base.

Desafios e oportunidades

Além de ser um direito garantido em nível nacional e internacional, a gestão territorial e ambiental representa uma estratégia concreta para os povos indígenas enfrentarem novos desafios para a gestão de seus territórios, conciliando conhecimento e formas tradicionais de uso dos recursos às contribuições da sociedade não indígena.

A seguir serão apresentados alguns dos diversos desafios contemporâneos enfrentados pelos povos indígenas brasileiros nas várias dimensões de suas vidas: fundiária, ambiental, cultural, econômica e política.

Também serão indicadas as estratégias utilizadas para enfrentar estes desafios, em termos de projetos e iniciativas comunitárias, estabelecendo relação com os projetos apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia.

31 Mais informações sobre UCs, visite <www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>, acesso em 02/02/2017.

Dimensão fundiária

A questão fundiária é central para a qualidade de vida dos povos indígenas. O território é muito mais do que apenas o meio de subsistência, pois representa o suporte da vida social e está diretamente ligado ao conjunto de conhecimentos, crenças e histórias desses povos. Por isso a demarcação das TIs e sua proteção são elementos fundamentais para que possam exercer controle, conhecimento e ação frente aos desafios que ameaçam seus territórios.

Entre os desafios da dimensão fundiária dos povos indígenas brasileiros, podemos ressaltar que muitos ainda não possuem suas terras demarcadas, ou as têm com extensão territorial insuficiente para sua reprodução física e cultural. Além disso, é observada grande morosidade nos processos de demarcação e ampliação das TIs.

Muitas TIs estão invadidas por posseiros, o que prejudica o usufruto exclusivo das comunidades sobre seus recursos. Também ocorrem invasões para a extração ilegal de recursos naturais, gerando degradação ambiental e conflitos sociais. Além disso, existe precariedade na fiscalização dos limites das TIs por parte das instituições responsáveis (Funai, Ibama, Polícia Federal).

Por fim, a falta de conhecimento e de respeito da sociedade regional sobre os direitos territoriais dos povos indígenas gera preconceito, desconhecimento e incentiva as invasões acima mencionadas.

Entre as estratégias utilizadas por eles para enfrentar essas ameaças, estão os projetos de vigilância, que ocorrem por meio de expedições de vigilância nos limites e áreas críticas das terras, do monitoramento territorial remoto com imagens de satélite e verificações "rápidas", com sobrevoos em áreas críticas.

Também há investimento em processos de capacitação voltados para a proteção territorial, incluindo a formação de agentes ou monitores indígenas. Outra linha estratégica é o apoio à articulação institucional para o fortalecimento da proteção das TIs e sensibilização dos moradores de seu entorno.

Por fim, cabe destacar os processos de mudança do padrão de ocupação do território, incentivando o deslocamento interno e a consolidação de comunidades em áreas ainda não ocupadas e nas proximidades dos limites das TIs.

Entre os projetos indígenas apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia, todos relatam problemas e desafios de ordem territorial. Foram citadas nas propostas a frequente ocorrência de invasões e extração irregular de recursos das Terras Indígenas dos Guajajara, no Maranhão; a expropriação do território tradicional dos Panará; e o desmatamento do entorno do PIX, da Terra Indígena Arara do Rio Branco e dos territórios dos Kayapó, em Mato Grosso.

O projeto executado pelo Instituto Raoni (MT) tem o objetivo de ampliar e consolidar a coleta e a comercialização de sementes de cumaru, por meio da elaboração de um plano de manejo e fomento às atividades. Além disso, ao promover a coleta das sementes, a iniciativa pretende, também, contribuir para maior conhecimento do território pelos jovens e apoiar as atividades de vigilância territorial realizadas pelos Kayapó.

Em termos de estratégias, o projeto da Associação Yarikayu (MT), realizado no PIX, possui entre seus objetivos principais a capacitação e a instrumentalização (legislação, uso de GPS, cartografia) de agentes ambientais indígenas para ações de vigilância, monitoramento e orientação ambiental em seu território para enfrentar problemas como a pesca predatória ilegal e a exploração de recursos naturais por invasores.

Dimensão ambiental

A questão ambiental é de suma importância para os povos indígenas, na medida em que há uma relação de dupla importância e dependência entre conservação ambiental e qualidade de vida dos povos indígenas.

Por um lado, há diversos estudos que demonstram a grande contribuição dos povos e Terras Indígenas ao combate do desmatamento. Por outro lado, a condição ambiental é um elemento necessário para a qualidade de vida e práticas tradicionais indígenas, o que reforça, entre outros aspectos, que os desafios ambientais e os impactos das mudanças climáticas sobre esses povos têm caráter crítico.

Entre os diversos desafios podemos citar o avanço da degradação ambiental do entorno das TIs, o que gera graves problemas, como avanço de incêndios, poluição dos rios, diminuição de fauna, redução da biodiversidade e prejuízo para a segurança alimentar e práticas tradicionais.

Também é importante mencionar o histórico de impactos ambientais de grandes empreendimentos sobre as TIs, que aumentaram nas últimas duas décadas com a implantação dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Apesar de haver um componente indígena específico no licenciamento ambiental, conduzido pela Funai, há dificuldade em operacionalizar as consultas livres, prévias e informadas[32] sobre os projetos, na identificação dos impactos, e no estabelecimento e implementação de medidas mitigatórias adequadas.

Em geral, outro desafio é a falta de conhecimento dos indígenas sobre legislação e procedimentos ambientais. No que se refere à sobreposição entre TIs e Unidades de Conservação, é observada uma falta de conhecimento dos gestores sobre direitos e territorialidade indígena.

Em relação às estratégias utilizadas para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos, além dos instrumentos gerais da PNGATI (ex. capacitação para a PNGATI, etnomapeamentos, etnozoneamentos e PGTAs), os povos indígenas têm desenvolvido iniciativas como a capacitação e formação de agentes ambientais indígenas, projetos de prevenção e controle de queimadas e incêndios florestais, controle de poluição e preservação das fontes e cursos d´água e projetos de recuperação de áreas degradadas.

Institucionalmente, do ponto de vista estratégico, tem sido cada vez mais comum projetos de promoção e apoio à participação dos povos indígenas nos processos de criação de "mosaicos"[33] e zoneamento ecológico-econômico[33] que afetam diretamente Terras Indígenas.

Os desafios na área ambiental também são destacados na maioria dos projetos indígenas apoiados pelo PPP-ECOS, especialmente o desmatamento e a ocorrência de incêndios na região, que acabam se alastrando e prejudicando as TIs. Invasões das terras para exploração ilegal de recursos naturais também são mencionadas com muita frequência.

No projeto executado pela Accamiaz (MA) destacam-se como principais desafios a presença de madeireiros, posseiros, caçadores e traficantes na TI Arariboia, que é cercada por fazendas. Entre outros problemas, a presença dessas pessoas tem gerado intensa degradação dos recursos hídricos da região, inclusive do rio Zutiva, fundamental para a subsistência dos Guajajara. Nesse sentido, o projeto tem como objetivo investir em qualidade ambiental aliada à segurança alimentar das comunidades, tendo como estratégias a coleta e a produção de espécies nativas para produção de alimentos e recuperação das áreas da nascente do rio Zutiva.

O projeto executado pela Associação Comunitária Zyha Tyw (MA) também beneficia os Guajajara. Sua estratégia é recuperar áreas degradadas na cabeceira do rio Buriticupu com espécies nativas, a serem produzidas em viveiros construídos pelo projeto.

Por último, o projeto coordenado pela Atix (MT), está voltado para o fortalecimento da produção e comercialização de mel pelas comunidades do PIX. Nesse projeto, além dos benefícios de segurança alimentar e econômicos, é preciso destacar os aspectos ambientais da estratégia, especialmente na contribuição à biodiversidade da região por meio da polinização pelas abelhas.

32 Para mais informações sobre o direito à consulta livre, prévia e informada, veja o a publicação: A Convenção 169 da OIT e o Direito à Consulta Livre, Prévia e Informada. Disponível em: www.consultaprevia.org/files/biblioteca/fi_name_archivo.325.pdf, último acesso em 03/02/2017.

33 Sobre zoneamento ecológico-econômico, visite a página <www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial>, acesso em 03 fev. 2017.

Dimensão cultural

A questão cultural é essencial à vida das comunidades indígenas e seus projetos, pois reforça a enorme diversidade entre os povos do Brasil e também ressalta sua importância para a construção da identidade brasileira.

Porém, em contextos de rápidas e intensas transformações, os desafios na área cultural são enormes. Por um lado, essas transformações geram grande pressão sobre a cultura dos povos indígenas, enfraquecem os mecanismos de transmissão dos conhecimentos e práticas tradicionais para as gerações mais novas e geram perdas irreparáveis no patrimônio material e imaterial indígena.

Por outro lado, ainda são muito fortes na sociedade brasileira o preconceito, a discriminação e o desconhecimento sobre esses povos, seus direitos e sua riqueza cultural. Isso faz com que muitos jovens e crianças indígenas se sintam pressionados a abandonar práticas tradicionais e a assumir elementos da cultura não indígena. Vale, ainda, mencionar a apropriação indevida de conhecimentos indígenas para exploração comercial, por meio da biopirataria ou do uso indevido de imagem.

Inúmeras estratégias e iniciativas criativas têm sido executadas pelos povos indígenas e seus parceiros para promover o fortalecimento cultural, como a realização de oficinas, cursos e intercâmbios que estimulam atividades tradicionais; apoio para a realização de rituais, festas e outros eventos; construção e funcionamento de museus e Centros Culturais Indígenas; produção de vídeos, filmes, CDs de música, livros, publicações e outros materiais; desenvolvimento de pesquisa e formação de pesquisadores indígenas e apoio para o resgate das línguas indígenas.

Vale destacar o Prêmio Culturas Indígenas, do Ministério da Cultura, que desde 2007 dá apoio financeiro a iniciativas indígenas de valorização cultural.

Os desafios culturais estão presentes na maior parte dos projetos indígenas apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia, com destaque para o enfraquecimento da transmissão dos conhecimentos tradicionais para as gerações mais novas, mudanças nos hábitos alimentares, abandono de rituais, restrição a atividades tradicionais como caça, pesca, coleta, entre outros.

O projeto executado pela Associação Yakiô, em Mato Grosso, destaca o traumático histórico de contato com os não indígenas nos anos 70, que levou ao quase extermínio do povo Panará e fez com que perdessem e tivessem que deixar seu território tradicional. A estratégia promovida pelo projeto busca enfrentar uma das consequências desse processo, que é o distanciamento dos jovens em relação a conhecimentos, práticas e hábitos alimentares tradicionais.

O projeto é voltado para resgate e fortalecimento das práticas agrícolas tradicionais, mas com forte viés cultural. Conforme apresentado na proposta "o mais importante é resgatar a nossa cultura e passar para os jovens o nosso valor, nossa forma de fazer a roça, nossos produtos artesanais, nossas festas, nossa história". Para tanto, foram sugeridas oficinas sobre o trabalho nas roças e sobre a realização de festas relacionados ao ciclo agrícola, como a Festa do Roçado e a Festa da Colheita do Amendoim.

Dimensão econômica

A questão econômica está no centro das relações entre os povos indígenas e a sociedade nacional, concentrando muitas contradições entre os conhecimentos e formas tradicionais de uso do território e de seus recursos pelos povos indígenas e as suas demandas tecnológicas e de consumo. As ideias de desenvolvimento sustentável e etnodesenvolvimento reforçam a importância do equilíbrio entre eficiência econômica, justiça social e sustentabilidade ambiental.

O etnodesenvolvimento é uma proposta de desenvolvimento alternativo para os povos indígenas, que respeita e valoriza suas especificidades culturais, promovendo atividades econômicas que sejam sustentáveis e que estejam alinhadas a um plano mais amplo de gestão territorial e ambiental de suas terras.

Os desafios dessa área são muito grandes e críticos para esses povos e incluem as restrições territoriais e a degradação ambiental, que implicam alterações ou adaptações nas formas tradicionais de exploração econômica; dificuldades de subsistência devido ao aumento populacional, sedentarização em aldeias ou êxodo para as cidades; abandono ou enfraquecimento de atividades econômicas tradicionais; ampliação da demanda e dependência de consumo de produtos/serviços; necessidade de geração de renda e busca por assalariamento.

Também existe a falta de consenso sobre a exploração econômica do território, especialmente no que se refere a iniciativas polêmicas, como turismo, manejo florestal, mineração e arrendamento de pasto, o que muitas vezes gera conflitos internos nas comunidades.

Vale destacar a frequente deficiência de capacitação e assistência técnica para a incorporação de novas práticas e tecnologias produtivas, a grande dificuldade de gestão e comercialização de produtos indígenas e a precariedade de infraestrutura (energia, água, saneamento etc.) necessária ao beneficiamento, armazenagem e transporte da produção.

No que se refere à subsistência, muitas famílias indígenas, devido às transformações econômicas e precariedade nas alternativas de geração de renda, têm se tornado dependentes de direitos sociais, tais como a aposentadoria rural e bolsa família.

São diversas as estratégias das atividades econômicas sustentáveis indígenas voltadas para o autoconsumo e comercialização, entre as quais podem ser citadas produção agrícola, extrativismo e manejo florestal; criação de animais (gado, ovinos, galinhas, peixes, abelhas etc.); manejo e criação de fauna silvestre; produção de arte e artesanato indígenas; e a realização de feiras de trocas de sementes e outros produtos indígenas.

Em relação à comercialização de produtos indígenas, existem iniciativas de certificação florestal e comunitária, apoio ao associativismo e cooperativismo, investimento em nichos de mercados ou mercados diferenciados (ecológicos, sustentáveis, verdes etc.) e instalação de infraestrutura e procedimentos para o beneficiamento de produtos.

Os aspectos econômicos têm destaque entre os projetos indígenas apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia, indicados como grandes desafios a dificuldade de realização de atividades econômicas tradicionais (roça, caça, pesca, coleta), novas demandas de consumo, dificuldades para a geração de renda, falta de apoio e orientação técnica e limitações na comercialização dos produtos.

Grande parte das iniciativas apoiadas tem nas atividades econômicas o foco de suas estratégias de atuação, a exemplo do projeto executado pela AIM (MT), que prevê a instalação de uma pequena unidade de beneficiamento de açaí e a realização de intercâmbio e oficinas de capacitação para o aprimoramento da atividade. A ideia do projeto é superar a falta de incentivo governamental e consolidar uma alternativa de geração de renda com base em atividade sustentável com participação das mulheres Arara.

Os Guajajara da TI Caru se concentram no fortalecimento da produção e comercialização de farinha com o projeto executado pela Associação Indígena Comunitária Wirazu (MA). Para isso, prevê a ampliação do plantio de mandioca, revitalização de sua casa de farinha e realização de capacitações. Com o projeto, os Guajajara pretendem ajudar na superação das vulnerabilidades socioeconômicas e na resistência das comunidades à constante pressão de aliciamento de indígenas para o engajamento em atividades ilícitas.

O projeto executado pela Aicom (MA), do povo Guajajara da TI Rio Pindaré, tem como objetivo o fortalecimento da produção e a comercialização de farinha, além da recuperação de 15 hectares de área degradada, o que demonstra uma abordagem articulada entre a finalidade econômica do projeto e as preocupações com o meio ambiente.

Também vale destacar o projeto coordenado pela Atix (MT), que pretende transformar o PIX em um polo de produção apícola orgânica do estado. Para isso, o foco de sua estratégia é investir no aprimoramento técnico e de gestão do processo: capacitação, controle de produção, estoque, associativismo e comercialização. Também vale mencionar que esse projeto investiu na certificação participativa do mel do Xingu, algo pioneiro para povos e produtos indígenas.

Dimensão política

A gestão territorial tem a questão política na sua essência, pois está baseada em arranjos e acordos para o planejamento e realização de atividades. Esses arranjos e acordos são internos aos povos e comunidades indígenas, mas também consideram e dialogam com o conjunto de atores relevantes da sociedade mais ampla. Nesse sentido, envolvem as estruturas de governança e de tomada de decisões tradicionais internos, bem como mecanismos de representatividade externa – organizações e o movimento indígena em geral – e as interações com instituições não indígenas.

Os desafios da dimensão política são centrais para a gestão territorial e ambiental das TIs e incluem os conflitos internos das comunidades, sejam eles originados nas estruturas socioculturais desses povos ou na interação com os não indígenas. Esses conflitos muitas vezes emergem das dificuldades de tomada de decisão de um povo indígena diante de um projeto ou proposta externa complexa, como, por exemplo, o licenciamento ambiental de um grande empreendimento.

Também representa desafio na esfera política a incompatibilidade entre a organização tradicional indígena e os procedimentos administrativos não indígenas, com excesso de burocracia. Existe uma dificuldade mútua de compreensão, seja por parte dos indígenas em relação às regras e procedimentos seja por parte de gestores não indígenas compreenderem as formas de organização tradicionais.

Vale ressaltar, ainda, as dificuldades para se garantir a participação dos indígenas nas decisões em processos que os envolvem, tanto por problemas logísticos e de comunicação, falta de recursos financeiros para reuniões ou mesmo por falta de abertura para o diálogo. O desrespeito ao direito à consulta livre, prévia e informada tem sido colocado como um grande desafio para povos indígenas contemporâneos.

São observadas muitas dificuldades no processo de gestão administrativa das organizações indígenas, tais como a falta de estrutura e condições de trabalho, limitação de formação técnica dos dirigentes, sobrecarga dos quadros e dificuldade em lidar com lógicas diferenciadas de gestão (tradicional X burocrática).

As estratégias para superação são muito diversificadas, sendo que as iniciativas e os processos de capacitação possuem grande importância. A formação política é estratégia fundamental para esses povos, incluindo temas como direito indígena, organização do Estado e sociedade nacional, consulta prévia e consentimento livre, prévio e informado, entre vários outros assuntos.

Também têm sido realizados processos de capacitação técnica voltados para o tema da gestão administrativa, incluindo a formação de lideranças e gestores indígenas em gestão organizacional e de projetos.

Em relação às organizações indígenas, as estratégias são variadas e incluem a assessoria técnica e administrativa por especialistas ou instituições parceiras, realização de processos de desenvolvimento organizacional participativo, elaboração de Planos de Gestão e de Negócios ou mesmo o investimento na infraestrutura das associações e cooperativas (sede, equipamentos, materiais).

O apoio para articulação institucional entre as associações indígenas e outras instituições é uma estratégia relevante para a dimensão política da gestão territorial. Também se tem observado a importância de estimular e investir na participação e organização de mulheres e jovens indígenas.

Por fim, representa estratégia fundamental para a gestão territorial, a construção dos PGTAs, especialmente com o detalhamento de sua estrutura de governança e processos de tomada de decisão. Alguns povos indígenas também têm construído o Protocolo de Consulta, documento que indica os procedimentos específicos que devem ser adotados nos processos de consulta prévia que os envolvam.

O projeto executado pela Associação Wyty-Catë (MA) visa recuperar e preservar espécies vegetais de importância para a segurança alimentar e também para sua cultura. A iniciativa tem como norteador das atividades o PGTA elaborado para a Terra Indígena, o que indica a inserção do projeto em uma abordagem estratégica e integrada de gestão territorial.

Considerações finais

Os projetos indígenas apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia estão alinhados aos principais desafios, estratégias e melhores práticas relacionados à gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas no Brasil. Isso pode ser percebido ao se verificar que as iniciativas como um todo se encaixam nos eixos da PNGATI.

Apesar de haver grande diversidade entre as situações e contextos nos quais estão inseridas, as iniciativas enfrentam problemas e desafios parecidos e buscam soluções específicas e culturalmente adequadas que procuram integrar qualidade de vida das comunidades à valorização do meio ambiente.

As iniciativas indígenas do PPP-ECOS demonstram que os desafios contemporâneos demandam uma abordagem estratégica que integre as várias dimensões da vida dos povos: territorial, ambiental, cultural, econômica e política. Dessa forma, executam projetos com evidente autoria e participação das comunidades e organizações indígenas, associando garantia territorial, qualidade ambiental e fortalecimento das práticas culturais como elementos básicos para a gestão territorial.

Os projetos, portanto, independentemente do estágio que estejam e do resultado que já tenham alcançado, demonstram a importância de programas de apoio a iniciativas comunitárias que estejam baseadas no protagonismo indígena e que, em seu conjunto, contribuam para o fortalecimento das comunidades e organizações indígenas de base.

Saiba mais em

- Livro Gestão Territorial em Terras Indígenas no Brasil, dos autores Cássio Ingles de Sousa e Fábio Vaz Ribeiro de Almeida, editado pelo MEC/SECADI, LACED e Museu Nacional/UFRJ (2015) e disponível em: <laced.etc.br/site/arquivos/ViaDosSaberes_Gestao.pdf>
- Site Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas, da Funai, disponível em: <www.funai.gov.br/pngati/>
- Cartilha Orientações para elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (FUNAI, 2013), disponível em: <cggamgati.funai.gov.br/files/6413/8685/5847/Cartilha_PGTA.pdf>
- Publicação Entendendo a PNGATI, das autoras Andréia Bavaresco e Marcela Menezes e editada pela Funai, disponível em: <cggamgati.funai.gov.br/index.php/download_file/view/1984/630/>

Juventude e desenvolvimento rural sustentável

Luiza Borges Dulci[34]

As populações que vivem no campo, nas águas e nas florestas brasileiras têm papel fundamental no desenvolvimento nacional. As/os agricultoras/es familiares de nosso país são responsáveis pela produção de cerca de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, garantindo, portanto, o abastecimento alimentar e o controle da inflação de alimentos, ou seja, nossa segurança e soberania alimentar (FRANÇA et al., 2009). A agricultura familiar contribui, ainda, para outras duas dimensões da soberania nacional, a hídrica e a energética, pois seu manejo do solo e uso dos recursos naturais prima pela preservação das nascentes, rios, mangues e mares, e emprega técnicas que exigem menos água e energia.

É justamente nessa seara que se apresentam a agroecologia e as diversas experiências de transição agroecológica que têm se disseminado pelo Brasil - e pelo mundo. Segundo definição da FAO, a agroecolo-

34 Economista (UFMG), mestre em sociologia (UFRJ), doutoranda em ciências sociais, desenvolvimento e agricultura (UFRRJ) e assessora de Juventude Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015 - jun/2016).

gia é, ao mesmo tempo, disciplina científica, conjunto de práticas e movimento social. Envolve o estudo dos vários componentes e interações do ecossistema, a busca de práticas sustentáveis e a promoção da justiça social, a viabilidade econômica da agricultura familiar e a valorização das identidades e culturas associadas à agricultura[35].

A juventude tem tido papel importante na difusão de práticas e experiências agroecológicas, no desenvolvimento de tecnologias sociais e na viabilização do dia a dia nos espaços rurais. A despeito das dificuldades que ainda se abatem sobre a vida no campo, sobre as oportunidades de geração de renda, acesso à educação e demais serviços públicos e as desconfianças em relação à juventude, não há como negar que o Brasil rural contemporâneo é iluminado por milhares de jovens que vêm protagonizando vivências agroecológicas e ressignificando os espaços rurais.

Parte dos projetos apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia - 25 do total de 88 - são experiências de jovens rurais, dentre os quais se incluem experiências específicas de jovens mulheres e da juventude de povos e comunidades tradicionais, com destaque para os indígenas e os quilombolas.

Situadas na região da fronteira entre os biomas Cerrado e Amazônia, as populações - e as juventudes - rurais desses três estados vivenciam realidades ambientais, socioeconômicas e culturais particulares e lidam cotidianamente com pressões exercidas pela expansão da fronteira agrícola voltada para a produção de commodities[36]. Tal contexto desafia as formas de organização, produção, comercialização e as próprias formas de sobrevivência e vivência no campo. A respeito da fronteira, Martins (2009) aponta que ela consiste no ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos (...), que de modo algum se reduz à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E sobretudo, fronteira do humano.

A realidade dessa fronteira é marcada, desde fins dos anos 1960, pela expansão das pastagens para a pecuária e, mais recentemente, pelo avanço do cultivo da soja. Fruto da combinação de interesses do Estado e das elites agrárias presentes na região, a produção de *commodities* vem comprometendo fortemente a biodiversidade dos estados do Tocantins, Maranhão e de Mato Grosso, bem como a diversidade de tradições e culturas locais. Dessa forma, não seria exagero dizer que a monocultura de produção arrasta consigo a monocultura de pensamento, na tentativa de construir ou moldar sociedades pouco diversas e hierarquizadas. É nesse contexto que a resistência das populações locais ganha importância, ou seja, sua organização produtiva coletiva vem para contrapor a cultura monolítica das *commodities*, visando gerar e distribuir renda e recuperar tradições e culturas à luz da realidade e das possibilidades da contemporaneidade.

Juventude e o Brasil rural contemporâneo

Inicialmente cabe contextualizar quem é o público identificado sob o termo juventude rural. Trata-se de mulheres e homens, camponesas/es, agricultoras/es familiares, acampadas/os e assentadas/os da reforma agrária, trabalhadoras/es rurais, povos indígenas e comunidades tradicionais, com idade entre 15 e 29 anos, conforme definição de jovem do Estatuto da Juventude[37]. Em termos de quantitativos populacionais, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, a juventude rural soma cerca de oito milhões de pessoas, o que corresponde a 27% da população rural brasileira e 16% do total da população jovem do país.

35 www.fao.org/family-farming/themes/agroecology/en/. Para conceitos e debates sobre agroecologia ver Hehct (1993); Caporal (2004); Wezel et al. (2009).

36 Termo que designa "mercadoria" em inglês. Nas relações comerciais internacionais, trata-se de um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, da soja, do minério de ferro, do algodão etc. (SANDRONI, 1999).

37 Lei 12.852/2013, de 05 de agosto de 2013, que institui o Estatuto Nacional da Juventude.

A Nova Ruralidade

O olhar sobre o meio rural vem se transformando, moldando o conceito de uma nova ruralidade brasileira. Para Favareto (2015), reconhecer sua especificidade não deve implicar a sua separação do ambiente urbano, mas a integração de ambos, a partir de uma perspectiva de complementaridade. O rural ampliado que caracteriza a Nova Ruralidade extrapola as atividades estritamente agrícolas e agropecuárias e passa a expressar a dinâmica de vida do território, ou seja, deixa de ser uma condição setorial para se tornar uma forma de organização da vida social, uma forma territorial de vida social (VEIGA, 2003). Com isso, a ampliação da oferta de serviços e a diversificação das atividades nos espaços rurais, inclusive não agrícolas, ao invés de torná-los urbanos, aponta, ao contrário, para o desenvolvimento dos territórios rurais.

A heterogeneidade que caracteriza os espaços rurais manifesta-se em dois aspectos principais: a pluriatividade e a multifuncionalidade. A pluriatividade supera a concepção de que o meio rural vive apenas do trabalho agrícola. Sobre a multifuncionalidade cabe destacar que as atividades atualmente desempenhadas no meio rural estão cada vez mais articuladas em cadeias de produção. Englobam múltiplas funções, como a produção e a extração de recursos naturais; o beneficiamento e a agregação de valor; e a comercialização. Assim como englobam funções ligadas à reprodução de bens públicos, como a manutenção da biodiversidade e do patrimônio genético, a conservação do solo e da paisagem rural, a herança cultural, a promoção de segurança alimentar, hídrica e energética do país, dentre outras (MALUF, 2004). Acrescenta-se, ainda, e mais especialmente, o papel dos povos indígenas e comunidades tradicionais na preservação das culturas e na transmissão dos saberes tradicionais. Nesse sentido, os projetos apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia são emblemáticos, pois retratam o caráter plural e multifuncional do Brasil rural contemporâneo. O beneficiamento da produção, a agroindustrialização, a gestão dos negócios, o design dos produtos, a divulgação e a comercialização são questões presentes nos projetos, ao lado das ações de conservação da biodiversidade e das culturas – combinação que é a essência da sustentabilidade.

Perceber o Brasil rural contemporâneo, isto é, tirá-lo da invisibilidade, tem impacto direto sobre a percepção que a própria população rural tem de si mesma. Em geral, o rural é visto como espaço atrasado, superado, incapaz de prover perspectivas de vida e de desenvolvimento. Submetidos a essa leitura pelo restante da sociedade, muito marcada no ensino escolar – nos textos e figuras dos livros didáticos e nos discursos dos professores –, assim como em programas de rádio e televisão, os jovens rurais são a todo o momento desestimulados a permanecer no campo. Não à toa, a juventude é a maior responsável pelo índice de êxodo rural brasileiro que, apesar de ter diminuído nas últimas décadas, ainda é positivo. A migração campo-cidade permanece sendo um componente importante da dinâmica demográfica brasileira, tanto é assim que, dos dois milhões de pessoas que migraram do campo para as cidades entre os anos de 2000 e 2010, um milhão era de jovens (IBGE, 2011). Jovens do campo, das florestas e das águas que não desejam ou não veem condições de seguir produzindo na propriedade dos pais, encontram dificuldades em ter uma inserção digna no mercado de trabalho e, geralmente, não têm acesso à política de reforma agrária, o que inviabiliza a aquisição de sua própria terra.

A despeito de todas as dificuldades mencionadas há, Brasil afora, milhares de exemplos de jovens que vêm inovando, gerando renda e criando condições de permanência no campo – e os projetos do PPP-ECOS na Amazônia espelham essa realidade. As formas coletivas de organização e produção, presentes na agricultura familiar, contribuem para o enfrentamento de questões como a escala de produção, a divisão do trabalho, a relação com atravessadores, a inserção nas cadeias produtivas e a agregação de valor da produção. Além disso, práticas solidárias são historicamente comuns nos espaços rurais, especialmente entre os povos indígenas e comunidades tradicionais – a começar pela noção de terras coletivas, que ainda vigora nos territórios indígenas e quilombolas, por exemplo.

A organização produtiva via associações e cooperativas e as práticas ligadas à economia solidária são ainda mais importantes para a juventude, uma vez que boa parte das/os jovens não possuem autonomia econômica suficiente para dar início ou mesmo desenvolver suas produções individualmente. Dos 25 projetos de juventude em questão, 23 são desenvolvidos por associações e 2 por cooperativas, a COOAF-Bico (TO) e Comesol (TO). Apesar de a dimensão coletiva e solidária ser historicamente presente entre populações do campo, as dificuldades de sua construção não são poucas. Organizar-se e produzir coletivamente exige dos associados e cooperados esforços cotidianos de superação e renovação dos compromissos, em um mundo cada vez mais individualista e competitivo. Acrescenta-se ao esforço exigido no âmbito das relações humanas, os entraves burocráticos, normas e legislações que não são formuladas para a realidade das pequenas e médias associações e cooperativas.

Merece destaque, também, um aspecto presente em todos os projetos em questão: as inovações tecnológicas. Pelo fato de possuírem pouca terra, as famílias agricultoras dependem de tecnologia para produzir. Soma-se à escassez de terra, a pouca mão de obra, decorrente do êxodo rural, em especial da juventude. No âmbito da agroecologia, em vez de a tecnologia ser encarada como um produto acabado, a atenção volta-se aos processos sociais da invocação. Ou seja, desloca-se a atenção exclusiva dos produtos das tecnologias concebidas para os agentes que as produzem. "Assim, de passivas receptoras das tecnologias, as famílias são estimuladas a assumirem ativamente seu papel como agentes de inovação e disseminação de conhecimentos" (PETERSEN, 2007, apud SOUZA e MARTINS, 2013, p. 91).

Além disso, no que diz respeito à juventude, a adoção de tecnologias tem impacto direto sobre a decisão de permanecer no campo. Com a incorporação de ferramentas e equipamentos (tratoritos, roçadeiras, perfuradores de solo e outros) reduz-se o esforço físico e o tempo necessário para o trabalho agrícola. Da mesma forma, o uso das tecnologias de informação e comunicação facilitam o trabalho, permitem maior organização e planejamento da produção, bem como a interação entre produtores.

Educação do campo: conhecimento e organização produtiva caminham juntos

Dentre os projetos que envolvem especificamente a juventude, há uma categoria que merece atenção especial. Trata-se das iniciativas desenvolvidas no âmbito dos centros de formação por alternância, que englobam as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), as Escolas Comunitárias Rurais (ECORs) e as Casas Familiares Rurais (CFRs). Presentes no Brasil desde fins dos anos 1960, tais experiências, que combinam tempo-escola e tempo-comunidade, buscam promover a formação integral e emancipatória e o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Em fins dos anos 1980 e durante a década de 1990 esta pedagogia dos centros de formação por alternância veio a ser enriquecida com experiências desenvolvidas por diversos movimentos sociais do campo - que pensaram e fizeram acontecer a escola no contexto camponês - culminando no que hoje entendemos por Educação do Campo[38].

O Brasil conta atualmente com 268 centros de formação por alternância, presentes em 20 estados do país, ofertando educação do campo com escolarização básica do segundo ciclo do ensino fundamental ao ensino médio e profissional, atendendo mais de 25 mil jovens agricultores familiares por ano. Dentre os cursos profissionalizantes ofertados, destacam-se Agropecuária, Agricultura, Zootecnia, Agroecologia, Gestão Ambiental, Administração Rural, Recursos Naturais, Meio Ambiente, Alimentos, Agroextrativismo e Agroindústria.

No âmbito das políticas públicas, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) foi

38 Para mais informações e conceitos da Educação do Campo, ver CALDART et al., 2012.

pioneiro na incorporação da educação do campo. Criado em 1998, o Pronera atendeu, até 2011, mais de 160 mil assentadas/os da reforma agrária, desde os níveis de educação de jovens e adultos até a pós-graduação[39].

Dos projetos apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia, quatro deles têm ligação direta com a pedagogia da alternância, são aqueles apresentados pelas entidades AEFA-Bico (TO), ATRVBE (MA), Cemeaar (MA) e Aefalj (MA). Se as iniciativas ligadas à educação do campo merecem destaque, da mesma forma, as experiências protagonizadas por jovens mulheres e de povos indígenas e comunidades tradicionais também carecem de atenção especial.

As jovens mulheres rurais

As mulheres rurais desempenham importante papel na dinâmica da agricultura familiar, sendo responsáveis pela maior parte da produção destinada ao autoconsumo das famílias, por meio dos quintais e hortas, e pela conservação de sementes crioulas. Apesar de serem as protagonistas de boa parte das experiências agroecológicas em curso no país, as mulheres ainda precisam lutar para serem vistas e reconhecidas como agentes de produção e desenvolvimento no campo. De modo geral, as mulheres são vistas como 'ajudantes' no processo produtivo, 'companheiras de seus maridos' e 'filhas e mães de agricultores'. As jovens mulheres encontram-se submetidas a condições ainda mais precárias. A cultura patriarcal do campo e a desigualdade nas relações de poder nas famílias tornam as possibilidades de permanência no ambiente rural e de sucessão mais difíceis para elas, pois a preferência dos pais para a sucessão das propriedades é, em geral, pelos filhos. Com isso, o fenômeno do envelhecimento do campo vem também acompanhado da masculinização do espaço rural brasileiro.

A narrativa social que destina às mulheres rurais um lugar secundário na vida camponesa é contraposta pelas iniciativas concretas de mulheres que lutam por terra, produzem e geram renda nos territórios rurais brasileiros. Dentre os projetos apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia ligados à juventude, sete são protagonizados ou buscam estimular o protagonismo de jovens mulheres. Três desses envolvem o beneficiamento do coco babaçu, o do CMTR (MA), o da Amab e o da Coomesol, ambas de Xambioá/TO.

Os demais projetos protagonizados ou que buscam estimular o protagonismo de jovens mulheres envolvem agroindustrialização, com a construção de casas de farinha, cozinhas comunitárias e produção de mel, são os das organizações Apraf (MT), ABQMPCG (MA), Agricomel (MA), e Aplica (MA).

A juventude indígena e dos povos e comunidades tradicionais

Outro segmento transversal que integra e caracteriza a agricultura familiar brasileira é o conjunto de povos indígenas e comunidades tradicionais, os quais podem ter caráter nacional ou regional. Os grupos são culturalmente diferenciados e se reconhecem como tais, com formas próprias de organização social. Ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. As formas de organização e visão de mundo dos grupos sociais e étnico-raciais, sob o termo guarda-chuva "povos tradicionais", são variadas.

39 Mais informações sobre o Pronera podem ser obtidas no Relatório da II Pesquisa Nacional sobre Educação da Reforma Agrária: <goo.gl/ndTNXb>, acesso em 02 mar. 2017.

Os povos e comunidades tradicionais foram oficialmente reconhecidos como público da agricultura familiar pela Lei nº11.356, de 24 de julho de 2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar, e no ano seguinte foi publicado o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Historicamente submetidos a relações desiguais, tanto os povos indígenas quanto as comunidades tradicionais são alvo de preconceitos de toda sorte. A luta pelo reconhecimento de seus territórios e de seus direitos é secular e, a despeito das conquistas e marcos legais dessas populações, a concretização dos direitos, a saída da invisibilidade e a garantia da cidadania ainda estão longe de serem plenos na realidade social brasileira.

Conforme apontam Barros e Silva (2013), das características que distinguem os povos tradicionais das demais sociedades merecem destaque o conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, a transmissão oral desse conhecimento de geração para geração e a noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente.

As oportunidades de renovação e mudança, de adoção de novas técnicas de cultivo e produção, de geração de renda, de criação e fruição cultural geralmente são pouco estimuladas, fazendo com que muitos jovens escolham deixar suas comunidades, rompendo com os padrões de sucessão.

Tendo em vista essa realidade desafiadora, os projetos que envolvem a juventude dos povos e comunidades tradicionais tomam dimensão ainda maior, são eles: em comunidades quilombolas do Maranhão: Associação dos Produtores Rurais Quilombolas de São José dos Portugueses, Amoqruica e ABQMPCG; e em povos indígenas do Mato Grosso: Atix e Associação Yarikayu .

Para esses povos e comunidades, os projetos reafirmam a importância da regularização de seus territórios e valorização de suas culturas e tradições.

Juventude rural: construção da categoria social

A dinâmica demográfica brasileira de migração campo-cidade é um desafio de toda a sociedade. Desafio esse que vem sendo denunciado pelas pautas e bandeiras da juventude rural, as quais vêm repercutindo e pressionando as agendas governamentais há mais de uma década e transformando o campo a partir de centenas de experiências individuais e coletivas da juventude.

Ao longo dos anos, a juventude rural afirmou-se como categoria social, processo que passou pela superação de dois desafios: a disputa pelo lugar no rural e a disputa pelo lugar no espaço das juventudes. Isto é, ao mesmo tempo em que precisam lidar com as questões relacionadas aos preconceitos geracionais que se manifestam na invisibilidade da juventude nos espaços decisórios do rural (família, associações, cooperativas, colegiados territoriais etc.), precisam também disputar espaço e pautas com jovens das cidades e lutar pela superação da visão preconceituosa que vê o rural como residual, atrasado e desprovido de papel no desenvolvimento nacional.

As angústias e dificuldades vivenciadas por essa juventude já deveriam ser motivo suficiente para se repensar as políticas públicas que precisam chegar nessas/es cidadãs/os. Afinal, são milhões de pessoas sem acesso ou com acesso precário a direitos e políticas essenciais que, a começar pela terra, estendem-se à educação contextualizada, à saúde, à moradia digna, à mobilidade, à cultura e ao esporte, à inclusão digital, dentre outras.

Mas há, também, um argumento de fundo que traz a questão da permanência da juventude no campo para o centro do debate. Conceitualmente condensado pela literatura e pelas organizações da sociedade civil no termo sucessão rural, a condição e as perspectivas de permanência da juventude no campo tornam-se chave

para a dinâmica socioeconômica e cultural do mundo rural brasileiro. Isso pois o esvaziamento do campo acaba por dar prazo de validade ao modelo familiar e camponês de desenvolvimento rural, gerando impactos diretos e significativos também sobre as cidades, com as consequências já conhecidas de inchaço dos centros urbanos e alteração análoga de suas dinâmicas socioeconômicas e culturais. É justamente nessa conjuntura que a literatura e as organizações da sociedade civil colocam a sucessão rural como uma das principais, se não a principal, questão colocada para a ruralidade – não apenas no Brasil, mas em diversos países do mundo. Abramovay et al. (1998) aponta que o conceito tem duas dimensões principais. A primeira diz respeito à sucessão nas propriedades; a segunda dimensão tem a ver com a sucessão no ofício de agricultores.

Tem-se, portanto, por um lado, que o entendimento da sucessão está intimamente ligado aos sentidos de continuidade e reprodução dos aspectos que envolvem a agricultura familiar. Sob outra ótica, mais recentemente tem-se destacado o papel de ruptura, de descontinuidade, que cabe às juventudes rurais. A juventude é vista muito mais como propulsora de iniciativas inovadoras e transformações do que apenas reprodutora de uma dinâmica social já posta.

Agenda governamental e reconhecimento político

A partir dos anos 2000, as organizações da sociedade civil passaram a cobrar do Estado políticas públicas voltadas especificamente para a juventude e para o enfrentamento da questão da sucessão rural. A transitoriedade que caracteriza os ciclos da vida de cada jovem individualmente passou a ser objeto de análise teórica, e a categoria social juventude rural tornou-se permanente.

De modo geral, as transformações vivenciadas no meio rural brasileiro nos últimos anos – redução da pobreza e da fome; geração de renda e dinamização das economias locais; aumento da escolaridade; dentre outras – foram fruto de um conjunto de políticas públicas de apoio à agricultura familiar. Concomitantemente à implementação das políticas houve também um esforço de institucionalização do conceito da agricultura familiar e do reconhecimento dos sujeitos do campo. As transformações decorrentes das políticas implementadas possibilitaram a emergência de novos sujeitos sociais, dentre os quais se destacam jovens, mulheres e povos e comunidades tradicionais, que passaram a se ver e a serem vistos enquanto grupos sociais específicos. Tais transformações impuseram a necessidade de readequação e recriação de uma geração de políticas a partir dos novos sujeitos do campo, no intuito de dar sequência e intensificar o processo de desenvolvimento em curso no Brasil rural contemporâneo.

Aos poucos, e na medida em que as demandas sociais mais imediatas foram sendo incorporadas na agenda governamental, os movimentos organizados puderam ampliar seu leque de ações e qualificar suas pautas e bandeiras. Nesse sentido, experiências associadas à agroecologia, que lutam contra os agrotóxicos, têm sido cada vez mais difundidas e repercutidas.

Da mesma forma, preocupações com segurança alimentar e nutricional entraram na agenda governamental brasileira e mundial, por meio da FAO, e são cada vez mais associadas às questões de saúde. Tais preocupações são recorrentes entre os projetos de juventude do PPP-ECOS na Amazônia. Não seria exagero afirmar que indiretamente todas as experiências contribuem para a melhoria nutricional de suas comunidades, uma vez que envolvem o cultivo de alimentos e a conservação da biodiversidade em cada região. Entretanto, alguns expressam diretamente a preocupação com a promoção da segurança alimentar, como é o caso da ABQMPCG (MA); da Associação dos Quilombolas de São José dos Portugueses (MA); e da Atix (MT) para a merenda escolar da região.

Ao tratarmos de juventude, há três agendas que têm tido cada vez mais destaque: a cultura, a comunicação e a participação. Essas questões não são novidade para as populações rurais, mas vêm sendo ressignificadas, na medida em que a identidade juvenil passou a ter sentido na vida dos jovens rurais.

Na cultura, as buscas da juventude passam tanto pela produção quanto pela fruição cultural. No que tange à fruição, destaca-se o acesso a bens e serviços e a produções culturais diversas, nacionais e internacionais. Já com relação à produção, cabe atenção às condições da produção de cultura (financiamento, infraestrutura, formação e capacitação), sejam elas ligadas às heranças tradicionais ou não. Em relação à dimensão cultural encontram-se quase sempre presente marcas da combinação das tradições com novas estéticas e temáticas próprias da contemporaneidade. Os projetos desenvolvidos por quilombolas e indígenas trazem consigo a dimensão cultural sempre presente.

O mesmo se dá com a comunicação. A veiculação de conteúdos por meio de rádios comunitárias e jornais locais segue sendo estratégia fundamental e talvez prioritária dos coletivos, associações, cooperativas e redes rurais. Entretanto, a forma de fazê-lo não é a mesma, há inovações estéticas trazidas, criadas e recriadas pela juventude, que precisam ser incorporadas a esses canais de comunicação. Além dos meios tidos como mais tradicionais, há as possibilidades trazidas pela tecnologia, ainda que timidamente. Sobre a internet, destacamos sua contribuição com a estruturação de redes de jovens rurais, em âmbito regional, nacional e mesmo internacional. De fato, a demanda pela troca, pela realização de intercâmbios, pela estruturação de redes é recorrente entre jovens do campo, das florestas de das águas.

Entre os projetos apoiados, vários demonstram preocupação com a forma de divulgar as realizações, bem como de trocar com outros grupos e coletivos. Nesse sentido, o projeto do CMTR (MA) pretende criar um blog; e o da Aefalj (MA), páginas nas redes sociais. No caso da AEFA-Bico (TO) a comunicação é transformada em verdadeira ferramenta educacional, e a produção de vídeos é parte da metodologia da *educomunicação*. Para fins mais comerciais, a Atix (MT) vem desenvolvendo um software para auxiliar na gestão da produção apícola, uma vez que as planilhas mais comuns já não têm dado conta de organizar a crescente produção de mel no PIX, e o projeto da Coomesol (TO) pretende explorar as possibilidades da internet para comercialização do artesanato de babaçu. Isso não se dá por acaso.

Uma das características que marca a juventude rural é justamente o sentimento de isolamento, devido às distâncias físicas entre as propriedades/assentamentos/comunidades, mas também devido às dificuldades de acesso aos canais de comunicação. Para muitos, a escola cumpre a função de colocá-los em contato com o mundo e ao voltar para casa e para o trabalho eles seguem solitários e com pouca possibilidade de troca e interação. Nessa linha, a realização de intercâmbios e trocas é parte integrante de vários dos projetos de juventude do PPP-ECOS, dentre os quais se destacam a proposta de trocas do CMTR (MA) com grupos produtivos de mulheres; e os intercâmbios agroecológicos da Escola Família Agrícola Antonio Fontenele, realizados pela Aefalj (MA) com jovens de outras EFAs e CFRs.

A terceira agenda que vem assumindo lugar de destaque nos movimentos de juventude diz respeito à participação nos espaços de decisão, sejam eles privados ou públicos. No âmbito das políticas públicas, são recentes os espaços e mecanismos que estimulam o envolvimento desse segmento. Cabe notar que a participação da juventude nos espaços criados pelo Governo Federal - com repercussão nos estados e municípios - ao longo dos anos 2000 foi decisiva para a consolidação da juventude rural enquanto categoria social e política.

A participação de jovens nas diversas conferências e conselhos nacionais é emblemático nesse sentido. Podemos citar, por exemplo, as Conferências Nacionais de Assistência Técnica e Extensão Rural (2012 e 2016), a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2013), as Conferências Nacionais de Juventude (2008, 2011 e 2015) e as Conferências Nacionais de Meio Ambiente (2003, 2005, 2008 e 2013). Com relação aos Conselhos, destaca-se a participação ativa da juventude rural no Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (Condraf), bem como em seus homólogos federativos.

Em 2016 foi lançado o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural[40], resultado do acúmulo da construção das juventudes do campo, florestas e águas nas duas últimas décadas. Iniciativa do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Plano reúne ações de oito ministérios[41] e apresenta cinco eixos de políticas públicas, que juntas visam dar conta da integralidade dos desafios que perpassam a vida da juventude camponesa: terra e território; trabalho e renda; educação do campo; qualidade de vida; e participação, comunicação e democracia. Compromisso do Governo Federal com a juventude rural, o Plano também se apresenta como uma carta política da juventude camponesa, pois registra suas principais bandeiras e permite sua repercussão e adaptação em estados e municípios e territórios rurais.

A construção participativa do Plano viabilizou-se a partir da realização das etapas municipais e territoriais da 3ª Conferência Nacional de Juventude ao longo do ano de 2015 e da articulação da Assessoria de Juventude do MDA com os diversos movimentos organizados do país. Alguns desses movimentos consistem em segmentos de juventude das organizações da agricultura familiar, caso da juventude da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Contraf), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da União das Cooperativas da Agricultura Familiar (Unicafes), do Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombolas (Conaq), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Confederação Nacional dos Seringueiros (CNS), dentre outros.

Há também a juventude ligada aos centros de formação por alternância e outros movimentos da educação do campo, e outras agremiações de jovens que se organizam localmente e participam, por exemplo, das atividades dos territórios rurais, por meio dos Colegiados Territoriais. Em 2011, foi criado no Condraf, o Comitê Permanente de Promoção de Políticas Públicas para a Juventude Rural, por meio da Resolução nº 79, de 19 de maio de 2011[42]. O Comitê reúne os principais movimentos organizados de juventude rural do país no intuito de propor, acompanhar e avaliar políticas públicas, propor a realização de estudos relativos à juventude rural e pautar o Plenário do Conselho.

A dimensão da participação mostrou-se fundamental entre os projetos do PPP-ECOS na Amazônia. O envolvimento com a formulação, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas já é realidade para parte das entidades. A ABQMPCG (MA), CMTR (MA) e APA-TO acompanham os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural; a APA-TO acompanha também o Colegiado Territorial do Território do Bico do Papagaio.

Para finalizar o diálogo sobre os projetos de juventude apoiados, será apresentada a iniciativa da AJR (MA), desenvolvida nas comunidades de São Manoel e Ludovico, no município de Lago do Junco, MA. Criada informalmente em 1998 e oficializada em 2002, a AJR materializa diversos aspectos analisados ao longo do texto, relativos à construção da categoria social juventude rural, processo esse que coincide cronologicamente (e não fortuitamente) com o tempo de vida da Associação. Uma associação formada apenas por jovens é a prova de que a juventude tem capacidade, interesse e organização para gerar renda e viabilizar sua vida no campo. O projeto "Jovens camponeses: valorizando saberes e preservando a floresta dos babaçuais" busca trabalhar a cadeia do babaçu focando em dois principais subprodutos: o endocarpo para matéria-prima de

40 Materializado no Decreto 8.736, de 05 de maio de 2016. Para mais informações sobre o Plano: https://issuu.com/assessoriadejuventudemda (Acesso em jan/2017).

41 A estrutura do Governo Federal foi alterada após o lançamento do Plano e os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos (MMIRDH), das Comunicações (MC) e do Trabalho e Previdência Social (MTPS) deixaram de existir ou fundiram-se a outras pastas ministeriais. Atualmente as ações do Plano estão sob a coordenação da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, entretanto, ainda não começaram a ser implementadas ou articuladas com os parceiros.

42 www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Resolu%C3%A7%C3%A3o_79_-_Comit%C3%AA_Juventude_Rural-2.pdf (Acesso em jan/2017).

biojoias - colares, brincos, anéis, chaveiros e porta canetas - e a fibra da palha para ser transformada em papel reciclado. Além da organização produtiva, a AJR realiza diversas ações de formação política e cidadã, voltadas à promoção e à valorização da identidade rural, enfrentando os preconceitos que associam o campo a um espaço atrasado, sem perspectivas de presente e futuro e sem papel no desenvolvimento nacional. Assim, tanto do ponto de vista produtivo quanto da formação política, o trabalho da AJR se apresenta como um modelo para viabilização da sucessão nas comunidades rurais.

Desafios

A realidade da agricultura familiar brasileira é muito diversa. Tal diversidade está expressa na variedade de experiências aqui analisadas, bem como nos atores que protagonizam os projetos. Todos eles, de uma forma ou de outra, dão vida aos espaços rurais, dinamizam as economias de seus territórios, preservam a natureza e contribuem para o desenvolvimento do país. Contudo, os resultados alcançados pelos jovens, homens, mulheres e suas famílias não são atingidos facilmente. São fruto do trabalho perseverante de pessoas que gostam de viver no campo e buscam efetivar condições de vida digna nos espaços rurais.

Do ponto de vista da organização produtiva, a comercialização desponta como um dos aspectos mais desafiadores, com o qual todos os projetos precisam se deparar.

A sucessão rural depende fortemente da ampliação da oferta dos serviços públicos – e nesse âmbito as carências ainda são grandes. Faltam investimentos em educação, saúde, habitação, cultura, infraestrutura e tantas outras áreas. O tema da educação merece destaque pois é uma das variáveis mais determinantes na escolha dos jovens em deixar o campo e migrar para as cidades. As disparidades entre o acesso e a qualidade da educação no campo e na cidade não têm sido enfrentadas com o peso e a atenção necessários, e as consequências desta negligência são drásticas. Isso porque o conhecimento é uma condição e também um ativo cada vez mais central para a capacidade de adoção e de desenvolvimento de novas tecnologias, para o aumento da produtividade e para o beneficiamento e a agregação de valor das atividades rurais.

O (auto) reconhecimento dos sujeitos do campo, das florestas e das águas perpassa a constituição e a consolidação das redes de comunicação e intercâmbio, pelas possibilidades de troca, as quais têm se mostrado muito importantes para a juventude. Aprender com o outro, conhecer experiências, recriá-las, constatar que é viável viver no campo são questões que podem ser melhor enfrentadas quando não se está sozinho. Esse também é um dos papéis das redes, virtuais e presenciais.

Para finalizar, aquele que é talvez o desafio mais expressivo de todos: a reforma agrária. Todas as questões aqui discutidas devem ser precedidas pelo acesso à terra do público jovem que queira construir sua vida no campo. Seja para atividades agrícolas ou não agrícolas, o acesso a terra é pressuposto para o desenvolvimento rural. A questão fundiária possui diversas dimensões – social, cultural, política, jurídica, ambiental. Mas o componente econômico é central para o processo de desenvolvimento das áreas rurais.

Em suma, está claro que a superação dos desafios passa pela divulgação, replicação e recriação de projetos como esses apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia, cujas metodologias e resultados comprovam que a juventude tem interesse e capacidade de viver com dignidade no campo, gerar renda e oportunidades e transformar os territórios rurais em espaços de vida e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.

BACELAR, T. Fundamentação do projeto: Um novo olhar sobre o rural no Brasil e seus desafios. In: Agricultura familiar: Ruralidade, território e política pública/IICA, Fórum DRS. Brasília: IICA, 2015.

BARROS, F. B.; SILVA, L. M. S. Agroecologia e aproximações como essência do desenvolvimento sustentável nos trópicos. In: GOMES, J. C. e ASSIS, W. S. (Org.). Agroecologia: Princípios e reflexões conceituais. Brasília: Embrapa, 2013.

CAJADO, D. M.; SOARES, J. L.; SOBRAL, F. M. Técnicas e tecnologias intergeracionais na (re)produção socioeconômica dos povos da praia. In: ALBIERO, D.; CAJADO, D.; FERNANDES, I.; MONTEIRO, L.; e ESMERALDO, G. Tecnologias Agroecológicas para o Semiárido. Fortaleza, 2015.

CALDART, R. S. et al. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia alguns conceitos e princípios. Brasília. MDA/SAF/DATER-IICA. 2004.

CASTRO, E. G. et al. Os Jovens Estão Indo Embora? Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

FAVARETO, A. Agricultura familiar: Ruralidade, territórios e políticas públicas no Brasil contemporâneo. In Agricultura familiar: Ruralidade, território e política pública/IICA, Fórum DRS. Brasília: IICA, 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sinopse do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

FRANÇA, C.; DEL GROSSI, M.; MARQUES, V. O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil. Brasília: MDA, 2009.

HECTH, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In. Agroecologia e desenvolvimento. CLADES. Edição brasileira Rio de Janeiro. ASPTA. Ano I; Número I, agosto de 1993.

MALUF, R. Plano Diretor rural, estratégias de desenvolvimento rural e política municipal de segurança alimentar e nutricional em Piracicaba. In: SANTORO, P. (Org.); PINHEIRO, E. (Org.) O município e as áreas rurais. São Paulo: Instituto Pólis, Cadernos Pólis, n. 8, 2004.

MARTINS, J. de S. Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

SANDRONI, P. Novíssimo Dicionário de Economia. São Paulo: Best Seller, 1999.

VEIGA, J. E. Cidades Imaginárias – o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003.

WEZEL, A. et al. *Agroecology as a science, a movement and a practice: A review. agronomy for sustainable development*. Vol. 29, n. 4 (out-dez), 2009.

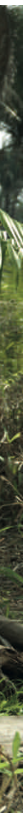
Mulheres rurais: entre protagonismos e invisibilidades

Michela Calaça[43]

O contexto do meio rural brasileiro e as mulheres

No meio rural brasileiro pode-se perceber dois projetos de agricultura e de desenvolvimento. O agronegócio, que se caracteriza pela busca do lucro por meio da produção para atender as necessidades do mercado externo, ocupando grandes extensões de terra e buscando a ampliação máxima dos lucros. O outro, um projeto de um rural com vida, com pessoas, baseado na agroecologia, no manejo sustentável do solo, da água, das plantas, da fauna e da vida humana. Nesta última perspectiva encontra-se a diversidade de sujeitos que

43 Agrônoma (UFERSA), mestre em serviço social (UFPE), doutoranda em Ciências Sociais na UFCG. Especializada nos estudos sobre mulheres rurais e agroecologia no meio rural brasileiro.



compõem o rural brasileiro, ou seja, a maioria da agricultura familiar camponesa do Brasil. É importante frisar que entre o agronegócio e a agricultura familiar camponesa agroecológica[44] existe um espectro significativo de modelos intermediários, mas entendemos que tudo que tem entre os dois fortalece um ou outro modelo.

Deteremo-nos nessa segunda perspectiva de rural por entendermos que nela é possível pensar a valorização e o reconhecimento do trabalho das mulheres, como também é nela onde estão os projetos selecionados pelo PPP-ECOS na Amazônia.

O meio rural brasileiro é diverso em biomas, em fauna, flora e, principalmente, em sujeitos que o compõem: camponesas/es, acampadas/os, assentadas/os da reforma agrária, povos indígenas, povos de terreiro, ciganas/os, quilombolas, açorianas/os, atingidas/os por barragens, extrativistas, seringueiras/os, quebradeiras de coco, populações de fundo e fecho de pasto, faxinalenses, pescadoras/es artesanais, ribeirinhas/os, aquicultoras/es familiares, caiçaras, marisqueiras/os, retireiras/os, geraizeiras/os, vazanteiras/os, pomeranas/os, pantaneiras/os e caatingueiras/os.

Independente das expressões de identidade, é possível perceber que as mulheres são parte em destaque na construção da resistência desses povos aos impactos degradadores do agronegócio na vida das comunidades e consequentemente do planeta.

O acesso à propriedade da terra é o primeiro elemento para refletirmos sobre a condição das mulheres no meio rural. No mundo, elas são cerca de 50% da população, mas no que se refere à propriedade da terra, dados da FAO, citados por Lopes e Butto (2008), indicam que as mulheres têm apenas cerca de 1% das propriedades rurais.

No Brasil, as mulheres representam 49,95% da população e no meio rural são 47,9% (BRASIL/MDA, 2011), no entanto detêm apenas 12,68% da posse da terra, o que representa 5,5% da área agrícola (OXFAM, 2016)[45]. Ainda que a porcentagem de posse da terra por mulheres seja baixa, ela vem aumentando a partir da Portaria nº 981/2003, que efetivou a Titulação Conjunta Obrigatória para mulheres e homens acessarem a terra pelo programa de reforma agrária. Nele, as beneficiárias são mais de 50%, mas fora dele ainda é possível perceber muitas mulheres destituídas da herança dos pais, como se a elas coubessem casar e morar nas terras do marido, situação demonstrada por Deere e León (2002), em estudo sobre a América Latina.

Outro elemento central para entender a situação vivenciada por elas é a divisão sexual do trabalho, caracterizada pela separação e pela hierarquização dos trabalhos a partir do sexo de quem o realiza. Faz-se a distinção de que uns trabalhos são de mulheres e outros, de homens, e cria-se uma hierarquia entre eles, onde um é melhor ou mais importante que o outro. No rural, também há divisão sexual do trabalho, embora muitas vezes não seja tão explícita, já que as mulheres fazem muitos tipos de trabalho. Geralmente os homens não fazem o trabalho de cuidados da casa e das crianças.

Os dados levantados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e apresentados na publicação Estatísticas do Meio Rural 2011 (BRASIL/MDA) indicam que 66,4% das mulheres rurais são consideradas trabalhadoras inativas (Gráfico 1). Esse dado revela certa discriminação[46], pois indica que o trabalho realizado por elas não é considerado trabalho, e sim ajuda ou mesmo uma atividade natural pelo fato de ser mulher.

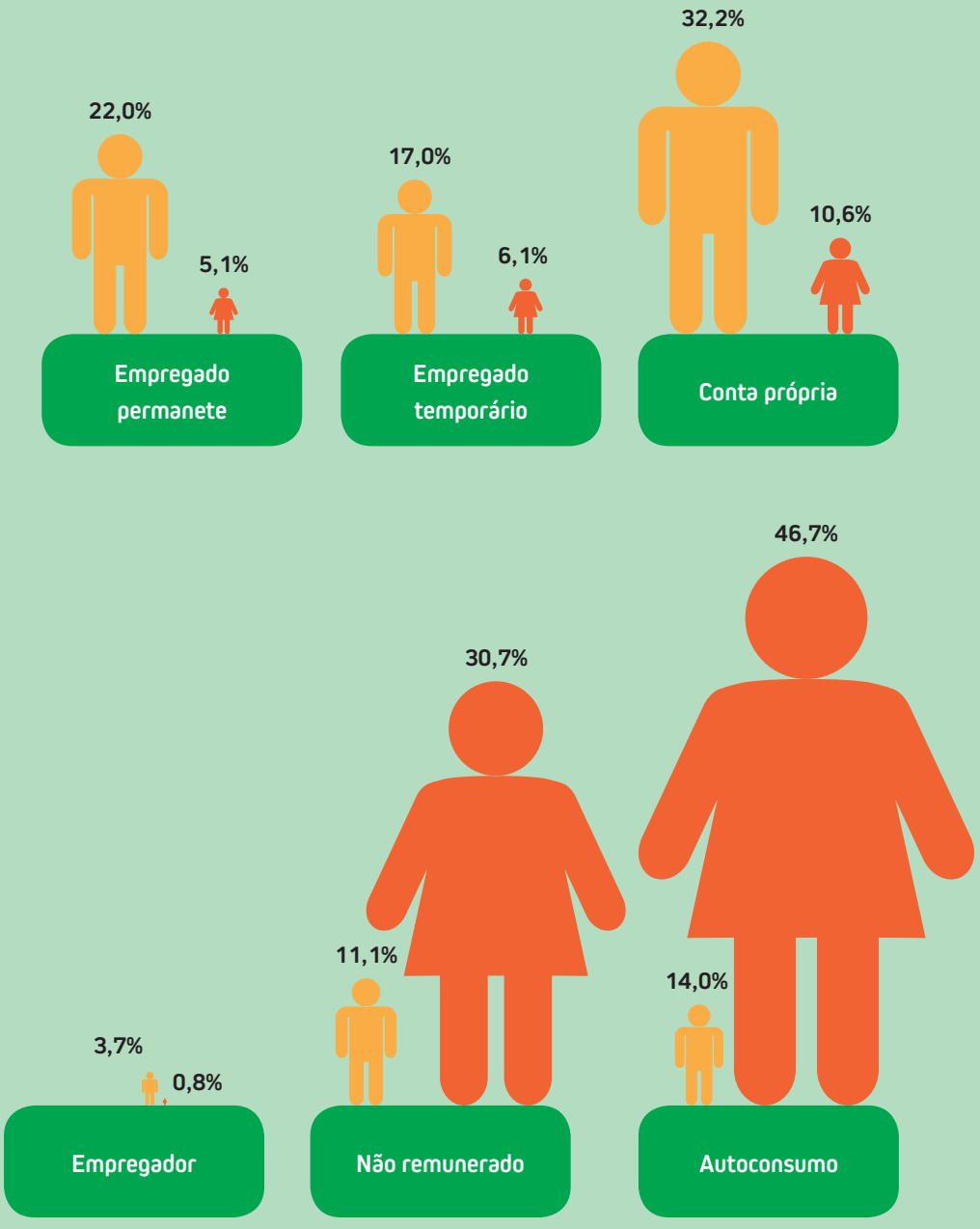
A mesma pesquisa apresenta onde está empregado majoritariamente o trabalho das mulheres rurais.

44 É importante deixar claro que neste texto entende-se agricultura familiar camponesa agroecológica a partir de um processo de transição, pois está em processo de construção cotidiana.

45 Os dados apresentados pela OXFAM são extraídos do censo agropecuário 2006. Disponível em <goo.gl/9Ci9a6>, acesso em 02 mar. 2017.

46 Para compreender melhor esse tema ler: MELO; H. P. A invisibilidade do trabalho feminino nas estatísticas, disponível em <www.ibge.gov.br/confest_e_confege/pesquisa_trabalhos/CD/mesas_redondas/232-1.doc>, acesso em 02 mar. 2017.

Gráfico 1. Distribuição por ocupação na agropecuária, segundo o sexo.



Fonte: Adaptado de Estatísticas meio rural 2011 (BRASIL/MDA).

O gráfico acima nos possibilita trazer a discussão sobre o termo "ajuda" como outra categoria para entender o trabalho na vida das mulheres rurais. O trabalho das mulheres rurais é reconhecido nas comunidades, e às vezes por elas mesmas, apenas como ajuda. No entanto, cabe refletir sobre o sentido dessa palavra como forma de desvalorização do trabalho realizado por elas. Na pesquisa realizada por Calaça (2012), foram

entrevistadas 33 camponesas de três territórios do estado da Paraíba buscando identificar quais tipos de trabalho desempenham.

> 1) Ana: "a mulher na agricultura trabalha, trabalha assim na enxada, no roçado, às vezes, trabalha em casa, fazendo as obrigações da pessoa"; 2) Maria: "Eu tiro leite, boto ração, fazia tudo, agora não, que a gente tá mais velha tem que poupar um pouco, quando eu me cansei de arrancar carvão de baixo da terra, eu fiz, tudo no mundo eu fazia, o que tinha na roça eu fazia, mas eu não deixo de plantar meus plantio não"; 3) Joana: "meu pai sempre trabalhou e botava a gente pra trabalhar em roça. A gente limpava muito, plantava, catava, o que tocava pra ele, apanhei muito algodão também, muito algodão." (CALAÇA, 2012. p. 89-90)[47]

No estudo as mulheres sempre se referiam a algum trabalho que, onde elas vivem, era considerado de homem. No entanto, percebe-se que essa categorização variava entre as comunidades. De forma geral, as mulheres rurais da Paraíba exerciam todos os trabalhos do campo, o que possivelmente não deve ser diferente em outros estados.

Da mesma forma, podemos perceber uma divisão sexual, com a categorização do trabalho em "leve ou pesado", usando como parâmetro quem o realiza. Segundo demonstra Paulilo (1987), "Trabalho leve não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é leve se pode ser realizado por mulheres e crianças."

Diante desses elementos, constata-se a necessidade de se compreender o real significado e valor do trabalho das mulheres rurais, uma vez que elas também são responsáveis pelo trabalho realizado no roçado (produção tida como principal da família), e que muitas vezes apenas os homens levam o crédito pelo feito. Como se no roçado elas só ajudassem. Calaça (2012) demonstrou a importância desse trabalho realizado pelas mulheres nos relatos sobre as cobranças que recebiam dos maridos quando não chegavam cedo ao trabalho na roça.

As mulheres rurais não apenas fazem todo tipo de trabalho, como na maioria das realidades são responsáveis pela segurança alimentar da família e pela geração de renda. Embora a produção seja considerada pouca, ocorre continuamente, não apenas em safras, pois é realizada nos arredores de casa, a partir do beneficiamento dos produtos, da produção de doces, biscoitos, bolos, óleos e outros produtos alimentícios, e artesanatos. Geralmente o objetivo dessa produção é o autoconsumo e o atendimento de pequenas demandas do dia a dia.

Para o Estado brasileiro, até pouco tempo atrás, esses elementos eram invisíveis. A organização das mulheres rurais trouxe à tona a necessidade de as políticas públicas enxergarem e valorizarem seus trabalhos. Quando analisamos como elas passaram a se auto-organizar (seja em movimentos sociais mistos ou sindicatos, ou mesmo em movimentos de mulheres), percebemos uma ligação muito forte com a produção. Estudos apontam que alguns grupos de mulheres começam a sair de casa e participar de reuniões e coletivos a partir da produção (CALAÇA, 2012; PALUDO, 2009; e SILIPRANDI, 2009). São grupos formados para fabricar doces, queijos, biscoitos e outros produtos com o objetivo de comercialização. O trabalho com mulheres usa também a metodologia dos intercâmbios para troca de experiência, onde há visitas a outras comunidades, valorizando o trabalho que realizam. Outra origem da organização de mulheres tem relação com sua participação na discussão sobre plantas medicinais.

Todas essas formas de organizar o trabalho com as mulheres, em um primeiro olhar, parecem reforçar o papel como cuidadora e responsável pelo conjunto de atividades domésticas. No entanto, em uma análise

47 Foram adotados nomes fictícios para preservar a identidade das mulheres.

mais apurada, conclui-se o contrário: as camponesas se organizam a partir do seu cotidiano e o resignificam, demonstrando que o que elas fazem é trabalho e gera renda monetária e não monetária. A partir daí percebem a importância de se organizarem com outras mulheres e se reconhecem como sujeitas de suas histórias.

A compreensão das mulheres rurais sobre sua condição na sociedade fez com que, nos anos 80 (início da abertura democrática no Brasil), elas passassem a discutir a necessidade de novas formas de organização onde fossem vistas como trabalhadoras, e não mais como ajudantes ou apenas esposas de alguém. Assim, nasceu a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que reuniu diversos coletivos de camponesas organizadas em diferentes unidades da Federação.

Políticas públicas para a mulher na agricultura familiar

A primeira reivindicação das mulheres rurais brasileiras para o Estado foi o reconhecimento dos direitos previdenciários na Constituição de 1988. Depois seguiram em luta pela regulamentação de cada direito. Em 1991, elas passaram a ter direito à aposentadoria rural; em 1992, ao auxílio de acidente de trabalho; e em 1994, ao salário maternidade. A cada conquista se percebia que ainda existiam muitas ausências do Estado. Em 1997, a ANMTR iniciou a campanha "Nenhuma Trabalhadora Sem Documentos", pois mesmo com a conquista dos direitos em lei muitas mulheres não conseguiam acessá-los por não terem documentos básicos, como certidão de nascimento, identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Nessa mesma linha de dar visibilidade ao trabalho e às demandas das mulheres rurais, aconteceu em 2000 a primeira Marcha das Margaridas, com uma segunda edição em 2003, passando a ser uma atividade realizada a cada quatro anos, na luta por políticas públicas para as mulheres rurais. A última, realizada em Brasília, em 2015, contou com a participação de aproximadamente 100 mil mulheres rurais de todo o país.

A agricultura familiar camponesa sempre pareceu invisível para o Estado brasileiro, que historicamente construiu políticas agrícolas e agrárias voltadas para o agronegócio. Apesar de terem sido criados ministérios que tratavam de questões fundiárias desde 1985, apenas após o massacre de dezenove trabalhadores sem terras por forças policiais em Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, passou a existir uma política contínua para a agricultura familiar no Brasil. Em 1999, criou-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que apenas a partir de 2003 passou a contar com maior aporte de recursos e de pessoal para pensar o desenvolvimento da agricultura familiar.

O Estado passa, então, a pensar e a promover políticas públicas voltadas para agricultura familiar, com uma perspectiva de desenvolvimento econômico dessa categoria sob o marco de uma nova construção de políticas que levam em conta o diálogo direto com os sujeitos (homens e mulheres) do mundo rural. Já no início das atividades do MDA, foi pensada a necessidade de que existam políticas específicas para as mulheres rurais. Nesse sentido, instituiu-se, em 2003, a assessoria em gênero, raça e etnia, que buscava trazer esses elementos para construção das políticas públicas para agricultura familiar.

No que se refere a políticas públicas no âmbito da agricultura familiar, no período de 2003 a maio de 2016, as principais ações foram o Financiamento e Proteção da Produção e a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Essas duas políticas foram responsáveis pela maior parte do orçamento do ministério. Especificamente sobre a política para as mulheres rurais, nos últimos anos, foi papel da Diretoria de Política para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ).

Dentre as iniciativas realizadas pela DPMRQ[48], destacam-se o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, programa fruto do reconhecimento do governo às demandas das mulheres por documen-

48 Diretoria extinta em 2016.

tação básica e Programa de Organização Produtiva, responsável pelas chamadas de Ater Mulheres, que tinha como missão contribuir para construção da autonomia econômica das mulheres rurais. Essas políticas ainda eram pontuais, sendo grandes desafios sua ampliação e a transversalidade com outras áreas que constroem políticas para a agricultura familiar.

Em relação ao financiamento da produção, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher. Embora uma iniciativa importante, os dados de acesso demonstram que poucas mulheres conseguiram utilizar. Há mais acesso das mulheres à linha mais alimentos[49], que não é específica para mulheres.

Avalia-se que a dificuldade de acesso das mulheres a créditos em geral se dá devido a inúmeros entraves burocráticos e patriarcais enfrentados. Por exemplo, a Declaração de Aptidão ao Pronaf não estava em nome de mulheres, geralmente. Isso foi mudado e se colocou a possibilidade da dupla titularidade[50]. No entanto, ainda hoje, as mulheres enfrentam dificuldades para acessar financiamentos, pois encontram agentes de bancos e de assistência técnica que atribuem ao primeiro nome citado na DAP uma titularidade superior. Outras questões, como o endividamento do marido, a visão de que as mulheres não têm capacidade de pagamento, já que não valorizam sua produção, são parte dos elementos que dificultam o acesso das mulheres ao crédito.

Além disso, no que se refere ao Pronaf Mulher há, também, a dificuldade do pouco conhecimento ou mesmo de interesse dos bancos sobre a linha de crédito. No que tange ao Programa Seguro Safra, política importante quando se pensa as intempéries vividas no campo devido às mudanças climáticas, a orientação técnica do programa, a partir de 2013, é que as mulheres sejam as titulares.

A Ater específica para Mulheres representou um avanço metodológico e uma possibilidade real de valorização do trabalho feminino no meio rural a partir do reconhecimento do seu trabalho. No entanto, a iniciativa não atinge, ainda, nem 1% do número de mulheres rurais do Brasil, sendo claramente uma experiência piloto.

Voltada para a família, a Ater Geral sempre teve dificuldades em enxergar as mulheres, vistas como auxiliares, realizadoras de trabalho não produtivo ou apenas como alvo do "trabalho social" da equipe. Houve marcos importantes para mudar essa perspectiva, como o debate agroecológico e a estruturação da Ater Mulheres, que trouxeram à Geral uma reflexão metodológica que potencializou muitas mudanças.

A construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), que se materializa no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), representa um marco na possibilidade de valorização do trabalho das mulheres, que participaram da construção do plano em todas as etapas. No Planapo as mulheres tiveram um papel importante desde o inicio, quando os movimentos de mulheres rurais colocaram na sua pauta a reivindicação de uma política pública para o fortalecimento da agroecologia. Por exemplo, em 2011, a demanda apareceu de forma central na Marcha das Margaridas. O Planapo I trouxe várias metas que incluíam as mulheres rurais como beneficiárias, mas as ações relacionadas à Ater foram as que constituíram o grande avanço, por instituírem que no mínimo 50% do público da Ater Agroecológica fosse mulheres e que 30% da equipe técnica fosse composta por mulheres.

Além disso, o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), fruto da II Conferência de Desenvolvimento Rural, traz a meta de que no mínimo 50% dos beneficiários da Ater sejam mulheres em todas as chamadas públicas. Essa demanda também aparece materializada no Plano Plurianual do governo federal (PPA 2016-2019) aprovado em 2015.

A conquista da meta de no mínimo 50% de mulheres atendidas pela Ater em todas as chamadas é muito importante, embora ainda esteja no campo das intenções. O quadro a seguir analisa a quantidade de mulheres beneficiadas nas chamadas da Ater, onde, mesmo apresentando um total de 52% de mulheres beneficiárias, nota-se que existem algumas chamadas, como a de leite e a de café, que pouco incluem as mulheres.

49 Sobre as linhas de crédito existentes no Pronaf, ver: www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito.

50 Na dupla titularidade não existe hierarquia entre os nomes dos titulares.

Quadro 4. Participação das mulheres como beneficiárias da Ater.

Chamada	Nº de mulheres beneficiárias	Nº de beneficiários/as total	Porcentagem de mulheres beneficiárias
Agroecologia	20.782	28.473	73%
Pesca e aquicultura	3.774	8.680	43%
Sustentabilidade	17.653	58.545	30%
Sustentabilidade leite	4.194	22.806	18%
Sustentabilidade Café	708	6.294	11%
Diversificação áreas de tabaco	5.561	10.660	52%
Sustentabilidade PNCF*	7.167	24.002	30%
Jovens rurais (2012)	120	280	43%
PBSM**	62.983	76.959	82%
TOTAL	**122.942**	**236.699**	**52%**

Fonte: dados extraídos do Siater em dezembro de 2015, apresentados pelo governo na Conferência temática de Mulheres da II Conferência Nacional de Ater, nos dias 10 e 11 de dezembro de 2015.

* Chamadas públicas para os/as beneficiários/as do Programa Nacional de Crédito Fundiário.
** Chamadas públicas ligadas ao Programa Brasil sem Miséria, para agricultores em extrema pobreza.

O caráter familiar da produção

A agricultura familiar camponesa[51] é a principal produtora de alimentos do país e é a agricultura que tem um trabalho mais sustentável, que busca a valorização das tradições e a valorização dos saberes locais. Contudo, por ser familiar, ela traz em si algumas questões que não podem ser invisibilizadas.

Existe nas famílias uma estrutura hierárquica na qual mulheres e jovens muitas vezes estão destituídos do poder, não só de decidir, mas até de opinar. Conhecer essa realidade é importante para que políticas públicas, organizações sociais, movimentos sociais, ONGs, ou seja, todos/as que atuam com a agricultura familiar, possam contribuir para a superação das desigualdades.

No meio rural brasileiro ainda encontramos associações e cooperativas onde apenas uma pessoa da família representa toda a família. Reforçar essa lógica pode ampliar a subordinação de alguns sujeitos da família e delegar apenas a eles a responsabilidade de sair da condição que se encontra. De forma empírica, percebe-se que atitudes como essas fazem com que as mulheres e a juventude muitas vezes só participem de atividades que o homem não considera importante.

É necessário discutir em que medida os projetos construídos pelas organizações dos agricultores e das agricultoras podem incorporar a dimensão que reforça ou desconstrói a subordinação das mulheres. Não

51 Quando mencionamos nesse texto agricultura familiar camponesa estamos falando da diversidade que compõe o rural brasileiro.

podemos pensar a construção de um desenvolvimento sustentável que não seja baseado em relações justas.

A partir das inúmeras experiências de trabalho com famílias camponesas, percebe-se que trabalhar com as mulheres beneficia toda a família. Na maioria das vezes, elas investem todo o dinheiro que ganham para atender as necessidades das/os filhas/os e da casa. Estudos indicam que "a renda controlada pela mulher tem mais probabilidade de contribuir para a garantia da alimentação da família e o bem-estar dos filhos do que a controlada pelo homem"[52].

É importante pensar em que geralmente as mulheres rurais gastam o dinheiro que ganham e comparar isso com aquilo em que geralmente os homens gastam. Deere e León (2002) citam estudos que trazem exemplos concretos dessa diferença em vários países da América Latina.

Situações como essas nos ajudam a perceber a importância das mulheres nos projetos de desenvolvimento sustentável, uma vez que incluí-las melhora a qualidade de vida de todas/os.

Protagonismo das mulheres rurais na construção da agroecologia

As mulheres são responsáveis pela manutenção de muitas tradições ligadas à agricultura sustentável. Provavelmente pelo fato de as mulheres terem sido, historicamente, excluídas da perspectiva da assistência técnica e extensão rural da revolução verde[53] e, assim, não foram "contaminadas" com a lógica de uma agricultura comercial[54]. Elas continuaram a plantar nos arredores de casa suas sementes, suas plantas medicinais, criar seus animais e fazer na prática o contraponto aos padrões estabelecidos pela revolução verde.

A agroecologia recupera uma herança agrícola destruída pela agricultura "moderna" e, particularmente, pelas ciências agronômicas, que imbuídas, em muitos casos, de preconceitos de classe, etnia, cultura e gênero haviam desprezado esse conjunto de conhecimentos e as pessoas que os produziam e repassavam (HECHT, 1993; HECHT, 2002, apud SILIPRANDI, 2009).

Atualmente, quando as organizações sociais trazem a construção da agroecologia para os seus trabalhos com as/os camponesas/es, é comum as mulheres serem as primeiras a se envolver. As mulheres e as/os jovens são as/os primeiras/os a aderirem às propostas de mudança da lógica da revolução verde para a lógica da convivência com o semiárido, baseada na agroecologia (GALINDO, 2008). Isso provavelmente acontece devido à proximidade entre o que elas já faziam com a lógica da agroecologia.

As camponesas de vários lugares do Brasil construíram sua resistência ao modelo da revolução verde a partir de algumas práticas produtivas, como preservação de sementes nativas, produção nos quintais (ou arredores de casa) e criação de pequenos animais de raças nativas. Por exemplo, no âmbito do PPP-ECOS na Amazônia, os projetos apresentados pelas associações Apraf (MT), Associação do Quilombo Bom Jesus (MA), Asprajorge (MA) e pelo Inap (MA) propõem implantar quintais agroflorestais para fortalecer a produção das mulheres. Isso representa um contraponto concreto à lógica de uniformização da agricultura promovida pela revolução verde.

52 Fonte: Moser, 1989; Quinsumbing et al., 1995; e Quinsumbing e Maluccio, 1999; apud Deere e León, 2002.

53 A assistência técnica e extensão rural no Brasil tiveram um papel importante na difusão do modelo da revolução verde, negando os conhecimentos tradicionais dos camponeses. Sobre esse tema ler: FONSECA, Maria T. L. A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. Coleção educação popular. Nº 3. Loyola. São Paulo 1985.

54 Usamos o termo comercial para explicitar a agricultura dependente de compra e venda. Não apenas o produto final está voltado para o comércio, mas mesmo antes de plantar, os/as camponeses/as dependem de insumos que não têm na propriedade. Essa lógica desvaloriza o potencial do que os/as camponeses/as preservaram, suas sementes, seus animais, seus maquinários.

Atribuídas pela organização familiar/social da tarefa de alimentar a família, as mulheres construíram meios para melhor exercer seu trabalho e, assim, a partir da experimentação, descobriram melhores formas de plantar e de criar. Esse processo ocorreu por gerações, preservando e reconstruindo a cultura local.

Reforçamos essa ideia para trazer mais um elemento importante para pensarmos o financiamento de projetos para o desenvolvimento agroecológico na agricultura familiar. Muitos trabalhos desenvolvidos historicamente pelas mulheres rurais quando ganham notoriedade são apropriados pelos homens. Deve-se enfatizar que esse não é apenas um elemento do discurso feminista, mas uma realidade que precisa ser superada.

Historicamente, a partir de regras estabelecidas pelo patriarcado[55], com a divisão sexual do trabalho coube às mulheres a responsabilidade pelo trabalho doméstico e, consequentemente, pela produção voltada para o autoconsumo de suas famílias. Assim, elas criam galinhas (para refeições especiais e festas), cabras e carneiros (para dar um leite melhor às crianças), fazem produção de condimentos, plantas medicinais e frutas nos arredores da casa (nos quintais), como também beneficiam a produção, fazendo doces, biscoitos, queijos, conservas etc., para evitar o desperdício da produção e melhorar a alimentação da família.

Quando essa produção realizada pelas mulheres se dá na perspectiva de atender às necessidades de consumo da família não é entendida como trabalho. Na medida em que essa produção é pensada a partir da lógica comercial, muitas vezes, é apropriada pelos homens, fazendo com que as mulheres percam poder sobre seu papel na construção dessa produção, tornando-o invisível. São exemplos concretos disso: as mulheres criam galinhas, mas quando se dá a produção em grande quantidade e com objetivo comercial passam a chamar de avicultura e se torna trabalho de homem. O mesmo acontece com criação de bode e a caprinocultura, ou quando as mulheres têm cozinhas para fazer doces e polpas de frutas, e os homens têm agroindústrias.

É a partir da perspectiva que valoriza o trabalho das mulheres que precisamos pensar a atuação de organizações que buscam construir o desenvolvimento sustentável. Não podemos, em nome de uma igualdade, construir projetos que invisibilizem quem sempre promoveu o desenvolvimento sustentável a partir das suas práticas produtivas. Isso não é dizer que os homens não podem participar, mas é reconhecer o protagonismo feminino, como era antes de seu trabalho ter valor comercial, de receber investimentos externos e de ser entendido como importante.

A importância do investimento nas atividades produtivas das mulheres rurais

Como já mencionado, a valorização do trabalho das mulheres rurais contribui de forma significativa tanto para a construção do desenvolvimento sustentável, como para a melhoria da vida familiar. Assim, projetos socioambientais precisam ter como elemento-chave a construção da igualdade e, nessa lógica, reforçar a participação das mulheres é fundamental.

Os projetos selecionados no âmbito do PPP-ECOS na Amazônia, durante os anos de 2013 a 2015, apresentam temas que na sua grande maioria têm ligação direta com a vida e o trabalho desenvolvido pelas mulheres rurais, conforme o Quadro 5.

Refletindo sobre a lógica de fortalecer o trabalho das mulheres para fortalecer o desenvolvimento sustentável, os projetos podem ser divididos da seguinte forma, dos 88 projetos selecionados, 25 deixam evidente a participação das mulheres e/ou que foram construídos na lógica de fortalecer o trabalho delas, destes, 14 são projetos apresentados por grupos de mulheres. Entre os 63 projetos que não deixam clara a participação

55 Sobre o patriarcado, ler: SAFFIOTE, B. Gênero, Patriarcado e Violência. Perseu Abramo, São Paulo; e DELPHY. Christine. Verbete PATRIARCADO (teoria do). In: HIRATA et al., Dicionário Critico do Feminismo. UNESP. São Paulo, 2009.

das mulheres, percebe-se que 39 tratam de áreas do trabalho produtivo historicamente ligado às mulheres (beneficiamento de frutas, casa de farinha, sementes, plantas medicinais, quintais, exploração sustentável do babaçu etc.).

Esses números são importantes, pois ao considerarmos que esses 39 projetos provavelmente envolvem mulheres, mesmo que o projeto submetido não explicite isso, pode-se dizer que 73% deles fortalecem o trabalho produtivo das mulheres. Tal perspectiva nos traz também alguns desafios.

É importante dar visibilidade ao trabalho realizado pelas mulheres em todas as etapas, desde a produção, passando pelo beneficiamento e chegando à comercialização. O desafio é que a execução desses projetos melhore a compreensão sobre o trabalho das mulheres.

Outro desafio é garantir processos de formação que abordem questões de gênero e divisão sexual do trabalho de forma que possam contribuir para a superação da lógica patriarcal e fortalecer a autonomia das mulheres. Formações assim foram propostas nos projetos da Amas (MT), AMTR (MA) e Acesa (MA).

Contudo, é fundamental para a construção da igualdade entre homens e mulheres pensar a participação das mulheres nas instâncias de decisão em suas organizações, e também em espaços de construção de políticas públicas, seja no território e/ou em nível nacional ou internacional. A exemplo da Pnapo, que contou com a participação de mulheres (com experiências concretas em agroecologia) em cada subcomissão temática discutindo e construindo as propostas.

É preciso pensar a participação das mulheres rurais para além do trabalho produtivo e foi possível verificar isso em alguns dos projetos apoiados pelo PPP-ECOS, que incluíam a estratégia de fortalecer a organização política e social delas. É possível perceber que quando organizadas coletivamente as mulheres rurais conseguem melhorar suas vidas de forma mais sustentável. Projetos que partem dessa lógica são os da Asmubip (TO), do CMTR (MA) e do IOV (MT), especificamente em seu projeto em parceria com o grupo Mulheres de Fibra.

No que se refere ao quadro diretivo das instituições que apresentaram os projetos selecionados, o Quadro 6 revela que ainda é preciso ampliar a participação das mulheres na função de diretoria.

Com esses dados, percebe-se que pode ser ampliada a participação das mulheres nos espaços de poder local (associações, sindicatos, movimentos sociais e cooperativas), pois mesmo em projetos que apoiam iniciativas a partir dos princípios agroecológicos, muitas organizações não têm participação de mulheres em cargos de direção. É importante salientar que mesmo o número sendo menor do que o desejável já representa um avanço significativo no reconhecimento da liderança das mulheres.

Entendemos que o apoio a pequenos projetos é essencial para a construção da autonomia econômica e social das mulheres. Muitos grupos de mulheres só conseguem ter acesso a recursos que potencializem seu trabalho produtivo e organizativo em iniciativas como o PPP-ECOS, que possibilita a grupos não formalizados o acesso ao apoio por meio de outra organização formal. Menos burocracia, muitas vezes, é decisivo na obtenção de recursos financeiros para grupos de mulheres.

Outro desafio é a valorização da capacidade técnica das mulheres, o Quadro 7 traz o número de mulheres na coordenação técnica dos projetos apoiados.

Os dados desse quadro apresentam uma semelhança com os dados do Quadro 6 e trazem mais um elemento para o debate, visto que a maioria dos projetos é ligada à produção, área que as mulheres precisam enfrentar muitas barreiras para mostrar competência. Por outro lado, é preciso destacar que quando o trabalho técnico é realizado por mulheres há maior participação das beneficiárias.

Para enfrentar as desigualdades entre os gêneros é preciso fortalecer a autonomia econômica das mulheres e contribuir para a superação da divisão sexual do trabalho. Processos formativos têm um papel importante nisso, quando propiciam uma reflexão sobre relações sociais de gênero e sobre a importância da participação em espaços políticos (sindicatos, associações, colegiados territoriais, conselhos etc.).

Desafios conjunturais e estruturais

As famílias camponesas brasileiras, seus projetos produtivos e de vida não estão fora da influência das questões econômicas, políticas e sociais do mundo. Por isso é importante pensar como a realidade atual de

Quadro 5. Principais temas abordados nos projetos selecionados pelo PPP-ECOS com financiamento do Fundo Amazônia.

Temas dos projetos mais recorrentes*	Quantidade de projetos
Formação/capacitação (em agroecologia, sustentabilidade, comercialização, beneficiamento, gênero, raça/etnia etc.)	65
Agregação de valor/beneficiamento	28
Quintais florestais/quintais/SAFs	15
Exploração sustentável da floresta	12
Fortalecimento da organização das mulheres	10
Criação de abelhas/apicultura	9
Apoio à comercialização	9
Exploração sustentável do Babaçu	8
Recuperação de nascentes e áreas degradadas	5
Artesanatos/Sabonetes/biojoias	5

*Considera-se que os projetos podem ter mais de um tema predominante.

Quadro 6. Direção política das organizações dos Projetos apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia.

Gênero	Nº absoluto	%
Mulheres	34	38,64
Homens	54	61,36
Total	88	100%

*Dados obtidos a partir dos contratos assinados.

Quadro 7. Coordenação técnica dos projetos apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia.

Gênero	Nº absoluto	%
Mulheres	28	31,82
Homens	60	68,18
Total	88	100%

*Dados obtidos a partir dos projetos submetidos.

crise estrutural do capital[56] atinge a perspectiva do desenvolvimento sustentável. Historicamente, a resposta dos países Europeus e da América do Norte às crises é explorar as riquezas naturais, minerais e o conhecimento dos povos dos países das outras regiões do globo, em especial da América Latina, e essa exploração encontra terreno fértil no Brasil de hoje.

Nos últimos anos houve ampliação das ações de cidadania do Estado brasileiro. No entanto, em 2016, foram extintos os ministérios responsáveis por muitos dos avanços conquistados pelas mulheres rurais e pela agricultura familiar como um todo, o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e o MDA.

A diminuição das políticas para agricultura familiar coloca em risco, principalmente, a valorização e o reconhecimento do trabalho da mulher rural, pelo Estado e pela sociedade. Um exemplo disso é que a agricultura familiar perdeu mais de 90 milhões no orçamento de 2017 em relação a 2016, quando já tinha sofrido o maior corte de sua história.

Outra situação que pode impactar negativamente as mulheres rurais é a Proposta de Emenda Constitucional nº 287 (PEC 287), que propõe a Reforma da Previdência[57]. Nessa perspectiva, propõe-se a elevação da idade mínima para se aposentar aos 65 anos, sem diferenciar as idades entre homens e mulheres; e a contribuição mensal por no mínimo 25 anos. Essas medidas não consideram as diferenças entre o rural e o urbano e as especificidades das mulheres, ignorando a dupla jornada de trabalho que vivem. Outro risco dessa reforma da previdência para as pessoas que vivem no meio rural e para os pequenos municípios é a desvinculação da aposentadoria ao salário mínimo. A valorização do salário mínimo e da aposentadoria rural tem importante impacto na melhoria da qualidade de vida nos pequenos municípios. Esses elementos representam riscos para a melhoria da qualidade de vida no meio rural, que podem contribuir para o empobrecimento do campo e para a ampliação das desigualdades sociais.

Sobre os projetos apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia, percebe-se que muitos são para fortalecer o beneficiamento e a comercialização de produtos da agricultura familiar e buscam o acesso a políticas públicas, como o PAA e o PNAE. No entanto há grandes desafios a se considerar. Em 2016, o PAA sofreu um corte de 180 milhões de reais. Por outro lado, o PNAE se confronta com interesses de grandes fábricas de biscoitos e comidas industrializadas, que nos anos de 1980 e 1990 forneciam alimentos às escolas do país, desconsiderando as diferenças regionais e a necessidade de que a alimentação escolar fosse nutritiva e de qualidade.

A criação de estratégias para melhorar a comercialização, como o fortalecimento do mercado local, é uma boa saída para enfrentar a atual conjuntura. Alguns projetos apoiados no PPP-ECOS na Amazônia atuam na diversificação de mercados, como o da AGFFT (MT) e da Acesa (MA), da AAFPA (MT), Aamaterra (MT).

Portanto, nesta conjuntura é necessário ampliar o financiamento de projetos que potencializem a organização social e produtiva das famílias camponesas, em especial das mulheres rurais, na construção de respostas sustentáveis.

56 Para entender a crise ler: MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo. Boitempo: 2011.

57 Sobre a reforma previdenciária ler material preparado pelo Movimento de Mulheres Camponesas, visite <www.mmcbrasil.com.br/site/materiais/download/cartilha_sobre_reforma_da_previdencia_social-2016.pdf>; e a nota técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos, disponível em <www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec168Pec.pdf>, acesso em 02 mar. 2017.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MDA. Estatísticas do meio rural 2010 -2011. 4ºed./ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. - São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

CALAÇA, M. K. A. S. Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a Agroecologia e as questões de gênero. Dissertação de mestrado em Serviço social. Recife: UFPE, 2012.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. O empoderamento da mulher: direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

GALINDO, W. C. M. Intervenção rural e autonomia: A experiência da Articulação no Semiárido - ASA em Pernambuco. Recife: UFPE, 2008

HECTH, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In. Agroecologia e desenvolvimento. CLADES. Rio de Janeiro: ASPTA. Ano I; Número I, agosto de 1993.

LOPES, A.; BUTTO, A. Mulheres na reforma agrária - A experiência recente no Brasil. NEAD DEBATE. Brasília: MDA, 2008.

OXFAM BRASIL. Terrenos da desigualdade - Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. Informe. Brasília: OXFAM Brasil, 2016.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, n. 7, 1989, p. 87-108.

PALUDO, C. Mulheres - resistência e luta em defesa da vida. São Leopoldo: CEBI, 2009.

QUINSUMBING, A. R. et al. *Women: the key to food security*. Washington. D.C.: *International Food Policy Research Institute*, 1995. Relatório da política de alimentação. Disponível em: <core.ac.uk/download/pdf/6289051.pdf>, acesso em 02 mar. 2017.

QUINSUMBING, A.R; MALUCCIO, J. A. *Intrahousehold allocation and gender relations: new empirical evidence*. Relatório de pesquisa sobre políticas públicas sobre Gênero e Desenvolvimento. Working Paper Series, no. 2 Washington. D.C. International Food Policy Research Institute. Out 1999. Disponível em: <pdfs.semanticscholar.org/ad2e/93c307b7feaecf52ed02c724d61429664311.pdf>, acesso em 02 mar. 2017.

SILIPRANDI, E. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. 291 p.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultor familiar no Brasil: um ator em construção do futuro. IN: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Paulo Petersen (org.) – Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

WEZEL, A. et al. *Agroecology as a science, a movement and a practice: a review*. Paris: INRA, 2009.

Impactos e desafios dos pequenos projetos ecossociais na Amazônia

Donald Sawyer[58]

Introdução

Este texto analisa os diversos impactos e desafios no espaço e no tempo dos projetos apoiados pelo Programa de Pequenos Projetos Ecossociais (PPP-ECOS) na Amazônia, especificamente nas partes dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão localizadas dentro do bioma Amazônia.

A questão central é como pequenos projetos deste tipo podem gerar impactos positivos mais amplos e duradouros, além dos impactos diretos e imediatos entre os beneficiários e suas comunidades. A perspectiva é sócio-ecossistêmica e considera as três dimensões do desenvolvimento sustentável – econômica, social e ambiental – bem como a dimensão política.

Embora os impactos previstos ou gerados nem sempre façam parte dos projetos apresentados pelos beneficiários ou dos seus relatórios, muitas inferências são possíveis. Além da consideração dos 88 projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, são feitas algumas comparações com outros projetos do PPP-ECOS no Cerrado e na Caatinga.

Os impactos no espaço estendem-se além dos beneficiários do projeto em si. Os resultados podem acontecer localmente, por meio de contato direto, laços de parentesco e relações de amizade, ou podem alcançar longas distâncias e escopos regionais, nacionais ou mesmo internacionais. Cada vez mais nos dias de hoje, os efeitos demonstrativos de longo alcance ocorrem por meio de redes sociais e da mídia digital. O fato de que esses impactos nem sempre são imediatos, mas ocorrem no curto, médio e longo prazo, é especialmente relevante nos casos de replicação e de influência em governança e políticas públicas.

Os impactos ocorrem em territórios, mas também vão além. Existem diversos conceitos de territórios. Segundo os antropólogos, os territórios implicam alguma identidade sociocultural própria diferenciada de outros espaços. Os geógrafos utilizam conceitos de regiões como áreas homogêneas ou polarizadas. No Brasil, as microrregiões e mesorregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são conjuntos de municípios que constituem subdivisões de estados segundo critérios político-administrativos. Os economistas regionais, por sua vez, lançam mão de conceitos tais como arranjos produtivos locais (APLs), que são aglomerações de empresas e outras atividades produtivas que interagem entre si e com outros atores em determinado espaço local.

Na realidade, territórios quase sempre implicam a sobreposição ou mistura de diversas identidades, com fronteiras difusas e dinâmicas, em movimento (CARVALHO e SAWYER, 2012). Identidades socioculturais e organizações sociais também podem abranger diversos territórios, como no caso das quebradeiras de coco babaçu, que contam com seu movimento interestadual e se organizam em seis regionais nos estados do Maranhão (Imperatriz, Baixada e Mearim), Piauí (Cocais), Tocantins (Bico do Papagaio) e Pará (Araguaia). Haja ou não definição de territórios *a priori*, diversos impactos territoriais específicos podem ser analisados *ex-post*, conforme visto em outros capítulos deste portfólio.

58 Assessor Sênior, Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

Dimensão Econômica

Além dos resultados em termos ambientais mais amplos, referentes a mudanças climáticas e redução do desmatamento, os pequenos projetos apoiados também contribuem para a sustentabilidade ambiental em termos de biodiversidade e água e para o desenvolvimento econômico e social. O impacto econômico mais imediato e evidente se observa na geração de trabalho e renda. Não se trata necessariamente de emprego formal, uma vez que os projetos fazem parte da poliatividade da agricultura familiar, que interage com outras atividades econômicas locais ou não, algumas das quais são urbanas. A informalidade é comum. Além da renda monetária, a não monetária é especialmente significativa no agroextrativismo familiar.

Os projetos apoiados apresentam estratégias diversas para a geração de renda, que vão desde produtos *in natura* a produtos beneficiados, com estratégias de comercialização diferenciadas, abrangendo venda direta aos consumidores, feiras locais, mercados institucionais, supermercados e outros.

Uma agroindústria comunitária, diferente da agricultura ou da extração vegetal, que podem ser realizadas por unidades familiares, geralmente exige organização coletiva e um tamanho mínimo, que varia de acordo com o tipo de produto e a tecnologia utilizada. A localização do empreendimento, a disponibilidade de água e energia elétrica, o transporte e a perecibilidade do produto são fatores que influem no sucesso das iniciativas.

O impacto econômico depende da escala de produção, que em seu ponto ótimo evita ociosidade, custos desnecessários e desperdício. Produtos mais processados exigem profissionalização e cautela. Além de escala, a gestão competente e responsável é fundamental para as agroindústrias, como também para qualquer organização interfamiliar, sobretudo para associações formais que recebem recursos públicos ou de doação e precisam seguir procedimentos oficiais e prestar contas. As alternativas para suprir as fragilidades na gestão são capacitação e assistência técnica. Para o planejamento de programas e projetos é importante levar em conta a realidade local existente e adequar os procedimentos administrativos.

Uma vez que em muitos casos se trata de agroextrativismo, combinando a agricultura com o aproveitamento de recursos naturais não cultivados ou criados, ou seja, um "subsídio da natureza", conforme identificado para o babaçu (ANDERSON et al., 1991), o custo de geração de emprego e renda pode ser baixo. Se gerado de forma ambientalmente sustentável, esse subsídio natural, sem necessidade de novos aportes financeiros, poderá ser permanente.

Os APLs são um tipo de território que costuma ser mais extenso na agricultura e extrativismo do que na indústria. Distingue-se de cadeias produtivas ou cadeias de valor (os agentes econômicos que fornecem insumos e serviços e compram, processam e vendem determinado produto), pois se referem a apenas um produto e podem ser globais a montante e a jusante. Por exemplo, a rede de pescar pode ser importada da China e o filé de peixe congelado pode ser exportado para a Europa. Um APL, por outro lado, pode ser um cruzamento em determinado espaço entre duas ou mais cadeias de valor complementares entre si em termos de sazonalidade, clientela ou outras características. No litoral do Maranhão, por exemplo, o turismo se combina com o artesanato, enquanto no Tocantins, a produção de mel se combina com a coleta de babaçu e frutos silvestres.

A organização social da produção pode gerar benefícios econômicos quando permite a negociação de melhores preços com compradores, sejam eles os intermediários, a indústria ou o comércio atacadista ou varejista. Além da comercialização, a organização produtiva para o beneficiamento pode oferecer alternativas de preços melhores, concorrendo com os atravessadores, como acontece no caso do babaçu da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas do Lago do Junco (Coppalj).

A concorrência entre produtores não necessariamente é incompatível com a colaboração ou cooperação. Mesmo em um mercado saturado, a cooperação contribui para o alcance de causas comuns. Os casos de açaí, borracha, babaçu e castanha mostram a importância de somar esforços para alcançar um mercado maior, que pode incluir a exportação, em vez de buscar exclusividade e evitar a concorrência.

Entre os projetos apoiados pelo PPP-ECOS, há diversidade de produtos desde farinha de mandioca, produzida pelos indígenas Guajajara no Maranhão e os Chiquitanos em Mato Grosso, por exemplo, até cosméticos no Lago do Junco, no Maranhão, e biojoias em Xambioá, no Tocantins. O fato de um pequeno projeto tratar de um produto específico não significa que não haja combinação com diversos outros produtos.

A especialização é necessária para que determinado grupo possa dominar a tecnologia das produções primária e secundária. Ao mesmo tempo, a diversificação é importante, pois pode reduzir riscos e contribuir para a continuidade do fluxo de renda ao longo do ano e entre os anos, tendo em vista as variações ao longo do tempo que são inerentes aos mercados e à natureza. A diversificação também pode contribuir para a segurança alimentar. Assim, os projetos devem buscar combinações adequadas de diversificação e especialização, sem exageros em uma direção ou outra.

Existem diversas sinergias e contradições da convivência entre campesinato e capitalismo (SAWYER, 1979). O rural é plural e está articulado com o urbano. As vantagens econômicas da heterogeneidade que combina formas de produção diferentes dentro de um mesmo território incluem mercados consumidores locais, alternativas de trabalho ou emprego e infraestrutura de transporte, comunicação e energia. As desvantagens da proximidade, por outro lado, podem incluir disputas por terra, conflitos socioambientais, dominação política e contaminação química ou genética.

Além de gerar renda, o agroextrativismo oferece vantagens de segurança alimentar por autoconsumo, por exemplo, o consumo de mel produzido na propriedade em vez de açúcar comprado no mercado. Assim, a dieta familiar torna-se mais diversificada. Isso contribui para a viabilidade da permanência da família no campo. As etapas de beneficiamento e a comercialização de produtos extrativistas oferecem as vantagens adicionais de gerar renda monetária e de, muitas vezes, envolver os jovens, conforme visto no capítulo sobre juventude.

Frequentemente, os projetos apoiados pelo PPP-ECOS geram impactos econômicos e alimentares positivos ao fornecer produtos saudáveis para a população urbana e rural no município por meio de vendas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Além de impactos econômicos positivos diretos que beneficiam as famílias envolvidas, existem, também, os impactos sistêmicos, influindo no desenvolvimento econômico e social nos territórios locais ou regionais. Os resultados positivos incluem o aumento local do mercado consumidor e da arrecadação de impostos, assim como a redução da necessidade de transferências de renda. Deve-se considerar que os custos para o setor público são bem menores no campo do que quando há migração para as cidades, onde os migrantes não encontram emprego, renda, habitação e serviços públicos suficientes para todos.

Dimensão Social

O associativismo criado ou reforçado pelos projetos pode servir para juntar famílias diferentes com o propósito de alcançar um leque grande de objetivos comuns e coletivos. A visão compartilhada é especialmente importante no caso de cooperativas, para que não sejam vistas como empresas que apenas compram a produção em vez de empreendimentos coletivos. Observa-se que o associativismo pode ser mais difícil em assentamentos e outras áreas de imigração, onde desconhecidos de diversas origens se encontram e sentem desconfiança, do que em áreas onde permanecem laços de parentesco e confiança mútua que duram gerações.

Por causa da grande diversidade e desigualdade entre comunidades rurais, não cabem projetos "pré-moldados", nem a venda de ilusões e soluções mágicas, induzindo ao erro. As soluções previstas precisam levar devidamente em conta a realidade local. Além disso, as mudanças frequentes nas condições naturais, socioeconômicas, políticas e institucionais exigem flexibilidade e adaptação na gestão e no financiamento de programas e projetos. Para tanto, o acompanhamento próximo de gestores e financiadores aos beneficiários é fundamental.

As exigências de personalidade jurídica, que implicam a necessidade de disputar eleições frequentes, com grupos de situação e oposição, podem dividir comunidades locais. Além disso, as exigências de impessoalidade, um princípio constitucional essencial à administração pública, não são adequadas para comunidades de agricultores familiares, em que laços de parentesco são elementos constituintes. A personalidade jurídica também implica custos difíceis de cobrir, tais como o pagamento mensal de um contador.

Em um plano mais geral, as exigências de organização segundo as regras da administração pública e os princípios da administração de empresas, que buscam crescimento e maximização de lucros, implicam risco de descaracterização social dos beneficiários que valorizam a solidariedade, a tradição e a suficiência. Por essas razões, faz-se importante a existência de organizações regionais de apoio, tais como a APA-TO, a Assema (MA) e o IOV (MT). A intermediação de entidades maiores pode ser uma forma de resolver os impasses burocráticos, desde que não implique dominação ou exploração. As associações sem personalidade jurídica que não conseguem apresentar todos os documentos oficiais e atestados de adimplência devem ser reconhecidas e atendidas.

Quanto ao gênero, os projetos que envolvem o uso sustentável de biodiversidade tipicamente promovem atividades para mulheres no manejo, coleta de frutos, beneficiamento e comercialização. Ao gerar renda, as mulheres empoderam-se na família e na comunidade. As quebradeiras de coco babaçu constituem o caso mais emblemático de empoderamento. Hoje em dia são raros os empreendimentos que só incluem homens, como era o caso na extração da borracha no século passado.

Em muitos projetos, observa-se a liderança feminina, inclusive em movimentos sociais mais amplos. Mesmo quando os homens lideram as entidades e os projetos formalmente, observa-se que as mulheres exercem influência informal, inclusive em comunidades indígenas.

Quanto à geração – as relações entre as faixas etárias – os projetos de uso sustentável da biodiversidade tipicamente envolvem tanto jovens quanto idosos. O envolvimento dos jovens é fundamental para o acesso a tecnologias modernas de informação e comunicação, como também para a redução da migração para as cidades, ainda que haja temporadas intercaladas de estudo ou trabalho nas cidades. Os idosos, por outro lado, detêm e transmitem o conhecimento tradicional para novas gerações. Portanto, a presença de todas as gerações é essencial para manter viva a cultura tradicional.

A experiência mostra que não se trata de promover a tradição ou a modernidade como se fossem alternativas mutuamente excludentes. Em vez de buscar um extremo ou outro, cabe combinar o que há de melhor nos dois. A tradição implica identidade e sabedoria, enquanto a modernidade oferece educação, saúde, comunicação e eficiência produtiva, poupando trabalho braçal, bem como acesso a direitos humanos e de cidadania, entre outros benefícios. Os meios de comunicação modernos podem, inclusive, ajudar a resgatar e difundir a tradição e manter as redes familiares. Os jovens ficam animados com novas tecnologias, como "tratoritos" e internet.

O governo brasileiro valoriza os Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs), categorias sociais amplas. Os foros internacionais trabalham cada vez mais com o conceito de Povos Indígenas e Comunidades Locais, como o *Dedicated Grant Mechanism for Indigenous Peoples and Local Communities*[59]. Nota-se que o conceito de comunidades locais é mais abrangente que comunidades tradicionais, uma vez que inclui todas as comunidades rurais e os agricultores familiares em geral.

Os projetos de uso sustentável da biodiversidade contribuem para a reprodução física e cultural dos povos indígenas. Porém, em alguns casos, as terras indígenas são insuficientes para lhes garantir os meios de vida sustentáveis e a renda monetária que precisam no mundo moderno. Da mesma forma, os quilombolas precisam de alternativas de subsistência e de geração de renda monetária para sobreviverem em suas terras.

59 www.dgmglobal.org

Os moradores das terras indígenas e quilombolas são apenas uma parte da população indígena e afrodescendente que merece apoio.

Dimensão Ambiental

Quase todos os projetos apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia promovem o uso sustentável da biodiversidade, um dos três elementos da Convenção da Diversidade Biológica[60] assinada no Rio de Janeiro em 1992. Apesar de sua importância, o uso sustentável fica relegado a segundo plano quando comparado à conservação no sentido de preservação, ou seja, sem qualquer interferência humana na natureza.

Daqui em diante, a não ser em alguns pontos limitados, será muito difícil criar novas unidades de conservação com grande escala, sobretudo quando isso exige a desapropriação e o pagamento por terra privada. Portanto, a única alternativa viável para a conservação no sentido mais amplo de convivência com a natureza é a constituição de paisagens produtivas sustentáveis, ou seja, mosaicos contendo áreas que mantém a cobertura vegetal nativa em áreas protegidas e terras públicas, privadas e comunitárias. Essas paisagens ajudam a manter a conectividade biológica, permitindo a circulação de espécies entre os fragmentos mais protegidos. A biodiversidade precisa fazer parte de ecossistemas amplos, não ficando restrita a áreas protegidas isoladas, que são insuficientes para manter populações de algumas espécies, como também os ciclos de água e carbono importantes para a regulação do clima.

Esta abordagem funcionalista de uso da biodiversidade em larga escala, levando em conta as funções interdependentes de água, clima e biota (flora, fauna e micro-organismos), também gera co-benefícios importantes. Em termos de clima, a manutenção da cobertura vegetal nativa reduz as emissões, evitando o desmatamento, além de estocar e fixar carbono. Em relação à água, essa cobertura sustenta os ciclos hidrológicos, aumentando a infiltração, alimentando nascentes, bem como a evapotranspiração, recarregando fluxos atmosféricos de umidade. Os pequenos projetos podem promover sistemas mais amplos que abrangem propriedades inteiras, comunidades como um todo, bacias hidrográficas e "paisagens sócio-ecológicas sustentáveis", como no caso da Iniciativa Satoyama promovida pelo governo do Japão, o *Small Grants Programme* (SGP) do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e realizada no Brasil pelo PPP-ECOS no Vale do Jequitinhonha (ISPN 2014, 2016).

Torna-se cada vez mais importante o entendimento por parte das comunidades com relação a termos científicos ambientais, tais como mudanças climáticas, mitigação, adaptação, ecossistemas, biodiversidade, sociobiodiversidade, ciclos hidrológicos e evapotranspiração. Também seria necessário melhorar seu conhecimento sobre políticas nacionais, instâncias de participação da sociedade civil e acordos ambientais internacionais referentes à água, biodiversidade e ao carbono. Esses conhecimentos aumentam as chances de acesso a recursos financeiros nacionais e internacionais. Os pequenos projetos ajudam a abrir horizontes mais amplos.

Enquanto clima e biodiversidade são preocupações ambientais globais, a água é vital para o Brasil. A parte da Amazônia mais sujeita a desmatamento, especialmente em Mato Grosso, constitui um elo nos fluxos inter-regionais de umidade atmosférica que seguem da floresta amazônica para as regiões Sul e Sudeste e países vizinhos (ARRAUT et al., 2012). As florestas do Maranhão e Tocantins, por sua vez, são essenciais para a transmissão dessa umidade do oceano Atlântico para a Amazônia (SPERA et al., 2016).

O desmatamento reduz a evapotranspiração que recarrega os "rios" atmosféricos, além de acelerar o escoamento superficial e reduzir a infiltração, devolvendo a água para o mar. As paisagens camponesas com-

60 www.mma.gov.br/destaques/item/7513

postas por mosaicos de diferentes usos da terra, sem vastas monoculturas e pastagens, ajudam a manter os ciclos hidrológicos necessários para o consumo humano, a agricultura, a indústria e a geração de energia elétrica em metade do continente sul-americano.

Dimensão Política

O sucesso mais amplo em termos socioeconômicos e ambientais dos investimentos em pequenos projetos geralmente depende de ação política. Mudanças nas políticas públicas, tanto nas regras gerais quanto nas prioridades de gastos e incentivos governamentais, podem gerar resultados de amplo alcance e longa duração. A atuação pode ser defensiva ou propositiva. A forte reação organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) contra o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do Matopiba, no Maranhão, Tocantins, Piauí e na Bahia (MAPA, 2015), com a crítica "Berço das águas: sem Cerrado, sem água, sem vida"[64], é defensiva. Outras ações poderiam ser mais propositivas, como seria o caso de propor marcos regulatórios mais adequados para o agroextrativismo e as pequenas agroindústrias (SIMONI et al., 2012) ou de defender modificações nos procedimentos do PAA e do PNAE.

Localmente, as lideranças dos pequenos projetos ganham experiência que serve para maior efetividade na negociação com autoridades governamentais, o que pode contribuir para sua participação em conselhos municipais para exercer "controle social". Também pode levar a sua eleição como vereadores ou até mesmo como prefeitos ou deputados. Assim, caso devidamente preparadas, as comunidades podem se beneficiar da tendência geral de descentralização da governança ambiental para os estados e municípios, exercendo maior influência.

Para influir em territórios mais amplos, torna-se necessária a atuação intermunicipal. Os municípios geralmente são pequenos demais e os estados são grandes demais. Os consórcios para certificação sanitária são um exemplo que viabiliza uma estrutura impossível para um município apenas. Em áreas adjacentes como o oeste do Maranhão e o Bico do Papagaio, por exemplo, convém promover a articulação interestadual. A atuação pode ser da sociedade, mas também é fundamental a articulação intergovernamental por meio de arranjos territoriais, tais como eram as Mesorregiões Diferenciadas e os Territórios Rurais ou são atualmente os Territórios da Cidadania, com participação efetiva da sociedade.

Deve-se lembrar que muitas soluções envolvendo políticas públicas são federais, ou seja, aplicam-se ao Brasil como um todo. Os beneficiários de pequenos projetos podem se articular para formar alianças amplas. O Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), o MIQCB e a Rede Cerrado congregam centenas de entidades e seus representantes participam de várias instâncias de governança. Poderia haver maior interação entre as redes regionais, bem como redes nacionais temáticas, de trabalhadores ou da sociedade civil em geral.

Inúmeros entraves regulatórios (SIMONI et al., 2012) não recebem a atenção política necessária para que sejam simplificados e readequados para contemplar a informalidade e a pequena escala da agricultura familiar e das comunidades locais. No âmbito sanitário, houve avanço significativo, mas o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) poderia dar maior margem para adequações estaduais e municipais, levando em conta as especificidades locais. É importante que qualquer reforma da legislação trabalhista contemple o trabalho eventual e sazonal no meio rural.

As parcerias com organizações, redes, organismos e doadores internacionais ajudam a ganhar visibilidade e apoio, desde que compatíveis com as necessidades nacionais e locais. A articulação internacional também pode ser estratégica, especialmente no caso da Amazônia, que envolve nove países sul-americanos, e dos povos indígenas.

Conclusões

Além de amplo leque de benefícios econômicos, sociais, ambientais e políticos gerados localmente e no curto prazo pelos pequenos projetos apoiados PPP-ECOS na Amazônia, a experiência acumulada indica que os impactos poderão abranger espaços mais amplos ao longo de prazos maiores. Este desenvolvimento sustentável depende não só do investimento em si, mas principalmente do aprendizado e da replicação, que implicam demonstração, avaliação e comunicação. A efetividade nesses termos exige formas adequadas de seleção e acompanhamento de projetos, bem como avaliação ex-post, inclusive de custo/benefício, comparando pequenos e grandes projetos. Se bem avaliado, o insucesso durante a execução ou depois da conclusão do projeto também pode ser instrutivo.

Enfim, seria importante multiplicar o número de projetos, não só para manter e ampliar os programas como são, como também para promover mudanças necessárias na realidade econômica, social, ambiental e política que impede a realização da sustentabilidade em regiões e territórios interioranos tão importantes para o Brasil e o mundo todo.

Referências

ANDERSON, A. B.; MAY, P.; BALICK, M. *The subsidy from nature: palm forests, peasantry and development on an Amazon frontier*. New York: Columbia University Press, 1991.

ARRAUT, J. M.; NOBRE, C.; BARBOSA, H. M. J.; OBREGON, G.; MARENGO, J. *Aerial rivers and lakes: looking at large-scale moisture transport and its relation to Amazonia and to subtropical rainfall in South America*. Journal of Climate, 15 jan. 2012. p.543-556.

ISPN. Estratégia Nacional para a Iniciativa Satoyama no Brasil. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2014.

ISPN. Avaliação da Iniciativa Satoyama: evolução das ações socioambientais no Alto Jequitinhonha-MG/Brasil. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2016.

MAPA. Plano de Desenvolvimento Agropecuário MATOPIBA. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2015.

SAWYER, D. *Peasants and capitalism on an Amazon frontier*. Cambridge, MA: Department of Sociology, Harvard University, 1979. Ph.D Thesis.

SAWYER, D. Campesinato e ecologia na Amazônia. In: HOGAN, Daniel; VIEIRA, Paulo Freire (Eds.). Dilemas socioambientais e desenvolvimento. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. p.211-234.

SAWYER, D. Unidades de conservação, uso sustentável e funções socioecossistêmicas na Amazônia e no Brasil. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (Org.). Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011. p.363-380.

SAWYER, D.; CARVALHO, I. S. H. Territórios e usos da biodiversidade no Norte de Minas: causas estruturais dos conflitos socioambientais. In: GUEDES, G. R.; OJIMA, R. (Org.). Território, mobilidade populacional e ambiente. Governador Valadares: Univale, 2012. p.65-86.

SIMONI, J. et al. Entraves regulatórios na produção agroextrativista. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2012.

SPERA, S. A.; GALFORD, G. L.; COE, M. T.; MACEDO, M. N.; MUSTARD, J. F. *Land-use change affects water recycling in Brazil's last agricultural frontier*. Global Change Biology, 2016. v.22, n.4, p.1608-1627.

FICHAS DOS PROJETOS DO PPP-ECOS NA AMAZÔNIA

ÍNDICE

MARANHÃO **94**

NORTE MARANHENSE
Associação Agroecológica Tijupá 98
Associação Beneficente Quilombola dos Moradores do Povoado Canta Galo – ABQMPCG 100
Associação de Moradores do Quilombo Rural da Ilha de Camaputiua – Amoqruica 102
Associação de Moradores Produtores e Produtoras Rurais Extrativistas Quilombo Bom Jesus 104
Associação dos Apicultores e Meliponicultores de Limoeiro, Ibacã de Coaçuzinho e Adjacências do Município de Viana - Aplica 106
Associação dos Moradores das Terras de São Miguel 108
Associação Quilombola São Benedito dos Produtores Rurais do Oiteiro 110
Clube de Mães Quilombolas Lar de Maria 112
Instituto Nacional de Apoio Profissional – Inap 114

CENTRO MARANHENSE
Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura - Acesa 116
Associação da Casa de Cultura e Artesanal das Mulheres Indígenas da Aldeia Zutiua - Accamiaz 120
Associação da Escola Família Agrícola de Lago do Junco - AEFALJ 122
Associação de Jovens Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues - AJR 124
Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues - AMTR 126

OESTE MARANHENSE
Associação Comunitária Zyha Tyw Aldeia Jussaral 128
Associação de Mulheres da Agricomel do Centro do Chicão e Povoados Circunvizinhos - Agricomel 130
Associação de Mulheres Produtoras Rurais do Projeto de Assentamento São Jorge - Asprajorge 132
Associação dos Pequenos Produtores Familiares do Povoado Vertente - APPFPV 136
Associação dos Pequenos Produtores Rurais Quilombolas de Bom Jesus 138
Associação dos Produtores Rurais Quilombolas de São José dos Portugueses 140
Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Resex Ciriaco - Atareco 144
Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar Rural de Centro Novo do Maranhão - ATTRAF 146
Associação dos Trabalhadores Rurais da Vila Boa Esperança - ATRVBE 148
Associação dos/as Trabalhadores da Reserva Extrativista de Mata Grande - Atramag 150
Associação Indígena Comunitária Maynumy - Aicom 152
Associação Indígena Comunitária Wirazu 154
Associação Wyty-Catë das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins 156
Centro Maranhense de Estudos Socioambiental e Assessoria Rural – Cemeaar 158
Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Estado do Maranhão – CMTR-MA 160
Grupo de Mulheres da Galileia 162

MATO GROSSO 164

NORTE MATO-GROSSENSE
Associação Amigos de Terra Nova - Aamarterra 168
Associação Amigos do Vale do Rio Teles Pires 170
Associação Assentamento Santo Expedito II 172
Associação Comunitária Regional de Agricultores do Norte de Mato Grosso - Acranm 174
Associação Comunitária Rural Monte Sinai – ACRMS 178
Associação da Agricultura Familiar do Portal da Amazônia - AAFPA 182
Associação de Ajuda Mútua Agropecuária e Agroextrativista do Retiro do Índio - Aamaa 184
Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena - Aderjur 186
Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia - Amca 188
Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Santa Fé 190
Associação do Movimento Agrário de Novo Mundo - Aman 192
Associação dos Mini e Pequenos Agricultores do Projeto do Assentamento Cachimbo - Agripac 194
Associação dos Mini e Pequenos Produtores do Córrego Grande 196
Associação dos Pequenos Produtores Rurais Respeito Água Fauna e Flora - Apraf 198
Associação dos Trabalhadores Acampados Nova Conquista - Atanc 200
Associação Indígena Marupá – AIM 202
Associação Organizada para Ajuda Mútua - Acopam 204
Associação Rural Juinense Organizada para Ajuda Mútua – Ajopam 206
Associação Yakiô 208
Cooperativa Agropecuária de Cotriguaçu – Coopercotri 210
Cooperativa Juinense da Agricultura Familiar Agroecológica - Cooperjuafa 212
Instituto Ouro verde – IOV 214
Instituto Raoni 218

NORDESTE MATO-GROSSENSE
Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora de Assunção - Ansa 220
Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas – Amas 222
Associação do Grupo de Feirantes Frutos da Terra 224
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Ipê - Apraipe 226
Associação Terra Indígena Xingu – Atix 228
Associação Yarikayu 230
Organização Ecossocial do Araguaia - Oeca 232

SUDOESTE MATO-GROSSENSE
Associação do Centro de Tecnologia Alternativa - CTA 234
Associação Produtiva Indígena Chiquitano - Apic 236
Associação dos Assentamentos do PA São José – Aspajo 238
Associação Portense de Apicultores/as e Agricultores/as da Agricultura Familiar – APA 240
Associação Regional de Produtores Agroecológicos - Arpa 242

OCIDENTAL DO TOCANTINS 244
Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins – APA-TO 246
Associação Agroextrativista e Social do Projeto de Assentamento Canaã - Aaespac 248
Associação de Moradores do Alto Bonito - Amab 250
Associação do Projeto de Assentamento Santa Cruz II Setor São Félix - Apasc 254
Associação dos Apicultores de Nova Olinda/TO – Aapino 258
Associação dos Pequenos Lavradores do Projeto de
Assentamento Ouro Verde - Setor Barro Branco - ASBB 262
Associação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais do
Projeto de Assentamento 7 de Janeiro Setor I - ATRSSJ 266
Associação Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Pe. Josimo - AEFA-Bico 268
Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio - Asmubip 270
Cooperativa de Produção e Comercialização dos Agricultores
Familiares Agroextrativistas e Pescadores Artesanais de Esperantina Ltda - COOAF-Bico 274
Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural - Coopter 276
Cooperativa Multifuncional de Economia Solidária do Tocantins - Coomesol-TO 278

PPP-ECOS na Amazônia–Maranhão

Juliana Elisa Napolitano, Rodrigo Noleto e Silvana Bastos

O Maranhão tem grande concentração de agricultores familiares, quilombolas, povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, como quebradeiras de coco babaçu e pescadores artesanais. O estado também se destaca no cenário nacional pela sua diversidade de espécies e ecossistemas – mangues, restingas, campos inundáveis, chapadas, matas de cocais, florestas, entre outros – provenientes do encontro dos biomas Amazônia, Cerrado, Caatinga e suas transições. Apesar de toda essa riqueza, o estado já perdeu 43% de sua vegetação nativa[1] e ocupa o segundo lugar no ranking de menor IDH do Brasil[2], o que demonstra a importância dos projetos que aliam inclusão social das populações rurais ao uso sustentável do território.

O PPP-ECOS na Amazônia contempla parte da diversidade sociocultural, tendo apoiado projetos em Terras Indígenas, comunidades quilombolas, assentamentos da reforma agrária e áreas de agricultores familiares. Foram apoiados 33 projetos com recursos do FAMA, distribuídos em oito microrregiões, nas quais destacamos seis territórios com maior concentração.

No oeste maranhense, o território que compreende as microrregiões de Gurupi e Pindaré, conhecido como Alto Turi e Gurupi, concentra a maior quantidade de projetos no Maranhão, somando dezesseis projetos apoiados. A região possui os maiores remanescentes do bioma Amazônia no estado, onde se localiza um mosaico de Terras Indígenas e Unidades de Conservação. A extração ilegal de madeira e a conversão de áreas para pastagens e cultivos geram grandes desmatamentos. Além da retirada ilegal de madeira, as Terras Indígenas do território foram impactadas pela estrada de ferro Carajás (TI Caru e TI Rio Pindaré), que atualmente passa por obras de ampliação.

Nesse cenário o PPP-ECOS atuou junto a nove organizações comunitárias. Os projetos apoiados visam fortalecer as atividades tradicionais de povos indígenas (Aicom e Guajajara do Caru), quilombolas (São José dos Portugueses e Quilombo Bom Jesus), assentados (Agricomel, ATRVBE e Povoado Vertente), quebradeiras de coco (CMTR) e agricultoras familiares (Attraf), buscando a segurança alimentar e a geração de renda. Os principais temas trabalhados na região foram: apicultura; aproveitamento de frutas para produção de polpas; enriquecimento de quintais agroflorestais; recuperação ambiental de áreas degradadas; e processamento de farinha de mandioca. Os projetos de produção de polpas de frutas (Atrvbe e São José dos Portugueses) têm a peculiaridade de buscar a regularização sanitária para dar continuidade à comercialização em merca-

1 Governo do Estado do Maranhão. Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Estado do Maranhão. São Luis – MA, novembro de 2011. Disponível em <goo.gl/FCk5LI>, acesso em 02 mar. 2017.

2 PNUD, IPEA e FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em <www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>, acesso em 25 jan. 2017.

dos institucionais, especialmente o PNAE. Por meio dos mercados institucionais, as comunidades pretendem desenvolver atividades que aliem a produção, a conservação ambiental e a geração de renda. Apesar de as organizações trabalharem com temas afins elas ainda não atuam em rede. A região não conta com serviços públicos de assistência técnica e extensão rural e o parceiro regional que supre parte da carência de informações é o Sebrae. O PPP-ECOS, de forma pontual, contribuiu para a troca de informações e conhecimentos entre as organizações. Os desafios colocados ao território estão ligados principalmente à carência de organização e articulação da sociedade civil, com vistas à construção de políticas públicas inclusivas.

Também no oeste maranhense, na região de Imperatriz, foram desenvolvidos nove projetos, especificamente nas microrregiões de Imperatriz e Alto Mearim/Grajaú[3]. A região está localizada na bacia hidrográfica do rio Tocantins-Araguaia, na transição entre Cerrado e Amazônia, onde há abundância de frutas nativas, como bacuri, juçara, buriti, cajá, murici, entre outros. Historicamente esse território concentrou movimentos sociais e articulações políticas de toda a região oeste e sul do estado, especialmente nas décadas de 80 e 90. Nesse período, foi estimulada a formação das cooperativas municipais de agricultores agroextrativistas. Esse processo deu origem ao projeto Frutos do Cerrado, uma parceria entre as organizações Timbira do Maranhão e do Tocantins (Associação Wyty-Cäte) e as associações e cooperativas de agricultores familiares das regiões de Imperatriz e do Bico do Papagaio/TO. A articulação deu origem à fábrica de polpas FrutaSã.

Atualmente, a região sofre com um processo de desmobilização institucional das organizações, consideradas referência na construção de políticas públicas e assessoria técnica voltadas à agricultura familiar. O PPP-ECOS tem buscado apoiar as instituições locais e fomentar as iniciativas produtivas, especialmente nas cadeias de babaçu (óleo, mesocarpo e artesanato) e de doces e geleias de frutas nativas. Além disso, os projetos indígenas exercem um papel significativo no combate ao desmatamento e às iniciativas de recuperação e conservação dos recursos naturais. Por fim, importante destacar a ação de formação política e educacional promovida pelo Cemeaar.

O Médio Mearim é uma microrregião localizada no centro maranhense que merece destaque pela forte organização da sociedade civil, pois envolve um conjunto de organizações oriundas da luta de mulheres quebradeiras de coco babaçu e de trabalhadores rurais pelo livre acesso aos babaçuais e pela garantia de seus territórios. A região se localiza no encontro dos biomas Cerrado e Amazônia, e apresenta uma paisagem característica, as Matas de Cocais, com abundância de palmeiras, especialmente o babaçu.

O movimento social do Médio Mearim teve origem no final da década de 1970, apoiado por setores da Igreja Católica, quando políticas de estado favoreceram a expansão da agropecuária e do latifúndio. Isso provocou o início da substituição dos babaçuais por pastagens e a restrição de acesso aos recursos, como a terra e os recursos naturais essenciais para a reprodução física e cultural do campesinato instalado na região.

As organizações da sociedade civil que emergiram desse contexto, como a Acesa e a Assema, trabalham de forma articulada, agregando associações comunitárias de base, cooperativas, Escolas Família Agrícola e outras associações da região. A atuação do movimento social inclui uma série de estratégias, exemplificadas a seguir: promoção da cidadania e da equidade nas relações de gênero e geração, no âmbito das propriedades rurais e das organizações; educação contextualizada; produção agroecológica com foco em soberania e segurança alimentar; construção de mercados solidários para a comercialização do excedente de produção; fortalecimento do cooperativismo; e participação nos espaços colegiados de influência em políticas públicas. O trabalho desenvolvido por essas organizações da sociedade civil as possibilitou influenciar e executar políticas públicas para a agricultura familiar e para o agroextrativismo, como o PGPM-Bio[4], a Política Nacional de

3 A Associação da Casa de Cultura e Artesanal das Mulheres Indígenas da Aldeia Zutiua, que executa um projeto na Terra Indígena Arariboia, apesar de estar inserida no município de Arame, na mesorregião Centro Maranhense, tem Imperatriz (mesorregião Oeste Maranhense) como município de referência para questões administrativas.

4 Política de Garantia do Preço Mínimo para a Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). Mais informações em <www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1634&t>, acesso em 02 mar. 2017.

Assistência Técnica e Extensão Rural, o Plano Nacional de Promoção das Cadeias da Sociobiodiversidade, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, entre outros.

Os cinco projetos apoiados pelo PPP-ECOS na região estão inseridos nessa estratégia de desenvolvimento territorial. A AMTR e a AJR desenvolvem projetos que buscam consolidar alternativas econômicas para mulheres (sabonete de babaçu) e jovens (artesanato), respectivamente, paralelamente ao processo de formação política e conscientização sobre direitos humanos e conservação ambiental. O projeto da Aefalj se enquadra na estratégia de produção agroecológica no território, no âmbito da educação contextualizada de jovens rurais. A Acesa, que acessou dois projetos PPP-ECOS, dá continuidade às ações desenvolvidas na articulação e formação dos grupos de base para o incentivo à produção agroecológica e o acesso aos mercados e às políticas públicas.

Por fim, cabe ressaltar que o território ainda enfrenta muitos desafios, haja vista o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba, lançado em 2016, que abrange todos os municípios do Médio Mearim, prevendo a expansão da fronteira agrícola baseada em tecnologias modernas de alta produtividade, o que pode mais uma vez aumentar as desigualdades regionais, gerar conflitos sociais e desmatamento.

No norte maranhense, na microrregião da Baixada Maranhense, no território conhecido como Campos e Lagos, foram apoiados quatro projetos, diretamente relacionados ao contexto vivido pelas comunidades quilombolas e de quebradeiras de coco. Trata-se de um território com predomínio de população afrodescendente, com grande quantidade de áreas quilombolas e indicadores sociais que confirmam a insuficiência de políticas públicas. O babaçu está presente em todos os locais e se caracteriza como uma das riquezas do território. A pesca artesanal e a agricultura são os principais meios de subsistência da população.

Várias organizações atuam na região – MIQCB, Associação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas (Aconeruq), colônias de pescadores, sindicatos de trabalhadores rurais e associações comunitárias – como representantes das reivindicações por direitos dessa população, em especial a luta pelos territórios tradicionais e acesso aos recursos naturais, que ainda são motivos de muitos conflitos e disputas judiciais.

Os projetos PPP-ECOS apoiados geram benefícios e resultados no tocante à valorização do trabalho da mulher e de seus quintais produtivos, recuperação e manejo de açaizais e outras espécies nativas, bem como no fortalecimento organizacional de algumas associações comunitárias – que passaram a gerenciar recursos externos pela primeira vez com o apoio do programa –, além de contribuir para a mobilização social em torno dos territórios e acesso a recursos, por meio da luta pela aprovação de leis Babaçu Livre nos municípios da região. Destaca-se, ainda, a iniciativa de mulheres que comercializam alimentos para a merenda escolar provenientes de seus quintais produtivos, dos babaçuais e açaizais e, assim, melhoram a oferta de alimentos saudáveis para as crianças do município. Mais que o resultado pontual, essa iniciativa abriu caminho para a operacionalização da PNAE e do PAA no município de Viana, já que foram as mulheres do grupo e seus parceiros que ajudaram e pressionaram os gestores públicos locais a operacionalizarem as políticas.

Ainda no norte maranhense, no território do Vale do Itapecuru, microrregião de Itapecuru Mirim, localiza-se uma zona de transição entre diversos ecossistemas, sendo possível encontrar desde vegetação semelhante à litorânea, como também floresta mais densa, tipicamente amazônica, onde a palmeira de babaçu[5] é abundante. Dentre a população rural do município, destaca-se a forte presença de comunidades quilombolas e de quebradeiras de coco babaçu. A agricultura, a criação de pequenos animais e o extrativismo de babaçu são a base da economia dessas comunidades. A região é área de impacto da Estrada de Ferro Carajás da Vale e as comunidades quilombolas recebem investimentos do Plano Básico Ambiental da obra de duplicação da ferrovia. A Aconeruq e o ISPN[6] têm assessorado as comunidades quilombolas, com foco na diversificação pro-

5 MDA. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Vale do Itapecuru. São Luís – MA, 2010. Disponível em <sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio097.pdf>, acesso em 25 jan. 2017.

6 O ISPN é responsável pela execução do subprograma de apoio a comunidades tradicionais, o Plano Básico Ambiental Quilombola.

dutiva, fortalecimento institucional e promoção cultural. A estratégia sociopolítica das organizações de base é o trabalho de autoidentificação e valorização étnico-racial, conquista e uso sustentável do território, assim como a promoção de incentivos à geração de renda.

Os projetos PPP-ECOS têm foco nos aspecto de geração de renda e recuperação ambiental dos territórios quilombolas. O Clube de Mães Lar de Maria e a Associação Canta Galo, que já trabalhavam no beneficiamento de produtos de babaçu e da agricultura familiar, buscaram, por meio do PPP-ECOS, melhorar suas condições de produção e escoamento dos produtos, para assim ampliar mercados e manter os já acessados - PAA e PNAE. Já o projeto da Associação Quilombola São Benedito dos Produtores Rurais do Oiteiro contribui para a estratégia que vem sendo adotada pela comunidade de buscar a sustentabilidade ambiental de seus sistemas de produção tradicionais – a agricultura de corte e queima, baseada no pousio florestal – buscando o uso permanente da área por meio da formação e experimentação de técnicas agroecológicas. Os projetos são em grande parte compostos por pessoas mais velhas, que vêm buscando alternativas econômicas para a juventude nas comunidades, já que um dos principais desafios da região consiste na permanência de jovens no campo.

Por fim, na microrregião de Rosário, inserida no território dos Lençóis Maranhenses/Munim, o PPP-ECOS na Amazônia apoiou dois projetos. A região possui duas formações florestais distintas, a oeste encontra-se a floresta estacional e a leste, vegetação com influência marinha e manguezais. Os solos são predominantemente arenosos e de baixa fertilidade natural, assim, com baixa aptidão para a agricultura de larga escala. No território, 64,65% da população vive no meio rural[7], composta principalmente por agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades quilombolas.

Os projetos apoiados na região aliam produção e conservação das espécies e ecossistemas. Em Terras de São Miguel a comunidade quilombola tem conseguido conservar uma área de bacurizal, fruto extremamente valorizado e com alto valor de mercado, assim como tem amadurecido seu entendimento sobre a importância da organização social. A Associação Agroecológica Tijupá, organização de assessoria, vem buscando organizar as comunidades rurais para a produção de mel de abelhas Apis e nativas, assim como para a comercialização em mercados solidários. O território enfrenta diversos desafios referentes à superação da pobreza rural. As iniciativas governamentais, como os incentivos ao turismo de larga escala e às grandes obras, como a refinaria da Petrobrás, hoje cancelada, têm apresentado impactos ambientais negativos e poucos benefícios socioeconômicos. A superação desses desafios exige articulação entre as organizações da sociedade civil, o fortalecimento institucional das organizações de base e o financiamento de projetos ecossociais.

7 MDA. Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território dos Lençóis Maranhenses/Munim. São Luís – MA, 2010. Disponível em: <sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio052.pdf>, acesso em 25 jan. 2017.

Município: Rosário, Morros Cachoeira Grande e Presidente Juscelino - MA

Associação Agroecológica Tijupá

A Associação Agroecológica Tijupá é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1990, que busca promover e difundir a agroecologia; contribuir para a sustentabilidade socioambiental e econômica por meio da agroecologia, do equilíbrio das relações de gênero e de geração, e da valorização de identidades culturais; denunciar todas as agressões cometidas contra o meio ambiente; e contribuir para o processo de construção da reforma agrária em bases sustentáveis.

Para mais informações sobre a associação, acesse:
www.aatijupa.org/

Microrregião: Rosário

Projeto: Abelhas do Munim - Fortalecendo a Rede Abelha

Este projeto tem atuado para o fortalecimento e a ampliação da Rede Abelha no Maranhão. Para isso, busca melhorar a gestão dos grupos e a qualificação dos produtores com a realização de processos de formação e intercâmbios. Além disso, o projeto tem como foco ampliar a comercialização do mel e de outros subprodutos, o que será feito por meio do acesso a mercados institucionais (PNAE e PAA), da realização de feiras dentro do circuito de feiras agroecológicas do Baixo Munim, e da identificação de outros mercados potenciais.

Principais ações

- Realização de capacitações em manejo de melíponas e beneficiamento;
- Realização de intercâmbios entre meliponicultores intermunicipais;
- Assessoria técnica para 72 famílias;
- Realização de capacitações em gestão de organização;
- Elaboração de materiais de divulgação;
- Mapeamento da ocorrência dos meliponários e apiários (florais);
- Definição de regras de convivência;
- Elaboração de projetos para participação nos mercados institucionais.

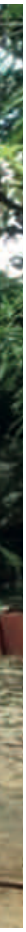
Período de realização:
15/02/2016 a 31/08/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.385,00
Contrapartida:
R$ 47.160,00

Município: Itapecuru Mirim - MA

Associação Beneficente Quilombola dos Moradores do Povoado Canta Galo – ABQMPCG

Constituída em 2011, a associação busca trabalhar em benefício das pessoas carentes pelo progresso da comunidade, prestar assistência aos associados, bem como prestar serviços que a comunidade necessita.

Microrregião: Itapecuru Mirim

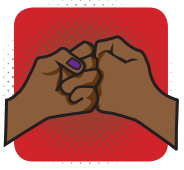


Projeto: Preservando o Território Quilombola com Geração de Trabalho e Renda

Este projeto envolve 20 famílias quilombolas, da comunidade de Canta Galo que comercializam para programas institucionais no município de Itapecuru-Mirim. As ações previstas no projeto visam promover melhorias na estrutura da cozinha comunitária, propiciar acesso a novos conhecimentos sobre cultivo agroecológico e gestão da água e, ainda, elaborar materiais de divulgação dos produtos e da experiência. Com este projeto, a associação busca melhorar as condições de salubridade no processo de beneficiamento de alimentos para consumo e comercialização e, assim, obter o registro de inspeção sanitária de empreendimento na vigilância sanitária local.

Principais ações

- Realização de cursos sobre orientações técnicas para comercialização e acesso a mercado; gênero e etnia, agroecologia e produção orgânica;
- Reforma e estruturação da cozinha comunitária;
- Realização de oficina sobre boas práticas de preservação ambiental e uso sustentável da água disponível para produção;
- Elaboração de plano de comercialização solidária;
- Elaboração de materiais de comunicação e divulgação da experiência, como folder, banner e camisetas.



Período de realização:
03/03/2016 a 31/07/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 65.404,36
Contrapartida:
R$ 21.583,43

Município: Cajari - MA

Associação de Moradores do Quilombo Rural da Ilha de Camaputiua – Amoqruica

A Amoqruica é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1997, que busca representar os quilombolas de Camaputia e de outros povoados do território Tramaúba. Tem como objetivos lutar com as outras comunidades pela titulação das terras do engenho Tramaúba, propor ações em defesa dos direitos quilombolas e do meio ambiente e promover assessoria, consultoria e assistência técnica visando à geração de emprego e de renda para os quilombolas.

Para mais informações sobre a associação, acesse:
www.facebook.com/amoqruica.quilombo

Microrregião: Baixada Maranhense

Projeto: Capacitação de Comunidades Sobre Direitos Quilombolas e Ambientais

Este projeto pretende fortalecer a luta e a articulação da comunidade quilombola de Camaputia para melhoria da qualidade ambiental e das condições de vida da população, por meio da formação política e ambiental, da construção de um plano de uso comunitário do território e da recuperação de áreas degradadas. Para isso, foram planejadas oficinas de legislação ambiental, direitos quilombolas, agroecologia, manejo florestal e de mapeamento, a serem ministradas para as lideranças comunitárias para que atuem como multiplicadores das informações. Além do processo de formação, ainda estão previstas atividades como audiência pública com o Incra, para acompanhar o processo de titulação do território e o mapeamento para identificação das áreas a serem recuperadas.

Período de realização:
03/08/2015 a 01/06/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 46.152,50

Principais ações

- Realização de seminário sobre legislação ambiental e direitos e políticas públicas para comunidades quilombolas;
- Realização de audiência pública com o Incra para acompanhar o andamento do processo de regularização do território;
- Realização de oficinas sobre direitos quilombolas e ambientais, agroecologia, manejo florestal e coleta de sementes e mudas; e para a elaboração de mapa do território e das áreas a serem recuperadas;
- Recuperação de 5 hectares de áreas degradadas.

Município: Matinha - MA

Foto: Rafael Silva

Associação de Moradores Produtores e Produtoras Rurais Extrativistas Quilombo Bom Jesus

A Associação de Moradores Produtores e Produtoras Rurais Extrativistas Quilombo Bom Jesus é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1996, que busca congregar seus associados, manter um serviço de orientação educacional, cultural e espiritual, e desenvolver a espiritualidade das crianças e dos adolescentes. Além disso, a organização busca a conquista do território e o desenvolvimento econômico sustentável, com a preservação do meio ambiente e a recuperação do santuário.

Microrregião: Baixada Maranhense

Projeto: Agroecologia no Quilombo Bom Jesus

O projeto Agroecologia no Quilombo Bom Jesus atuou para melhorar a qualidade da alimentação de 24 famílias agroextrativistas de duas comunidades do quilombo (composto por 80 famílias) e fortalecer a organização comunitária em torno do processo de regularização fundiária do território e do acesso aos recursos naturais de uso tradicional, babaçu e pescados, principalmente.

Para isso, promoveu a proteção e o enriquecimento de 20 hectares, por meio da estruturação de 24 agroquintais de produção diversificada de alimentos e plantas medicinais; propiciou mobilização comunitária, monitoramento das ações de regularização do território e articulação para a aprovação da Lei Babaçu Livre, de Matinha, em discussão na Câmara dos Vereadores.

O projeto também foi fundamental para alavancar novos recursos para a continuidade das ações. A associação teve um projeto aprovado pelo MMA, que atuará na construção participativa de um protocolo comunitário de uso comum do território.

Principais ações:

- Implantação de 24 agroquintais com incremento de espécies florestais frutíferas, como açaí, bacaba e outras, incluindo a estruturação de viveiros simplificados;
- Instalação de irrigação e cerca nos quintais;
- Realização de intercâmbio;
- Realização de 35 reuniões e rodas de conversa sobre mobilização comunitária, gestão do território, incluindo o debate sobre a problemática socioambiental da região, que envolve a poluição dos mananciais e direitos sociais.

Período de realização:
27/08/2014 a 30/12/2016
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 32.293,00

Município: Viana - MA

Associação dos Apicultores e Meliponicultores de Limoeiro, Ibacã de Coaçuzinho e Adjacências do Município de Viana - Aplica

A Aplica é uma organização comunitária sem fins lucrativos, fundada em 2006, que busca promover o desenvolvimento de seus associados, em geral apicultores e meliponicultores, em aspectos relacionados à tecnologia, legislação, gerenciamento de recursos humanos, econômicos e financeiros envolvidos na produção e comercialização de mel.

Microrregião: Baixada Maranhense

Projeto Abelhas Nativas - Negócios Locais Sustentáveis

O projeto proposto pela associação buscou melhorar as condições do beneficiamento de mel de abelhas sem ferrão, fortalecer a rede de produção do mel e disseminar os princípios que adotam para a organização comunitária. Participaram do projeto um total de 27 famílias das comunidades de Limoeiro e de Ibacã, no município de Viana/MA. A iniciativa propiciou o fortalecimento da gestão comunitária, aquisição de equipamentos e realização de uma série de atividades de capacitação, como informática, comunicação, produção e beneficiamento do mel e do cerume (para fabricação de sabonete), gestão de negócios locais; e, realizou um encontro para ampliação da rede de produção e para a elaboração de um plano de negócios.

Importante destacar que as duas comunidades possuem relação direta com o desenvolvimento tecnológico e científico da atividade de produção e beneficiamento do mel de abelha sem ferrão. As Universidades Federal (UFMA) e Estadual do Maranhão (UEMA) realizam pesquisas nessas comunidades sobre o tema. O processo de maturação do mel de abelhas nativas é inovador e é uma tecnologia social desenvolvida a partir de pesquisas da UFMA nas comunidades rurais da região.

Principais ações

- Construção e estruturação da casa de extração de mel, com tanques de maturação, tanques de coleta, funis e filtros;
- Realização de cinco capacitações;
- Aquisição de veículo (moto) para transporte da produção;
- Reforma e estruturação do escritório.

Período de realização:
11/11/2013 a 02/02/2017
Situação do projeto:
Em fase de conclusão
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 86.700,00
Contrapartida:
R$ 43.800,00

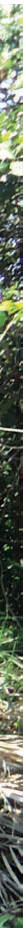
Município: Rosário - MA

Associação dos Moradores das Terras de São Miguel

A Associação dos Moradores das Terras de São Miguel é uma organização comunitária, fundada em 1981, que trabalha em benefício das pessoas carentes, pelo progresso da comunidade, presta assistência social a seus associados e dependentes, preserva as tradições folclóricas, as festas religiosas, busca perpetuar a memória dos antigos moradores e defender o patrimônio material e imaterial dos quilombolas de Terras de São Miguel.

Para mais informações sobre a associação, acesse:
www.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-dos-Moradores-da-Terras-de-S%C3%A3o-Miguel-646299368719004/

Microrregião: Rosário



Projeto: Os Bacurizais da Comunidade Quilombola de São Miguel

Terras de São Miguel é um território quilombola reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, com uma área de 20 mil hectares. Localizada às margens do rio Itapecuru, sofre com a retirada ilegal de madeira para uso como lenha, uma vez que a região concentra grande quantidade de indústrias ceramistas. O projeto emerge nesse contexto com a intenção de aliar a conservação dos bacurizais ao aproveitamento do potencial econômico das frutas nativas da região.

A iniciativa contou com o envolvimento de dezesseis famílias nas ações de conservação e manejo de 10 hectares de capoeira, com abundância em rebrota de bacurizeiro. A área foi cercada e o manejo realizado, com capina, construção de aceiros e plantio para enriquecimento com espécies nativas. O cuidado do grupo com a área tem demonstrado bons resultados, pois evitou a retirada de lenha e a ocorrência de incêndios.

Com o projeto, a comunidade reformou também a cozinha comunitária e realizou um curso sobre boas práticas de fabricação de polpas frutas. A expectativa da comunidade é que, por meio do projeto, fossem superados os entraves sanitários legais para produção e comercialização de polpas de frutas, o que não se concretizou. Tal fato serviu de aprendizado para o grupo sobre as particularidades desse tipo de empreendimento. Com o projeto, a associação se fortaleceu e vem articulando a venda de outros produtos ao PAA e à Cooperativa Quilombola do Maranhão – Cooperquilombola.

Principais ações

- Conservação e manejo de 10 hectares de área de bacuri;
- Reforma e estruturação da cozinha comunitária para o beneficiamento de frutas;
- Realização de capacitações em boas práticas de fabricação de alimentos e em associativismo e cooperativismo;
- Realização de uma visita de intercâmbio às experiências de cozinhas comunitárias quilombola em Itapecuru Mirim/MA.

Período de realização:
15/08/2014 a 20/01/2017
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 20.100,00

Município: Itapecuru Mirim - MA

Associação Quilombola São Benedito dos Produtores Rurais do Oiteiro

Fundada em 1988, a Associação Quilombola tem por objetivo trabalhar pelo progresso da comunidade do Oiteiro, prestar assistência social aos seus associados e dependentes, bem como buscar a prestação de serviços dos quais a comunidade necessitar. A Associação busca representar seus associados, desenvolver atividades nas áreas de agricultura, criação de pequenos animais, meio ambiente e desenvolvimento social, assim como estimular a criação de uma cooperativa de produção.

Microrregião: Itapecuru Mirim

Projeto: Roças Florestais – recuperando área degradada com base em sistemas agroflorestais e capoeiras

O projeto envolve 27 famílias da comunidade do Oiteiro e busca contribuir na recuperação de uma área degradada e na melhoria da renda das famílias, assegurando a produção de alimentos de base agroecológica. Nesse sentido, implantará roças florestais, embasados em sistemas agroflorestais, para a recuperação da área degradada no entorno do açude, onde recentemente foi implantada a atividade de piscicultura. Com o projeto, pretende-se difundir técnicas de produção agroecológica entre os associados, visando contribuir para a superação do problema atual de empobrecimento dos solos e de queda da produção, melhorando as técnicas tradicionais de plantio. Por meio do projeto pretende-se, também, divulgar os produtos provenientes dos sistemas agroflorestais nos mercados locais, na feira livre do município e nas feiras de economia solidária.

Período de realização:
03/03/2016 a 31/07/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.411,01
Contrapartida:
R$ 37.900,00

Principais ações

- Realização de oficinas sobre implantação e manejo de roças agroflorestais; beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade – produção de vinagre e frutas secas; aproveitamento e manejo dos açudes, e produção de ração alternativa para peixe;
- Implantação e manejo de roças florestais;
- Realização de intercâmbio para conhecer experiências em SAFs, criação de abelhas, criação de frango e feiras agroecológicas na região do Munim;
- Manejo dos açudes;
- Elaboração do plano de comunicação e de materiais de comunicação (banner, material para divulgação virtual, relatórios, site do projeto).

Município: Itapecuru Mirim - MA

Clube de Mães Quilombolas Lar de Maria

O Clube de Mães Quilombolas Lar de Maria é uma associação comunitária, fundada em 1989, que tem como objetivo trabalhar pelo progresso do Clube de Mães e da comunidade, prestar assistência social às associadas e dependentes, bem como buscar a prestação de serviço dos quais a comunidade necessitar.

Microrregião: Itapecuru Mirim

Projeto de Fortalecimento Ambiental e Produtivo: Preservando o Verde e a Vida Nos Babaçuais

O projeto tem por objetivo apoiar a consolidação da agroindústria de produtos alimentícios derivados do coco babaçu da comunidade de Pedrinhas. O Clube de Mães, um grupo de 35 mulheres quilombolas, já fabrica produtos derivados do babaçu, como biscoitos, sorvetes, pães e bolos, e os comercializa para as escolas públicas municipais e estaduais de Itapecuru-Mirim/MA e de municípios vizinhos por meio do PAA e do PNAE. Até 2014, a produção dos derivados de babaçu era feita de forma artesanal na casa das associadas, com limitações de espaço e de estrutura adequada para atender as demandas de mercado. Em 2015, o grupo conseguiu apoio da Vale S/A e do BNDES para a construção e a estruturação da agroindústria. Para consolidar o empreendimento, este projeto, apoiado pelo PPP-ECOS, previu ações de melhoria no escoamento da produção e de formação das associadas para o acesso a novos mercados. Para isso, foi adquirido um veículo tipo furgão, que vem sendo utilizado para a entrega da produção e busca por novos mercados. Além disso, serão produzidos materiais de divulgação e embalagens para os produtos.

Principais ações

- Viabilização de transporte com aquisição de veículo utilitário tipo furgão;
- Realização de pesquisa de mercado;
- Assessoria técnica às famílias beneficiárias;
- Realização de oficinas sobre o acesso aos mercados institucionais, comunicação e marketing e comercialização de produtos derivados do babaçu;
- Realização de intercâmbio para conhecer experiências de comercialização;
- Realização de palestras sobre a importância da recuperação de áreas degradadas e preservação dos babaçuais nativos, sobre a legislação sanitária vigente para produção de alimentos e sobre direitos e deveres do cidadão em relação ao meio ambiente.

Período de realização:
03/03/2016 a 31/07/2017
Situação do projeto
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 82.330,00
Contrapartida:
R$ 27.168,90

Município: Viana - MA

Instituto Nacional de Apoio Profissional – Inap

O Inap é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2001, que busca promover a defesa de bens e direitos sociais relativos ao desenvolvimento sustentável, aos direitos humanos e dos povos. Atua na formação e qualificação profissional das classes populares, incluindo povos indígenas e tradicionais, e presta serviços de assistência técnica ao público da agricultura familiar.

Para mais informações sobre a Inap, acesse:
http://inapma.blogspot.com.br/
www.facebook.com/pages/INAP-Instituto-Nacional-De-Apoio-Profissional/987256074626933

Microrregião: Baixada Maranhense

Projeto: Reconstruindo Alternativas para a Preservação Ambiental, Produção Agroecológica e Agroextrativista Sustentável

O projeto é realizado em parceria com o grupo Marias Mistas, composto por quinze mulheres de três comunidades do território quilombola Baias, em Viana/MA. Atua para fortalecer a organização das mulheres e incrementar a produção dos quintais agroextrativistas, fundamentais para a segurança alimentar das famílias e geração de renda por meio da venda a mercados institucionais, principalmente para a merenda escolar.

Até o momento, já realizou planejamento de 21 hectares de quinze quintais agroextrativistas e iniciou os plantios, em regime de mutirões. Também capacitou as mulheres em produção agroecológica, mercados institucionais e organização comunitária. Deve-se destacar a experiência em que quatorze mulheres comercializam aproximadamente R$ 6.000,00/ano/família em alimentos para a merenda escolar, colhidos de seus quintais agroextrativistas. Dessa forma, o grupo contribui para a oferta de alimentos saudáveis a crianças do município, que possui uns dos menores Índices de Desenvolvimento Humano do Brasil.

Principais ações

- Realização de mutirões quinzenais para trabalhar nos quintais;
- Realização de cursos teórico-práticos sobre as várias etapas do processo produtivo, da produção de mudas ao manejo agroecológico;
- Realização de visita de intercâmbio em propriedade agroecológica;
- Realização de palestras e oficinas sobre organização comunitária, mercados institucionais e políticas públicas;
- Elaboração e execução de plano de negócios simplificado.

Período de realização:
11/03/2015 a 22/02/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 19.800,00

Municípios: Bacabal, Bom Lugar, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago Verde, Poção de Pedras e São Luís Gonzaga do Maranhão - MA.

Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura - Acesa

A Acesa é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2007, que busca contribuir para a formação de uma nova consciência socioambiental de agricultores/as e estudantes das Escolas Família Agrícola da região do Médio Mearim, e tem como base o uso sustentável dos recursos naturais, da agrobiodiversidade e da economia solidária. Busca, também, divulgar e multiplicar o sistema de manejo das unidades familiares de produção e beneficiamento de alimentos e fazer um trabalho integrado com o setor da Saúde Comunitária, especialmente na produção e no consumo dos alimentos e plantas medicinais produzidos.

Para mais informações sobre a Acesa, acesse:
www.acesa.eco.br/
www.facebook.com/ACESA-Bacabal-135840376600697/

Microrregião: Médio Mearim

Projeto: Formação de Agricultores Familiares a Partir da Implantação de Pequenos Empreendimentos Econômicos Solidários

O projeto, que envolveu 31 famílias de dezenove comunidades rurais da região do Médio Mearim, visou estimular a instalação de pequenos empreendimentos econômicos solidários e agroecológicos nas pequenas propriedades de sócios/as da Acesa, de forma a promover a segurança e a soberania alimentar e a geração de renda das famílias. Para isso realizou uma série de visitas técnicas e capacitações, onde foram envolvidas 450 pessoas. Nas oficinas e cursos foram trabalhados temas de caráter técnico e organizacional. Além disso, desenvolveu importantes ações no que se refere à defesa de direitos humanos, tendo realizado três eventos de promoção da igualdade de gênero e geração. Com o apoio do projeto foram realizadas as Feiras de Empreendimentos Econômicos e Solidários da Agricultura Familiar, em Bacabal/ MA.

As ações desenvolvidas contribuíram para a construção do conhecimento agroecológico e para o fortalecimento de vínculos solidários nas relações de produção e comercialização. O projeto apoiou a realização de 40 mutirões nas comunidades com a estruturação de hortas e pomares, construção de unidades de beneficiamento de alimentos e de estruturas para criação de animais de pequeno porte. Com o apoio da assessoria da Acesa os/as agricultores/as familiares diversificaram sua produção e comercializaram para o PNAE. Outro importante resultado foi o fortalecimento de acesso aos mercados locais, os circuitos curtos de comercialização.

Período de realização:
25/07/2014 a 02/08/2016
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 58.936,46
Contrapartida:
R$ 116.992,58

Principais ações

- Realização de quinze formações em: horticultura, preparação e uso de defensivos alternativos, instalação de sistemas de irrigação, plano de uso da unidade de produção familiar, processamento de ração animal, marketing, contabilidade agrícola, empreendedorismo, implantação e manejo se SAFs, processamento e beneficiamento de frutas, e gestão associativista/ cooperativista;
- Realização de visitas técnicas periódicas às áreas das famílias beneficiárias;
- Realização de duas Feiras dos Empreendimentos Econômicos Solidários da Agricultura Famíliar, no município de Bacabal;
- Realização de dois seminários e uma oficina sobre relações justas de gênero e geração;
- Realização de três assembleias gerais da Acesa;
- Realização da campanha Agrotóxicos – Por uma vida sem veneno;
- Realização de visita de intercâmbio.

Municípios: Bacabal, Bom Lugar, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago Verde, Poção de Pedras e São Luís Gonzaga do Maranhão - MA.

Microrregião: Médio Mearim

Projeto Conviver - Agricultores/as Fomentando Ações de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Este projeto dialoga com as ações que já vinham sendo desenvolvidas pela Acesa no Médio Mearim, no âmbito do projeto anterior, e amplia sua atuação para 25 comunidades rurais do território, envolvendo 39 famílias. O projeto busca ampliar e fortalecer a sustentabilidade das unidades produtivas a partir da produção agroecológica e da comercialização solidária. Com este projeto, a Acesa promoverá o debate sobre políticas públicas relacionadas à agricultura familiar e dará continuidade às ações de valorização e defesa de direitos das mulheres e jovens rurais. Foram planejados, também, intercâmbios, visitas de assessoria técnica e capacitações, nos quais serão trabalhados temas relacionados à produção agroecológica, beneficiamento de produtos da agricultura familiar e comercialização solidária.

Período de realização:
03/03/2016 a 31/07/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 89.823,44
Contrapartida:
R$ 31.850,00

Principais ações

- Realização de quatro cursos e oficinas nas temáticas de implantação e manejo de sistemas agroflorestais, beneficiamento e processamento de produtos da agricultura familiar, e boas práticas de produção e fabricação de alimentos;
- Realização duas feiras da agricultura familiar;
- Realização de duas visitas de intercâmbio;
- Viabilização de transporte para escoamento da produção, com a aquisição de três reboques;
- Realização de dois seminários, um sobre políticas públicas voltadas para o fomento da agricultura familiar e outro sobre gênero e agroecologia;
- Realização de duas rodas de diálogo com instituições públicas e organizações sociais locais.

Município: Arame - MA

Associação da Casa de Cultura e Artesanal das Mulheres Indígenas da Aldeia Zutiua - Accamiaz

A Accamiaz, fundada em 2012, é uma associação indígena sem fins lucrativos, formada pelas mulheres da Aldeia Zutiua, na TI Araribóia. Tem como objetivo promover o desenvolvimento, a qualidade de vida e a –integração entre as famílias indígenas da comunidade. Nesse sentido, busca fortalecer o protagonismo das mulheres indígenas e melhorias nas áreas de meio ambiente, educação, saúde, habitação, estradas vicinais, cultura e agricultura. Visa, também, promover a valorização e a produção do artesanato, entre outros.

Microrregião: Alto Mearim e Grajaú

Projeto: Revitalizando a vida do Rio Zutiua, da Terra Indígena Araribóia, do Povo Guajajara, do Município de Arame, Buriticupu e Santa Luzia, MA

O projeto pretende contribuir para a preservação de nascentes do rio Zutiua, localizado na TI Araribóia, do povo Guajajara. Para isso, contando com o protagonismo das mulheres, formou viveiros familiares, recebeu assistência técnica, produziu mudas de espécies nativas, e está recuperando áreas degradadas de nascentes, com a coleta de sementes e plantio de mudas. Além disso, o projeto tem realizado ações educativas (palestras e elaboração de informativos) sobre a importância de preservação das nascentes e dos recursos naturais da TI e sobre os desafios para preservar suas terras.
Em especial, houve adequações na sua execução para responder às demandas almejadas pelas mulheres, agregando valores sociais e culturais. Assim, passou a promover o artesanato das mulheres Zutiua, associando-o às ações de recuperação realizadas com o plantio de espécies que estão escassas na aldeia e que são importantes para o artesanato. Além disso, foi inserida a atividade de intercâmbio, visando promover o artesanato tradicional.

Período de realização:
01/07/2015 a 31/07/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 20.450,00

Principais ações

- Recuperação de matas ciliares;
- Resgate, produção e manejo de mudas para recuperação das matas ciliares e produção de artesanato tradicional;
- Formação e manejo de viveiros familiares;
- Elaboração de material para mobilização, divulgação e promoção do projeto;
- Realização de palestras de conscientização a onze aldeias, total de 102 pessoas;
- Realização de intercâmbio em experiência exitosa de artesanato;
- Promoção e valorização do artesanato tradicional.

Município: Lago do Junco - MA

Associação da Escola Família Agrícola de Lago do Junco - AEFALJ

Fundada em 1995, a AEFLJ é uma associação vinculada à Escola Família Agrícola Antonio Fontenele (Efaf), de Lago do Junco/MA. Busca possibilitar às populações do meio rural de Lago do Junco e de municípios vizinhos o acesso à educação integral, que atenda tanto à formação técnica como a social e política. A associação desenvolve uma ação educativa para a realidade do meio rural, com a participação das famílias e comunidades, mantendo vivos os princípios da pedagogia da alternância.

Microrregião: Médio Mearim

Projeto Sistema Integrado de Produção Agroecológica e Educação: a sustentabilidade Produtiva da Escola Família Agrícola Antonio Fontenele (Efaf)

O projeto vem sendo desenvolvido por pais e alunos da Efaf e busca fortalecer e ampliar o Sistema Integrado de Produção Agroecológica que integra babaçuais e roçados, os plantios de hortaliças e frutas e os sistemas de criação de galinhas e porcos. Nessa perspectiva, está desenvolvendo uma experiência destinada, principalmente, ao ensino de tecnologias agropecuárias mais adaptadas às condições socioambientais das comunidades rurais do seu entorno.

Com este projeto espera-se incrementar a alimentação dos alunos da escola, assim como promover o envolvimento dos pais e alunos na multiplicação dos conhecimentos agroecológicos nas suas respectivas comunidades. Nesse sentido, serão realizados cursos de capacitação, visita de intercâmbio, acompanhamentos aos pais e alunos e implantação de um hectare de área de produção na escola.

A iniciativa envolve 56 famílias e até o momento já aconteceram três cursos de capacitação em meio ambiente e sistema integrado de produção agroecológica, duas visitas de intercâmbio e uma feira agroecológica, realizada no município de Esperantinópolis/MA.

Principais ações

- Realização de cursos sobre meio ambiente e preservação ambiental, produção de hortaliças e frutas consorciada com coco babaçu, criação de pequenos animais e a importância dos babaçuais;
- Realização de intercâmbios temáticos em áreas de produção agroecológicas;
- Acompanhamento técnico de 20 famílias multiplicadoras do sistema integrado de produção agroecológica;
- Produção de hortaliças e frutas consorciadas com coco babaçu, feijão, macaxeira e criação de pequenos animais.

Período de realização:
30/03/2015 a 31/07/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 55.350,00
Contrapartida:
R$ 19.620,00

Municípios: Lago do Junco e Lago dos Rodrigues - MA

Associação de Jovens Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues - AJR

A AJR é uma organização social que congrega grupos de jovens de comunidades rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues/MA. A AJR iniciou sua atuação em 1998, a partir da organização de grupos de jovens ligados à igreja, como ferramenta para o desenvolvimento de atividades comunitárias. Em 2002, a associação foi formalmente constituída com os objetivos de fortalecer a representação e o empoderamento da juventude camponesa, buscando a sustentabilidade socioeconômica, política, educacional, cultural e ambiental no campo.

Microrregião: Médio Mearim

Projeto: Jovens Camponeses: Valorizando Saberes e Preservando a Floresta dos Babaçuais

Este projeto busca valorizar a cadeia produtiva do coco babaçu e gerar renda aos jovens das comunidades de Pau Santo, São Manoel, Ludovico e Centrinho do Acrísio. O foco principal é a produção de biojoias com o endocarpo do coco babaçu e sementes nativas, assim como a produção de papel reciclado com a fibra da palha do babaçu. Para isso, prevê a realização de oficinas de capacitação para a produção dos materiais e a divulgação e valorização dos produtos do babaçu, por meio da realização de desfile das biojoias na feira agroecológica da região. Até o momento o projeto conta com o envolvimento direto de 43 jovens.

Principais ações

- Construção coletiva de um plano de negócios;
- Realização de dois intercâmbios em produção de biojoias e papel reciclado;
- Realização de duas oficinas sobre produção de biojoias e duas sobre confecção de papel reciclado com uso de fibra do babaçu;
- Realização de feira com desfile de biojoias;
- Participação dos jovens nos espaços de incidência política.

Período de realização:
30/03/2015 a 31/07/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 38.228,70
Contrapartida:
R$ 11.690,00

Município: Lago do Junco e Lago dos Rodrigues - MA

Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues - AMTR

Fundada em 1989, a AMTR é uma organização comunitária criada por mulheres quebradeiras de coco babaçu, que lutam pelo reconhecimento político-social do papel delas na construção de uma sociedade baseada em relações justas de gênero e geração e pela construção de uma proposta produtiva para o extrativismo e para a agricultura familiar associada à preservação ambiental e ao mercado justo e solidário. Atualmente, a AMTR conta com 89 associadas, de quatorze comunidades rurais, e possui a fábrica do sabonete Babaçu Livre.

Para mais informações sobre a AMTR, acesse:
www.centraldocerrado.org.br/comunidades/amtr/

Microrregião: Médio Mearim

Projeto: Babaçu Livre

O projeto Babaçu Livre atua em duas linhas, a primeira é a consolidação da organização interna da fábrica de sabonete, com a realização de ajustes administrativos, técnicos e operacionais do empreendimento. A outra linha é a articulação política, mobilização e sensibilização da sociedade para a importância da proteção dos babaçuais do Médio Mearim. O projeto envolve 89 mulheres de sete comunidades rurais.

No âmbito da organização interna da fábrica, foram realizadas oficinas em fórmula química e boas práticas de produção de sabonete, que aprimoraram o conhecimento das mulheres sobre a formulação e a qualidade do produto. Foram feitas melhorias no ambiente de trabalho com a construção de um alpendre e a instalação de um telefone rural. No aspecto de formação e articulação política, foram realizados dois eventos sobre relações justas de gênero e agroecologia, o que mobilizou 121 mulheres. Por fim, a AMTR está produzindo um vídeo institucional com o objetivo de conscientizar o público mais amplo sobre a importância da preservação das matas de cocais e de sua biodiversidade.

Período de realização:
18/07/2014 a 31/07/2017
Situação do projeto:
em fase de conclusão
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 70.000,00
Contrapartida:
R$ 22.364,83

Principais ações

- Realização de três oficinas, uma sobre violência contra a mulher e abuso da criança e do adolescente; e duas sobre fórmula química e boas práticas de produção;
- Realização de seminário de gênero e agroecologia;
- Construção de um alpendre 30mx3m na fábrica de sabonetes;
- Produção de documentário institucional da AMTR;
- Melhoria na comunicação com clientes e fornecedores por meio da aquisição de um telefone rural.

Município: Amarante do Maranhão - MA

Associação Comunitária Zyha Tyw Aldeia Jussaral

A Associação Zyha Tyw é uma organização indígena do povo Guajajara sem fins lucrativos, fundada em 1995, que busca promover a melhoria da qualidade de vida dos seus associados, o desenvolvimento e a integração da comunidade, com ações nas áreas de educação, saúde, habitação, saneamento, meio ambiente, infraestrutura e agricultura.

Microrregião: Imperatriz

Projeto: Recuperação de Espécies Nativas e Nascentes do Rio Buriticupu da TI Araribóia

O projeto buscou recuperar o Rio Buriticupu, um dos principais recursos hídricos da TI Araribóia, onde se encontra a aldeia Jussaral e outro conjunto de aldeias Guajajara, por meio da produção e do plantio de espécies nativas nas áreas degradadas de suas margens e nascentes.

Assim, construíram viveiros familiares que produziram aproximadamente 5 mil mudas, realizaram coletas de sementes com orientação técnica sobre manejo das mudas e viveiros. Foram adquiridos materiais permanentes e de consumo para o funcionamento das unidades familiares e equipamentos para facilitar a gestão do projeto.

O projeto teve que sofrer alterações, pois em 2015 a TI foi alvo de incêndio criminoso que devastou roças, matou caças, queimou moradias e arrasou a maioria dos viveiros formados, além de forte estiagem de chuvas ocorrida no período. Dado o quadro de calamidade e de insegurança alimentar, o projeto prosseguiu finalizando as atividades de recuperação com o plantio das mudas que sobreviveram. Adicionalmente, envolveram a escola e iniciaram ações para produção de alimento, por meio da formação de hortas nos quintais.

Nessa etapa houve a contratação de assessoria para apoio na estruturação das hortas, aquisição de insumos e, finalmente, atividades de plantio, manejo e colheita de alimentos, que contribuíram diretamente para o enriquecendo da alimentação das famílias. Também houve fornecimento de mudas para outras aldeias e confecção de camisetas para divulgação do projeto.

Principais ações

- Recuperação de 20 hectares de áreas degradadas nas nascentes do rio Buriticupu;
- Organização das famílias envolvidas para coleta de sementes;
- Implantação de nove viveiros familiares em três aldeias;
- Realização de dois intercâmbios a atividades exitosas de produção de mudas;
- Realização de duas capacitações sobre produção de mudas em viveiro;
- Formação de hortas familiares.

Período de realização:
04/12/2013 a 01/03/2017
Situação do projeto:
em fase de conclusão
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 52.010,00
Contrapartida:
R$ 32.800,00

Município: Maranhãozinho - MA

Associação de Mulheres da Agricomel do Centro do Chicão e Povoados Circunvizinhos - Agricomel

A Agricomel é uma organização comunitária, fundada em 2005, que busca defender os interesses legítimos da comunidade; promover o congraçamento entre os/as associado/as; assim como planejar, elaborar, coordenar e desenvolver projetos sociais, de lazer, produtivos e de infraestrutura.

Microrregião: Gurupi

Projeto: Mulheres Agroecológicas

O interesse pela apicultura surgiu na comunidade Centro do Chicão, do PA Centro dos Martins Agricolândia, por meio da Comissão Pastoral da Terra, que incentivou as mulheres a iniciarem a produção apícola. Por meio do apoio do pároco local, o grupo conseguiu construir a Casa do Mel e realizar alguns cursos sobre apicultura. Com esse apoio, a associação atingiu uma produção média de 10 toneladas/ano. A produção é toda comercializada para atravessadores do Piauí e o acesso aos mercados informais (atravessadores e feiras) permitiu a consolidação da atividade na comunidade. Hoje a comunidade pretende aumentar e profissionalizar sua produção para futuramente buscar o SIE de seus produtos e, assim, atingir novos mercados.

Nesse sentido, um grupo de 24 mulheres propôs este projeto ao PPP-ECOS com a intenção de modernizar e aumentar a produção de mel. Para isso, irão adquirir novas colmeias e equipamentos, além de realizarem capacitações para aprimoramento das técnicas de manejo e reprodução de colmeias. Na primeira etapa deste projeto, elas adquiriram equipamentos de proteção individual e 120 caixas de abelhas, das quais 75% já estão povoadas.

Principais ações

- Reforma da Casa do Mel e aquisição de equipamentos;
- Aquisição e povoamento de novas colmeias;
- Realização de curso de boas práticas de manipulação de produtos apícolas.

Período de realização:
01/04/2015 a 31/07/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 73.155,00
Contrapartida:
R$ 36.850,00

Município: Cidelândia - MA

Associação de Mulheres Produtoras Rurais do Projeto de Assentamento São Jorge - Asprajorge

A Asprajorge é uma associação comunitária, fundada em 1999, que visa o progresso econômico e social do Assentamento São Jorge. Nesse sentido, atua em busca dos interesses sociais dos integrantes e da preservação do meio ambiente.

Para mais informações sobre a Asprajorge, acesse:
www.facebook.com/Asprajorge-693163094167908/

Microrregião: Imperatriz

Projeto Eco Vida Comunitária

O projeto envolveu dez famílias do Assentamento São Jorge e possibilitou experiências de intervenção produtiva comunitária, aliando o aproveitamento dos recursos naturais à recuperação de áreas degradadas e de APPs. As experiências envolveram a recuperação de áreas degradadas por meio de sistemas agroflorestais e o adensamento de APPs e da reserva legal coletiva do assentamento.
Com apoio de pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Cemeaar e APA-TO foram realizadas pesquisas e discussões sobre restauração de APPs, que consolidaram a estratégia da associação para tornar o assentamento uma referência de conservação e de uso sustentável na região. Foi realizado um seminário sobre restauração realizado, com 90 participantes.
Os beneficiários também realizaram um intercâmbio na região do Bico do Papagaio, onde foram conhecidas estratégias de conservação e produção de frutas e alimentos. Além disso, 25 pessoas foram capacitadas em sistemas agroflorestais.

Principais ações

- Recuperação e monitoramento de 10 hectares de áreas degradadas;
- Adensamento de 5 hectares de APPs com espécies frutíferas;
- Implantação de unidade de processamento de polpa de fruta no assentamento;
- Realização de intercambio;
- Realização de capacitação sobre SAFs e seminário sobre restauração de APPs.

Período de realização:
11/11/2013 a 02/06/2016
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.157,00
Contrapartida:
R$ 34.245,00

Município: Cidelândia - MA

Microrregião: Imperatriz

Projeto Eco-Vida Comunitária II

Este projeto é continuidade do realizado anteriormente, que foi bem sucedido. Nesta fase, atua com implementação de SAFs, manutenção das APPs e da estruturação da unidade produtiva de polpa de fruta.
No intuito de fortalecer as ações de comercialização, prevê-se a conclusão da unidade de beneficiamento de polpas, a implantação de um viveiro de mudas frutíferas, a ampliação de mercados acessados e a realização de capacitações sobre gestão, produção e comercialização. O projeto possui o total de 25 famílias envolvidas.
Importante destacar o apoio do STTR de Cidelândia, a assessoria da Cemeaar e da UFMA com apoio às pesquisas no assentamento.

Principais ações

- Implantação de viveiro de mudas nativas e frutíferas;
- Implantação e cercamento de dez áreas com SAFs;
- Construção de unidade de produção de polpas com equipamentos;
- Realização de quatro capacitações;
- Realização de atividades de intercâmbio.

Período de realização:
25/02/2016 a 31/08/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 89.114,00
Contrapartida:
R$ 47.360,00

Município: Amapá do Maranhão - MA

Associação dos Pequenos Produtores Familiares do Povoado Vertente - APPFPV

Constituída em 2013, a associação busca estimular o manejo sustentável das florestas do assentamento da região Turi, rumo à construção da compatibilidade entre as dimensões econômica, social, ecológica, política e cultural. Tem por objetivos fortalecer a organização econômica, social e políticas dos pequenos produtores, defender os direitos dos associados, contribuir para a organização de movimentos voltados para a preservação ambiental e buscar a realização de convênios e parcerias para o desenvolvimento de ações na comunidade.

Microrregião: Gurupi

Projeto Ecofamiliar: Famílias Ecológicas, Construção da Compatibilidade entre Produção e Meio Ambiente

O projeto busca melhorar a qualidade de vida dos produtores rurais por meio do plantio de sistemas agroflorestais, com foco em plantio e manejo do açaí (juçara) existentes. Com este projeto, a comunidade espera melhorar a qualidade de vida dos produtores rurais, a segurança alimentar e a geração de renda das famílias. Para isso, foi prevista a recuperação de 2 hectares de área degradada, utilizando o açaí como carro-chefe, a realização de visita de intercâmbio para áreas de açaizais já manejadas e a realização de um curso sobre técnicas de recuperação de áreas degradadas.

Principais ações

- Realização de curso sobre técnicas de recuperação de áreas degradadas;
- Realização de intercâmbio em outras áreas já plantadas;
- Recuperação de 2 hectares de açaizal em mutirão;
- Preparo de 20 canteiros de mudas de espécies nativas em mutirão.

Período de realização:
21/07/2016 a 31/07/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 35.000,00
Contrapartida:
R$ 11.550,00

Município: Cândido Mendes - MA

Associação dos Pequenos Produtores Rurais Quilombolas de Bom Jesus

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais Quilombolas de Bom Jesus é uma organização comunitária, fundada em 2002, que busca promover o bem-estar social e econômico dos associados, a integração na classe dos agricultores e a promoção de atividades educativas, sociais, culturais e desportivas.

Microrregião: Gurupi

Projeto: Quilombo Sustentável: Agroextrativismo Responsável e Preservação Ambiental

O projeto Quilombo Sustentável atua para intensificar e diversificar a produção de alimentos e reduzir a prática da agricultura itinerante com uso do fogo no Quilombo Bom Jesus em Cândido Mendes/MA. É realizado em parceria com o Sebrae e a Prefeitura Municipal.

Até o momento, o projeto envolveu 20 famílias, melhorando a organização comunitária do quilombo; cercou uma área de 4,5 hectares para o manejo agroecológico, onde foi implantada uma horta comunitária de dois hectares. Além disso, foram capacitadas 50 pessoas em enriquecimento de capoeiras com espécies nativas, manejo de açaizais e produção de mudas. Com essas ações, houve aumento da disponibilidade de alimentos (em quantidade e melhor qualidade) para as famílias e geração de renda com a comercialização de excedentes, o que vêm fortalecendo o grupo de mulheres em torno da iniciativa.

Principais ações

- Implantação de áreas demonstrativas de manejo de capoeiras, manejo de açaizais e horta comunitária em uma área de 4,5 hectares;
- Implantação de um viveiro de pequeno porte para a produção de mudas;
- Realização de intercâmbio em manejo de açaizais;
- Realização de cursos sobre associativismo e produção agroecológica.

Período de realização:
09/09/2014 a 20/06/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 49.706,00
Contrapartida:
R$ 16.800,00

Município: Cândido Mendes - MA

Associação dos Produtores Rurais Quilombolas de São José dos Portugueses

A Associação dos Produtores Rurais Quilombolas de São José dos Portugueses é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1997, que busca promover a articulação entre as associações e comunidades quilombolas do Povoado São José dos Portugueses e estimular o manejo sustentável de seus territórios rumo à construção da compatibilidade entre as dimensões econômica, social, ecológica, política e cultural.

Microrregião: Gurupi

Projeto: Quilombo ECO - Quilombo Ecológico, Construção da Compatibilidade do Agroextrativismo e Meio Ambiente

O Projeto Quilombo ECO foi realizado pela associação em parceria com a prefeitura municipal e o Sebrae. Atuou para melhorar a qualidade de vida, geração de renda e respeito à identidade quilombola, associado ao uso sustentável e à conservação ambiental dos 300 hectares que compõem o território. Para tanto, o projeto propiciou a construção da fábrica de polpas de frutas Ecopolpas, que envolveu diretamente 20 famílias; incentivou o incremento da produção em 20 hectares de quintais produtivos; e ampliou o conhecimento dos quilombolas sobre potencial produtivo do território e vizinhança, boas práticas de extrativismo e manejo agroflorestal para a produção de frutas; além de gestão e organização comunitária.

A associação destaca o envolvimento das famílias, com boa participação nas reuniões e grande alegria pelas conquistas obtidas. Também expressa consciência da responsabilidade do próximo desafio, que envolverá o registro no Mapa, instalação, gestão e comercialização das polpas. Para isso contam com um novo projeto do PPP-ECOS e parcerias locais.

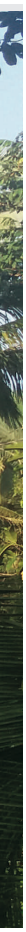
Principais ações

- Construção da fábrica Ecopolpas;
- Realização de cursos sobre manejo agroflorestal, gestão e organização comunitária;
- Realização de dois intercâmbios, em fábrica de polpas e em manejo de açaizais;
- Realização de dia de campo sobre manejo de açaizais;
- Realização de estudo sobre o potencial produtivo do território quilombola.

Período de realização:
02/09/2014 a 30/10/2016
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 19.690,00

Município: Cândido Mendes - MA

Microrregião: Gurupi



Projeto: QUILOMBOECO II - Quilombo Ecológico, Construção da Compatibilidade do Agroextrativismo e Meio Ambiente

Este projeto busca consolidar a estratégia de melhoria da qualidade de vida e geração de renda no Quilombo São José dos Portugueses, por meio da instalação e funcionamento da fábrica de polpas de frutas Ecopolpas, iniciada no projeto anterior. Nesta nova etapa, pretendem beneficiar as 183 famílias do quilombo com a comercialização das polpas e avançar na proposta de conservação ambiental por meio do manejo agroextrativista e agroflorestal dos 300 hectares do território quilombola.

Principais ações

- Instalação e funcionamento da fábrica Ecopolpas;
- Registro da fábrica no Mapa;
- Elaboração e execução do manual de boas práticas da fábrica;
- Elaboração e execução do plano de negócios da Ecopolpas;
- Formação continuada ao grupo de gestão e administração do empreendimento;
- Desenvolvimento da identidade visual e confecção dos rótulos e embalagens;
- Implementação da gestão e administração do empreendimento (com apoio do Sebrae).

Período de realização:
15/02/2016 a 30/10/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 90.000,00
Contrapartida:
R$ 41.900,00

Município: Cidelândia - MA

Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Resex Ciriaco - Atareco

A Atareco é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1995, que busca contribuir com a sociedade, melhorar a renda das famílias extrativistas da Resex Ciriaco, desenvolver o extrativismo e atender as demandas dos associados nas áreas beneficentes, assistenciais, meio ambiente, cultural e direitos humanos.

Para mais informações sobre a Atareco, acesse:
http://resexciriaco.eco.br/

Microrregião: Imperatriz

Projeto Produtivo para Produção de Óleo de Amêndoa de Babaçu da Resex Ciriaco

O projeto proposto pela Atareco buscou gerar renda para um total de 50 famílias a partir da produção e da comercialização de óleo de amêndoa de babaçu. Para isso, a unidade de produção do óleo foi equipada, o sistema de transporte foi aprimorado, um mapeamento foi feito em cinco comunidades para fornecimento do coco e foram identificados compradores do óleo. Além das atividades previstas, a associação elaborou e mantém uma página na internet para divulgação de ações e produtos. Importante destacar a atuação do escritório do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em Imperatriz/MA, o qual realizou todas as atividades em parceria com a associação, oferecendo, ainda, o suporte necessário para a gestão administrativa e financeira do projeto.

Período de realização:
14/11/2013 a 01/10/2015
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 58.400,00
Contrapartida:
R$ 47.108,00

Principais ações

- Mapeamento para fornecimento de babaçu em comunidades locais;
- Pesquisa de mercado para identificação de compradores de óleo de babaçu;
- Aquisição de veículo para transporte da produção;
- Estruturação da unidade de beneficiamento de óleo de babaçu;
- Realização de capacitação sobre extração de óleo de babaçu;
- Manejo sustentável de 100 hectares de área.

Município: Centro Novo do Maranhão - MA

Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar Rural de Centro Novo do Maranhão - ATTRAF

Fundada em 1995, a ATTRAF tem por finalidade promover a defesa dos legítimos interesses da comunidade, seja em nível social, educacional, cultural, produtivo e de lazer, assim como incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar no âmbito do território do município de Centro Novo do Maranhão.

Microrregião: Gurupi

Projeto: Agricultura Familiar Agroecólogica em Centro Novo do Maranhão

O projeto envolve um grupo de dez mulheres da ATTRAF que realizavam a venda de polpas de frutas para o PNAE de Centro Novo do Maranhão, mas que tiveram seu fornecimento interrompido por falta de registro da produção. Para superar esse problema, a ATTRAF propôs o projeto de construção de uma agroindústria, buscando atender as normas sanitárias do Mapa. Em 2015, após participação na oficina Agroindústria Comunitária de Polpa de Frutas: Acesso aos Mercados Formais promovida pelo ISPN, em Carolina/MA, perceberam o cenário exigente do mercado de polpas de frutas.
Assim, o grupo reorientou o projeto para a construção de uma cozinha comunitária, cujos objetivos são fortalecer o grupo de mulheres e criar um espaço para formação, produção e comercialização. A construção está sendo finalizada e, depois de concluída, será realizado o curso de boas práticas de fabricação de alimentos. O projeto contribuiu para o fortalecimento do grupo, que vem buscando alternativas de comercialização da produção como, por exemplo, a feira semanal da agricultura familiar no município.

Principais ações

- Construção e estruturação de uma cozinha comunitária para o beneficiamento artesanal de frutas e outros produtos da agricultura familiar;
- Realização de curso de boas práticas de fabricação de alimentos;
- Realização de visita de intercâmbio às experiências de cozinhas comunitárias quilombolas no município de Itapecuru Mirim/MA.

Período de realização:
17/06/2015 a 01/06/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 90.000,00
Contrapartida:
R$ 31.000,00

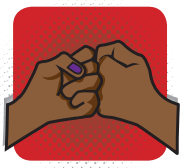
Município: Zé Doca - MA

Associação dos Trabalhadores Rurais da Vila Boa Esperança - ATRVBE

A ATRVBE foi fundada em 2001 para representar as 83 famílias moradoras da Vila Boa Esperança, do Projeto de Assentamento Belém, com o propósito inicial de organizar o grupo de assentados. É uma organização que busca promover o desenvolvimento e a melhoria do convívio comunitário; proporcionar atividades que envolvam educação, cultura, esporte, lazer, defesa da saúde pública e da assistência médica e social aos sócios e dependentes, e elaborar e executar projetos no âmbito da agricultura familiar.

Microrregião: Pindaré

Projeto: Estrutura Simplificada para Comercialização, Beneficiamento e Aproveitamento de Frutas



O projeto envolve 83 famílias e tem por objetivo instalar uma unidade simplificada de comercialização e beneficiamento de frutas na comunidade de Vila Boa Esperança, em Zé Doca/MA. A proposta foi elaborada para enfrentar o problema da interrupção da comercialização de polpas de frutas da associação para o PAA. Entre 2007 e 2012, a ATRVBE executou contratos de comercialização de produtos da agricultura familiar que somaram R$956.800,00, sendo a maior parte desse valor proveniente da venda de polpa. A partir de 2013, com a exigência de registro das polpas e do empreendimento no Mapa, essa comercialização foi interrompida. Assim, as polpas, até então produzidas de forma individual e artesanal, precisariam ser processadas em uma agroindústria.

Em face desse problema, em 2014, a associação aprovou um projeto no edital do BNDES/Conab no qual foram adquiridos equipamentos para a agroindústria. Sem um espaço adequado para a instalação dos equipamentos, este projeto foi proposto ao PPP-ECOS.

No momento, a unidade de beneficiamento de polpa de frutas está em construção e, quando finalizada, serão realizados cursos sobre fruticultura, gestão e boas práticas de produção, como também a divulgação do empreendimento. Paralelo à construção da agroindústria, os sócios são estimulados a plantar espécies frutíferas, enriquecendo seus quintais e roçados. Por meio da agroindústria, a ATRVBE pretende diversificar as alternativas de produção, aproveitar o potencial de frutas da região e aumentar a fruticultura no assentamento.

Principais ações

- Construção de unidade simplificada de beneficiamento de polpas, adequada às normas sanitárias;
- Realização de cinco cursos sobre Gestão de Agroindústria e Boas Práticas de Fabricação de Alimentos;
- Realização de intercâmbio em Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Uraim (Cooperuraim), em Paragominas/PA;
- Divulgação do empreendimento por meio de panfletos e rádios locais.

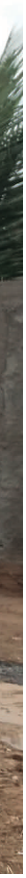
Período de realização:
13/04/2015 a 31/07/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 89.610,00
Contrapartida:
R$ 58.188,00

Municípios: Davinópolis, Imperatriz e Senador La Rocque - MA

Associação dos/as Trabalhadores da Reserva Extrativista de Mata Grande - Atramag

A Atramag é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 2002, que visa conservar os recursos naturais da Reserva Extrativista (Resex) de Mata Grande para garantir à população local a exploração sustentável dos recursos naturais e promover a participação dos trabalhadores.

Microrregião: Imperatriz



Projeto: Babaçu Gerando Vidas

O projeto Babaçu gerando vidas busca criar alternativas de renda para as famílias que vivem no entorno da Reserva Extrativista de Mata Grande, por meio da construção e adequação de um galpão para produção de óleo de babaçu; fortalecimento da rede de parceiros locais para comercialização dos produtos e realização de atividades de educação ambiental nas escolas da Resex e entorno. Com isso, pretende diminuir a pressão na área da reserva e ampliar o uso das potencialidades econômicas e ambientais.

Para o desenvolvimento das ações, tem sido fundamental a parceria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, unidade de Imperatriz/MA. Também recebem apoio e assessoria da Cemeaar.

Principais ações

- Reforma e estruturação do galpão para produção de óleo;
- Desenvolvimento e aquisição de embalagens;
- Realização de capacitação em Boas Práticas de Fabricação (BPF);
- Realização de oficina de formação de professores em educação ambiental;
- Realização de seis palestras sobre educação ambiental, em seis escolas no entorno da Resex;
- Realização de seminários sobre acesso ao mercado institucional público e sobre a situação fundiária das Resex Mata Grande e Extremo Norte;
- Realização de uma pesquisa de mercado para o óleo;
- Produção de material informativo do projeto e de educação ambiental.

Período de realização:
13/06/2016 a 31/07/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.724,00
Contrapartida:
R$ 55.310,00

Município: Bom Jardim – MA

Associação Indígena Comunitária Maynumy - Aicom

A Aicom é uma associação indígena, fundada em 2002, que busca fortalecer as ações conjuntas entre os Guajajara, promover a articulação dos povos indígenas com outras organizações, desenvolver trabalhos de fiscalização e proteção da Terra Indígena Pindaré e realizar atividades de uso sustentável dos recursos naturais.

Microrregião: Pindaré

Projeto: Capoeira Sustentável - Inovação e Tradição nas Roças Guajajara (Kukwer Ikàgaw Wanekohaw Pyahu Guajajara Wá)

Em realização na TI Pindaré, aldeia Januária, a iniciativa busca ampliar o plantio, a produção e o potencial econômico da mandioca, alimento central na dieta e economia dos Guajajara. Também visa à recuperação de uma área degradada na aldeia que, no passado, foi danificada por tecnologias bastante agressoras ao solo e ao meio ambiente.

Com a participação de 20 famílias, o projeto tem conseguido executar suas ações com sucesso, sobretudo pela atuação de sua coordenação e pela organização dos trabalhos em mutirões para formação e manejo de duas áreas coletivas de plantio. A primeira área é uma roça, que resgata o saber tradicional dos mais velhos, no manejo e consórcio da mandioca com outras espécies. A segunda recupera uma extensão de capoeira bastante degradada, com manejos agroecológicos, consorciando mandioca e leguminosas. A recuperação de uma nascente nas imediações da área de capoeira foi incluída no projeto, o que tem animado muito os indígenas. O projeto vem dando assistência técnica, remunerando os trabalhos dos indígenas nas roças, e prevê a realização de oficinas e cursos sobre SAFs e outras formas de cultivo sutentáveis, e também um intercâmbio em iniciativa exitosa. Outro ponto importante é o aprendizado que a associação tem tido com a gestão do projeto.

Principais ações

- Formação de duas áreas de plantios consorciadas à mandioca;
- Recuperação de 15 hectares de áreas degradadas consorciando mandioca em aléias e frutíferas;
- Recuperação de uma nascente;
- Realização de intercâmbio em experiência exitosa;
- Realização de cursos sobre os temas: cultivo de mandioca, controle alternativo de pragas e doenças, beneficiamento da farinha, e comercialização da mandioca e seus subprodutos;
- Assistência técnica.

Período de realização:
04/03/2016 a 31/10/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS
R$ 57.504,00
Contrapartida:
R$ 24.500,00

Município: Bom Jardim - MA

Associação Indígena Comunitária Wirazu

Fundada em 2004, a Associação Indígena Comunitária Wirazu busca fortalecer a união, a organização e as ações conjuntas entre os Guajajara da aldeia Maçaranduba, localizada na Terra Indígena Caru. Presta solidariedade a outros povos indígenas e se articula com outras organizações, desenvolve trabalhos de fiscalização e proteção da Terra Indígena Carú e realiza atividades de uso racional dos recursos naturais.

Microrregião: Pindaré

Projeto: Sustentabilidade e potencialidade na produção de farinha

Esta iniciativa tem o desafio de ajudar a recuperar o potencial produtivo da mandioca na aldeia Maçaranduba, alimento tradicional e importantíssimo na dieta do povo Guajajara, mas cuja produção perdeu força nos últimos anos e não tem conseguido responder à demanda da comunidade. Dessa forma, o projeto apoia a realização de um plantio coletivo (consorciando mandioca e área de capoeiras), a recuperação de áreas degradadas, e a melhoria de sua estrutura, e compra de equipamentos para a Casa de Farinha já existente na aldeia.

O projeto envolve 30 famílias e prevê a realização de intercâmbio em comunidades produtoras de farinha, além de capacitações sobre diversos temas, como uso sustentável da manipueira e da casca da mandioca, SAFs e qualidade da produção de farinha. O projeto superou a falta de manivas e sementes da mandioca com doações de outras comunidades que ainda as mantinham.

Principais ações

- Realização de mutirões para plantio coletivo de mandioca;
- Capacitação e formação voltadas à melhoria do beneficiamento da farinha e da produção da mandioca de maneira sustentável;
- Ampliação e estruturação da Casa de Farinha existente na aldeia Maçaranduba;
- Plantio de 14 hectares de mandioca em sistema de aleias.

Período de realização:
04/03/2016 a 31/10/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 87.517,00
Contrapartida:
R$ 30.267,00

Município: Amarante do Maranhão - MA

Associação Wyty-Catë das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins

A Associação Wyty-Catë é uma organização indígena sem fins lucrativos fundada em 1998 para defender os interesses dos Povos Timbira. Para isso, busca garantir a integridade cultural das comunidades; defender as terras ocupadas pelos seus povos; promover seu fortalecimento econômico e social, dentre outros.

Para mais informações, acesse:
www.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-Wyty-Cat%C3%AB-1435579929997819/

Microrregião: Imperatriz

Projeto: Implantação de Unidade de Conservação e Uso da Agrobiodiversidade do Povo Gavião

O projeto proposto pela Associação Wyty-Catë conta com a participação de 50 famílias indígenas da Aldeia Governador, na Terra Indígena de mesmo nome. Por meio da construção de um viveiro central e formação de dezessete viveiros simplificados familiares, busca viabilizar o resgate de espécies importantes para a agrobiodiversidade tradicional do Povo Gavião. Além disso, a iniciativa promoveu a qualificação dos envolvidos por meio de capacitações sobre gestão e funcionamento de viveiros, produção de mudas, coleta e armazenamento de sementes; realizou dois intercâmbios a experiências exitosas na região; mutirões; ofereceu orientação técnica sobre estruturação e funcionamento de viveiros. Assim, a iniciativa vem colaborando para o resgate de espécies alimentícias, medicinais e arbóreas, apoiando estratégias de segurança alimentar e de recuperação e recomposição de áreas degradadas.

Principais ações

- Construção de um viveiro central para a produção de mudas;
- Formação de dezessete viveiros simplificados familiares;
- Produção de mudas e manejo de dezessete quintais familiares;
- Realização de duas visitas de intercâmbio;
- Quatro capacitações realizadas, envolvendo 96 participantes.

Período de realização:
02/10/2013 a 01/03/2017
Situação do projeto:
em fase de conclusão
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 52.000,00
Contrapartida:
R$ 75.401,16

Municípios: Amarante do Maranhão, Buritirana, Imperatriz, João Lisboa, Senador La Rocque - MA

Centro Maranhense de Estudos Socioambiental e Assessoria Rural – Cemeaar

O Cemeaar é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 2007, que busca prestar assessoria técnica aos agricultores familiares, promover sua formação política e a capacitação técnica, incubar empreendimentos comunitários da agricultura familiar, propor e desenvolver processos de educação ambiental, de desenvolvimento sustentável e de geração de trabalho e renda.

O projeto é realizado em parceria com a Casa Familiar Rural – CRF de Amarante, que utiliza o princípio da alternância para formar jovens filhos de agricultores familiares. A CFR de Amarante está localizada no Centro de Estudos do Trabalhador Rural, no município de João Lisboa/MA. O objetivo da escola é estabelecer uma relação técnica, ética e produtiva entre monitores, alunos e pais, que também são atores no processo de formação.

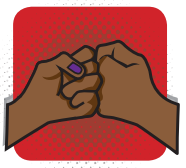
Microrregião: Imperatriz

Projeto: Protagonismo Juvenil e Sustentabilidade Socioambiental no Campo

Este projeto busca melhorar estruturas necessárias para a qualificação técnica dos jovens agricultores familiares atendidos pela CFR de Amarante do Maranhão, bem como promover seu protagonismo no desenvolvimento de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável e solidário, em suas comunidades de origem. Para isso, realizam uma série de ações educativas na escola e, posteriormente, as praticam no ambiente familiar, com apoio dos monitores. Durante o período letivo, foram realizadas ações de adensamento com plantas nativas em áreas degradadas, produção de 30 mil mudas e apicultura. Além disso, o projeto envolve os jovens na coleta, seleção e beneficiamento de frutas nativas da região para a produção de polpa de frutas.

Principais ações

- Realização de curso em pedagogia da alternância;
- Levantamento de espécies vegetais existentes na área da CFR;
- Estruturação da CFR com equipamentos para o beneficiamento de frutas;
- Instalação de “viveiro laboratório” na área de aprendizagem prática da CFR;
- Produção de 30 mil mudas no “viveiro laboratório”;
- nstalação e estruturação de “apiário laboratório”



Período de realização:
18/05/2015 a 31/12/2016
Situação do projeto:
em fase de conclusão
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.410,00
Contrapartida:
R$ 48.760,00

Município: Santa Inês, Santa Luzia e Zé Doca - MA

Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Estado do Maranhão – CMTR-MA

O CMTR-MA é uma associação comunitária sem fins lucrativos, fundada em 1993, que busca promover e articular as mulheres trabalhadoras rurais de todo o estado do Maranhão, em vista de sua organização política, social, econômica e cultural.

Para mais informações sobre a CMTR, acesse:
www.facebook.com/cmtr.ma

Microrregião: Pindaré

Projeto: Fortalecendo Experiências Econômicas das Trabalhadoras Rurais para o Uso Sustentável da Floresta, Agregando Valor aos Produtos Agroflorestais

O projeto contou com a participação de 70 famílias e envolveu cinco organizações comunitárias de Santa Inês, Santa Luzia e Zé Doca, MA. Buscou fortalecer experiências econômicas protagonizadas por mulheres para o uso sustentável da floresta, a partir da agregação de valor e da comercialização de produtos agroflorestais. Para isso, realizou uma série de capacitações, um intercâmbio no município de Xambioá/TO e diversas atividades para divulgação dos produtos.

Foram realizadas ações não previstas no projeto. Dentre elas, destaca-se que a associação promoveu a discussão e promulgação da Lei Municipal do Babaçu Livre no município de Peritoró/MA, em 8 de março de 2016.

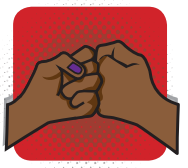
O CMTR também realiza diversas atividades com grupos de mulheres jovens e adolescentes para elevar sua autoestima e lutar por seus direitos. Cabe ressaltar a participação dos beneficiários em conselhos municipais e estadual nas áreas de segurança alimentar, desenvolvimento rural sustentável e mulher.

O CMTR tem articulações com a Rede de Produtoras Rurais do Nordeste, Rede Latino Americana e do Caribe de Mulheres Trabalhadoras Rurais (RLAC), Rede Amiga da Mulher, Articulação de Documentação da Trabalhadora Rural Nacional, Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF) e Rede Estadual de Economia Solidária.

Período de realização:
14/11/2013 a 30/04/2016
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.160,00
Contrapartida:
R$ 19.250,00

Principais ações

- Realização de quinze oficinas temáticas sobre manejo florestal, artesanato e aproveitamento de frutas, com a participação de 125 pessoas;
- Realização de reuniões com órgãos governamentais para discutir o mercado e a qualidade da produção;
- Realização de intercâmbio para melhorar o artesanato de palha de babaçu, em Xambioá/TO;
- Divulgação de produtos em blog e confecção de banner;
- Realização de reuniões, que resultaram na promulgação da Lei municipal do babaçu Livre em Peritoró/MA.



Município: Cidelândia - MA

Grupo de Mulheres da Galileia

O Grupo de Mulheres é uma associação comunitária sem fins lucrativos, fundada em 1999, que busca melhorias na qualidade de vida das mulheres da Comunidade Galileia. Para isso, promove a organização e a participação conjunta das mulheres no processo social e econômico local; a inserção de crianças e adolescentes no projeto político educacional; o fortalecimento dos mecanismos de gestão de projeto político para a agricultura familiar e para o meio ambiente; e a assistência social à comunidade.

Microrregião: Imperatriz

Projeto: Pomares Sustentáveis de Galileia Promovendo a Diversificação da Produção e Melhoria da Qualidade de Vida na Agricultura Familiar

O projeto busca transformar as áreas da comunidade em unidades de referência para a conservação e a produção diversificada. A comunidade já recebeu recursos do Programa Projetos Demonstrativos (PDA) do MMA, do PPP-ECOS (em outro edital) e da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar, todos relacionados à melhoria e à diversificação do sistema de produção, com a implantação de SAFs e construção de uma agroindústria para processamento de frutas.
Visando dar continuidade aos investimentos já realizados, este projeto irá adaptar e equipar a agroindústria, além de realizar uma série de cursos sobre gestão da propriedade e produção, leite e derivados, produção de doces e conservas de vegetais, enxertia de mudas e gestão financeira para entidades comunitárias de base familiar.

Período de realização:
15/09/2014 a 30/06/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 89.550,00
Contrapartida:
R$ 84.000,00

Principais ações

- Manejo de 10 hectares de pomares para abastecimento da agroindústria e soberania alimentar;
- Aquisição de equipamentos para a agroindústria;
- Realização de intercâmbios ao PA Taboleirão I e ao PA São Jorge;
- Realização de capacitações;
- Recuperação de 7 hectares de áreas degradadas.

PPP-ECOS na Amazônia – Mato Grosso

Isabella Fagundes Braga Ferreira e Silvana Bastos

O modelo de desenvolvimento predominante em Mato Grosso caracteriza-se pela agroindustrialização e produção em larga escala de *commodities* para exportação, incluindo grandes empreendimentos de mineração, hidrelétricas, agropecuária, e outros de grande impacto socioambiental. O estado, inclusive, vem se destacando nas últimas décadas por apresentar uma das maiores taxas de desmatamento do país. Nesse contexto, os projetos apoiados pelo PPP-ECOS atuam para promover a manutenção da floresta em pé, a redução do desmatamento, a melhoria da qualidade de vida e a geração de renda de agricultores familiares e de povos e comunidades tradicionais, invisibilizados por esse modelo.

O PPP-ECOS na Amazônia apoia 38 projetos no estado de Mato Grosso, distribuídos em 30 municípios, beneficiando 35 organizações de base comunitária de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, entre outros. A seguir, destacamos as principais características de nossos projetos, seus desafios, sinergias e contribuições no contexto desses territórios de atuação do ISPN.

No nordeste mato-grossense, no Território Xingu-Araguaia, mais especificamente nas microrregiões do Norte Araguaia e Canarana, os nove projetos apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia corroboram com a estratégia da Articulação Xingu Araguaia[8] de gerar referências concretas de boas práticas de gestão territorial e de produção e geração de renda para as famílias de assentamentos rurais, povos indígenas e comunidades tradicionais da região. Dessa forma, influi diretamente na prevenção e no combate a incêndios florestais – um dos grandes problemas da região –, além de mostrar à sociedade, inclusive gestores públicos, exemplos de conservação ambiental por meio do uso sustentável e de inclusão sócio-produtiva.

De forma geral, destacam-se nas iniciativas o envolvimento de jovens e mulheres e a mobilização social em torno do plantio e monitoramento de áreas de restauração ambiental, da implantação de sistemas agroflorestais, do manejo agroecológico de pastagens, e da gestão ambiental e territorial em Terras Indígenas (Parque Indígena do Xingu – PIX e TI Panará). Os projetos indígenas contemplam o resgate de espécies da agrobiodiversidade e de seu manejo tradicional; a valorização do extrativismo e profissionalização da apicultura no Xingu, com adesão ao Sistema Participativo de Certificação de produção orgânica.

Na mesorregião norte mato-grossense, os oito projetos apoiados na microrregião de Aripuanã, no noroeste do estado, colaboram com o desafio de manter em pé o maior maciço florestal do estado e todos os seus serviços ecossistêmicos associados, a partir de práticas sustentáveis de manejo e uso dos ativos florestais, abundantes na região. Atuam para unir as dimensões social, ambiental e econômica da sustentabilidade, mas

8 Mais informação em <axa.org.br>, acesso em 02 mar 2017.

aqui destacamos os aspectos econômicos desenvolvidos pelos projetos. Todos os projetos buscam gerar renda, em diferentes graus de implantação e maturidade das organizações. Destaca-se nas iniciativas o protagonismo das mulheres na busca de autonomia financeira. Nessa região damos destaque aos projetos realizados pela Aderjur e pela Amca no município de Juruena.

Ainda no norte mato-grossense os projetos realizados no território do Portal da Amazônia abarcam as microrregiões de Alta Floresta, Colíder e Sinop e Arinos. Os projetos se desenvolvem em um cenário conhecido pela violência contra os povos indígenas no momento inicial do povoamento da região, e pelo uso predatório contínuo da floresta ao longo dos últimos 40 anos, o que a converteu em enormes áreas de pastagens e agricultáveis. Adicionalmente, há o impacto da instalação de inúmeros núcleos de garimpos também nesses anos. Este cenário foi palco, sobretudo, da vinda de inúmeras famílias em busca de melhores condições, a partir dos anos 70 e 80, resultado de ações da reforma agrária e da abertura da BR-163, que conecta essa região ao Pará e ao maciço norte da floresta amazônica. Esses assentados semeiam hoje novos caminhos para o desenvolvimento sustentável da região, e é nesse sentido que florescem os 15 projetos apoiados pelo PPP-ECOS na Amazônia no território.

Pode-se dizer que os projetos são, antes de tudo, resultado de uma longa jornada de luta e de resistência do movimento social de agricultores familiares, em parceria com a Igreja e, nas últimas décadas, com movimentos socioambientais da região. Portanto, os projetos do PPP-ECOS se somam a uma rede com histórico de atuação de diversos atores e que ainda hoje está bastante ativa e dinâmica. Os pequenos projetos ecossociais espelham, assim, os princípios dessa luta coletiva, alicerçados na conquista de direitos fundamentais aos pequenos agricultores, como direito a terra, infraestruturas básicas, educação diferenciada para o público rural, crédito rural, Ater, entre outros.

Os projetos apoiados na região firmam-se no desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis, com especial enfoque na absorção de novas tecnologias, na melhoria da qualidade de vida e na geração de renda. Particularmente, na promoção do uso de sistemas agroflorestais, com os chamados quintais agroflorestais, desenvolvidos pelas organizações Aamaa, Aman e Associação de Teles Pires. Por outro lado, temos áreas em consolidação ou já consolidadas de SAFs que visam à geração de renda por meio do incremento do beneficiamento dos produtos oriundos dessas áreas, que vem se dando pela implantação e estruturação de espaços com este fim e, ao mesmo tempo, o enfrentamento dos desafios da regularização ambiental e sanitária. Iniciativas exemplares nesse sentido são: a ACRMS com a implantanção e estruturação de sua cozinha de beneficiamento de polpa de frutas; a Acranm, com introdução de apiários nos SAFs e a implantação de estrutura para beneficiamento de mel; a AAFPA com a reforma de cozinha pra beneficiamento de pequi; e a Agripac, Santa Fé e Aamaterra com a estruturação de espaços para beneficiamento de hortifrutigranjeiros.

Os projetos apoiam, também, o fortalecimento da comercialização, favorecendo o acesso a feiras, a mercados institucionais e iniciativas de rede de comercialização, cujas ações desenvolvidas pela Associação Assentamento Santo Expedito e pelo IOV (com o Sistema de Comercialização Solidária e com a iniciativa em parceria com o grupo Mulheres de Fibra) são bons exemplos.

Em comum, todos os projetos oferecem assistência técnica qualificada aos beneficiários e realizam capacitações para difundir práticas agroecológicas. Na maioria das organizações, a oportunidade de aprender ao gerir os projetos vem gerando grandes benefícios para o fortalecimento institucional delas.

Um marco da região é o sentimento de pertencimento da maioria desses projetos à rede de iniciativas e lutas, que os vincula a lutas maiores, como a luta pelo acesso às políticas públicas de fomento e de aquisição de alimentos pelo PAA e PNAE, que vem se dando com insistência na conquista de espaços nas estruturas municipais de poder. Além disso, algumas iniciativas fortalecem o protagonismo singular das mulheres da região, como os projetos da Acranm, da AAFPA, da Aamaterra, da Associação de Pequenos Produtores da Comunidade de Santa Fé e do IOV (especificamente o projeto em parceria com o grupo Mulheres de Fibra).

O Projeto Cumaru, na TI Menkragnoti, expressa também outra dinâmica peculiar deste norte mato-grossense. Suas terras, às margens esquerda do rio Xingu, no nordeste mato-grossensse, adentram grandes porções a oeste, próximas à BR-163, onde os Kayapó continuam a circular e se fazer presentes em região historicamente ocupada por eles, nas imediações de Colíder e Peixoto de Azevedo. Por isso, suas base políticas e institucionais estão nessas cidades. O circuito de produção e beneficiamento do Cumaru, carro-chefe de seu projeto, espelha essa dinâmica. O cumaru é extraído e pré-beneficiado em aldeia situada às margens do Xingu, e beneficiado e comercializado em Colíder/MT, na sede do Instituto Raoni. Além disso, no lado do Xingu, os Kayapó vem se articulando às frentes que lutam pela conservação do rio, como a iniciativa Xingu Mais.

Já a região do sudoeste mato-grossense, onde foram apoiados projetos nas microrregiões do Alto Guaporé e Jauru, destaca-se por ser uma região de "encontro" dos biomas Amazônia, Pantanal e Cerrado. Portanto, valorizar, usar e manter a megabiodiversidade decorrente desse encontro é um grande desafio enfrentado por uma rede regional, composta por organizações como a FASE/MT[9], CTA e outras.

Os projetos do PPP-ECOS na Amazônia fortalecem a estratégia regional de desenvolvimento do agroextrativismo e da agroecologia, atuando diretamente no manejo extrativista da biodiversidade, que inclui a agroindustrialização e comercialização de espécies como cupuaçu, cajá, araçá, babaçu, pequi, baru e muitas outras. Investem, também, na produção diversificada, por meio de sistemas agroflorestais e roças agroecológicas, resultando em grande oferta de alimentos saudáveis para o abastecimento regional, que inclui feiras, pequenos varejistas e mercado institucional.

Além disso, os projetos atuam no desenvolvimento de capacidades e competências nas áreas de gestão e boas práticas agroecológicas, contribuindo, assim, com elementos- chave para o fortalecimento da organização social e das condições necessárias para influenciarem políticas públicas socioambientais.

9 Regional de Mato Grosso da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

Município: Terra Nova do Norte – MT

Associação Amigos de Terra Nova - Aamarterra

Fundada em 2009, a Aamarterra atua para promover o desenvolvimento humano no município, estimulando a preservação e o desenvolvimento sustentável e integrado do meio ambiente, dos recursos naturais e hídricos, criando instrumentos que viabilizem a melhoria e a qualidade de vida na região. Neste projeto, a Aamarterra é parceira da Associação de Mulheres Unidas dentro da Agricultura Rural (Amudar), um grupo de mulheres da Comunidade São Pedro que busca viabilizar seus sonhos de melhoria de vida.

Para mais informações sobre a associação, acesse:
www.facebook.com/pg/Aamarterra-1650816638579720/about/?ref=page_internal

Microrregião: Colíder

Projeto de Apoio ao Beneficiamento e à Comercialização de Produtos Oriundos da Agricultura Familiar

Com este projeto, as mulheres da Comunidade São Pedro buscam valorizar a produção, comercialização e o beneficiamento de hortifrutigranjeiros, alimentos produzidos e manejados na comunidade, fortalecendo a geração de renda e o protagonismo do grupo. Para tanto, o projeto consiste em reformar o espaço de produção e beneficiamento, realizar capacitações e intercâmbios em experiências de referência, divulgar suas ações (em rádio e feira cultural), produzir material audiovisual e de rótulos e embalagens, buscando melhorar a interação com os consumidores.

O projeto conta com a participação de dezoito mulheres. A oportunidade de realizá-lo vem aumentando autoestima do grupo, e, em especial, capacitando-o em boas práticas de gestão de projetos. Outra importante conquista foi a doação do prédio abandonado pela prefeitura na região do assentamento, o qual será reformado.

Período de realização:
13/04/2016 a 31/10/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.405,00
Contrapartida:
R$ 21.205,00

Principais ações

- Reforma de unidade produtiva visando ao beneficiamento e à comercialização;
- Realização de capacitações em gestão democrática e aproveitamento de verduras e legumes;
- Realização de intercâmbio em cozinha de processamento de hortifruti;
- Elaboração de rótulos e embalagens;
- Divulgação do projeto em entrevista na rádio comunitária e no Facebook;
- Participação em feira cultural.

Município: Alta Floresta – MT

Associação Amigos do Vale do Rio Teles Pires

Constituída em 2007, a Associação Amigos do Vale do Rio Teles Pires tem por finalidade promover a gestão das águas em todas as suas expressões: mananciais, bacias, nascentes, córregos, lagos, riachos, igapós, igarapés, entre outras, apoiando e desenvolvendo ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente.

Microrregião: Alta Floresta

Projeto: Hortas Agroecológicas, da Produção à Organização Social

O projeto busca promover a conservação e o manejo sustentável dos recursos naturais da comunidade de N. S. do Guadalupe, localizada na bacia hidrográfica do Rio Teles Pires, por meio do fortalecimento da produção agroecológica, com foco na horticultura e meliponicultura, na valorização da floresta em pé, baseando-se em princípios sistêmicos entre as propriedades produtivas e seus territórios. A formalização da associação e seu fortalecimento institucional são, também, objetivos importantes a serem alcançados com a iniciativa.

O projeto envolve treze famílias e utiliza uma área de 10 hectares. Para o fortalecimento da horticultura e da meliponicultura, foram previstas a ampliação das áreas de produção hortícola com a aquisição de sementes orgânicas e a compra de equipamentos; a realização de capacitações em produção agroecológica; a aquisição e instalação de tecnologias de irrigação de baixo custo; e a compra e instalação de caixas de abelha. Para o fortalecimento institucional da organização, considerou-se a capacitação em gestão e organização comunitária e a elaboração de material de divulgação para comercialização.

No transcorrer de sua execução, a iniciativa vem se tornando referência no manejo e na produção agroecológicas na região e sendo visitado por outros grupos de agricultores familiares, estudantes da região de Alta Floresta, entre outros.

Principais ações

- Formação e ampliação da horticultura, com a introdução da meliponicultura, em base agroecológicas, em 10 hectares;
- Instalação de 30 caixas de abelhas;
- Elaboração de material de comunicação da associação e divulgação do projeto nos veículos de comunicação local (rádio, sites de parceiros);
- Formalização da associação de produtores agroecológicos;
- Realização de capacitações em produção agroecológica e em gestão e organização comunitária para comercialização;
- Inserção em rede de parceiros que promovem alternativas econômicas na região.

Período de realização:
15/02/2016 a 31/10/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 33.170,00

Município: Nova Canaã do Norte - MT

Associação Assentamento Santo Expedito II

A Associação Assentamento Santo Expedito II é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 2007, que busca congregar e capacitar pessoas que apoiam e/ou participam diretamente da produção orgânica de alimentos e promover o desenvolvimento da agricultura orgânica e biodinâmica em pequenas propriedades em Nova Canaã do Norte. A organização atua também na divulgação da agricultura orgânica e biodinâmica e na promoção de canais de comercialização que aproximem cada vez mais o consumidor das famílias produtoras.

Microrregião: Colíder

Projeto: Central de Apoio ao Armazenamento e à Comercialização da Agricultura Familiar

O projeto busca melhorar as condições de vida de pequenos agricultores rurais, promovendo a produção agroecológica em uma área aproximada de 40 hectares e possibilitando o acesso de seus produtores a mercados municipais, regionais, institucionais e solidários da região de Nova Canãa do Norte. Com cerca de 40 famílias, o projeto irá estruturar um espaço para armazenamento de produtos e promover a sua comercialização.

Com outros agricultores e parceiros, o projeto conquistou a cessão de uso, por parte da câmara municipal e da prefeitura, de um pavilhão, antigo espaço de feira municipal que estava subaproveitado. Assim, as atividades do projeto envolvem reforma e estruturação desse pavilhão, com a instalação de uma câmara fria (entre outros equipamentos) e a construção de um escritório da Associação; realização de capacitações e de intercâmbio em experiência exitosa; execução de plano de negócios; elaboração de rótulos; realização de ações de divulgação.

Principais ações

- Estruturação de espaço de comercialização da agricultura familiar;
- Elaboração e execução de plano de negócio;
- Elaboração de embalagens e rótulos;
- Realização de capacitação sobre viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos associativos e em economia solidária e acesso a mercados;
- Realização de Intercâmbio para a troca de experiências em unidade de comercialização solidária e gestão compartilhada.

Período de realização:
04/03/2016 a 31/10/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.992,25
Contrapartida:
R$ 33.638,20

Município: Nova Guarita - MT

Associação Comunitária Regional de Agricultores do Norte de Mato Grosso - Acranm

A Acranm é uma associação comunitária sem fins lucrativos, fundada em 2008, que tem por princípios fundamentais a liberdade, a democracia, a cooperação e a ajuda mútua, respaldada por princípios que articulam cidadania e desenvolvimento sustentável. Propõe-se a defender, a congregar e a representar os direitos e os interesses de seus associados; realizar atividades relacionadas à produção, comercialização, transporte, armazenagem e industrialização da produção agropecuária de seus associados; realizar planejamento participativo das atividades de produção sustentável.

Microrregião: Arinos

Projeto: Apicultura uma Alternativa de Renda para as Mulheres

O projeto contou com o envolvimento de quatro comunidades e 20 famílias, buscando gerar alternativas de geração de renda para as mulheres da Acranm e promover a qualidade de vida e a segurança alimentar da comunidade, por meio da introdução da apicultura nos quintais e áreas de SAFs do PA Raimundo Vieira e pela produção e comercialização inicial do mel.
Foram estruturadas unidades produtivas de mel em 20 áreas (uma por família), que envolveram dezesseis mulheres diretamente. Foram feitos manejos sustentáveis em 100ha de SAFs, pastagens e pomares; realizados apoio técnico às famílias para implantação e funcionamento dos apiários; realizadas capacitações sobre princípios gerais da Apicultura, manejo das rainhas e colmeias e gestão técnica e financeira de projetos. Além disso, foram adquiridos equipamentos e insumos para a Apicultura; produzidos 731 litros de mel, dos quais parte foi consumida pelas famílias e parte foi comercializada nas feiras da agricultura familiar do município, dando início à geração de renda com a atividade.

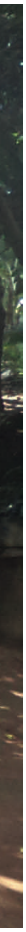
Principais ações

- Estruturação de 20 unidades produtivas de mel com equipamentos e insumos;
- Realização de intercâmbios e capacitações;
- Fortalecimento do protagonismo feminino com o envolvimento direto de dezesseis mulheres e de sua capacitação na gestão financeira e técnica de projetos;
- Manejo sustentável de 100 hectares de SAFs, pastagens e pomares.

Período de realização:
17/10/2013 a 02/03/2016
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.995,00
Contrapartida:
R$ 22.000,00

Município: Nova Guarita - MT

Microrregião: Arinos



Projeto: Fortalecimento da Apicultura como estratégia de geração de renda

Realizado pelo grupo de mulheres do PA Raimundo Vieira, este segundo projeto proposto pela ACRANM busca incrementar as atividades de apicultura desenvolvidas no projeto anterior por meio da melhoria da estruturação das unidades produtivas apícolas e do aprimoramento das áreas sob manejo sustentável (SAFs, pomares e pastagens). Assim como na primeira etapa, o projeto luta pela melhoria da qualidade de vida por meio da geração de renda das mulheres e do fortalecimento desta nova alternativa econômica.

Nesta segunda fase, o projeto apresenta resultados positivos no sentido de ampliar as comunidades e famílias envolvidas, bem como seu número de mulheres. O PPP-ECOS está apoiando a aquisição de equipamentos para o beneficiamento e armazenamento do mel, realizando melhoria da estrutura física preexistente da associação, que já foi reformada e está sendo equipada para o processamento do mel; oferecendo apoio técnico às unidades produtivas; e apoiando atividades que promovam a divulgação e a comercialização do produto na região.

Além disso, foram realizadas duas capacitações em Apicultura e um intercâmbio, para ampliar o conhecimento técnico na produção. Apesar do pouco tempo, o projeto se transformou em referência na produção de mel na região, recebendo visitas e intercâmbios.

Principais ações

- Melhoria das unidades produtivas apícolas;
- Apoio técnico às unidades produtivas de apicultores;
- Realização de duas oficinas de manejo avançado;
- Realização de intercâmbio em Porto Esperidião à projeto de Apicultura.

Realização:
15/02/2016 a 31/10/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor investido:
R$ 90.000,00
Contrapartida:
R$ 30.000,00

Município: Carlinda - MT

Associação Comunitária Rural Monte Sinai – ACRMS

A Associação Comunitária Rural Monte Sinai é uma organização comunitária sem fins lucrativos, fundada em 2005. A ACRMS busca desenvolvimento comunitário, integração e participação de seus agricultores e associados. Dentre suas finalidades, destacam-se: levantar as necessidades e aspirações da comunidade; promover a participação e a integração dos moradores com entidades locais, municipais, estaduais e federais; estimular o desenvolvimento e o espírito comunitário; lutar pela fixação do homem no campo; comercializar de forma coletiva os produtos colhidos no campo.

Para mais informações sobre a ACRMS, acesse:
www.facebook.com/acms.montesinai

Microrregião: Alta Floresta

Projeto: Fortalecimento dos Sistemas Agroflorestais como Estratégia de Geração de Renda

O projeto desenvolvido pela ACRMS buscou aumentar a renda de 12 famílias, por meio do beneficiamento da produção abundante de frutas dos sistemas agroflorestais, produzindo polpas de frutas. A associação dedicou-se a difundir essa atividade como alternativa de geração de renda e desenvolvimento sustentável aos seus associados. Além disso, iniciou a estruturação da cozinha para beneficiamento dos produtos e adquiriu equipamentos, visando atender as adequações sanitárias, e realizou capacitações e um intercâmbio em agroindústria da região.

Com a execução do projeto, a ACRMS consolidou entre seus beneficiários a atividade do beneficiamento de frutos; ampliou o mercado para a venda dos produtos gerados pela comunidade; divulgou o Projeto na região; reivindicou apoio e deu visibilidade ao projeto junto aos órgãos públicos locais; transformou sua experiência em referência para a agricultura familiar da região. Entre os desafios futuros estão adequar o empreendimento às normas sanitárias, responder ao licenciamento ambiental e melhorar a apresentação do produto.

Principais ações

- Construção e estruturação da cozinha para beneficiamento de produtos;
- Ampliação dos mercados para venda dos produtos, com acesso ao PAA e PNAE;
- Realização de cursos em temas relacionados ao beneficiamento e produção (gestão eficiente, beneficiamento de produtos, sistemas agroflorestais);
- Realização de intercâmbio;
- Manejo sustentável de 10 hectares de SAFs.

Período de realização:
09/10/2013 a 12/02/2015
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS: R$ 85.150,00
Contrapartida:
R$ 30.000,00

Microrregião: Alta Floresta

Projeto: Ampliação da Capacidade de Produção de Polpas como Estratégia para o Fortalecimento da Agricultura Familiar

Este segundo projeto da ACRMS amplia e incrementa as atividades realizadas no anterior. Nessa fase buscou-se a melhoria da cozinha de beneficiamento de polpas de frutas, a aquisição de novos equipamentos, com a compra de uma câmara fria, a realização de ações de comercialização, assim como a ampliação e a diversificação das áreas de SAFs. Também estão previstas a continuidade das capacitações por intermédio de intercâmbio e de cursos sobre beneficiamento de polpas de fruta e gestão participativa da produção e da comercialização.

O projeto também tem buscado o licenciamento ambiental e a regularização sanitária da cozinha junto aos órgãos ambientais e da agricultura do Estado e Município. A comercialização vem sendo apoiada, sobretudo, pela participação em eventos, feiras agroecológicas e da agricultura familiar da região; pela melhoria da divulgação; e pela capacidade de articulação da associação em lutar pelo acesso a políticas públicas de compra de alimentos, como a PNAE e o PAA. Assim, o ACRMS vem se consolidando como uma referência, sendo visitado por agricultores familiares, pela escola técnica da região e por alunos e professores da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

Cabe destacar que desde o primeiro projeto a ACRMS vem conseguindo influenciar o poder público municipal no sentido de acessar o PAA e PNAE, o que vem colaborando com o acesso aos programas por outras comunidades.

Principais ações

- Ampliação da comercialização, sobretudo através do PNAE, para as escolas do município, participação em feiras e eventos da agricultura familiar;
- Reforma e estruturação da cozinha de beneficiamento;
- Realização de capacitações sobre comercialização, produção e beneficiamento de produtos oriundos das agroflorestas, boas práticas de comercialização e manejo de SAFs;
- Realização dos procedimentos para licenciamento ambiental.

Período de realização:
15/02/2016 a 31/10/2017
Situação do projeto:
em fase de conclusão
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 90.000,00
Contrapartida:
R$ 57.950,00

Município: Terra Nova do No rte - MT

Associação da Agricultura Familiar do Portal da Amazônia - AAFPA

Fundada em 2012, a Associação da Agricultura Familiar do Portal da Amazônia busca promover a formação, qualificação e requalificação das famílias da Comunidade São Pedro, especialmente as mulheres, possibilitando seu ingresso e reingresso na vida do trabalho; incentivando, coordenando e executando atividades que visem a geração de renda por meio de atividades econômicas alternativas; e fortalecendo a rede de mulheres.

Microrregião: Colíder

Projeto: Cozinha de Processamento de Pequi

As mulheres da AAFPA, da comunidade rural São Pedro, acreditam na força do trabalho coletivo e na melhoria da renda e qualidade de vida a partir da adoção de alternativas sustentáveis. Assim, identificaram a oportunidade de fortalecer seu protagonismo com o aproveitamento do pequi, tão abundante na região. Atualmente, somente o fruto in natura e suas sementes são comercializados, mas querem beneficiá-lo para conquistar novos mercados.

O projeto envolveu dezessete famílias e possui dez mulheres a sua frente. Tem como foco a estruturação de uma unidade produtiva para beneficiamento de pequi, conforme as exigências sanitárias, que se dará por meio da reforma de um espaço da comunidade, aquisição de equipamentos, e realização de capacitação e de intercâmbio. A intenção é que a cozinha beneficie também outros frutos vindos dos SAFs na região, como banana, abacaxi, caju, mamão, manga, abóbora, coco da Bahia, buriti etc. Dessa forma, o projeto ajuda a preservar e a enriquecer 35 hectares de Reservas Legais e APPs. Cabe ressaltar que a associação, já há algum tempo, é referência regional pela implantação de SAFs para o enriquecimento, recuperação e preservação de pequenas propriedade rurais.

Por conta própria, a AAFPA, após o início do projeto, criou a Festa do Pequi, uma iniciativa que tem ajudado a dar visibilidade e a promover na região o potencial do Pequi como fonte de geração de renda associada à recuperação de áreas. A iniciativa tem conseguido parceiros locais e regionais, e vem animando a associação e outros produtores. Também tem sido divulgada nas rádios da região e no jornal Muvucando.

Principais ações

- Estruturação de uma unidade produtiva para beneficiamento de pequi;
- Preservação e enriquecimento de 35 hectares de Reservas Legais e APPs, por meio de SAFs;
- Intercâmbio para conhecer experiências com processamento de pequi;
- Capacitações para processamento e armazenamento de pequi;
- Promoção e divulgação do potencial do Pequi com a realização da Festa do Pequi.

Período de realização:
12/05/2015 a 31/07/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.970,69
Contrapartida:
R$ 20.637,50

Município: Cláudia e Santa Helena - MT

Associação de Ajuda Mútua Agropecuária e Agroextrativista do Retiro do Índio - Aamaa

A Aamaa é uma organização comunitária, fundada em 2012, que busca fortalecer a organização econômica, social e política de seus associados; aprimorar tecnicamente as atividades agropecuárias e agroextrativistas; desenvolver formas de cooperação que apoiem a produção e a comercialização de seus produtos; garantir os direitos de seus associados; promover o intercâmbio e a cooperação científica, técnica e financeira com instituições ligadas à pesquisa, manejo e uso da biodiversidade.

Microrregião: Sinop

Projeto Agrofloresta

O projeto é a primeira iniciativa de um grupo de agricultores do PA Keno, que busca, na produção sustentável de alimentos e outras espécies, a segurança alimentar, a fixação no assentamento, a melhoria da qualidade de vida e a experimentação e adoção de alternativas sustentáveis para a produção de alimentos e outros cultivos. Nesse sentido, estão implantando áreas demonstrativas de SAFs e um sistema de policultivo consorciado com árvores frutíferas, exóticas e nativas, em quintais de 20 famílias do PA. As próprias famílias vêm construindo viveiros em suas propriedades e instalando sistemas simplificados de irrigação em suas áreas. Foram realizadas capacitações em SAFs e agroecologia, e intercâmbio à experiência exitosa de SAF associada a viveiros e formação de extencionistas. O projeto prevê, também, a compra de insumos e assistência técnica, com o objetivo de que a experiência venha a se sustentar após o término do projeto.

Cabe mencionar que a produção de alimentos pelo projeto já tem feito famílias retornarem para o assentamento. A comunidade, com a execução do projeto, tem se empoderado, buscando incidir nas políticas públicas locais, com demandas de apoio ao projeto e à melhoria da infraestrutura de acesso ao assentamento.

Principais ações

- Implantação e manejo de 20 viveiros familiares;
- Realização de duas capacitações em sistemas agroflorestais e policultivo, viveiros; agroecologia e planejamento;
- Aquisição de moto para deslocamento da assistência técnica;
- Realização de intercâmbio em SAFs e viveiro familiar;
- Implantação de 20 hectares de Policultivo e SAFs.

Período de realização:
02/07/2015 a 31/10/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.361,00
Contrapartida
R$ 22.010,00

Município: Juruena - MT

Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena - Aderjur

Fundada em 1994, a Aderjur é uma organização que busca apoiar as demais associações de agricultores familiares e de povos indígenas na região de Juruena/MT, em ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, por meio da valorização da floresta e geração de renda. A associação atua para estruturar a agricultura familiar local e o extrativismo de produtos florestais não madeireiros e, como consequência, atua na redução do desmatamento e do êxodo rural. Além disso, a Aderjur promove a autonomia de mulheres e o empoderamento de agricultores/as e lideranças indígenas.

Microrregião: Aripuanã

Projeto: Agricultura e Extrativismo Sustentável

O projeto atua para superar a dificuldade em escoar a produção de vários assentamentos da região noroeste matogrossense. Por outro lado, alimentos básicos produzidos em outras regiões são transportados por milhares de quilômetros até chegarem aos mercados e quitandas locais. A Aderjur vem trabalhando para possibilitar a comercialização de produtos da agricultura familiar e do extrativismo no mercado local e regional e, assim, minimizar essa incoerência no sistema de abastecimento de alimentos.

Até o momento, o projeto inaugurou a Central de Comercialização dos produtos da Agricultura Familiar de Juruena, beneficiando um total de 100 famílias. Elas são orientadas a planejarem sua produção a partir de uma pesquisa de mercado, que identificou uma lista de produtos passíveis de serem cultivados no município e que ainda são trazidos de regiões distantes. O projeto desenvolve, ainda, uma campanha de divulgação sobre a importância dos produtos da região. Dessa forma, a iniciativa contribui para a oferta de alimentos saudáveis e melhoria na segurança alimentar da população de Juruena.

Principais ações

- Construção e instalação da Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Extrativismo;
- Realização de pesquisa de mercado local, orientada para hortifrutigranjeiros;
- Capacitação em comercialização e planejamento produtivo;
- Realização de uma visita de intercâmbio à experiência de comercialização do Instituto Ouro Verde (IOV), em Alta Floresta/MT;
- Realização de campanha e palestras em escolas sobre alimentos saudáveis e a importância da produção agroextrativista do município.

Período de realização:
21/07/2014 a 20/03/2017
Situação do projeto:
em fase de conclusão
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 90.000,00
Contrapartida:
R$ 38.000,00

Município: Juruena - MT

Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia - Amca

A Amca é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2009. Nasceu do interesse de um grupo de mulheres do Assentamento Vale do Amanhecer, de Juruena/MT, que precisavam se organizar formalmente em busca de alternativas sustentáveis para a geração de renda no meio rural, superar os riscos de desvantagem social, garantir a identidade social e a inclusão de gênero. O principal objetivo do grupo é buscar alternativas para garantir qualidade de vida para as mulheres que, trabalhando com Castanha do Brasil, garantem também a sustentabilidade ambiental e contribuem para a manutenção da Reserva Legal do Assentamento. Além disso, objetiva reduzir o êxodo rural, diminuir o preconceito por gênero, promover a autonomia de mulheres e garantir o empoderamento das agricultoras.

Para mais informações sobre a Amca, acesse:
www.facebook.com/amcajuruena/?fref=ts

Microrregião: Aripuanã

Projeto: Projeto Conservação Ambiental com inclusão Social

O Projeto contribui na estruturação da cadeia produtiva da Castanha do Brasil no Assentamento Vale do Amanhecer para apoiar a conservação da floresta e garantir melhor qualidade de vida para as mulheres do município de Juruena/MT.
Nesse sentido, aprimorou a estrutura e modernizou os equipamentos da fábrica de castanha da Amca, melhorando a qualidade e a eficiência no processamento para a produção de macarrão e pães com farinha de castanha, e contribuiu para a capacitação das mulheres em boas práticas de produção e comercialização.
O projeto envolve direta e indiretamente 200 mulheres e gera uma renda média entre R$800,00 e R$1.000,00 mensais por mulher, com a comercialização de 2.500kg de produtos da castanha para o mercado institucional.

Principais ações

- Realização de seminário sobre economia solidária para 53 participantes;
- Cursos de boas práticas de produção e comercialização, envolvendo 120 pessoas;
- Realização de visita de intercâmbio;
- Aquisição de equipamentos para a fábrica de castanha;
- Confecção de rótulos e embalagens para os produtos;
- Produção de folder para divulgação do projeto.

Período de realização:
29/07/2014 a 20/03/2017
Situação do projeto:
em fase de conclusão
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 35.052,00

Município: Nova Santa Helena - MT

Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Santa Fé

Constituída em 1988, a Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Santa Fé busca melhorar as condições de vida de seus associados, por meio da prestação de serviços que fomentam as atividades agropecuárias e agrícolas; e promover o transporte, o beneficiamento e a industrialização da produção.

Microrregião: Sinop

Projeto de Apoio ao Fortalecimento das Ações Sustentáveis e Produtivas do Guaraná

O projeto pretende fortalecer e qualificar a produção e o beneficiamento do guaraná na Comunidade de Santa Fé e nas imediações da Vila Nova Atlântida, onde moram as 20 famílias beneficiadas, maioria dos participantes do projeto são mulheres. Para alcançar esse objetivo, previu capacitações em técnicas de manejo sustentável, como SAFs, para o cultivo do guaraná. Além disso, estão previstas a realização de oficinas e treinamentos relacionados à produção, comercialização e ao beneficiamento do guaraná; a reforma, ampliação e estruturação da unidade produtiva inativa; e a realização de intercâmbio em experiência de referência na produção do guaraná.

A associação vem conquistando parcerias e apoios junto ao poder público local. Obteve a doação de um trator e equipamentos pela Secretaria de Agricultura do município, e a prefeitura contribuiu com a cessão da unidade produtiva inativa e com a elaboração de uma planta arquitetônica para sua reforma. Outro resultado significativo do projeto é o desenvolvimento de habilidades da associação e da comunidade na gestão e execução de projetos.

Principais ações

- Reforma e ampliação da unidade produtiva e de beneficiamento do guaraná;
- Realização de treinamento relativo à produção sustentável, ao beneficiamento do guaraná e a boas práticas de comercialização.
- Realização de intercâmbio;

Período de realização:
29/06/2016 a 31/10/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.974,80
Contrapartida:
R$ 23.564,00

Município: Novo Mundo - MT

Associação do Movimento Agrário de Novo Mundo - Aman

Fundada em 2005, a Aman é uma organização de pequenos agricultores que objetiva contribuir no acesso a terra, no fomento ao uso de mecanismos produtivos econômica e ambientalmente sustentáveis de produção de alimentos e outras atividades, como a agropecuária, captação de recursos financeiros para o desenvolvimento de atividades comunitárias; e na luta pela fixação do homem no campo por meio da garantia ao acesso à infraestrutura, escola, saúde, energia.

Microrregião: Colíder

Projeto: Quintais Agroflorestais Tabapuã

O projeto busca aumentar a quantidade e a diversidade dos alimentos produzidos no Assentamento Tabapuã/MT, por meio da formação de quintais florestais. Envolvendo 28 famílias, tem sido uma oportunidade para desenvolver alternativas de produção de alimento combinadas à conservação da floresta e à promoção da segurança alimentar da comunidade. Para alcançar tais objetivos, o projeto previu a realização de cursos e oficinas sobre SAFs; a implantação e o manejo de 16 hectares de quintais agroflorestais; a realização de intercâmbio em áreas exitosas de agrofloresta visando ao fortalecimento do aprendizado e à troca de experiência; e a oferta de assistência técnica para o acompanhamento do Projeto. A experiência de execução do PPP-ECOS tem possibilitado à associação aprender e melhorar suas práticas de gestão de projetos.

Principais ações

- Formação e manejo de 16 hectares de quintais agroflorestais;
- Capacitação das famílias em SAFs;
- Serviços de assistência técnica para plantio e manejo dos quintais;
- Realização de intercâmbio em áreas exitosas de agrofloresta;
- Assistência técnica.

Período de realização:
13/04/2016 a 31/10/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 21.150,00

Município: Peixoto de Azevedo - MT

Associação dos Mini e Pequenos Agricultores do Projeto do Assentamento Cachimbo - Agripac

A Agripac é uma organização fundada em 1997 para dar aos seus produtores familiares condições e oportunidades de geração de renda, garantir o manejo sustentável para a manutenção da natureza e proporcionar meios e condições para que as famílias tenham melhores resultados em suas propriedades e não precisem abandoná-las.

Microrregião: Colíder

Projeto: Cotia da Amazônia, Implantação da Cozinha Comunitária, Despolpadeira de Frutas em União do Norte

O projeto busca introduzir e fortalecer alternativas econômicas sustentáveis para os pequenos agricultores do Assentamento Cachimbo, dando oportunidade de gerar renda, fortalecer novos sistemas produtivos e, assim, frear o êxodo do campo.

O projeto pretende melhorar o beneficiamento das polpas de frutas abundantes na região com a ampliação, reforma e estruturação de uma unidade produtiva inativa (cedida pela Secretaria de Agricultura no município), sediada na Vila União do Norte, centro do comércio e serviços do Assentamento Cachimbo. A reforma vem obedecendo às normas sanitárias regionais, visando sua regularização e o acesso a políticas de aquisição de alimentos. Além disso, serão realizadas capacitações aos beneficiários, sobretudo às mulheres. A iniciativa contempla diretamente mulheres de dezessete famílias de sete comunidades do PA.

Com o desenvolvimento do projeto, a Agripac acabou conquistando a cessão de instalações públicas inativas.

Principais ações

- Reforma e adequação de unidade produtiva para funcionamento como cozinha comunitária;
- Aquisição de equipamentos e insumos;
- Realização de intercâmbio para conhecer experiências de cozinha comunitária e despolpadeira de frutas;
- Realização de capacitação sobre boas práticas de beneficiamento;
- Inserção em rede de parceiros que promovem alternativas econômicas na região.

Período de realização:
15/02/2016 a 31/10/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.921,00
Contrapartida:
R$ 22.428,00

Município: Diamantino - MT

Associação dos Mini e Pequenos Produtores do Córrego Grande

A associação, fundada em 1998, busca garantir qualidade de vida às famílias associadas para a permanência em suas propriedades, por meio de uma concepção de trabalho com responsabilidade socioambiental e renda. Assim, atua em atividades envolvidas no processo de produção, comercialização, transporte, armazenagem, industrialização da produção agropecuária própria ou dos seus sócios.

Microrregião: Parecis

Projeto: Agroflorestas Diversificando a Produção de Alimentos e Gerando Renda

Este projeto contribui para a missão da associação de garantir a soberania alimentar e geração de renda com o fortalecimento da agricultura familiar no município de Diamantino/MT, construindo alternativas à expansão e à pressão do agronegócio.
Especificamente atua nos assentamentos Caeté, Bonjuí e Córrego Grande, buscando ampliar o número de agricultores que adotam os SAFs como sistema produtivo; e implantar 15 hectares de SAFs, além da capacitação e mobilização comunitária em torno de seus direitos, qualificando a atuação das lideranças em espaços de incidência política.

Principais ações

- Reuniões de sensibilização e mobilização de agricultores nos três assentamentos;
- Realização de quatro capacitações teórico-práticas em SAFs;
- Implantação de quinze áreas de SAFs com mais de 20 espécies manejadas;
- Realização de visita de intercâmbio;
- Realização de oficina sobre Educação para o Campo e palestras de sensibilização nas escolas, sobre a qualidade dos alimentos provenientes dos SAFs;
- Participação em espaços de discussão de políticas públicas para agricultura familiar.

Período de realização:
22/04/2015 a 30/04/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 24.444,00

Município: Juruena - MT

Associação dos Pequenos Produtores Rurais Respeito Água Fauna e Flora - Apraf

Fundada em 2009, a Apraf nasceu do interesse de um grupo de agricultores familiares em fortalecer a organização econômica, social e política da comunidade Treze de Maio, desenvolver formas de cooperação que ajudem na produção e na comercialização de seus produtos, respeitando o meio ambiente, e contribuir para o avanço das lutas populares e garantia de direitos.

Microrregião: Norte Matogrossense

Projeto MARIA: Mulheres Rurais, Agroecologia e Responsabilidade Ambiental

O Projeto Maria favorece a organização social e a autonomia financeira da Associação de Mulheres da Comunidade Treze de Maio (Amater), por meio do processamento de alimentos agroecológicos, como pães e biscoitos de farinha de banana, produzidos em uma cozinha comunitária. Essa iniciativa replica a tecnologia social Mulheres da Amazônia, gerada pela Associação de Mulheres do Cantinho da Amazônia (Amca) com a farinha da castanha do Brasil (vide projeto na página 188).

O projeto envolve quinze famílias e prevê a implantação de dez quintais agroflorestais, tendo a banana e frutíferas amazônicas como prioridades, além da estruturação de uma nova unidade de beneficiamento adequada às normas sanitárias e a formação das 20 mulheres envolvidas.

Em fase final de instalação, a cozinha já vem produzindo uma série de produtos, como a farinha de banana e biscoitos, comercializados na feira, na Central de Comercialização da Aderjur (vide projeto na página 186) e no mercado institucional para a merenda escolar.

Embora em estágio inicial, tem gerado entre R$ 200,00 e R$ 300,00 mensais para as mulheres, o que é significativo no contexto local, onde a maioria das famílias depende de programas sociais, como o Bolsa Família. Além disso, em ação sinérgica com os outros projetos desenvolvidos em Juruena, contribui para a oferta de alimentos saudáveis ao mercado local.

Principais ações

- Construção, instalação e adequação às normas sanitárias da cozinha comunitária;
- Implantação e manejo de dez quintais agroflorestais;
- Realização de curso sobre implementação e manejo de SAFs e sobre boas práticas de manipulação de alimentos na cozinha comunitária.

Período de realização:
22/02/2016 a 31/10/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 20.080,00

Município: Carlinda - MT

Associação dos Trabalhadores Acampados Nova Conquista - Atanc

A Associação dos Trabalhadores Acampados Nova Conquista é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2004, que tem como objetivo o bem-estar econômico, social e cultural de seus associados.

Microrregião: Alta Floresta

Projeto: Sistemas de Produção e Industrialização como Estratégia de Geração de Renda e Qualidade de Vida

O projeto proposto pela Atanc busca melhorar as condições sociais e econômicas da comunidade localizada no PA Nova Conquista, em especial de 22 famílias, por meio do beneficiamento dos produtos oriundos da mandioca e da introdução do seu manejo sustentável. Nesse sentido, vem realizando mutirões e contratação de serviços, a construção de um barracão para produção de farinha artesanal e, também, ações para geri-lo participativamente.

Foi realizado intercâmbio a uma experiência exitosa de manejo sustentável da mandioca no contexto da agricultura familiar regional em Cárceres/MT, quando os participantes conheceram uma iniciativa de produção e beneficiamento da mandioca e seus derivados e os desafios que envolvem a comercialização dos produtos. Nessa oportunidade também se iniciou a capacitação no manejo sustentável da mandioca, que está sendo replicada em uma área experimental e comunitária da Atanc, no centro do PA, e nas unidades familiares que participam do projeto, cobrindo uma área com aproximadamente 12 hectares. Em especial, a iniciativa vem divulgando as ações nas rádios da região e no Programa Natureza Viva, da EBC.

Principais ações

- Construção de barracão para beneficiamento da mandioca e derivados;
- Manejo sustentável da mandioca em 12 hectares das áreas das famílias;
- Implantação de uma área experimental de manejo sustentável da mandioca na área da associação;
- Realização de intercâmbio em iniciativa exitosa em Cárceres/TO.

Período de realização:
05/01/2015 a 31/07/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 54.100,00
Contrapartida:
R$ 28.000,00

Município: Aripuanã – MT

Associação Indígena Marupá – AIM

Fundada em 2007, a Associação Indígena Marupá é uma organização indígena do Povo Arara do Rio Branco, que busca a melhoria da qualidade de vida de seu povo; a promoção, o resgate e a preservação de sua cultura; a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico; a criação de novas formas de produção coletiva; a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Microrregião: Aripuanã

Projeto: Implantação da Agroindústria de beneficiamento do Açaí Nativo da Aldeia Arara do Rio Branco

O projeto prevê o fortalecimento do extrativismo de açaí na Terra Indígena Arara do Rio Branco, buscando melhorar seu beneficiamento, por meio da implantação de uma unidade de beneficiamento desse alimento fundamental na dieta dos Araras. Também pretende gerar renda às quatorze famílias, de três aldeias indígenas, e, ao mesmo tempo, sensibilizá-las para a importância da proteção e conservação da TI com atividades economicamente sustentáveis, como a do extrativismo de açaí.

O projeto pretende construir e equipar uma unidade de beneficiamento de produção de polpa; realizar capacitações, voltadas prioritariamente às mulheres, sobre preservação e manejo do açaí e boas práticas de beneficiamento; realizar visita de intercâmbio em experiência exitosa; e oferecer assistência técnica às famílias. O projeto vem fazendo muitos esforços para construir alianças com o governo local e outros parceiros, dando visibilidade à iniciativa. Já conseguiram apoios concretos, como a elaboração da planta arquitetônica da unidade produtiva pelos órgãos municipais da agricultura, e apoio da Secretaria de Educação na disponibilização de logística e de técnicos para as capacitações. A Funai também tem sido forte parceira, dando apoio técnico e transporte para a realização das reuniões do projeto.

Principais ações

- Implantação e estruturação de uma unidade de produção de polpa de açaí;
- Sensibilização sobre a importância de se preservar a floresta e o açaizeiro, e produzir mudas de açaí;
- Realização de capacitações de mulheres sobre preservação e manejo, boas práticas de fabricação e procedimentos padrões de higiene operacional;
- Realização de intercâmbio em experiência de sucesso;
- Elaboração de publicação com as lições aprendidas com o projeto;
- Assistência técnica.

Período de realização:
04/03/2016 a 31/10/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 27.330,00

Município: Castanheira - MT

Associação Organizada para Ajuda Mútua - Acopam

A Acopam é uma associação comunitária sem fins lucrativos, fundada em 1997, que busca assegurar que as comunidades garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais. Além disso, atua para promover a sustentabilidade agropecuária; propiciar a consecução de uma subsistência ecologicamente responsável; fortalecer as organizações econômica, social, ambiental e política dos trabalhadores rurais; e orientar os associados em técnicas agrícolas menos impactantes.

Microrregião: Aripuanã

Projeto: A Visita do Zangão

O projeto potencializou a iniciativa da Acopam de buscar a diversificação de fontes de renda associada ao uso sustentável de recursos naturais. Envolveu diretamente quinze famílias do Assentamento Vale do Seringal e outras comunidades rurais.
Atuou para melhorar as condições de beneficiamento e aumentar a produção de mel, de dois para quatro mil quilos aproximadamente, gerando uma renda de R$300,00 a R$1.500,00 por família, em cada safra de mel. Também melhorou o conhecimento sobre boas práticas na cadeia produtiva, especialmente sobre a flora apícola da região e seu manejo.
Finalmente, o projeto implantou uma unidade demonstrativa de recuperação de área degradada em1 hectare, utilizando mais de 20 espécies da flora apícola.

Período de realização:
09/10/2013 a 08/10/2016
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 27.578,00

Principais ações

- Aquisição de unidade móvel de extração de mel e outros materiais;
- Levantamento e identificação da flora apícola no município de Castanheira;
- Elaboração do plano de recuperação de áreas degradadas com espécies apícolas;
- Implantação de uma unidade demonstrativa de recuperação ambiental com espécies da flora apícola;
- Formação de jovem da comunidade para dar assistência técnica aos apicultores;
- Realização de curso de boas práticas em manejo apícola e recuperação de áreas degradadas.

Município: Juína - MT

Associação Rural Juinense Organizada para Ajuda Mútua – Ajopam

A Ajopam é uma organização comunitária, sem fins lucrativos, que foi fundada em 1991. A associação busca promover e estimular o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, priorizando as atividades que integram a produção rural e ações de proteção ambiental; promover aos associados o acesso a capacitações e insumos; e prestar assistência técnica aos associados e demais participantes de projetos e programas por ela implantados.

Para mais informações sobre a Ajopam, acesse:
www.facebook.com/palmitodepupunha.ajopam
www.youtube.com/watch?v=Eoo_YghAOCc

Microrregião: Aripuanã

Projeto: Apoio à Produção e Comercialização dos Produtos dos Sistemas Agroflorestais de Juína

Este projeto atua na promoção de melhorias econômicas, sociais e ambientais junto a 70 famílias de cinco comunidades em Juína/MT. Promove, para isso, a ampliação dos sistemas agroflorestais, tendo a pupunha e o café como espécies-chave para a comercialização. Além disso, apoia o desenvolvimento de novos produtos, como o *carpaccio* de palmito para a agregação de valor aos produtos da fábrica de palmito Ajopam. O projeto propiciou a formação de 144 pessoas em boas práticas produtivas e beneficiamento de palmito, em sua maioria jovens e mulheres.

Principais ações

- Implantação de 5 hectares com sistemas agroflorestais;
- Recuperação florestal de 10 hectares de áreas degradadas;
- Realização de cinco capacitações e quatro intercâmbios;
- Confecção de rótulos para os produtos da fábrica da Ajopam;
- Reforma no espaço de exposição e comercialização de produtos.

Período de realização:
11/11/2013 a 30/12/2016
Situação do projeto:
em fase de conclusão
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 90.000,00
Contrapartida:
R$ 53.560,00

Município: Guarantã do Norte e Matupá - MT

Associação Yakiô

A Associação Yakiô é uma organização indígena, fundada em 2001, que busca representar os membros da comunidade indígena Panará, promover sua autonomia cultural, socioambiental, econômica e política, e valorizar a preservação de suas tradições culturais. Além disso, atua na proteção e na fiscalização de seu território, utilização sustentável dos recursos ambientais locais e desenvolvimento de atividades de subsistência tradicionais e de atividades econômicas alternativas de base socioambiental sustentável.

Microrregião: Colíder

Projeto Puu Popoti: Resgate da Roça Tradicional do Povo Panará

Desenvolvido na Terra Indígena Panará, na Aldeia Nasepoti, o projeto procura recuperar o manejo e a forma tradicional de fazer a roça, um desafio que envolve a passagem de conhecimento dos mais velhos aos mais jovens. Para isso, implantou e maneja atualmente duas roças tradicionais e apoiará a realização das festas do roçado e da colheita do amendoim. Além disso, atua no resgate da produção do tradicional cesto cargueiro, fundamental no trato da roça e na cultura material Panará.
O projeto envolve escola, alunos e professores no manejo das roças tradicionais e realizou oficina de transmissão de conhecimento dos mais velhos aos mais jovens sobre identificação de cultivares e alimentos vulneráveis, práticas de manejo tradicional; as etapas/calendários das roças; e o uso e a lida das ferramentas antigas. Mitos e histórias para a passagem desses conhecimentos sobre roças vêm sendo recuperados. Ao final, serão produzidos uma cartilha e um vídeo sobre o manejo tradicional. Haverá, também, a realização de intercâmbio aos Kindseje, no PIX.

Principais ações

- Sistematização de conhecimentos tradicionais sobre a roça;
- Publicação de cartilha;
- Formação e manejo de duas roças tradicionais em 5 hectares;
- Realização de rodas de conversa, reuniões e encontros para a troca de conhecimento entre os mais jovens e os mais velhos;
- Resgate da produção do cesto cargueiro Panará.

Período de realização:
02/07/2015 a 31/10/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.886,00
Contrapartida:
R$ 47.780,00

Município: Cotriguaçu - MT

Cooperativa Agropecuária de Cotriguaçu – Coopercotri

Fundada em 2011, a Coopercotri promove, com base na colaboração recíproca, o desenvolvimento e a defesa de suas atividades comuns sociais e econômicas e a venda da produção agrícola, extrativista e pecuária dos associados (ovinocultura, caprinocultura, suinocultura, bovinocultura de leite, piscicultura, avicultura, apicultura, hortifrutigranjeiros e demais culturas) nos mercados locais, nacionais e internacionais.

Microrregião: Aripuanã

Projeto: Promoção do Extrativismo Sustentável do Babaçu e do Desenvolvimento Comunitário em Cotriguaçu

Este projeto é realizado em parceria com o Instituto Centro de Vida (ICV) para melhorar a vida e a organização comunitária e produtiva de dois grupos de mulheres – Mulheres da Paz e Mulheres Unidas, do PA Nova Cotriguaçu, MT, envolvendo diretamente 30 famílias.
O projeto propiciou adequação e modernização do processamento comunitário do babaçu, com adoção de boas práticas de armazenamento, manipulação e beneficiamento, e aquisição de maquinário para corte e descascamento do babaçu. Além disso, capacitou 40 mulheres em boas práticas de manejo de babaçuais; exigências sanitárias e legislação; boas práticas de seleção, secagem, armazenamento, manipulação e beneficiamento de coco babaçu; manuseio dos equipamentos, ferramentas e indumentárias; e gestão de empreendimento coletivo.

Período de realização:
22/10/2014 a 30/12/2016
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 90.000,00
Contrapartida:
R$ 61.865,00

Principais ações

- Realização de cinco cursos para as mulheres em boas práticas de produção, comercialização e organização comunitária;
- Intercâmbio no sudoeste do MT para conhecer a produção agroextrativista feita pela Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP);
- Aquisição de maquinário para cortar, descascar e processar o babaçu.
- Mapeamento dos babaçuais;
- Elaboração de acordo e normas coletivas do manejo e uso dos babaçuais na região;
- Elaboração de estudo de mercado e plano de negócio;
- Criação de logomarca e rótulos para os produtos.

Município: Juína - MT

Cooperativa Juinense da Agricultura Familiar Agroecológica - Cooperjuafa

Fundada em 2008, a Cooperjuafa é uma cooperativa que tem por objetivos a comercialização de produtos agropecuários de seus cooperados e a defesa econômico-social e ambiental. A organização prioriza o incentivo às tecnologias ambientalmente sustentáveis, socialmente justas e economicamente viáveis.

Microrregião: Aripuanã

Projeto: Comercialização dos Frutos Agroflorestais

Este projeto contribui para efetivar a estratégia da Cooperjuafa e da Ajopam de geração de renda e desenvolvimento socioambiental no município de Juína/MT e região, por meio de sistemas agroflorestais e fortalecimento do cooperativismo. Atua especificamente na diversificação e no manejo de 25 hectares de sistemas agroflorestais com 25 famílias. Além disso, busca melhorar o processo produtivo e a capacidade de gestão da fábrica de palmitos Ajopam; e ampliar a produção e a comercialização dos produtos agroflorestais.

Este projeto foi proposto como desdobramento do projeto realizado pela Ajopam, **(vide página 206).**

Principais ações

- Capacitação em produção de conservas e boas práticas de manipulação do palmito pupunha;
- Realização de encontros sobre SAFs adensados e diversificados e mobilização das mulheres em torno da produção agroflorestal;
- Ampliação do estoque de palmitos processados para abastecer a rede de comercialização;
- Degustação da Conserva de Palmito de Pupunha Ajopam em redes de supermercados de Mato Grosso;
- Elaboração de projeto para captação de recursos para investimentos e capital de giro da fábrica.

Período de realização:
09/07/2015 a 18/06/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 90.000,00
Contrapartida:
R$ 64.197,90

Município: Alta Floresta e Carlinda - MT

Instituto Ouro verde – IOV

O Instituto Ouro verde – IOV é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 1999, que atua na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável na região do Portal da Amazônia, em Mato Grosso, apoiando, sobretudo, organizações e comunidades rurais e urbanas, formais ou não, e estimulando sua participação ativa, crítica e construtiva na sociedade.

Para mais informações sobre o IOV, acesse:
www.iov.org.br/
www.facebook.com/Instituto-Ouro-Verde-152527271524028/
www.youtube.com/user/institutoouroverde

Microrregião: Alta Floresta

Projeto: Fortalecimento do Sistema de Comercialização Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável

A iniciativa buscou fortalecer a comercialização de produtos da sociobiodiversidade por meio do aprimoramento do Sistema de Comercialização Solidária (SISCOS), um empreendimento de economia solidária que objetiva aproximar consumidores e produtores. Além disso, atuou para ampliar a capacidade de comercialização e o engajamento dos produtores no processo de gestão participativa e democrática da iniciativa. O projeto alcançou a comercialização de 17 produtos provenientes dos SAFs, obtendo uma renda média mensal com as venda de R$ 6.000,00.

Para a realização do projeto, o IOV envolveu nove comunidades rurais e urbanas, em torno de 20 famílias, cuja produção se deu em uma área aproximada de 390 hectares. O SISCOS foi aprimorado durante a execução do projeto, por meio da melhoria de cadastro e de ações de divulgação. Ao final, o SISCOS apresentava um total de 1.450 consumidores cadastrados, dentre os quais 200 foram fidelizados, consumindo periodicamente.

Principais ações

- Estruturação física da sede com melhoria do mobiliário;
- Viabilização do transporte com a compra de uma Kombi;
- Aumento dos cadastros do SISCOS/
- Melhoria da comercialização e divulgação do SISCOS;
- Visitas técnicas às unidades de produção.

Período de realização:
17/10/2013 a 01/09/2016
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.920,00
Contrapartida:
R$ 44.500,00

Município: Alta Floresta e Carlinda - MT

Microrregião: Alta Floresta

Projeto Mulheres de Fibra: Unindo Natureza, Trabalho e Arte

Este projeto é realizado em parceria com a Rede de Artesãs Mulheres de Fibras. A Rede surgiu em 2011 com o objetivo de promover a organização das mulheres artesãs na região do Portal da Amazônia, MT. O grupo busca a promoção do artesanato com fibras e sementes associada à geração de renda e formação de suas participantes. Além disso, busca aperfeiçoar a experiência de trabalho em Rede dessas artesãs, realizar capacitações para melhoria do artesanato, aprimorar a divulgação (com a elaboração da marca e de um catálogo com os produtos) e ampliar a produção/comercialização do artesanato de fibra de bananeira, com a aquisição de insumos e equipamentos.

O projeto contempla também a mobilização para ampliação do número de artesãs participantes, com realização de reuniões e encontros. Até o momento mais 29 mulheres foram envolvidas. Cabe destacar que a iniciativa vem promovendo a participação das artesãs em feiras locais e regionais e outros espaços estratégicos, como encontros e grandes exposições, e realizou intercâmbio em São Paulo com artesãs experientes.

Principais ações

- Fortalecimento da Rede de Artesãs, por meio de reuniões e articulações;
- Realização de quatro capacitações;
- Ampliação do número de participantes da Rede;
- Realização de um intercâmbio com experiência exitosa em São Paulo.

Período de realização:
30/03/2015 a 31/07/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.860,00
Contrapartida:
R$ 29.500,00

Município: Peixoto de Azevedo - MT

Instituto Raoni

O Instituto Raoni é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 2001, que busca defender os interesses das comunidades indígenas por meio do fortalecimento de sua autodeterminação na gestão de seus territórios, promover o uso sustentável da biodiversidade fazendo com que coloquem em prática formas alternativas de geração de renda; e revigorar a cultura indígena para que assumam o protagonismo de proteção e preservação de seu território.

Para mais informações sobre o Instituto Raoni, acesse:
www.institutoraoni.com.br/
www.facebook.com/pg/institutoraoni/about/?ref=page_internal

Microrregião: Colíder

Projeto: Cumaru Kayapó

Este projeto envolve dez famílias de duas aldeias Kayapó, situadas no extremo norte de Mato Grosso, na Terra Indígena Menkragnoti, e busca estabelecer uma alternativa econômica sustentável com o fortalecimento da cadeia produtiva da semente de cumaru (Dipteryx odorata), por meio de atividades que ampliem sua extração, beneficiamento e venda – destinada à indústria farmacêutica nos últimos anos. A iniciativa pretende fortalecer e valorizar o conhecimento tradicional de coleta sementes, ao mesmo tempo em que adotará práticas modernas, e complementares, para melhorar seu beneficiamento. Além disso, as expedições para coleta das sementes, por propiciarem a circulação de pessoas pelo território, apoiam o monitoramento e a vigilância dos limites da TI.

O projeto já realizou oficinas sobre extração e usos tradicionais do cumaru; está elaborando diagnóstico e plano de manejo; além de realizar visita de intercâmbio à aldeia Kayapó do Pará, que vem apresentando bons resultados com o beneficiamento do cumaru e realizando expedições coletivas de extração e coleta. Para as atividades de coleta, beneficiamento e armazenamento das sementes foram adquiridos equipamentos e cestos cargueiros tradicionais Kayapó.

Período de realização:
15/02/2016 a 31/10/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 89.555,36
Contrapartida:
R$ 30.000,00

Principais ações

- Elaboração de diagnóstico e plano de manejo do cumaru;
- Realização de oficinas e capacitações sobre temas relativos ao beneficiamento do cumaru, à legislação de proteção do conhecimento tradicional associado e aos mecanismos de salvaguarda do patrimônio imaterial;
- Realização de intercâmbio em experiência exitosa de beneficiamento de cumaru em outra aldeia Kayapó;
- Realização de expedições para coleta de sementes de cumaru em área de 250 hectares. Essa ação possibilita, também, a vigilância e o monitoramento da TI;
- Divulgação do projeto no site e no Facebook.

Município: São Félix do Araguaia - MT

Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora de Assunção - Ansa

A Ansa é uma associação comunitária sem fins lucrativos, fundada em 1974, que luta pela defesa da vida em todas as suas manifestações, sempre dentro dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Além disso, promove a educação formal e informal, assistência social à população carente da região, assessora os movimentos populares e atua para o resgate e valorização da cultura e das artes populares.

Para mais informações sobre a Ansa, acesse:
www.ansaraguaia.org.br/

Microrregião: Norte Araguaia

Projeto: Melhorando a Governança e o Impacto das Estratégias de Recuperação de Áreas Degradadas e de Geração de Renda através do Uso Sustentável dos Recursos Naturais do Araguaia-Xingu

O projeto contribuiu para a estratégia de desenvolvimento socioambiental da região de São Félix do Araguaia/MT promovida pela Ansa, desde 2007. Para isso, propiciou a mobilização, formação e acompanhamento técnico a 42 famílias dos assentamentos Dom Pedro e Mãe Maria. Além disso, contribuiu para a restauração florestal de 238 hectares, com espécies frutíferas e florestais do Cerrado e da Amazônia. Em parceria com a Articulação Xingu Araguaia (AXA), organizou a coleta e a comercialização de 4.000kg de sementes florestais; modernizou o sistema de mapeamento e monitoramento das áreas em recuperação, que atualmente gerencia 256 áreas em um total de 480ha. O projeto apoiou o viveiro da Ansa que produziu mais de seis mil frutíferas de dez espécies principais, como buriti, bacaba, murici, cajá e jatobá, disponibilizando-as aos agricultores; e, ainda, processou no último período algo em torno de 45 toneladas de frutas em sua fábrica, produzindo doze toneladas de polpas, o que gerou uma renda de R$ 65 mil reais para o conjunto das famílias. Por fim, cabe ressaltar que a iniciativa promoveu ampla divulgação do arranjo produtivo local de polpas de frutas.

Principais ações

- Implantação e manutenção de 238ha de restauração florestal em áreas degradadas, com plantio de mudas e "muvuca" de sementes com alta diversidade de espécies;
- Realização de duas capacitações, um intercâmbio e encontros temáticos;
- Manutenção do viveiro de mudas;
- Assistência técnica aos integrantes da AXA;
- Elaboração de projetos de comercialização ao PAA e PNAE;
- Elaboração de mapa georreferenciado e desenvolvimento do site/aplicativo www.reflorestando.org.br;
- Produção de seis programas de rádio e boletins periódicos.

Período de realização:
03/10/2013 a 30/12/2016.
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 89.500,00
Contrapartida:
R$ 317.170,44

Município: Canabrava do Norte - MT

Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas – Amas

A Amas é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2007, que busca assegurar a participação da mulher trabalhadora rural nas políticas públicas e nos espaços de discussão; produzir de forma diversificada e racional, com respeito ao meio ambiente e ao ser humano, garantir a dignidade das famílias no campo; incentivar o trabalho coletivo e o associativismo; contribuir com o transporte, armazenamento e beneficiamento da produção; promover a educação ambiental e a saúde alternativa; e lutar por novas relações de gênero e poder.

Microrregião: Norte Araguaia

Projeto: Construindo um Sonho em Harmonia com a Natureza na Força Comunitária da Mulher

O projeto contribui para a emancipação das mulheres da Amas e para promover a segurança alimentar e geração de renda, por meio da construção de espaço coletivo de produção e encontros, reflexão sobre as necessidades das mulheres, e produção agroecológica.
Para tanto, o projeto envolve 15 famílias do PA Manah, em Canabrava do Norte/MT, e propõe a construção da Casa de Farinha de mandioca; o enriquecimento dos quintais produtivos e das roças, totalizando 12 hectares de manejo agroecológico; bem como de um amplo processo de formação das mulheres que envolve as temáticas de produção, organização comunitária e relações de gênero.

Principais ações

- Construção e instalação da Casa de Farinha da AMAS;
- Implantação, manejo e diversificação de quinze quintais produtivos e roças de mandioca;
- Realização de mutirões quinzenais nos quintais, em forma de rodízio nos lotes das famílias;
- Realização de oficinas de manejo agroecológico dos quintais e das roças de mandioca, boas práticas de produção de farinha, organização comunitária e direitos das mulheres.

Período de realização:
23/10/2014 a 20/08/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 58.357,00
Contrapartida:
R$ 30.000,00

Município: São Félix do Araguaia - MT

Associação do Grupo de Feirantes Frutos da Terra

A Associação do Grupo de Feirantes Frutos da Terra é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2010, que busca promover envolvimento comunitário e melhorias na produção e comercialização dos produtos agrícolas, agropecuários, e frutíferos, nos aspectos financeiros, higiênicos e saúde humana e animal.

Microrregião: Norte Araguaia

Projeto: Frutos da Terra

O Projeto Frutos da Terra melhorou as condições de transporte do Grupo de Feirantes do PA Dom Pedro, fundamental para a realização da feira quinzenal na cidade de São Félix do Araguaia/MT, distante 150km do assentamento. Realizado em parceria com a ANSA, o projeto atuou também na melhoria da estrutura física da feira, condições de armazenamento e apresentação dos produtos das 22 famílias que compõem o grupo de feirantes - formado principalmente por mulheres do assentamento.
Dessa forma, o projeto ajudou a melhorar a qualidade de vida e as condições de trabalho dessas famílias, além de contribuir para o aumento da oferta de alimentos saudáveis para a população de São Félix. Como resultados do projeto, registrou-se aumento do bem-estar dos feirantes, que estão mais felizes por verem um sonho realizado e, ainda, sentem-se mais seguros e confortáveis nos deslocamentos para a feira.

Principais ações

- Aquisição de ônibus para o transporte dos feirantes;
- Disponibilização de barracas, freezer e espaços de acondicionamento dos produtos;
- Confecção de rótulos e adequação das embalagens dos produtos;
- Promoção de reuniões sobre a organização dos feirantes.

Período de realização:
15/10/2013 a 30/10/2015
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.000,00
Contrapartida:
R$ 19.700,00

Município: Vila Rica - MT

Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Ipê - Apraipe

A Apraipe É associação comunitária sem fins lucrativos, fundada em 2000, que busca propiciar qualidade de vida aos moradores do Assentamento Ipê, por meio da utilização de recursos naturais, sem destruir o meio onde vivem.

Microrregião: Norte Araguaia

Projeto: Apicultura e Meliponicultura Flor do Ipê, Produção de Mel Natural

O projeto promoveu o início da atividade apícola e melípona no Assentamento Ipê em Vila Rica/MT, contribuindo para o manejo e o uso sustentável de 528 hectares que compõem os lotes das dez famílias envolvidas e, mais diretamente, na conservação dos 101 hectares da Reserva Legal dos lotes, utilizados para a criação de abelhas.

Apesar de ainda estarem em processo de aprendizado e ampliação das colmeias, os agricultores já lograram a produção de 50kg de mel, o que representa um primeiro passo para a expectativa da comunidade em gerar renda com a produção de mel e outros produtos das abelhas.

Principais ações

- Realização de curso sobre apicultura, com a formação de 20 apicultores;
- Realização de curso e visita de intercâmbio sobre meliponicultura;
- Construção e equipagem da Casa do Mel no assentamento.

Período de realização:
17/10/2013 a 30/08/2016
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.194,50
Contrapartida:
R$ 36.133,00

Município: Canarana - MT

Foto: Funai

Associação Terra Indígena Xingu – Atix

A Atix é uma organização indígena, fundada em 1995, que tem como objetivo apoiar e fortalecer a luta e o protagonismo dos povos e organizações indígenas do Parque Indígena do Xingu (PIX). A associação promove ações que visam garantir o direito à preservação das terras e dos recursos naturais do PIX, a manutenção e a valorização da cultura e dos costumes tradicionais de seus povos, promover o desenvolvimento sustentável, entre outras.

Para mais informações sobre a Atix, acesse:
www.facebook.com/atixxingu/
www.youtube.com/channel/UCtmgywNSFYU_h0MeYyt0TDQ

Microrregião: Canarana

Projeto: Consolidação e Profissionalização da Apicultura no Parque Indígena do Xingu

O PPP-ECOS apoiou a Atix na adesão ao Sistema Participativo de Garantia (SPG), o qual conferiu a obtenção do selo Orgânico para seu mel pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), a primeira certificação de um produto indígena obtida nessa modalidade no Brasil. Ao aderir ao SPG, a Atix se habilitou como Organismo participativo de Certificação (OPAC). Por esse sistema, os apicultores indígenas aderiram a uma cultura autorreguladora de certificação, a qual exige compromisso de participação e organização.

A opção pelo SPG demandou a realização de várias formações e reuniões, em 2015 e 2016, propiciadas pelo projeto. Foram formados seis grupos de SPG no PIX para o mel; realizados cursos sobre apicultura; adquiridos equipamentos, insumos e 80 caixas novas; e desenvolvido aplicativo para apoio à produção, em parceria com outras organizações.

O Projeto envolveu seis povos indígenas, 33 aldeias, 60 famílias, tendo sido executado por jovens indígenas em sua maioria. Capacitou 90 indígenas, formou oito indígenas como multiplicadores/formadores; possibilitou intercâmbio por meio da participação em encontro internacional da SPG. A área estimada sob manejo sustentável do projeto é de 5.648 hectares. Em 2016, 4.980kg de mel foram produzidos e R$ 53.655,00 foram gerados com a comercialização.

Principais ações

- Adesão da Atix ao SPG e habilitação como OPAC;
- Obtenção do Selo Orgânico pelo SisOrg para o mel do Xingu;
- Formação de seis grupos de SPG;
- Ampliação do Mercado de comercialização;
- Realização de capacitações em temas relacionados à apicultura;
- Realização de intercâmbio internacional.

Período de realização:
03/10/2013 a 01/09/2016
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 89.840,00
Contrapartida:
R$ 47.000,00

Município: São José do Xingu - MT

Associação Yarikayu

A Associação Yarikayu é uma organização indígena sem fins lucrativos, fundada em 2002, que congrega e representa o Povo Yudjá (os Jurunas) localizado no Parque Indígena do Xingu (PIX). A Associação busca defender o patrimônio sociocultural; valorizar sua arte tradicional; promover atividades econômicas sustentáveis, respeitando suas formas tradicionais de produção e manejo dos recursos naturais e de organização sociopolítica; desenvolver e apoiar as atividades que garantam a saúde do povo; e promover ações de monitoramento, vigilância territorial e a proteção ambiental do PIX.

Microrregião: Norte Araguaia

Projeto: Vigilância e Monitoramento Territorial e o Resgate das Plantas Alimentícias e Medicinais do Povo Yudjá

Este projeto apoiou os Yujdá no resgate de espécies tradicionais medicinais e alimentícias e, em especial, de espécies de bambu utilizadas na confecção de flautas, cuja matéria prima estava inacessível há anos; e a extração de barros tradicionais utilizados em suas cerâmicas. A ação contou com a participação expressiva de jovens e possibilitou, também, o reconhecimento dos domínios tradicionais dos territórios Yudjá durante as expedições realizadas para coleta das espécies. Além disso, o projeto implantou um viveiro coletivo das espécies resgatadas; apoiou a experiência de plantio e manejo de SAF; melhorou a logística de transporte com a compra e manutenção do motor de barco da comunidade; recuperou áreas degradadas; e realizou plantio e manejo tradicional das mudas de bambu.
O projeto conta com o envolvimento de 40 famílias, aproximadamente 200 pessoas, com expressiva participação dos mais jovens em todas as suas etapas. Uma das principais marcas da ação é o compromisso com a passagem do conhecimento tradicional entre as gerações sobre os domínios territoriais e sobre antigas espécies. Cabe mencionar que devido à realização do projeto, foi possível identificar a invasão de madeireiros e solicitar a salvaguarda de seus limites à Funai. O Projeto prevê, também, a realização de um intercâmbio.

Principais ações

- Realização de cinco expedições de monitoramento e vigilância territorial;
- Diálogo intergeracional sobre os domínios territoriais, os conhecimentos da flora e de outros campos da cultura dos Yudjá;
- Resgate e manejo de espécies tradicionais;
- Viabilização das expedições por meio da aquisição e manutenção de motor;
- Plantio e manejo de SAF;
- Recuperação de área degradada.

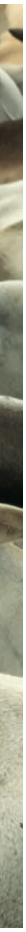
Período de realização:
02/10/2013 a 01/03/2017
Situação do projeto:
em fase de conclusão
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.965,00
Contrapartida:
R$ 28.800,00

Município: São Félix do Araguaia - MT

Organização Ecossocial do Araguaia - Oeca

A Oeca é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 2010 e qualificada como Oscip. Busca estimular o desenvolvimento econômico e social e combater a fome, por meio da experimentação de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito. Para isso, dedica-se à defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável e da segurança alimentar e nutricional da população, dentre outras ações.

Microrregião: Norte Araguaia



Projeto: Desenvolvendo, Sistematizando e Divulgando Conhecimentos Socioambientais.

O projeto desenvolveu experiências de manejo ecológico de pastagens em áreas degradadas, potencializando as diversas práticas socioambientais que as entidades sociais e os grupos de agricultores familiares estão desenvolvendo na Rede Xingu Araguaia.
O projeto propiciou inovação para a região no manejo ecológico de pastagens. Atuou, com 40 agricultores do PA Dom Pedro, em São Félix do Araguaia/MT, na implantação de duas áreas demonstrativas de pastagens rotativas (4 hectares), que, mesmo em fase inicial, já promoveu o aumento da produtividade de leite de 50 para 80 litros/dia na época chuvosa e de 50 para 60 litros/dia na seca, devido à melhoria da qualidade da pastagem, diversificada com espécies florestais nativas e capins. Os agricultores também relataram sua percepção de melhoria na qualidade do leite.

Principais ações

- Realização de curso modular em manejo de pastagens;
- Assistência técnica e consultoria especializada em manejo ecológico de pastagens;
- Mutirões para implantação de duas unidades demonstrativas com pastos rotacionados;
- Monitoramento das áreas via sistema www.reflorestando.org.br.

Período de realização:
01/07/2014 a 31/08/2016
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 88.600,00
Contrapartida:
R$ 52.949,00

Município: Pontes e Lacerda - MT

Associação do Centro de Tecnologia Alternativa - CTA

A CTA é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1992, que busca colaborar na implementação de uma agricultura adequada às condições socioeconômicas, culturais e agroecológicas, buscando diminuir os problemas sociais e ambientais causados pelas formas habituais do processo produtivo.

Para mais informações sobre a CTA, acesse:
www.ctamt.org.br/
www.facebook.com/CTA-Associa%C3%A7%C3%A3o-do-Centro-de-Tecnologia-Alternativa-1671786269716548/

Microrregião: Alto Guaporé

Projeto: Fortalecimento do Desenvolvimento Sustentável através do Agroextrativismo no Vale do Guaporé/MT

O projeto contribuiu na estratégia de desenvolvimento por meio do agroextrativismo no Vale do Guaporé promovida pelo CTA e parceiros. Nesse sentido, atuou no manejo agroextrativista de 100 hectares, com o envolvimento de 80 famílias de quatro comunidades em Pontes e Lacerda e Vila Bela, MT; promoveu a capacitação de 100 pessoas; está adequando a estrutura física da agroindústria de polpas de frutas, conforme exigências sanitárias; e, ainda, contribuiu para a comercialização de dezessete toneladas de frutas processadas, gerando uma renda média de um salário mínimo por família.

Período de realização:
02/10/2013 a 30/12/2016
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 90.000,00
Contrapartida:
R$ 70.371,00

Principais ações

- Reforma e adequação da agroindústria de polpas de frutas do CTA;
- Elaboração do plano de negócio da agroindústria;
- Assistência técnica aos agroextrativistas;
- Realização de seminário de planejamento da produção e comercialização;
- Elaboração de projetos de comercialização ao mercado institucional.

Município: Porto Esperidião - MT

Associação Produtiva Indígena Chiquitano - Apic

A Apic é uma associação indígena, sem fins lucrativos, fundada em 2009, com o objetivo de integrar os associados por meio de reuniões comunitárias, práticas culturais e desportivas.

Microrregião: Jauru

Projeto: Casa de Farinha Chiquitano

Este projeto buscou ampliar a produção e a comercialização da farinha de mandioca dos Chiquitanos, por meio da construção da Casa de Farinha e adequação às exigências sanitárias para fornecimento ao mercado formal e institucional. Para isso, apoiou a construção da Casa com o envolvimento de 30 famílias de duas aldeias da Terra Indígena Chiquitano, em Porto Esperidião/MT.
Um projeto que dá continuidade a este foi aprovado em edital posterior do PPP-ECOS na Amazônia, no entanto, devido a disputas internas entre aldeias não foi possível sua execução, que previa a instalação de equipamentos para funcionamento da Casa de Farinha.

Principais ações

- Construção da Casa de Farinha;
- Realização de mutirões para a construção e ampliação das roças de mandioca;
- Realização de visita de intercâmbio a uma farinheira em funcionamento.

Período de realização:
02/10/2013 a 20/09/2015
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 20.000,00

Município: Nova Lacerda - MT

Associação dos Assentamentos do PA São José – Aspajo

A Aspajo, fundada em 2004, presta serviços que contribuem para o incremento, o fomento e a racionalização das explorações agropecuárias e para a melhoria das condições de vida de seus associados.

Microrregião: Alto Guaporé

Projeto de Conclusão do Processo de Agroindustrialização da Produção de Farinha de Mandioca, Polvilho e Derivados

O projeto pretende fortalecer a organização social e a produção agroecológica do PA São José em Nova Lacerda/MT. Para isso, atua para ampliar as produções de farinha e de polvilho de mandioca, por meio da estruturação de uma nova Casa de Farinha adequada às normas sanitárias, o que possibilitará a inserção nos mercados local, regional e estadual.
Até o momento, envolveu dez famílias e deu início à construção da fábrica de farinha. Devido à morosidade do processo de licenciamento ambiental, sua execução começou somente em outubro/2016.

Principais ações

- Construção e registros da fábrica de farinha e polvilho do PA São José;
- Realização de intercâmbio sobre produção agroecológica e fabricação de derivados da mandioca;
- Realização de cursos sobre manejo e práticas sustentáveis e gestão de empreendimentos comunitários.

Período de realização:
04/10/2016 a 15/09/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 21.430,00

Município: Porto Esperidião - MT

Associação Portense de Apicultores/as e Agricultores/as da Agricultura Familiar – APA

Fundada em 2004, a APA busca fortalecer a geração de renda dos agricultores, promover a conservação ambiental e apoiar a organização produtiva do mel e da agricultura familiar, inserindo-se nos mercados local, regional, estadual, nacional e internacional.

Microrregião: Jauru

Projeto: Captação de Água da Chuva para fins de Irrigação da Produção Durante a Seca

O projeto contribui na adaptação às mudanças climáticas, necessidade sentida pelos agricultores que estão presenciando o aumento do período de estiagem nos últimos anos, no assentamento José Domingos Moraes, em Porto Esperidião/MT.

Até o momento, já implantou 24 sistemas de captação de água da chuva para irrigação dos quintais agroecológicos, que perfazem um total de 10 hectares, potencializando, assim, a produção de hortifrutigranjeiros, fundamentais para a segurança alimentar das 25 famílias envolvidas.

Além disso, esse investimento melhora as condições para que os quintais alcancem seu objetivo de gerar renda familiar, já que é um projeto de crédito fundiário em sistema de pequenas chácaras, com distância de 1km da sede do município.

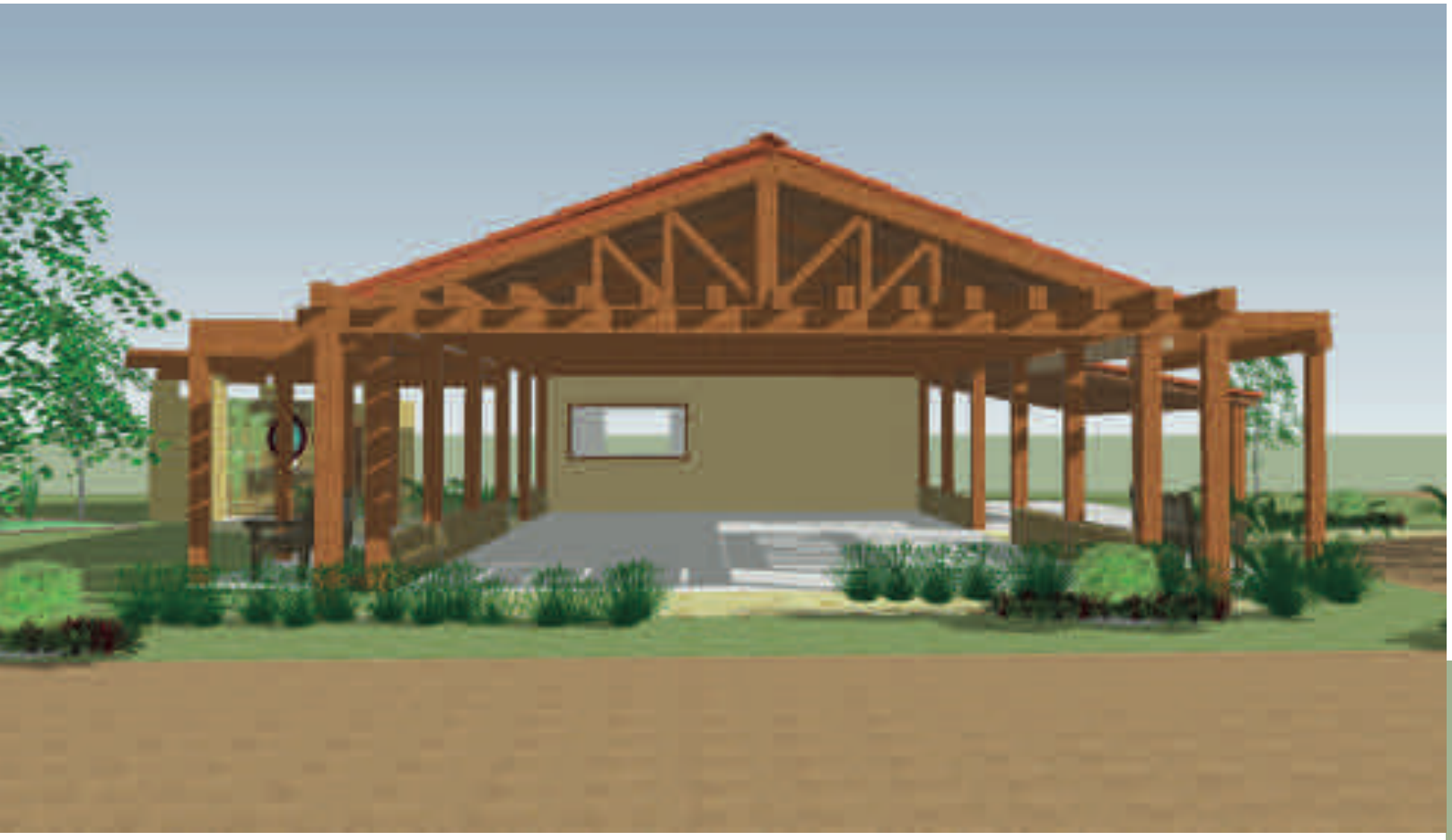
O projeto é desenvolvido em parceria com o Centro de Tecnologia Alternativa - CTA-Pontes e Lacerda e integra a estratégia de abastecimento do mercado regional com produtos agroecológicos.

Principais ações

- Realização de intercâmbio para conhecer sistema de captação de água da chuva;
- Realização de oficina sobre a importância e metodologias de captação de água da chuva;
- Implantação de 25 sistemas de captação de água da chuva e irrigação.

Período de realização:
22/03/2016 a 31/10/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 19.000,00

Município: Mirassol D'Oeste - MT



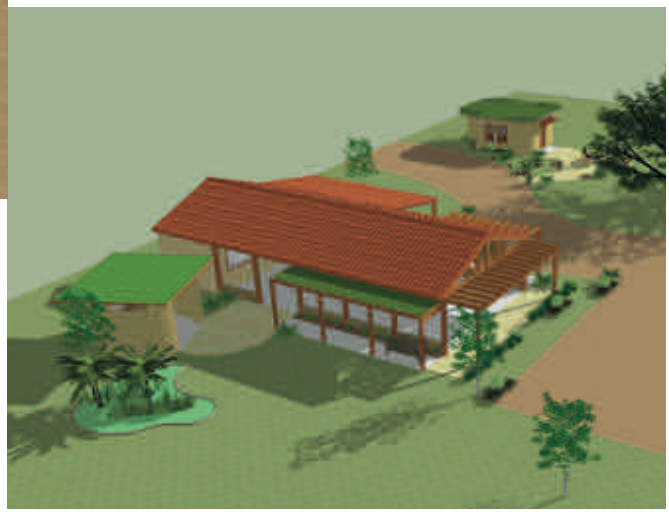
Associação Regional de Produtores Agroecológicos - Arpa

A Arpa, fundada em 1997, atua para fortalecer a luta dos trabalhadores rurais da região de Mirassol D´Oeste por melhores condições de vida na zona rural, buscando estimular e difundir o uso de tecnologias apropriadas para o manejo da produção agrícola. Estrutura-se em forma coletiva (para compra de insumos e para organizar a produção e a venda dos produtos) e luta para garantir o direito ao acesso a terra.

Microrregião: Jauru

Projeto de Apoio à Estratégia pela Busca de uma Produção Agroecológica

Em parceria com o CTA e Fase-MT, o projeto integra a estratégia de produção e abastecimento dos mercados regional e institucional com alimentos agroecológicos e agroextrativistas na região sudoeste de Mato Grosso.
Especificamente, atua para melhorar a estrutura da associação para a difusão de conhecimentos agroecológicos, localizada no assentamento Roseli Nunes, beneficiando diretamente 40 famílias do assentamento e 150 de outras comunidades. O projeto também propicia um conjunto de capacitações em agroecologia para 120 pessoas, privilegiando a participação de jovens e mulheres do assentamento.



Principais ações

- Reforma da estrutura da associação, a partir de oficinas práticas de bioconstrução;
- Realização de curso teórico-prático sobre bioconstrução;
- Realização de cinco oficinas comunitárias em agroecologia, envolvendo mulheres e jovens do assentamento.

Período de realização:
31/05/2016 a 31/05/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 55.000,00
Contrapartida:
R$ 19.000,00

PPP-ECOS na Amazônia – Tocantins

Rodrigo Almeida Noleto

O PPP-ECOS na Amazônia está presente em duas diferentes microrregiões do Tocantins, em Araguaína (centro-norte) e no Bico do Papagaio (extremo norte).

O município de Araguaína funciona como um polo de comércio e serviços na região. Com isso, os projetos nesse território buscam atender esse promissor mercado consumidor. Estrategicamente, estão sendo apoiados projetos das cadeias de polpas de frutas e de apicultura (Aapino) e de artesanato (Amab e Coomesol). Apesar de não haver integração entre as organizações apoiadas que demonstre sinergia no território, é importante destacar o papel de liderança que cada uma dessas organizações exerce nos seus municípios.

O território do Bico do Papagaio é uma das regiões da fronteira amazônica que se distingue pelo processo de ocupação recente, determinado pelo fluxo migratório de milhares de famílias vindas da região central do Maranhão na década de 1980[10]. Além disso, o estado do Tocantins foi criado em 1988, tendo sido desmembrado da porção norte de Goiás, à época considerada um grande vazio demográfico. Essas características ocasionaram a atual composição de um mosaico de 115 Projetos de Assentamento (PAs), localizados em 22 municípios. Em 1992, com a pressão dos movimentos sociais, foi criada no território a Reserva Extrativista Extremo Norte para uso e proteção dos babaçuais, cuja vegetação caracteriza a região.

Na perspectiva de valorizar e conservar a sociobiodiversidade, as organizações sociais do Bico do Papagaio se articularam para criar estratégias produtivas, conciliando-as à conservação dos recursos naturais. No início dos anos 2000, o território foi um dos polos de implantação do Proambiente[11], programa que buscava um processo de transição agroecológica dos agricultores familiares, com apoio diferenciado de Ater e investimentos nas cadeias produtivas locais. Apesar de a política ter sido interrompida, as organizações sociais internalizaram o método, motivadas por uma série de benefícios, principalmente, a conservação dos recursos naturais e a melhoria da renda familiar.

Devido às peculiaridades ambientais e culturais do Bico do Papagaio, o uso dos diversos subprodutos do babaçu e da produção familiar agroecológica estão criando alternativas de arranjos produtivos locais. Entre as alternativas estão o incentivo da venda direta em feiras livres, organizadas por município e a busca em atender ao mercado consumidor interessado em produtos agroecológicos e orgânicos. Outra estratégia é a

10 Esse movimento foi apoiado por setores da Igreja Católica, em especial a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que ajudou na mobilização e organização dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (PTDRS, 2006).

11 O Proambiente foi um programa de desenvolvimento socioambiental da produção familiar rural na Amazônia. Buscou compatibilizar a conservação do meio ambiente aos processos de desenvolvimento rural, com aproveitamento social e econômico da terra, sob baixos riscos de degradação ambiental.

inserção da produção local nos mercados institucionais (PAA e PNAE). Com isso, estimula-se o desenvolvimento de novos produtos e a agregação de valor, elevando a autoestima das famílias.

A articulação das organizações do Bico do Papagaio é caracterizada pela atuação dos diferentes atores sociais nos eixos político, técnico, educacional e econômico. O eixo político é exercido pelos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e pelas associações de trabalhadores, mulheres, quebradeiras de coco babaçu, entre outros grupos. O técnico é formado por organizações sociais, como a APA-TO, referência em assessoria técnica diferenciada na região, e a Coopter, cooperativa de técnicos que também fomenta a agroecologia. O terceiro eixo é a educação dos jovens agricultores familiares. Para tanto, foi constituída a Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo, que valoriza o papel transformador do jovem no desenvolvimento da agroecologia. Por último, para facilitar a comercialização do conjunto das organizações produtivas e associativas, foi constituída a Cooperativa de Produção e Comercialização dos Agricultores Familiares Agroextrativistas e Pescadores Artesanais de Esperantina (Cooaf-Bico).

Esse arranjo institucional compreende nove organizações e doze projetos apoiados, o que demonstra a importância da ação articulada no território. O apoio do PPP-ECOS, em casos como esse, proporciona maior integração entre as organizações, o desenvolvimento de novas tecnologias sociais, o processo de formação por meio da experimentação e, muitas vezes, o reconhecimento de organizações governamentais, que transformam a ação do projeto em política pública.

Contudo, os avanços dos processos produtivos e de comercialização enfrentam uma série de barreiras estruturantes, entre elas, a ausência de assistência técnica governamental e o financiamento das atividades produtivas de base agroecológica. Outro grande entrave é a complexidade das normas que regem as cadeias produtivas, que não dialogam com as especificidades da produção artesanal, familiar e comunitária. Nesse sentido, as organizações sociais do Bico do Papagaio realizaram, com apoio do PPP-ECOS e de outros projetos do ISPN, duas grandes oficinas que discutiram as Normas Sanitárias aplicadas aos alimentos. A partir dessa articulação, a lei estadual de beneficiamento de alimentos para a agricultura familiar está sendo discutida e aperfeiçoada, com a participação das organizações sociais. Além disso, as secretarias de Saúde dos municípios também estão revisando procedimentos para a segurança sanitária dos alimentos e reconhecendo a importância da produção local.

Município: Araguatins, Buriti do Tocantins e Esperantina - TO

Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins – APA-TO

A APA-TO, fundada em 1992, é uma associação que busca incrementar ações de desenvolvimento, pesquisa, formação, assistência técnica, crédito, infraestrutura e política agrícola, a favor dos/as assentados/as e demais agricultores/as familiares do estado do Tocantins. A organização atua com enfoque na agroecologia.

Importante destacar a atuação da APA-TO no território do Bico do Papagaio/TO, na assessoria aos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais organizados em associações, cooperativas e sindicatos, nos processos de formação para a transição agroecológica e na adoção de técnicas apropriadas para a agricultura familiar. Além disso, tenta articular e influenciar o acesso das políticas públicas.

Para mais informações sobre a APA-TO, acesse:
www.apato.org.br/ , www.facebook.com/APA-TO , https://jovensemcomunicacao.wordpress.com/

Microrregião: Bico do Papagaio

Projeto: Rede de Comercialização do Bico do Papagaio/TO

O projeto da APA-TO fomentou uma rede de comercialização local composta por seis organizações comunitárias de agricultores familiares dos municípios de Esperantina, Buriti do Tocantins e Araguatins. Promoveu a articulação de organizações produtivas para acessar mercados institucionais e locais informais e a regularização de agroindústrias comunitárias. Além disso, o projeto fez um levantamento colaborativo dos babaçuais utilizados pelas comunidades e realizou capacitações em temas como boas práticas de manejo de babaçuais; manuseio dos equipamentos, ferramentas e indumentárias; boas práticas de seleção, secagem, armazenamento, manipulação e beneficiamento de coco babaçu; e gestão de empreendimento coletivo. O projeto envolveu 171 famílias, capacitou 162 pessoas.

Período de realização:
29/07/2014 a 31/12/2016
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 95.460,46

Principais ações

- Realização da 2ª Oficina de Normas Sanitárias no Bico do Papagaio, com a participação de agricultores e gestores públicos;
- Realização da oficina Jovens em Comunicação, com dezesseis jovens;
- Realização de seis capacitações;
- Elaboração do mapa dos babaçuais localizados nas comunidades;
- Elaboração do Acordo coletivo sobre práticas de coleta dos frutos, acesso aos babaçuais e manejo de palmeiras de babaçu;
- Reforma, ampliação e estruturação das unidades de beneficiamento de babaçu e de outros produtos da agricultura familiar;
- Elaboração de identidade visual, logomarca e rótulos para os produtos da marca “Pindova” de produtos do babaçu;
- Elaboração de estudo de mercado e plano de negócios.

Município: Buriti do Tocantins - TO

Associação Agroextrativista e Social do Projeto de Assentamento Canaã - Aaespac

A Aaespac é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 1999, que tem como objetivos promover a ajuda mútua entre seus associados, o aumento de renda deles, o aproveitamento do meio ambiente de forma racional e sustentável e o apoio às mulheres quebradeiras de coco babaçu do Projeto de Assentamento Canaã.

Para mais informações, acesse:
https://jovensemcomunicacao.wordpress.com/category/canaa/

Microrregião: Bico do Papagaio

Projeto: Conservação e Uso Comunitário da Biodiversidade da Área Coletiva do Assentamento Canaã

O projeto proposto pela Aaespac prevê a conservação e o manejo da área coletiva para aproveitamento sustentável da biodiversidade existente no PA Canaã, por meio de levantamento das espécies nativas utilizadas, encontros para a construção de acordos e planejamento do uso sustentável da área coletiva e atividades educativas. Além disso, o projeto, que conta com 28 famílias, irá potencializar sua produção com a construção de centro de coleta de frutas e reforma da casa de artesanato. Prevê, também, capacitação em boas práticas para coleta e armazenagem de frutas e em gestão das atividades produtivas do babaçu e frutas.

Até o momento, o projeto atuou com a comercialização de polpas de frutas e azeite de babaçu e participou da oficina Jovens em Comunicação, onde produziram matérias e uma fanpage com os resultados do projeto. A participação dos jovens da comunidade com a divulgação das ações tem se mostrado um diferencial deste projeto.

Principais ações

- Construção do Centro de Coleta de Frutas e reforma da Casa de Artesanato;
- Realização de intercâmbio entre as comunidades;
- Realização de três atividades de capacitação;
- Criação de uma *fanpage* e vídeo documentário.

Período de realização:
18/07/2014 a 31/05/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 19.910,00

Município: Xambioá - TO

Associação de Moradores do Alto Bonito - Amab

A Amab, fundada em 2006, é uma organização comunitária que atua por melhores condições de vida e pelo desenvolvimento urbano sustentável da comunidade de Alto Bonito. Dessa forma, busca estimular e apoiar os interesses comunitários e proporcionar a ampliação da organização social, principalmente entre as famílias de baixa renda.

Para mais informações sobre a Amab, acesse:
http://altoamab.blogspot.com.br/

Microrregião: Araguaína

Projeto: Projeto Babaçu: Unindo arte e Natureza

Este projeto vem atuando para evitar o desmatamento e melhorar a qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Especificamente, o projeto envolve 25 famílias de Xambioá na produção de produtos a partir do coco babaçu. Nesse sentido, foram realizadas oficinas de capacitação em conservação ambiental e sustentabilidade, manejo e utilização do coco babaçu para produção de biojoias. Além disso, promoveu visitas de intercâmbio, divulgação e comercialização dos produtos em feiras.

No período de realização, a associação recebeu um prêmio que a permitiu elaborar um novo projeto para construir sua sede. Por sua excelência no beneficiamento de sementes e frutos, tornou-se referência na produção de biojoias, comercializando em diferentes localidades do Brasil e no exterior. Além disso, é procurada por outros projetos que buscam conhecimento e o aperfeiçoamento de técnicas tradicionais de produção de biojoias.

Principais ações

- Realização de duas capacitações sobre conservação ambiental e uso sustentável da biodiversidade; e duas sobre a utilização do coco babaçu;
- Realização de evento de divulgação e comercialização de produtos;
- Desenvolvimento de novas técnicas para o beneficiamento do coco babaçu.

Período de realização:
19/02/2015 a 31/12/2016
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.995,00
Contrapartida:
R$ 18.237,30

Município: Xambioá - TO

Microrregião: Araguaína

Projeto: Casa do Artesanato - XambiArt

Com este projeto foi construída a Casa do Artesanato na comunidade de Alto Bonito, local onde os integrantes do Projeto XambiArt, composto por mulheres em sua maioria, produzem e comercializam peças do artesanato local, como biojoias e *souvenirs*. No local também serão expostas peças de artesanato de outros artesãos locais, potencializando o turismo.
Importante destacar que a construção do espaço físico para beneficiamento e comercialização dos produtos diminuiu as despesas da associação e aumentou a autoestima do grupo, reconhecido pela sua capacidade organizativa e atuação comunitária. Mensalmente, coletam e processam dez sacos de fibra de coco babaçu e 60kg de sementes. O volume de venda atinge até 12 mil reais mensais, que após o pagamento de custos fixos, as cooperadas agregam na sua renda mais de R$ 240,00/mês.

Principais ações

- Construção da Casa do Artesanato e estruturação com equipamentos e máquinas;
- Comercialização de biojoias em mercados em diferentes regiões, inclusive exportação;
- Produção de peças de comunicação.

Período de realização:
25/02/2016 a 31/08/2017
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 78.852,99
Contrapartida:
R$ 62.035,70

Município: Araguatins - TO

Associação do Projeto de Assentamento Santa Cruz II Setor São Félix - Apasc

A Apasc é uma organização fundada em 1996 que busca promover o desenvolvimento da comunidade do Assentamento Santa Cruz no que diz respeito à infraestrutura, melhoria do convívio entre os moradores, realização de atividades econômicas, culturais e desportivas.

Para mais informações sobre a Apasc, acesse:
https://jovensemcomunicacao.wordpress.com/category/sao-felix/

Microrregião: Bico do Papagaio

Projeto: Frutificar com a Amazônia

O projeto buscou melhorar a qualidade de vida de dezesseis famílias por meio de geração de renda e melhoria da alimentação com o consumo de frutas e polpas de frutas. Para isso, atuou na conservação e no manejo adequado de áreas de nascentes, na implantação e enriquecimento de quintais agroflorestais, e no aproveitando e comercialização de produtos da sociobiodiversidade, com a estruturação de um centro de coleta e beneficiamento de frutas e a realização de intercâmbios e oficinas que abordaram os temas: boas práticas para coleta e armazenamento de frutas e gestão das atividades produtiva das frutas, com um total de 27 participantes.

Principais ações

- Levantamento do potencial de frutas;
- Proteção das nascentes com cercas;
- Implantação e manejo de seis quintais agroflorestais;
- Adequação e aquisição de equipamentos para agroindústria de polpa de frutas;
- Realização de duas capacitações.

Período de realização:
30/07/2014 a 02/08/2016
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 20.990,00

Município: Araguatins - TO

Microrregião: Bico do Papagaio

Projeto Frutificar com a Amazônia II

O projeto Frutificar com a Amazônia II é a consolidação da iniciativa de diversificação da produção e comercialização do PA Santa Cruz, Setor São Félix, principalmente, dos derivados da mandioca e polpas de frutas. Nesse sentido, a Casa de Farinha comunitária do assentamento será adequada e serão realizadas ações para aperfeiçoar o beneficiamento e para a implantação de práticas agroecológicas. Entre as ações destacam-se a realização de cursos sobre aproveitamento diversificado da mandioca e boas práticas de beneficiamento e uso dos subprodutos da mandioca na roça e em outros subsistemas da propriedade.

Principais ações

- Reforma e aquisição de equipamentos da Casa de Farinha;
- Viabilização do transporte dos produtos, por meio da aquisição de duas carretinhas;
- Implantação de unidades de referência de práticas agroecológicas;
- Realização de capacitações para melhoria do sistema de produção e comercialização.

Período de realização:
22/02/2016 a 31/08/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 90.000,00
Contrapartida:
R$ 31.150,00

Município: Nova Olinda - TO

Associação dos Apicultores de Nova Olinda/TO – Aapino

A Aapino é uma organização comunitária, fundada em 1997, com a finalidade de congregar os apicultores de Nova Olinda e região, objetivando representar e defender os direitos e interesses profissionais, coletivos e individuais de seus associados. Busca promover a cooperação e a solidariedade entre seus sócios visando ao fortalecimento institucional da organização. Além disso, a associação busca incentivar a geração de emprego e a melhoria da renda dos associados, além de facilitar a diversificação da produção rural, tornando-a sustentável economicamente.

Microrregião: Araguaína

Projeto: Consolidação da Cadeia Apícola na Região de Nova Olinda

A associação começou suas atividades na década de 1990, quando recebeu material apícola do programa de incentivo à apicultura do governo do Estado do Tocantins. Em 2008, construiu sua Casa de Mel, quando reestruturou a associação e se tornou uma referência estadual na produção de mel. A visibilidade conquistada veio acompanhada pelo crescimento no número de pessoas interessadas na criação de abelhas e pelo aumento da demanda pelo produto, o que tornou a gestão da associação um desafio. Outro desafio era a falta de registro de inspeção sanitária do mel, o que fazia com que comercializassem no mercado informal e para atravessadores.

O projeto apoiado pelo PPP-ECOS envolveu 30 famílias e teve como objetivo consolidar e estruturar o arranjo produtivo local do mel produzido pela Aapino. Para isso, foram realizados cursos de capacitação em apicultura básica e em aprimoramento da produção, formando quatorze novos apicultores, cursos em criação de abelhas sem ferrão, que capacitaram quinze novos meliponicultores; houve distribuição de materiais apícolas, reforma e aquisição de novos equipamentos para a Casa do Mel, aquisição de equipamentos de escritório e o acompanhamento técnico-gerencial da associação.

Hoje a Casa do Mel tem o Selo de Inspeção Estadual (SIE). Com o SIE foi possível comercializar formalmente a produção para todo o estado, assim como para o PAA de Araguaína/TO. Atualmente a associação produz e comercializa aproximadamente 18 toneladas de mel por safra. A gestão da Casa do Mel foi aperfeiçoada com a criação de um fundo de manutenção da estrutura, para o qual cada associado destina uma parte de sua produção. O projeto também contribuiu para o incentivo à criação de abelhas nativas, atividade que é desenvolvida de forma experimental por 17 sócios.

Período de realização:
07/10/2013 a 01/10/2015
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 90.000,00
Contrapartida:
R$ 38.936,83

Principais ações:

- Realização de cursos e palestras sobre apicultura básica e relacionados ao aprimoramento da produção (associativismo, manejo de colmeias, gestão de apiários, boas práticas de higiene do manipulador apícola e manejo para alta produtividade);
- Realização de curso sobre criação de abelhas sem ferrão e distribuição de 45 caixas de abelhas sem ferrão;
- Distribuição de conjuntos de material apícola (caixas, macacões, cera alveolada, fumegadores e coletores de pólen);
- Assessoria técnico-gerencial individual e coletivo;
- Reforma e estruturação da Casa do Mel.

Município: Nova Olinda - TO

Microrregião: Araguaína

Projeto: Colhendo Frutos do Cerrado

Este segundo projeto proposto pela Aapino tem por objetivo melhorar a qualidade de vida das comunidades rurais de Nova Olinda e Palmeirante, TO, por meio da instalação de uma agroindústria de polpa de frutas. A região, localizada próxima ao rio Tocantins, na transição entre os biomas Amazônia e Cerrado, possui abundância de frutas nativas e plantadas, com destaque para cajá, murici, cajuí, buriti, juçara, maracujá e acerola. A iniciativa pretende reestruturar o arranjo produtivo local de polpa de frutas, que envolve 35 famílias de pequenos agricultores e extrativistas.

Em 2012 chegou a comercializar 25 toneladas de polpas para o município de Araguaína, por meio do PAA. Devido à falta de registro, pois são fabricadas de forma individual e artesanal pelos associados, essa comercialização foi suspensa, já que em 2013 o PAA passou a exigir o registro desse tipo de produto. Na tentativa de superar esses entraves, o projeto prevê a reforma de uma estrutura já existente para instalar a agroindústria, adquirir equipamentos, promover a capacitação de seus sócios e contratar uma assessoria para obtenção do registro sanitário do estabelecimento no Mapa. Com o projeto, pretende regularizar o empreendimento, aumentar a renda de seus associados e promover o uso sustentável de quase 300 hectares de vegetação nativa.

Principais ações

- Reforma e aquisição de equipamentos da agroindústria de polpas de frutas;
- Realização de três capacitações em boas práticas de fabricação de alimentos, produção de polpas de frutas e manejo agroextrativista;
- Assessoria técnico-gerencial para obtenção de registro no Mapa.

Período de realização:
21/07/2014 a 31/07/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 88.000,00
Contrapartida:
R$ 52.500,00

Município: Araguatins - TO

Associação dos Pequenos Lavradores do Projeto de Assentamento Ouro Verde - Setor Barro Branco - ASBB

A ASBB é uma organização comunitária, sem fins lucrativos, fundada em 1999, que busca promover união e cooperação entre os associados, desenvolver a prática da participação e da responsabilidade no grupo e na sociedade, produzir e comercializar produtos, melhorar o nível de vida e de trabalho do associado, contribuir para o avanço das lutas populares, sobretudo a da reforma agrária, e colaborar com outros grupos e associações.

Para mais informações sobre a ASBB, acesse:
https://jovensemcomunicacao.wordpress.com/category/ouro-verde/

Microrregião: Bico do Papagaio

Projeto: Colhendo água, plantando árvores

O Projeto Colhendo água, plantando árvores busca melhorar a disponibilidade de água para as dezenove famílias envolvidas, com recuperação de nascentes e otimização do aproveitamento da água utilizada nos quintais agroflorestais. Buscando incentivar o plantio e o uso de frutas nativas, o grupo fez um mapeamento das espécies presentes no assentamento, implantou quinze unidades demonstrativas de quintais agroflorestais, em uma área total de 32 hectares, e está produzindo mudas. Além disso, foram feitas oficinas de capacitação sobre manejo de recursos hídricos e da agrobiodiversidade, intercâmbio (com 55 participantes) e diversos mutirões para coleta de sementes, para recompor as nascentes e para fazer aceiro nas áreas a serem preservadas. Até o momento o projeto já capacitou 163 pessoas.

Período de realização:
07/10/2013 a 31/07/2017
Situação do projeto:
Em fase de conclusão
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 72.735,00

Principais ações

- Realização de três intercâmbios a experiências de SAFs;
- Realização de oito capacitações sobre os temas: comunicação para jovens; agroflorestal; gestão administrativa e cooperativa; horta e criação de galinha; construção de cisterna e comercialização;
- Manejo de horta, implantação de canteiros e cercamento de quintais;
- Produção de mudas;
- Implantação de unidades demonstrativas de quintais agroflorestais;
- Recuperação de 32 hectares de áreas degradadas, inclusive nascentes;
- Estruturação de uma unidade produtiva;
- Mapeamento das frutíferas nativas presentes no assentamento.

Município: Araguatins - TO

Microrregião: Bico do Papagaio

Projeto Fruta Nova: beneficiando frutos e preservando vidas

Este projeto em execução pela ASBB envolve 30 famílias do Assentamento Ouro Verde. A iniciativa busca melhorar a comercialização de frutos nativos, por meio da instalação de centro de coleta e pré-beneficiamento de frutas, e do fortalecimento de redes regionais de comercialização. Além disso, prevê oficinas e capacitações sobre temas diversos, como comercialização, PAA e o PNAE, boas práticas de seleção, manejo sustentável das árvores frutíferas, beneficiamento de frutos nativos e organização administrativa e financeira. Um destaque do projeto é a realização de capacitações do grupo Jovens Comunicadores.

Principais ações

- Elaboração de plano de ação para estruturação da produção de frutas;
- Construção do Centro de Coleta;
- Definição de marca, rótulos e embalagens dos produtos;
- Implementação de estrutura de controle administrativo e financeiro;
- Realização de intercâmbios.

Período de realização:
25/02/2016 a 31/08/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 86.931,00
Contrapartida:
R$ 32.179,00

Município: Araguatins - TO

Associação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais do Projeto de Assentamento 7 de Janeiro Setor I - ATRSSJ

A ATRSSJ, fundada em 2008, busca promover o bem-estar social, econômico e cultural da comunidade, esclarecer e formar consciência para preservação da natureza e de seus recursos naturais, melhorar as condições de produção e comercialização agrícola e extrativista, e representar a comunidade em órgãos públicos e privados no atendimento de suas reivindicações.

Microrregião: Bico do Papagaio

Projeto: Agroecologia – Semeando a Vida nos Assentamentos

O projeto está sendo desenvolvido nos PAs 7 de janeiro e Nova União, ambos no município de Araguatins/TO. Os assentamentos são recentes e já iniciaram o processo de transição agroecológica, com apoio do STTR regional, da APA-TO e da COOAF-Bico. O projeto é o primeiro apoio que a associação recebe e já demonstra grande capacidade de articulação e mobilização para realizar as atividades. A partir de bases agroecológicas e, contando com o envolvimento da juventude, desenvolvem ações de geração de renda por meio da construção de hortas familiares, capacitações para produção agroecológica e apoio à comercialização. Para tanto, foram implantadas experiências produtivas, e as famílias foram organizadas em grupos de produção e comercialização nos mercados locais. A experiência tem sido divulgada para outras comunidades, consumidores e escolas da região.

Período de realização:
25/02/2016 a 31/08/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 21.600,00

Principais ações

- Realização de dez mutirões para implantação de hortas agroflorestais, com diferentes tipos de captação de água para irrigação;
- Realização de dois cursos sobre sistemas agroflorestais e agroecologia;
- Realização de visita de intercâmbio à experiência exitosa;
- Viabilização do transporte dos produtos com aquisição de duas carretinhas;
- Produção de informativo sobre o projeto;
- Realização de visitas técnicas às experiências.

Municípios: Araguatins, Buriti do Tocantins, Esperantina, São Sebastião do Tocantins - TO

Associação Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Pe. Josimo - AEFA-Bico

A AEFA-Bico é uma organização educativa, fundada em 2007, que busca garantir o futuro com qualidade de vida aos agricultores familiares da região do Bico do Papagaio, TO, por meio da promoção do desenvolvimento rural sustentável. Assim, promove educação e formação cidadã, integral e personalizada de jovens e adultos, em regime de alternância, centrada nas alternativas de geração de trabalho e renda familiar.

Microrregião: Bico do Papagaio

Projeto: Jovens Semeando Agroextrativismo

Este projeto envolve as organizações comunitárias do Bico do Papagaio e busca promover a conservação socioambiental e a produção agroecológica no território por meio da formação da juventude camponesa (filhos de agricultores das associações apoiadas) em agroecologia. Essa formação ocorre pela pedagogia da alternância e aborda temas como produção agroecológica e uso sustentável da biodiversidade.
Estão previstas a implantação de quatro unidades produtivas de referência, a serem replicadas nas propriedades dos alunos, de 0,5 hectares de SAF para recuperação de áreas degradadas e de quatro experiências agroecológicas nas comunidades. Além disso, será recuperado um hectare da nascente, haverá a instalação de um apiário, a realização de intercâmbio e a produção de materiais para divulgação.

Período de realização:
17/03/2015 a 30/06/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 29.160,00

Principais ações

- Realização de seis oficinas temáticas;
- Implantação de quatro unidades produtivas de referência na EFA;
- Recuperação de um hectare da nascente;
- Implantação de 0,5 hectares de SAF para recuperação de área degradada;
- Instalação de apiário na área da Reserva Legal;
- Implantação de quatro experiências agroecológicas nas comunidades;
- Realização de visita de intercâmbio;
- Produção de materiais para divulgação das experiências.

Município: Araguatins e Buriti do Tocantins - TO

Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio - Asmubip

A Asmubip é uma organização comunitária sem fins lucrativos, fundada em 1992, que busca conscientizar seus associados para a preservação da natureza e dos recursos naturais; discutir questões relacionadas ao mundo da mulher e seu papel na transformação da sociedade; e executar projetos sobre saúde e sexualidade, trabalho, cultura, direitos humanos, educação e lazer da mulher trabalhadora e extrativista. Além disso, incentiva a cultura, o estudo e a implantação de alternativas tecnológicas para o desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente adequado para a agricultura e o extrativismo.

Para mais informações sobre a Asmubip, acesse:
www.asmubip.org.br/
www.facebook.com/asmubip

Microrregião: Bico do Papagaio

Projeto: Projeto Babaçu Sustentável

Este projeto da Asmubip objetivou fortalecer quatro grupos comunitários e o aperfeiçoamento das técnicas de coleta e de processamento do babaçu. Para isso, houve a construção de uma unidade de beneficiamento e a estruturação de seis núcleos de produção de azeite do coco. O projeto também possibilitou que a organização realizasse uma série de reuniões, o que resultou na formação de lideranças. Foram realizadas seis capacitações de intercâmbio e de oficina temática.
Além disso, realizou diversas reuniões com órgãos governamentais, como a Conab, para discussão da PGPMBio, e a Naturatins para discutir o licenciamento ambiental dos empreendimentos comunitários. Cabe ressaltar que a modernização dos sistemas de coleta e produção está promovendo a agregação de novas famílias, inclusive jovens, que estavam desestimulados com as atividades da cadeia do babaçu

Período de realização:
11/11/2013 a 31/07/2016
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 60.000,00
Contrapartida:
R$ 63.120,07

Principais ações

- Realização de visita de intercâmbio sobre tecnologias do processamento das amêndoas;
- Construção de unidade de beneficiamento de azeite de babaçu;
- Estruturação de seis núcleos para produção de azeite;
- Realização de seis capacitações e de oficina temática sobre Mercado e Extrativismo do Babaçu no Bico do Papagaio: avanços e desafios;
- Produção de dois programas de rádio.

Livro de receitas do Babaçu

Microrregião: Bico do Papagaio

Projeto: Consolidação e Integração Produtiva dos Núcleos de Babaçu do Bico do Papagaio/TO

Este projeto, que envolve 52 famílias, busca fortalecer as ações de produção e de comercialização de babaçu nos núcleos de produção de azeite de babaçu, coordenados pela Asmubip. O projeto propiciará a formação em boas práticas de produção e a adequação física dos núcleos de produção de azeite, buscando segurança e conforto no trabalho para a quebradeira, melhoria e padronização da qualidade do produto e obtenção do registro sanitário.

Principais ações

- Adequação física e melhoria de quatro núcleos de produção de azeite;
- Implantação do manual de boas práticas em seis núcleos produtivos;
- Elaboração de plano de negócios e aprimoramento da estratégia regional de acesso ao mercado para os produtos do babaçu;
- Aquisição e estruturação de três barracas para participação nas feiras locais.

Período de realização:
25/02/2016 a 31/08/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 90.000,00
Contrapartida:
R$ 45.000,00

Município: Esperantina - TO

Cooperativa de Produção e Comercialização dos Agricultores Familiares Agroextrativistas e Pescadores Artesanais de Esperantina Ltda - COOAF-Bico

A COOAF-Bico é uma organização comunitária, fundada em 2007, que busca promover a melhoria da qualidade de vida e a defesa socioeconômica e cultural dos cooperados/as. Nesse sentido, a cooperativa atua na organização de sistemas de produção agroecológicos e comercialização dos produtos dos/as agricultores/as familiares, agroextrativistas e pescadores/as artesanais de Esperantina/TO e dos municípios vizinhos.

Microrregião: Bico do Papagaio

Projeto: Organização da Produção Agroextrativista de Esperantina

Com este projeto, a COOAF-Bico espera ampliar acesso aos mercados institucionais e, para isso, está estruturando a gestão da cooperativa e planificando o processo de produção e beneficiamento de polpa de frutas. Dessa forma, o projeto investe na formação técnica das 26 famílias envolvidas, que se dará por meio de cursos e de intercâmbio.

Já há resultados com a comercialização de mais de 50 tipos de alimentos, em diferentes tipos de mercados (PNAE, PAA, direto ao consumidor e experimentais), que totalizam uma renda bruta de R$ 58.251,60, apenas no primeiro período do projeto. A partir dessa iniciativa, a cooperativa está dando início a uma rede de fornecedores de frutas, associada aos demais projetos apoiados pelo PPP-ECOS no território do Bico do Papagaio/TO.

Principais ações

- Realização de curso sobre gestão financeira e administrativa de cooperativas;
- Elaboração de estudo de viabilidade econômica;
- Realização de visita de intercâmbio em beneficiamento de frutas;
- Viabilização do acesso da cooperativa aos mercados institucionais (PNAE e PAA);
- Produção de informativos, camisetas e bonés.

Período de realização:
17/03/2015 a 30/06/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 83.575,0
Contrapartida:
R$ 28.032,00

Município: Araguatins - TO

Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural - Coopter

Fundada em 1997, a Coopter busca congregar interesses de múltiplas profissões para sua defesa econômica e social; a criação de condições para o exercício das atividades e aprimoramento da prestação de serviços dos associados; a elaboração de projetos de preservação do meio ambiente, de desenvolvimento de agroindústrias e de desenvolvimento das comunidades; o desenvolvimento sustentável baseado na agricultura familiar, incluindo comunidades indígenas, pescadores artesanais e quilombolas.

Microrregião: Bico do Papagaio

Projeto Meio Ambiente Verde - Recuperação e Preservação Ambiental

O projeto da Coopter contou com a participação de 30 famílias e buscou aumentar a preservação ambiental nas comunidades atendidas. Para isso, realizou processo de sensibilização da comunidade e formação de agricultores familiares em práticas agroecológicas e aspectos sociais. Nesse sentido, implantou um viveiro de mudas, cercou nascentes e implantou apiários coletivos. Realizou três atividades de capacitação, que atenderam 80 participantes, e atividade de intercâmbio, com quinze participantes. Os cursos e oficinas foram desenvolvidos nas seguintes temáticas: meio ambiente e agroecologia; educação no campo, gênero, raça e etnia; prática da apicultura; impactos dos grandes projetos sobre o meio ambiente e o sistema de produção agroecológico na região; e produção e propagação de mudas nativas e frutíferas.

Período de realização:
15/10/2013 a 02/05/2016
Situação do projeto:
concluído
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.400,50
Contrapartida:
R$ 29.820,00

Principais ações

- Elaboração e divulgação de materiais informativos;
- Elaboração de diagnóstico sobre a situação ambiental das comunidades atendidas;
- Adensamento de 50 hectares de áreas degradadas e reservas legais com mudas e sementes de plantas nativas;
- Proteção de quatro nascentes com cercas;
- Implantação de viveiro comunitário de mudas nativas e frutíferas;
- Implantação de quatro apiários coletivos;
- Realização de três capacitações;
- Realização de oficina sobre impacto dos grandes projetos;
- Realização de intercâmbio sobre produção e manejo de abelhas.

Municípios: Araguaína, Piraquê e Xambioá - TO

Cooperativa Multifuncional de Economia Solidária do Tocantins - Coomesol-TO

A Coomesol, fundada em 27 de maio de 2009, é uma cooperativa que busca fornecer assistência técnica cooperativista, profissional, operacional e diretiva aos cooperados; obter recursos para financiamento da produção dos cooperados; aprimorar as relações interpessoais entre integrantes e comunidade; buscar aperfeiçoamento técnico e gerencial e oportunidades comerciais; e criar um centro de comercialização.

Para mais informações sobre a Coomesol, acesse:
www.facebook.com/coomesol/

Microrregião: Araguaína

Projeto: Babaçu Empreendedor e Solidário

Este projeto busca apoiar a gestão da cooperativa e fortalecer a produção de artesanato de babaçu de 30 famílias, de comunidades localizadas nos municípios de Araguaína, Piraquê e Xambioá. Nesse sentido, tem realizado capacitações e assessoria técnica para a melhoria no processo produtivo e no design de produtos. A Coomesol atua no desenvolvimento de outras cadeias produtivas, como o óleo de babaçu e o beneficiamento de pescado por pescadores artesanais do rio Araguaia. Uma parceria importante é a com o grupo Votorantim, que apoiou a construção da agroindústria de beneficiamento de óleo de babaçu, com apoio do BNDES.

Principais ações

- Manejo de babaçu e outras espécies nativas em 2.450 hectares;
- Acesso a mercados nos diferentes municípios;
- Participação em feiras e eventos para comercialização de biojoias,
- Realização de intercâmbio;
- Viabilização de ponto de comercialização em Araguaína/TO;
- Realização de capacitações em economia solidária e design de produtos;
- Aprimoramento do design e da qualidade das biojoias.

Período de realização:
11/03/2015 a 30/06/2017
Situação do projeto:
em andamento
Valor previsto PPP-ECOS:
R$ 59.986,00
Contrapartida:
R$ 22.883,00

Lista de abreviaturas e siglas

Aconeruq	Associação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas
Amavida	Associação Maranhense para a Conservação da Natureza
ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Apib	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APP	Áreas de Preservação Permanente
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCD	Colony Collapse Disorder (Síndrome do Colapso das Colônias)
Cetap	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CEX	Coordenadoria de Agroextrativismo
CFR	Casa Familiar Rural
CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista
CNS	Confederação Nacional dos Seringueiros
Coiab	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
Conaq	Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombolas
Condraf	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural
Conjuve	Conselho Nacional de Juventude
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Contraf	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
Dicol	Diretoria Colegiada da Anvisa
ECOR	Escolas Comunitárias Rurais
EFA	Escola Família Agrícola
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAMA	Fundo Amazônia
FAO	Organização para Agricultura e Alimentação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
Funai	Fundação Nacional do Índio
GEF	Fundo para o Meio Ambiente Mundial
GT	Grupo de Trabalho
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Iphan	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MIQCB	Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA	Ministério do Meio Ambiente

MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAC	Organismo participativo de Certificação
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PDA	Projetos Demonstrativos do Tipo A
PDPI	Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PIX	Parque Indígena do Xingu
PJR	Pastoral da Juventude Rural
Planapo	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAM	Programa Nacional Abelhas Nativas
Pnapo	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNDRSS	Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPG7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PPP-ECOS	Programa de Pequenos Projetos Ecossociais
PPTAL	Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RDC	Resolução de Diretoria Colegiada
RIISPOA	Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal
SAF	Sistema agroflorestal
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SGP	Small Grants Programme
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
SisOrg	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SNVS	Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
SPG	Sistema Participativo de Garantia
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UEMA	Universidades Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
Unicafes	União das Cooperativas da Agricultura Familiar
ViSas	Vigilâncias Sanitárias

Lista das siglas dos projetos apoiados

Aaespac	Associação Agroextrativista e Social do Projeto de Assentamento Canaã
AAFPA	Associação da Agricultura Familiar do Portal da Amazônia
Aamaa	Associação de Ajuda Mútua Agropecuária e Agroextrativista do Retiro do Índio
Aamarterra	Associação Amigos de Terra Nova
Aapino	Associação dos Apicultores de Nova Olinda/TO
ABQMPCG	Associação Beneficente Quilombola dos Moradores do Povoado Canta Galo
Accamiaz	Associação da Casa de Cultura e Artesanal das Mulheres Indígenas da Aldeia Zutiua
Acesa	Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura
Acopam	Associação Organizada para Ajuda Mútua
Acranm	Associação Comunitária Regional de Agricultores do Norte de Mato Grosso
ACRMS	Associação Comunitária Rural Monte Sinai
Aderjur	Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena
AEFA-Bico	Associação Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio
Aefalj	Associação da Escola Família Agrícola de Lago do Junco
AGFFT	Associação do Grupo de Feirantes Frutos da Terra
Agricomel	Associação de Mulheres da Agricomel do Centro do Chicão e Povoados Circunvizinhos
Agripac	Associação dos Mini e Pequenos Agricultores do Projeto do Assentamento Cachimbo
Aicom	Associação Indígena Comunitária Maynumy
AIM	Associação Indígena Marupá
Ajopam	Associação Rural Juinense Organizada para Ajuda Mútua
AJR	Associação de Jovens Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues
Amab	Associação de Moradores do Alto Bonito
Aman	Associação do Movimento Agrário de Novo Mundo
Amas	Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas
Amca	Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia
Amoqruica	Associação de Moradores do Quilombo Rural da Ilha de Camaputiua
AMTR	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues
Ansa	Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora de Assunção
APA	Associação Portense de Apicultores(as) e Agricultores(as) da Agricultura Familiar
APA-TO	Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins
Apasc	Associação do Projeto de Assentamento Santa Cruz II Setor São Félix
Apic	Associação Produtiva Indígena Chiquitano
Aplica	Associação dos Apicultores e Meliponicultores de Limoeiro, Ibacã de Coaçuzinho e Adjacências do Município de Viana
APPFPV	Associação dos Pequenos Produtores Familiares do Povoado Vertente
Apraf	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Respeito Água Fauna e Flora
Apraipe	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Ipê
Arpa	Associação Regional de Produtores Agroecológicos
ASBB	Associação dos Pequenos Lavradores do Projeto de Assentamento Ouro Verde - Setor Barro Branco
Asmubip	Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio
Aspajo	Associação dos Assentamentos do PA São José
Asprajorge	Associação de Mulheres Produtoras Rurais do Projeto de Assentamento São Jorge

Atanc	Associação dos Trabalhadores Acampados Nova Conquista
Atareco	Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Resex Ciriaco
Atix	Associação Terra Indígena Xingu
Atramag	Associação dos/as Trabalhadores da Reserva Extrativista de Mata Grande
ATRSSJ	Associação dos Trabalhadores e das Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento 7 de Janeiro Setor I
ATRVBE	Associação dos Trabalhadores Rurais da Vila Boa Esperança
ATTRAF	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar Rural de Centro Novo do Maranhão
Cemeaar	Centro Maranhense de Estudos Socioambiental de Assessoria Rural
CMTR-MA	Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Estado do Maranhão
Cooaf-Bico	Cooperativa de Produção e Comercialização dos Agricultores Familiares Agroextrativistas e Pescadores Artesanais de Esperantina Ltda.
Coomesol	Cooperativa Multifuncional de Economia Solidária do Tocantins
Coopercotri	Cooperativa Agropecuária de Cotriguaçu
Cooperjuafa	Cooperativa Juinense da Agricultura Familiar Agroecológica
Coopter	Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural
CTA	Associação do Centro de Tecnologia Alternativa
Inap	Instituto Nacional de Apoio Profissional
IOV	Instituto Ouro verde
Oeca	Organização Ecossocial do Araguaia

PPP-ECOS
PROGRAMA DE PEQUENOS
PROJETOS ECOSSOCIAIS
gef
PNUD
Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.
SGP
The GEF
Small Grants
Programme
FUNDO
AMAZÔNIA
ISPN
INSTITUTO SOCIEDADE,
POPULAÇÃO E NATUREZA